



Fundação

CECIE RJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História da América I

Volume único
3ª Edição

Larissa Viana
Lincoln Marques dos Santos
Maria Regina Celestino de Almeida
Ricardo Oliveira



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de História

UNIRIO - Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Larissa Viana
Lincoln Marques dos Santos
Maria Regina Celestino de Almeida
Ricardo Oliveira

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte
Henrique Oliveira
José Meyohas
Paulo Alves

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho
Daniela de Souza
Emília Gomes
Elaine Bayma
Janaína Santana
Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araujo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

André Guimarães de Souza
Bianca Lima
Carlos Cordeiro
David Daniel Macêdo

ILUSTRAÇÃO

Fernando Romeiro

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2012, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

H673

História da América I. v. único. / Larissa Viana...[et al.] – 3ª. ed. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.
374p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-858-3

1. História das Américas. 2. América Colonial. 3. América Espanhola. 4. Sistema econômico colonial. 5. Resistência indígena. I. Santos, Lincoln Marques dos. II. Almeida, Maria Regina Celestino de. III. Oliveira, Ricardo. IV. Título.

CDD: 980.012

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Wilson Witzel

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Leonardo Rodrigues

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA
TÉCNICA
Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Denise Pires de Carvalho

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Luis César Passoni

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ruy Garcia Marques

- Aula 1** – As Américas antes da conquista – temas e questões _____ 7
Larissa Viana
- Aula 2** – Os índios antes da conquista – o caso dos mexicas e dos incas _____ 25
Larissa Viana
- Aula 3** – Expedições de descobrimento e as primeiras etapas da conquista _____ 47
Ricardo Oliveira
- Aula 4** – A sociedade colonial no século XVI: a Mesoamérica _____ 71
Maria Regina Celestino de Almeida
- Aula 5** – Missionários e índios na América espanhola colonial _____ 97
Larissa Viana
- Aula 6** – Resistência indígena e "idolatrias" na América espanhola _____ 119
Larissa Viana
- Aula 7** – Poder e cidade na América espanhola colonial _____ 137
Larissa Viana
- Aula 8** – O sistema econômico colonial: terra, trabalho e comércio _____ 163
Lincoln Marques dos Santos
- Aula 9** – O século XVIII na Europa e nas Américas: conflitos _____ 195
Lincoln Marques dos Santos
- Aula 10** – O século dos Bourbons: rupturas, continuidades e protestos indígenas _____ 223
Maria Regina Celestino de Almeida

Aula 11 – A formação das treze colônias inglesas na América _____	253
Larissa Viana	
Aula 12 – Nativos e escravos na América colonial inglesa _____	279
Larissa Viana	
Aula 13 – A independência dos Estados Unidos da América _____	301
Larissa Viana	
Aula 14 – O Caribe de colonização inglesa _____	325
Larissa Viana	
Aula 15 – Os relatos europeus sobre os índios das Américas – um estudo de caso _____	345
Larissa Viana	
Referências _____	361

Aula 1

As Américas antes da conquista – temas e questões

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar noções gerais sobre o continente americano antes da conquista, com ênfase em três aspectos: ocupação dos territórios americanos, demografia indígena e as visões da historiografia sobre a ideia de “Novo Mundo”.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as hipóteses demográficas mais aceitas sobre a população americana antes da conquista;
2. contrastar diferentes visões historiográficas sobre a noção de “Novo Mundo”, surgida logo após a conquista das Américas.

Pré-requisito

É desejável que você disponha de acesso à internet para eventuais consultas.

INTRODUÇÃO

Como é a primeira aula desta disciplina, vou me permitir iniciar nossas discussões de forma um pouco mais pessoal. Quando fiz o curso de História na Universidade Federal Fluminense, a disciplina História das Américas I era cursada no terceiro período, que, no meu caso, coincidiu com o emblemático ano de 1992. Era o ano oficial da comemoração dos descobrimentos, e emblemático por marcar os quinhentos anos da chegada do navegador Cristóvão Colombo ao continente que ganharia o nome de América. Muitos livros, congressos, festividades, protestos e discussões foram preparados para 1992, particularmente na Espanha e nas áreas americanas que viveram sob domínio espanhol. O Brasil, por sua vez, não ficou de fora desses debates e criou também uma agenda de seminários dedicados à temática.

Lembro-me de que uma das questões centrais sugeridas por nossos professores na época era sobre a adequação da palavra “comemoração” em 1992. Afinal, o que estava sendo comemorado? Havia, de fato, razões para comemorações? Minha professora de História das Américas I era a competente e entusiasmada Maria de Fátima Gouvêa, que lamentavelmente já não está mais entre nós, mas permanece sendo uma referência fundamental para qualquer reflexão que eu faço sobre essa disciplina e sobre as discussões a ela vinculadas. A Fátima era especialmente enfática ao nos falar dos números, e há uma estimativa de que eu me lembro, em particular, e da qual acho que nunca vou me esquecer: afirmava-se que dos cerca de 25 milhões de índios que viviam na região do atual México, os historiadores e demógrafos estimavam que apenas 1 milhão teria sobrevivido em 1600, cerca de cem anos após a conquista daquela região pelos espanhóis.

Eu, aluna jovem e bem ingênua – devo confessar –, não compreendia aquelas estimativas. Como podia ser? E a Fátima se apressava em explicar, mais ou menos assim: “Vejam: os espanhóis

não eliminaram milhões de índios apenas com a força da espada; foi o choque dos micróbios e doenças trazidas pelos europeus, e desconhecidas pelos nativos, que provocou a maior parte desses milhões de mortos. Mas este dado não diminui em nada o caráter violento da conquista...”, dizia ela, provocando novas perguntas e mais discussões.

De fato, aquele curso de 1992 começava cheio de indagações instigantes: quantos índios viviam nas Américas antes da conquista? Por que receberam este nome: “índios”? E por quem a América foi chamada de “Novo Mundo”?

Como definir o que estávamos começando a estudar? Era um encontro de culturas? Uma confrontação? Uma aniquilação? Recordando agora essas questões, muitos anos depois do meu primeiro contato com a história das Américas, gostaria de discutí-las com você. Essas são, portanto, as perguntas que norteiam esta primeira aula.

O povoamento das Américas e as hipóteses demográficas

As primeiras populações da América eram originárias do antigo mundo asiático, de onde começaram a emigrar por volta de 40.000 anos antes da Era Cristã. Essas migrações foram feitas a pé através do estreito de Bhering, que se transformou em uma espécie de plataforma sólida durante o período de glaciação, permitindo os deslocamentos entre a Ásia e o continente americano. Na América, os povos nômades vindos da Ásia espalharam-se no sentido norte-sul. Não se sabe as razões dessa migração humana, de modo que só podemos formular questões e hipóteses: foram expulsos por outros povos? Buscavam caça? Fugiam da escassez de alimentos?

O certo é que esses grupos nômades encontraram na América grandes reservas de proteína, gorduras, ossos e peles, sendo bem provável que tal abundância de recursos tenha facilitado a expansão vertiginosa desses povos pelo continente. Na virada do décimo milênio a.C., a temperatura da Terra elevou-se, fazendo subir o nível dos oceanos e destruindo a passagem anteriormente presente no estreito de Bhering. A partir desse momento, as populações americanas passaram a viver de forma relativamente isolada entre si e em relação ao resto do mundo até a chegada dos europeus no final do século XV.

Nesse vasto espaço americano, duas regiões devem ser particularmente consideradas, pois foi nessas áreas que surgiram os Estados mais densamente povoados e politicamente hierarquizados a serem encontrados pelos espanhóis que chegaram ao continente: o Estado mexica e o Estado inca. É importante, desde já, que você seja capaz de localizar duas regiões que serão por vezes mencionadas ao longo do curso: a Mesoamérica (onde viveram os mexicas, entre outros povos) e a região andina (onde floresceu o Estado inca). Mesoamérica e região andina são denominações atualmente usadas por historiadores e antropólogos para designar tais áreas, também conhecidas como zonas nucleares da América. Ao longo de vários séculos, esses espaços concentraram as maiores densidades demográficas do continente americano, tornando-se, portanto, grandes núcleos de populações que viveram nos diferentes Estados que floresceram (e muitas vezes decaíram) naquelas áreas.

Na Mesoamérica e nos Andes, as condições climáticas e ecológicas, assim como um conjunto de circunstâncias particulares,

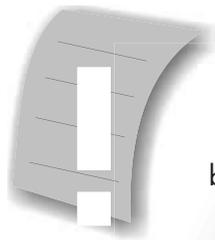


Figura 1.1: Regiões do continente americano nas quais primeiro se observaram processos de intensa sedentarização. Na época da chegada dos espanhóis ao continente americano, no século XVI, estas permaneciam sendo as áreas mais densamente povoadas das Américas.

Governo teocrático

Sistema de governo em que o poder político se encontra fundamentado no poder religioso, muitas vezes através da crença de que o governante era uma encarnação da divindade.

permitiram a domesticação do milho e o desenvolvimento de uma agricultura intensiva por volta do terceiro milênio a.C. Essas condições permitiram, nessas áreas, o desenvolvimento de civilizações caracterizadas por forte hierarquia social, por sistemas de **governo teocrático** e por construções arquitetônicas monumentais. A capacidade de alimentar grandes conjuntos populacionais era propiciada pelo desenvolvimento da agricultura intensiva, que fixava as populações nativas e impulsionava o crescimento da urbanização, outra característica marcante das áreas nucleares da América antes e depois da conquista. Os grandes regimes tributários surgidos nessas áreas, como foi o caso dos mexicas e dos incas, alimentavam-se da sedentarização: apenas as populações fixadas e praticantes de agricultura podiam produzir mercadorias excedentes para pagar tributos a seus governantes. Com a tributação, criaram-se sociedades nativas caracterizadas por forte hierarquia social, uma vez que os setores burocráticos e sacerdotais se distanciavam socialmente daqueles que trabalhavam diretamente para o pagamento de tributos.



Quando tratamos de temporalidades muito extensas, como nesta aula, é comum haver confusão e dúvidas. Uma cronologia básica pode ajudá-lo a localizar-se temporalmente:

40.000 a 10.000 a.C. – A glaciação fez surgir um grande bloco de gelo no estreito de Bhering.

12.000 a 10.000 a.C. – Período de intensa migração terrestre da Ásia para a América através do estreito de Bhering; dispersão de povos pela América no sentido norte-sul.

Não há consenso na comunidade arqueológica sobre esse dado.

3.000 a 1.000 a.C. – Os Andes e a Mesoamérica já contam com plena sedentarização, ou seja, já possuem agricultura estável para permitir a vida em aldeias e a urbanização.

A esta altura, uma pergunta pode estar passando por sua cabeça: quantos nativos viviam nas Américas na época da chegada dos espanhóis a essas terras? Já vimos aqui que a América era um continente vasto, povoado há milênios e particularmente populoso em algumas áreas, como a Mesoamérica e os Andes. É preciso notar, também, que as diversas localidades da América apresentavam uma grande variedade de povos, línguas, meio ambiente e sistemas socioeconômicos.

Em relação a uma área tão vasta e marcada por grande diversidade, não é de se estranhar que as estimativas populacionais apresentem divergências. De fato, os cálculos sobre a população americana antes da conquista são muito divergentes e boa parte da controvérsia e dos contrastes se deve a uma dúvida importante: a América era capaz de nutrir uma quantidade expressiva de habitantes? Antes de tentar responder a essa questão, é válido ressaltar algumas estimativas propostas pelos estudos demográficos que consideram a quantidade de habitantes nativos nas Américas do Norte, Central e do Sul antes da conquista. A. L. Kroeber, por exemplo, calculou em cerca de 8.400.000 os nativos da América nesse período, ao passo que H. F. Dobyns afirmou que a população americana então variava entre 90 e 112 milhões de habitantes. Para A. Rosenblat, os nativos americanos não ultrapassavam o modesto número de 1.385.000 habitantes, ao passo que seu colega W. M. Denevan propôs o mais generoso número de 57 milhões de nativos por volta de 1492.

O primeiro dado a ser notado é a variedade de estimativas: algumas muito baixas, prevendo que o continente americano era muito pouco povoado antes da chegada dos europeus; outras bem altas, considerando que o continente era capaz de alimentar mais de 100 milhões de pessoas nesse mesmo período. Em meio às controvérsias, vale notar, de início, que as hipóteses demográficas hoje mais aceitas pelos historiadores são as chamadas hipóteses médias, que calculam a população nativa entre 57 e 80 milhões de pessoas. Mas o que esta estimativa pode nos sugerir em termos de uma caracterização do continente antes de 1492?

Na verdade, as hipóteses médias sugerem que os nativos do continente dispunham de técnicas agrícolas e de recursos para alimentar populações bastante consideráveis. Embora os níveis de população fossem variáveis nas diferentes áreas do continente (algumas muito povoadas; outras povoadas escassamente), a América era capaz de manter sociedades numerosas em 1492. Cerca de um século depois, em 1600, havia apenas 10 milhões de habitantes nesse mesmo continente. Como se deu, então, uma queda tão drástica na população das Américas?

Em primeiro lugar, devo ressaltar que a população de 10 milhões de pessoas vivendo na América no ano de 1600 não era apenas de nativos, já que incluía também os europeus e os africanos que chegaram aqui. Assim, a extensão da catástrofe demográfica dos nativos fica ainda maior, evidenciando a grande mortalidade dos índios americanos. Vários fatores concorrem para essa brutal mortalidade indígena: os deslocamentos forçados, a fome, a desestruturação social, religiosa e cultural e a violência dos conquistadores são elementos que explicam a grande queda demográfica entre os nativos. Mas a conquista trouxe também doenças até então desconhecidas pelos nativos americanos (sarampo, gripes e doenças respiratórias, entre outras), que não resistiram diante da invasão de germes para os quais não possuíam defesas. A propagação das epidemias transmitidas pelos europeus foi, sem dúvida, a principal causa da intensa mortalidade indígena ao longo do primeiro século da conquista. Toda e qualquer reflexão a respeito da construção da sociedade colonial nas Américas deve levar em conta que o mundo dos nativos estava enfraquecido não apenas pelas derrotas militares diante da invasão dos europeus. De fato, tais sociedades precisaram se adaptar à conquista em meio a muitas mudanças e violências, particularmente dramáticas, por ocorrerem em meio ao caos das doenças e da intensa mortalidade nativa.



Atende ao Objetivo 1

1. O frei Bartolomé de las Casas foi um conhecido religioso, membro da Ordem dos Dominicanos, que viveu parte de sua vida entre os índios da América no início do século XVI. Ainda em vida, ficou conhecido como “protetor dos índios americanos”, e produziu vários escritos sobre a violência dos europeus contra os nativos. Entre esses escritos compostos pelo dominicano, o mais célebre foi o *Brevíssima relação da destruição das Índias*, concluído em 1542. Nesse relato, Las Casas definia os índios como o povo mais suave, humilde e bom do mundo. Os conquistadores e colonos espanhóis, em contrapartida, eram descritos como tiranos, assassinos, ladrões e torturadores. A obra, publicada pela primeira vez na Espanha em 1552, trazia detalhes das crueldades dos espanhóis no Novo Mundo, fornecendo um repertório de histórias de horror de que os inimigos europeus da Espanha tirariam proveito.

Nesta atividade, proponho que você leia um breve trecho desse livro e comente-o, tendo em vista as informações desta aula a respeito da demografia e da mortalidade dos nativos americanos na época da conquista:

Podemos dar conta boa e certa que em quarenta anos, pela tirania e diabólicas ações dos espanhóis, morreram injustamente mais de 12 milhões de pessoas; e verdadeiramente eu creio, e penso não ser absolutamente exagerado, que morreram mais de quinze milhões. Aqueles que foram de Espanha para esses países (e se tem na conta de cristãos) usaram de duas maneiras gerais e principais para extirpar da face da terra aquelas míseras nações. Uma foi a guerra injusta, cruel, tirânica e sangrenta. Outra foi matar todos aqueles que podiam ainda respirar ou suspirar e pensar em recobrar a liberdade (...) A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade última senão o ouro, para enriquecer pouco tempo (...) (LAS CASAS, 2001).

O “Novo Mundo” dos “índios”

A expressão "Novo Mundo" surgiu junto com a conquista das terras da América pelos europeus. Foi usada pela primeira vez em 1493 pelo padre italiano Pedro Mártir, um dos mais importantes divulgadores europeus das atividades de descobrimento e conquista das Américas. O humanista Mártir nunca pisou nas Américas e não possuía, portanto, uma vivência empírica do que relatava. Mas viveu na corte de Castela, onde manteve contato estreito com navegadores que voltavam e contavam os detalhes das terras recém-descobertas. A partir dessas fontes, Mártir escrevia em latim suas cartas (publicadas pela primeira vez em 1504) e as enviava para diversos contemporâneos ilustres, ávidos por notícias. Sem preocupação espiritual marcante nesses escritos, Mártir demonstrava uma flexibilidade para superar as ideias preconcebidas sobre as terras de além-mar. Rejeitava assim a ideia do navegador Cristóvão Colombo, que acreditava ter chegado às Índias, ou à ilha das areias de ouro. Pedro Mártir, em contrapartida, divulgava aos europeus a ideia de um Novo Mundo, diferente de tudo aquilo já descrito ou imaginado pelos europeus daquele tempo.

Para os nativos, convertidos em índios pelos conquistadores, a chegada dos europeus também criou um Novo Mundo, marcado pela brutal queda demográfica, pela **evangelização** que marginalizava violentamente as culturas nativas e pela transformação radical, quase sempre, de antigos modos de vida e de trabalho.

Nathan Wachtel, autor hoje clássico no ensino de História das Américas no Brasil, observou o Novo Mundo dos índios através da noção de “visão dos vencidos”. Para Wachtel, os nativos da Mesoamérica e dos Andes perceberam a chegada dos espanhóis no arcabouço do mito, como se tratasse do retorno dos deuses civilizadores Quetzalcóatl (entre os mexicas) e Viracocha (entre os incas), cultuados pelos índios desde muito

Evangelização

O processo de evangelização da América consistiu na imposição dos rituais, dogmas e sacramentos do catolicismo aos nativos. Na Aula 5, você encontrará informações detalhadas sobre esse processo.

Hispanização

O termo hispanização refere-se à adoção, por parte dos nativos, de hábitos, trajes e modos de vida próprios dos espanhóis.

antes da conquista. Mas os nativos logo perceberam que estavam diante de uma desestruturação de seus mundos. O processo de reconstrução das sociedades nativas assumiu, de acordo com Wachtel, formas diversas: resistência, mestiçagem ou algum grau de **hispanização**.

Outros autores, em perspectiva mais informada pelos métodos e problemas da história cultural, buscaram ressaltar a ação dos índios diante do brutal processo de conquista, revelando capacidades de adaptação, criatividade e inovação no mundo dos índios, apesar de toda a aniquilação. No vale do México – área estudada pelo historiador francês Serge Gruzinski –, em meio a toda destruição material e cultural, os índios tiveram que realizar uma readaptação completa de suas antigas práticas: realizaram antigos cultos em segredo, aprenderam mecanismos jurídicos dos espanhóis para defender as terras de suas aldeias, alteraram cálculos de população de suas comunidades para driblar as exigências de braços para o trabalho por parte dos espanhóis. Antigos chefes do mundo indígena, por sua vez, aprenderam o idioma do conquistador e aderiram à nova ordem política para preservar alguns de seus antigos privilégios. O Novo Mundo dos índios foi um mundo de violência extrema e aniquilação, mas também de mestiçagens e de adaptações frente aos imperativos da conquista. É essa a visão de autores como Serge Gruzinski e Steve Stern, por exemplo.

A mestiçagem, deve-se notar, é um conceito comum a diversos autores que buscaram delimitar as ações e visões dos índios diante da conquista. A meu ver, a compreensão de como se conformou para os índios um novo mundo após a conquista implica pensá-los como atores sociais desse imenso processo de mudanças desencadeado pelo emblemático ano de 1492. Emblemático para os espanhóis e, não menos, para as antigas sociedades nativas das Américas.



O termo "índio" é fruto de um equívoco geográfico e de uma visão europeia generalizante sobre o complexo mundo dos nativos americanos. O equívoco geográfico deveu-se aos europeus terem imaginado, inicialmente, que haviam chegado às Índias Orientais, objetivo original das navegações dos espanhóis no final do século XV. E, ao chamarem os habitantes do continente de índios, os estrangeiros expressavam também uma visão generalizante, pois deixava de lado a enorme variedade e complexidade dos povos nativos. Afinal, como afirmam S. Schwartz e J. Lockhart, o termo "índio" não correspondia, naquela época, a nenhuma unidade percebida pelos nativos. Nenhum dos povos tinha uma palavra em sua língua que pudesse ser traduzida pelo termo "índio", atestando que esse conceito era inteiramente desconhecido pelos antigos habitantes do continente americano. Assim, mexicas, tarascanos, incas, arwaks, caribes..., para citar apenas alguns entre tantos povos nativos, não se reconheciam inicialmente sob a genérica identidade de índios, inventada pelos europeus no processo de conquista das Américas.

Mas, ao longo da experiência colonial, e mesmo após o fim do colonialismo, o termo "índio" passou a ser apropriado por muitos grupos nativos, principalmente na esfera pública e na demanda por direitos políticos específicos para suas comunidades. A historiadora brasileira Maria Regina Celestino já demonstrou, por exemplo, que os nativos escreviam petições ao rei de Portugal, no século XVIII, valorizando exatamente a identidade de índios. Ao fazê-lo, reivindicavam direitos – principalmente à terra – garantidos nas leis ibéricas aos chamados índios aldeados. Como afirma a autora, “diante do caos instalado nos sertões pelas epidemias, guerras coloniais e escravizações em massa, os índios ingressavam nas aldeias buscando o mal menor, e o faziam através de acordos que, geralmente, lhes acenavam com promessas de terra, proteção e outras vantagens, sobretudo para as lideranças”. Assim, como demonstrou a excelente pesquisa de Celestino, evidenciava-se que os nativos souberam transformar-se e reelaborar seus valores, culturas, interesses e até mesmo suas identidades no contexto colonial.

CONCLUSÃO

No início desta aula, formulei algumas perguntas sobre a interação entre índios e europeus nos primeiros tempos da conquista: tratou-se de um encontro de culturas? De um confronto? De um processo de aniquilação? Creio que todas essas possibilidades se aplicam às profundas transformações desencadeadas pela conquista. Para os europeus, a América era um novo mundo a ser conquistado e evangelizado através de um processo que foi marcado por profunda violência e aniquilação. Para os índios, o impacto dessa aniquilação evidenciava-se por meio da intensa queda demográfica, das epidemias e da imposição de formas de vida e de trabalho totalmente desconhecidas até então.

Contudo, o termo "aniquilação" deve ser usado com cuidado pelos historiadores e professores de História, pois sugere, à primeira vista, que toda a capacidade de resistência dos índios foi minada pela conquista. Afirmar isso seria desconsiderar os nativos como agentes históricos capazes de se mobilizar e agir politicamente na defesa dos interesses de suas comunidades. Reconhecer essa capacidade é uma condição para o estudo da história dos índios e dos europeus na América após a conquista. Dessa forma, é possível ressaltar a ação dos nativos diante do brutal processo de conquista, revelando capacidades de adaptação, criatividade e inovação no mundo dos índios, apesar de toda a aniquilação.

A visão dele é também a minha sobre a utilização dos referidos termos no ensino de História. Assim escreveu Vainfas, após perguntar se devemos abandonar esses termos: “Não cheguemos a tanto. Vamos mantê-los para fins didáticos. Afinal, a História consagrou essas palavras. Uma espécie de armadilha da qual é difícil escapar totalmente. Mas é preciso manter o senso crítico e ter a consciência de que são palavras colonialistas. Palavras inventadas pelos que fizeram a colonização devem ser questionadas!”

RESUMO

No vasto espaço americano, duas regiões devem ser particularmente consideradas, pois foi nessas áreas que surgiram os Estados mais densamente povoados e politicamente hierarquizados a serem encontrados pelos espanhóis que chegaram ao continente: o Estado mexica e o Estado inca. A Mesoamérica (lar dos mexicas) e região andina (onde viveram os incas) são denominações atualmente usadas por historiadores e antropólogos para designar tais áreas, também conhecidas como zonas nucleares da América. Ao longo de vários séculos, esses espaços concentraram as maiores densidades demográficas do continente americano, tornando-se, portanto, grandes núcleos de populações que viveram nos diferentes Estados que floresceram e desapareceram ao longo de vários séculos de história.

Durante e após a conquista espanhola, as populações nativas da América enfrentaram uma brutal queda demográfica. Vários fatores concorreram para as altas taxas de mortalidade indígena: os deslocamentos forçados, a fome, a desestruturação social, religiosa e cultural e a violência dos conquistadores são elementos que explicam a grande queda demográfica entre os nativos. Mas a conquista trouxe também doenças até então desconhecidas pelos nativos americanos (sarampo, gripes e doenças respiratórias, entre outras), que não resistiram diante da invasão de germes para os quais não possuíam defesas. A propagação das epidemias transmitidas pelos europeus foi, sem dúvida, a principal causa

da intensa mortalidade indígena ao longo do primeiro século da conquista. Toda e qualquer reflexão a respeito da construção da sociedade colonial nas Américas deve levar em conta que o mundo dos nativos estava enfraquecido não apenas pelas derrotas militares diante da invasão dos europeus. De fato, tais sociedades precisaram se adaptar à conquista em meio a muitas mudanças e violências, particularmente dramáticas, por ocorrerem em meio ao caos das doenças e da intensa mortalidade nativa.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos discutir os principais traços das sociedades mexica e inca no período que antecedeu a conquista espanhola das Américas.
Até lá!

Aula 2

Os índios antes
da conquista – o
caso dos mexicas
e dos incas

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar aspectos da expansão dos Estados mexica e inca no período anterior à conquista hispânica nas Américas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar aspectos relativos à formação e ao expansionismo guerreiro do Estado mexica na Mesoamérica;
2. caracterizar aspectos relativos à organização e expansão do Estado inca na região andina antes da conquista;

Pré-requisito

Para melhor acompanhar o desenvolvimento desta aula, é importante que você tenha em mãos um atlas histórico. Uma sugestão acessível é o *Atlas histórico básico*, de José Jobson Arruda, publicado pela Editora Ática.

INTRODUÇÃO

Um livro originalmente publicado em 1982 tornou-se uma referência para os estudantes universitários de História na época em que eu estava na faculdade, no começo dos anos 1990. Trata-se do livro de Tzvetan Todorov, intitulado *A conquista da América: a questão do outro*. O autor, um filósofo nascido na Bulgária e com carreira construída na França, afirmava, na introdução da obra, uma das razões de ter-se voltado para o estudo da descoberta e da conquista da América: para ele, a descoberta dos americanos havia sido marcada por um sentimento radical de estranheza. Estranheza de ambos os lados, deve-se notar, pois o isolamento relativo das Américas fez com que europeus e nativos se ignorassem totalmente até o fim do século XV.

Ao chegarem ao continente americano, os europeus não sabiam muito sobre os povos que habitavam as regiões mais densamente povoadas daquela área, tampouco estavam seguros sobre os modos de conduzir as guerras de conquista. Não sabiam, na verdade, que estavam prestes a enfrentar Estados fortemente hierarquizados e organizados em torno da expansão guerreira, como era o caso dos mexicas e incas às vésperas da conquista. Como nos lembra Todorov, o encontro entre o Velho e o Novo Mundo assumiu uma forma bem particular: foi uma guerra, ou como se dizia então, uma conquista.

Você certamente deve estar especulando intimamente sobre uma questão de fato inquietante: o resultado imediato do combate. Ora, como explicar a vitória dos europeus, se os nativos eram tão superiores em número e lutavam em seu próprio solo? Há muitas formas, na verdade, de responder a essa questão. As doenças trazidas pelos europeus foram devastadoras e causaram muitas mortes desde os primeiros contatos, enfraquecendo as defesas nativas. Havia também uma inegável superioridade bélica favorecendo os espanhóis, na medida em que seus arcabuzes

e canhões eram mais eficientes que as armas utilizadas pelos adversários nativos. Além disso, como bem adverte Todorov, as formas de compreender o mundo eram muito diferentes entre índios e europeus e, para os primeiros, a chegada daqueles homens vindos do mar foi percebida de acordo com os mitos conhecidos desde muitas gerações antes da chegada dos espanhóis. Alguns desses mitos falavam do retorno de deuses civilizadores, e é provável que os europeus, ao menos inicialmente, tenham sido confundidos com esses deuses, enfraquecendo a capacidade de defesa dos índios.



Uma boa sugestão de leitura sobre a percepção dos espanhóis como deuses que retornavam é o artigo de Nathan Wachtel, "Os índios e a conquista espanhola", in Bethell, Leslie. *História da América Latina: América Latina colonial*, volume I.

Há ainda um outro argumento, sempre ressaltado pelos historiadores que se debruçam sobre as razões da vitória dos europeus: as rivalidades próprias do mundo dos índios. Na qualidade de Estados em expansão, os incas e os mexicas estavam envolvidos em conflitos com os povos subjugados, provocados pelas guerras que dividiam o mundo dos nativos antes da conquista. Para alguns desses povos, que consideravam os mexicas e os incas como usurpadores, os europeus foram encarados como aliados. Com os próprios nativos como aliados, a vitória europeia foi certamente mais facilitada.

Nesta aula, eu gostaria de discutir a organização dos Estados mexica e inca a partir de três questões em particular: como esses Estados se formaram? Como a historiografia explicou seu expansionismo? Que aspectos em comum podem ser percebidos na história desses dois Estados às vésperas da conquista espanhola?

O expansionismo mexica



Em diversos livros, encontramos a palavra “astecas” para designar o povo que aqui estamos chamando de “mexicas”. Na verdade, trata-se do mesmo povo, mas o correto é chamá-los de mexicas, pois esse era o termo usado na época da conquista.

No início do século XIV, o centro do México antigo era ocupado por diversas etnias. Foi nessa época que se instalaram no vale os mexicas, a partir da fundação da cidade de Tenochtitlán. Tempos depois, já no século XV, os mexicas aliaram-se a outras cidades – Texcoco e Tlacopán –, formando uma Tríplice Aliança. Tenochtitlán – a capital dos mexicas cuja população rondava os 400.000 habitantes na época da conquista – dominava essa aliança e comandava a expansão militar sobre os povos vizinhos. Entre o século XV e as primeiras décadas do século XVI, observou-se ali um movimento de expansão guerreira e domínio político sobre uma vasta região, marcada por certos traços em comum, mas também por traços de diversidade cultural e linguística. Gostaria de considerar o expansionismo mexica buscando compreender, especificamente, como esse povo buscava legitimar o controle, muitas vezes frágil, exercido sobre uma área tão vasta. É certo que havia muita resistência à expansão do domínio mexica, conforme atestam os conflitos com os senhorios das cidades de Tlaxcala e Metztlán, para citar duas regiões que resistiram diante dos avanços mexicas.



Zacatecas.
 Querétaro.
 Tula.
 Teotihuacán.
 Tlaxcala.
 Tenochtitlán (Cidade do México).
 Puebla.
 Vera Cruz.
 Oaxaca.
 Acapulco.

Figura 2.1: A Mesoamérica antes de 1519. Observe que o domínio mexica corresponde às áreas sombreadas de cinza neste mapa.



As estimativas sobre a população da cidade de Tenochtitlán são muito variadas, com cifras que vão de 120 a 400 mil habitantes. Ainda que não seja possível precisar o tamanho exato da população, é certo que se tratava de um grande e complexo centro urbano, formado por templos, praças, fontes, arsenais militares, residências dos governantes, além de diversos bairros. A cidade contava, em 1519, com mais de cinquenta *calpulli* – nome atribuído às comunidades que formavam os bairros da cidade –, constituídos principalmente pelo grupo *macehualtin*, a população simples e dedicada ao trabalho na cidade.

As pessoas que não precisavam se ocupar do trabalho na terra ou com as atividades artesanais eram geralmente os chamados *pipiltin* – os senhores ou principais. Eles recebiam educação sofisticada e ocupavam os postos destacados nas funções religiosas, militares e burocráticas. Dessa camada da sociedade saíam os dirigentes máximos dos mexicas, conhecidos pelo nome de *tlatoani*: aquele que tem a palavra preciosa. Esse era o título atribuído ao conhecido Montezuma, que na época da chegada dos espanhóis era o juiz supremo, o chefe dos exércitos e a autoridade religiosa máxima nos domínios mexicas.

O poder dos soberanos mexicas era conferido por um pequeno grupo de *pipiltin*, que se reunia e discutia por alguns dias para eleger, em decisão unânime, o chefe da confederação mexicana.

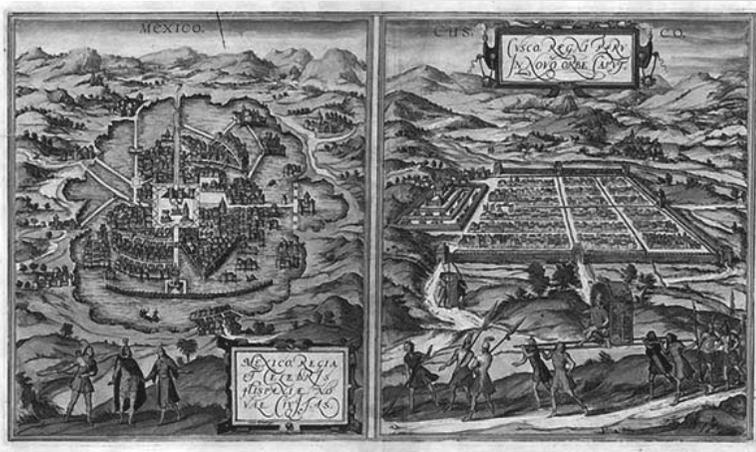


Figura 2.2: Esta imagem faz parte do *Civitates Orbis Terrarum*, o primeiro atlas incluindo diferentes cidades ao redor do mundo a ser publicado na Europa, em 1572. A parte esquerda da imagem corresponde à cidade de Tenochtitlán (atual Cidade do México), e a parte direita representa a cidade de Cuzco, sede do Estado inca, atual Peru. A vista da cidade de Tenochtitlán reproduzida nesse mapa foi inspirada pela representação presente nas cartas do conquistador Hernán Cortéz, publicadas em 1524.

Fonte: <http://www.loc.gov/exhibits/earlyamericas/online/precontact/precontact.html>

Mas é igualmente notável que os mexicas impuseram-se militar e politicamente sobre muitos senhorios da região. Como legitimaram tal expansionismo? Para responder a essa pergunta, seria interessante considerar inicialmente a visão presente nas fontes nativas, já que estamos tratando de uma área, a Mesoamérica, marcada pelas culturas orais, eminentemente, mas também pela escrita, ainda que restrita às elites. Em seguida, vou abordar visões historiográficas sobre o expansionismo, tentando recuperar os modos pelos quais historiadores, a partir do fim dos anos 1970, têm avaliado o movimento expansionista dos mexicas.

Os mexicas investiram na construção de uma imagem de seu passado e de sua identidade antes da instalação em Tenochtitlán, por volta de 1325 d.C. A história contada pelos mexicas chegou

a nós através de fontes índias compiladas após a conquista (estão presentes no Códice Florentino e no Códice Vaticano A, entre outros), e narra a sujeição desse povo na região de Aztlán, onde pagavam tributos e trabalhavam para senhorios que os humilhavam e os odiavam. O sacerdote Huitzilopchtli teria manifestado então aos mexicas a ordem de migrarem para o vale, pois lá deixariam de ser pobres e teriam um destino singular como governantes e conquistadores. De acordo com o historiador Miguel León-Portilla, a história que os mexicas elaboraram sobre sua instalação no vale do México teria sido disseminada por volta da década de 1420 d.C., quando, sob o governo de Itzcoatl, iniciou-se uma era de expansão sem precedentes desse grupo. Assim, os mexicas teriam investido na construção de uma tradição relativa a seu passado que era adequada ao momento de rápida expansão de seu domínio sobre outros senhorios da região.



Os mexicas herdaram uma tradição já presente entre outros povos que habitaram a Mesoamérica: o registro escrito de acontecimentos, antigos eventos, narrativas, conhecimentos sobre os deuses, a astronomia e tantos outros elementos que faziam parte de suas vidas. Esses registros foram gravados em pedras, escritos em códices – espécies de livros – ou mantidos pelas tradições orais daqueles povos. Na época da conquista espanhola, no início do século XVI, a maioria dos antigos códices nativos foi incendiada a mando das autoridades e dos religiosos europeus, restando apenas quinze livros produzidos antes da chegada dos espanhóis. Entretanto, como demonstra o historiador Eduardo Natalino dos Santos, os índios especializados na produção de códices continuaram elaborando livros, principalmente nas regiões mais distantes dos centros de poder criados pelos espanhóis. Os próprios religiosos e funcionários da Coroa espanhola perceberam, mais tarde, que a destruição sistemática dos documentos produzidos pelos índios era um entrave para os propósitos dos conquistadores, que precisavam conhecer os povos que estavam buscando dominar.

Assim, mais de 900 códices foram produzidos pelos índios na época colonial, muitos deles por encomenda ou com a participação dos próprios agentes da colonização espanhola.

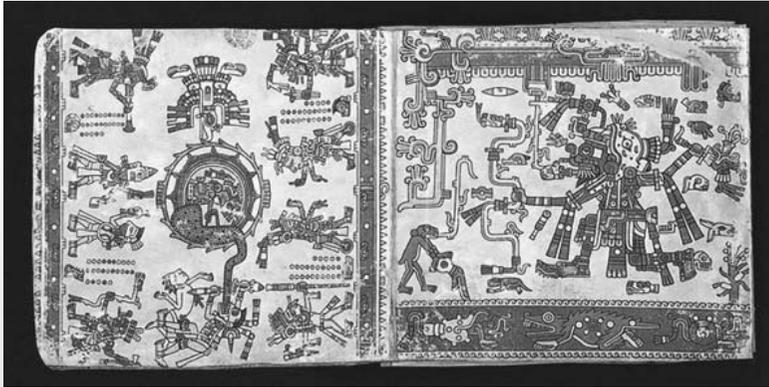


Figura 2.3: Imagem de uma das páginas do Códice Vindobonensis, um manuscrito elaborado antes da conquista do México, e um dos poucos não destruídos naquela época. Esse documento ilustra como os deuses criaram o mundo, de acordo com a visão dos índios mistecas, da região de Oaxaca, México. O códice original está atualmente depositado na Biblioteca Nacional de Viena.

Fonte: <http://www.loc.gov/exhibits/earlyamericas/online/precontact/precontact3.html>

Assim, a memória e a história elaborada por esse povo ligam a migração à promessa de um destino singular para os mexicas, legitimando seus novos domínios. Ou, nas palavras de Eduardo Natalino dos Santos,

o importante é que se busque entender quais são os marcos referenciais e os objetivos com os quais um determinado grupo humano molda sua memória e sua visão de história, pois assim podemos entender por que tais fatos são selecionados e narrados de tal modo.

No caso aqui discutido, parece-me que os mexicas privilegiaram a memória da humilhação e das dificuldades no passado, que os levaram a migrar e constituir uma nova cidade, a partir da qual se tornariam governantes e conquistadores.

Parte da historiografia produzida nas últimas décadas esteve atenta a esses registros culturais ao buscar explicar o movimento de expansionismo dos mexicas. Ao final dos anos 1970, Christian Duverger interpretou o sacrifício humano entre os mexicas em seu livro, *La flor letal*,

A ideia de **hipótese causal hidráulica**

esteve presente em alguns trabalhos sobre a história das sociedades nativas da América antes da conquista. Tal noção, particularmente usada por autores marxistas, vincula a formação dos Estados mexica e inca à necessidade de realizar grandes obras de irrigação. O Estado, de acordo com essas interpretações, teria surgido a partir da necessidade de organizar e fiscalizar obras hidráulicas, que exigiam grandes concentrações de homens disponíveis para um trabalho que ultrapassava os interesses imediatos de sua família ou da pequena comunidade à qual pertenciam.

e apontou alguns dados socioculturais que ligavam a morte em combate ao destino do povo mexica. De acordo com Duverger, os mexicas acreditavam e disseminavam a ideia de que os mortos em combate – assim como as mulheres mortas no parto e as vítimas de sacrifícios humanos – alimentavam o Sol. Segundo o imaginário de povos mesoamericanos, os mexicas eram o povo do quinto sol, considerado o Sol em movimento. E para que o Sol se mantivesse em movimento, a morte dos guerreiros em combate era necessária e valiosa, pois alimentava a reserva de energia solar. Assim, a guerra constante, que gerava a expansão política e a tributação a partir de Tenochtitlán, teria uma utilidade para a coletividade. Dessa forma, a morte em combate seria honrosa e, ao mesmo tempo, era tida como vital para a coletividade e legitimadora da expansão.

Miguel León-Portilla, em um artigo dos anos 1980, buscou igualmente explicar o expansionismo mexica através de argumentos socioculturais. Portilla recusava as hipóteses defendidas pelos autores marxistas nos anos 1970, sobretudo aquelas que lidavam com a noção de **hipótese causal hidráulica** para explicar a formação e expansão do Estado mexica. Para Portilla, a elite mexica investiu na formação de uma imagem que confirmava seu suposto papel central na manutenção do universo. O grupo dominante preocupava-se, portanto, com a organização do culto aos deuses, com os sacrifícios humanos e com as guerras constantes para impor o domínio mexica e, assim, garantir a manutenção do mundo em que viviam. Em sua interpretação, Portilla destacou o papel dos *pipiltin* na elaboração de discursos que justificavam a pretensa missão mexica de governar outros povos. Como adverte Portilla, a educação recebida em casa e nos *calmecac* (escolas frequentadas por jovens da elite), bem como a experiência obtida como membros de um grupo dominante, estimulava nos *pipiltin* um senso de comunidade e de dignidade que justificava seu domínio sobre comunidades inteiras.

O historiador francês Serge Gruzinski, em um livro originalmente publicado em 1988, nos advertiu que o imenso e violento processo de hispanização liderado pelos europeus na América criou uma

imagem uniforme dos mundos nativos, que em nada corresponde à diversidade desse universo antes e mesmo depois da conquista. Assim, é preciso ressaltar que os mexicas se expandiram sobre um território marcado por conflitos entre grupos e culturas heterogêneas. O controle da Tríplice Aliança (Tenochtitlán, Texcoco e Tlacopán) concretizou-se, de acordo com Gruzinski, por meio da exigência dos **tributos**, da eventual instalação de guarnições militares nas áreas conquistadas, da imposição de deuses aos panteões locais e, acima de tudo, da constituição de alianças matrimoniais. O autor lembra ainda que esse controle, recém-instalado, se tomamos por marco temporal a conquista espanhola, era politicamente frágil, talvez por não possuir uma escrita à altura de suas ambições.

Enfim, não se trata aqui de contrastar as versões da história produzidas pelos mexicas com as interpretações dos historiadores, pois a natureza e os usos dessas interpretações são certamente diversos. Trata-se, antes, de reafirmar o caráter histórico das sociedades indígenas das Américas, fossem elas possuídas ou não de uma escrita que perpetuasse suas histórias.

As comunidades conquistadas pelos mexicas eram obrigadas a pagar **tributos** ao Estado – eminentemente sob a forma de produtos agrícolas, artefatos artesanais e objetos cerimoniais, entre outros. Idealmente, o *tlatoani* recebia esses produtos e armazenava parte deles para serem redistribuídos pelas comunidades em épocas de dificuldade ou nos grandes festivais públicos, de modo a reforçar os laços entre o Estado e as comunidades subordinadas.



Atende ao Objetivo 1

1. Nesta atividade, convido você a treinar uma habilidade importante na formação de um professor de História: sintetizar ideias com clareza. Como esta aula concentra-se na discussão historiográfica, peço que você complete o quadro a seguir, registrando a época em que foram produzidas três das interpretações aqui destacadas sobre o expansionismo mexica. Na terceira coluna, peço que você descreva brevemente o modo pelo qual cada um desses autores buscou explicar a expansão política e militar dos mexicas entre os séculos XV e XVI.

AUTOR	ÉPOCA	INTERPRETAÇÃO SOBRE O EXPANSIONISMO MEXICA
C. Duverger		
Miguel León-Portilla		
S. Gruzinski		

Comentário

Segue-se uma sugestão de como completar o quadro proposto na atividade:

AUTOR	ÉPOCA	INTERPRETAÇÃO SOBRE O EXPANSIONISMO MEXICA
C. Duverger	Anos 1970	A explicação privilegia questões relativas ao imaginário cultural, pois vincula a lógica da guerra constante (expansão) à necessidade de manter o sol em movimento.
Miguel León-Portilla	Anos 1980	A explicação privilegia os argumentos socioculturais, destacando o papel da elite mexicana, os chamados <i>pipiltin</i> , na elaboração de visões de mundo que os tornavam centrais na preservação do universo: eles lideravam as guerras, organizavam o culto aos deuses, governavam povos vizinhos.
S. Gruzinski	1988	A interpretação de Gruzinski enfatiza a fragilidade do controle mexicano sobre as áreas subordinadas no processo de expansão militar e destaca os mecanismos empregados na manutenção dessa política de domínio: alianças matrimoniais, tributação, imposição de cultos religiosos.

Povos da montanha: o expansionismo inca

Nas montanhas dos Andes, instalou-se uma dominação próxima daquilo que geralmente denominamos de império. Quando os espanhóis se aproximaram da região andina, na década de 1530, os incas reinavam havia algumas gerações sobre uma vasta área, chamada de “Império das Quatro Direções”, cujos domínios

estendiam-se do atual Equador, ao norte, até o Chile, ao sul. Os incas instalaram-se inicialmente no vale de Cuzco, por volta do século XIII d.C., mas apenas no século XV (por volta de 1470 d.C.) começaram a estender seus domínios sobre outros territórios e povos da região andina, incorporando e cobrando tributos de centenas de grupos étnicos caracterizados por grande diversidade cultural e linguística.



Note que a denominação inca corresponde ao povo, e também era usada para designar os diferentes soberanos desse povo, os incas.

Quais eram as especificidades dessa vasta região? Sabemos que os incas expandiram seus domínios nas áreas de maior altitude, que eram também as mais povoadas e tradicionalmente usadas para o cultivo de alimentos altamente nutritivos, como o milho e a batata. Mas a terra cultivável das montanhas era pouca, quando se tratava de manter grandes concentrações de população, como ocorrera, por exemplo, na época do expansionismo inca. As bases para as grandes populações ou para a formação de um extenso Estado dependiam da pesca, da coleta de produtos e do cultivo em vários pisos ecológicos, de modo a aproveitar os recursos de diferentes áreas e climas.

Para John Murra, grande especialista na história andina no período anterior à conquista, o Estado inca ampliou uma

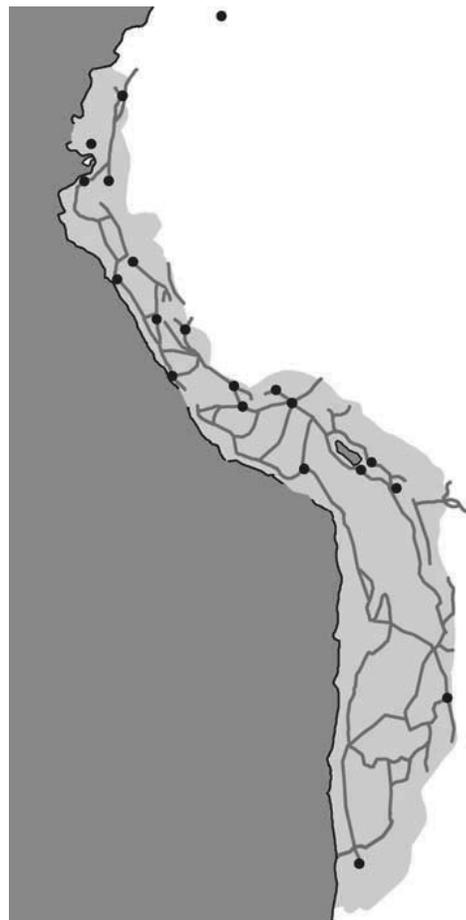


Figura 2.4: O mapa apresenta os domínios dos incas na região andina por volta de 1532.

.....

dinâmica já existente nos Andes, transformando-a em uma espécie de política de domínio sobre os grupos da região. A dinâmica preexistente foi chamada por esse autor de “prática de duplo domicílio”, e consistia nos frequentes deslocamentos da população em busca de recursos presentes em pisos ecológicos diferentes daqueles que se encontravam em sua comunidade original.

Um exemplo pode nos ajudar a compreender melhor os argumentos desse autor. Imagine um povoado nativo construído na serra andina a uma altitude de aproximadamente 3.000 metros, capaz de produzir basicamente milho e batata. Ora, esses alimentos, embora muito nutritivos, não eram suficientes para alimentar as famílias locais, que não dispunham de mais terras para outros cultivos. Assim, uma parte da comunidade deslocava-se de tempos em tempos para explorar os recursos de pastagens localizadas em outro “piso” das montanhas, a uma altitude de 4.000 metros. Outros membros da mesma comunidade da serra viajavam para as áreas mais baixas, aproveitando os recursos de um outro “piso”, localizado nas áreas mais quentes e úmidas, onde produziam a coca, o algodão e extraíam madeira. Movimentando-se pelos diferentes pisos ecológicos da região andina, os habitantes da montanha podiam compensar os rigores de viver em regiões tão altas e carentes de terras suficientes para que sobrevivessem. Assim, os andinos transformavam as limitações do clima e as restrições da terra em uma vantagem, deslocando-se para aproveitar recursos variados.

Esse tipo de deslocamento sazonal existia na região andina antes do expansionismo inca e continuou a existir após o domínio desse povo se estender naquela área. Para John Murra, os incas transformaram essa antiga prática – a de complementar recursos da comunidade – em um meio de controle político. Mas como fizeram isso? Os administradores do Estado inca utilizaram os mecanismos da *mita* para reassentar pessoas em localidades cada vez mais distantes, impedindo-as de retornar às suas comunidades de origem, pois as viagens seriam muito longas. O domínio inca produzia um enfraquecimento dos vínculos nas comunidades originais, uma vez que certos membros eram afastados desses núcleos para atender às novas demandas do Estado.

Até onde se pode reconstituir, o membro da comunidade, antes da expansão inca, devia prestar serviços (*mita*) ao chefe local (cacique ou *kuraka* são as denominações presentes na bibliografia para designar essas chefias comunitárias). Com a expansão inca, a *mita* passou a ser exigida também pelo dirigente máximo, o Inca, obrigando os membros da comunidade a despendere mais tempo e energia em trabalhos diversos (cultivo da terra, tecelagem, pastoreio, serviço militar, etc.), cujo produto final seguia para o centro do “Império das Quatro Direções”.

A cidade de Cuzco tornou-se, no final do século XV, o centro desse império, acumulando funções administrativas e cerimoniais. A capital estava situada no entroncamento das estradas reais que, ao longo de mais de vinte mil quilômetros de extensão, ligavam Cuzco ao Chile, ao oceano Pacífico e ao Equador. Não existe, entre antropólogos e historiadores, um consenso sobre as formas de intervenção de Cuzco no governo das comunidades incorporadas no movimento de expansão. Mas há indícios, nas fontes disponíveis, acerca de duas situações: nas áreas rebeldes, é mais provável que os incas tenham designado “governadores” para substituir o “senhor natural” da comunidade, ao passo que nas regiões leais a Cuzco, as chefias naturais foram mantidas.



Figura 2.5: Ruínas de pedra da construção inca Sacsayhuamán nos arredores da cidade de Cuzco.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Sacsayhuam%C3%A1n>

De qualquer modo, sabe-se que existia uma burocracia central, cujos membros eram designados para servir nos grandes centros administrativos erguidos ao longo da estrada real. Esses administradores (também conhecidos como senhores incas)

Mita era o nome que se dava à prestação de serviços, uma espécie de tributo pago ao chefe da comunidade sob a forma de trabalho. Através da *mita*, os membros da comunidade levavam produtos para a chefia, que os acumulava e tinha o dever de redistribuí-los quando necessário.

Alguns **kurakas**, os chefes locais das comunidades subordinadas ao domínio inca, adquiriam o *status* de inca de privilégio. Esta posição era franqueada aos chefes das grandes comunidades, que mantinham uma relação aparentemente mais próxima com o Inca, enviando seus filhos para se educarem em Cuzco e as filhas para se casarem com o soberano.

eram designados para inspecionar as comunidades existentes nos territórios sob sua responsabilidade, evidenciando que mesmo os chefes considerados leais eram submetidos a algum tipo de fiscalização.



Os incas não deixaram testemunhos escritos de sua história antes da conquista, mas muitas crônicas foram produzidas logo após a invasão espanhola nas terras andinas. Através dessas crônicas, combinadas a outras fontes, sabemos hoje de certas práticas cotidianas da organização do Estado inca. Um desses traços é o costume dos índios de registrar nos *quipos* tudo que remetiam aos seus senhores. Os *quipos* eram objetos formados por cordas, cujos nós registravam a contabilidade das comunidades e podiam ser “lidos” pelos índios contadores, capazes de traduzir as informações ali contidas. Temos um relato, datado de 1549, no qual os espanhóis interrogavam a comunidade de Pahucar Gauman sobre os tributos (*mita*) que enviavam a Cuzco antes da chegada dos espanhóis. O contador de *quipos* da comunidade leu então um *quipo* de cerca de 25 a 30 cordas, de onde extraiu as seguintes informações: deviam enviar quatrocentos índios para Cuzco, a cerca de sessenta dias de viagem, “para fazer muros”. Outros quatrocentos deviam plantar, enquanto outras pessoas serviam em guarnições militares ou guardavam múmias reais. Havia ainda mais obrigações registradas nesse *quipo*, como era o caso das famílias ocupadas no pastoreio de rebanhos do Estado, na tecelagem da lã e no envio de carregadores para o transporte de carga pelas estradas reais.

O Inca era considerado o filho do Sol e também o mediador privilegiado entre os homens e essa divindade. Tal atributo, além da articulação de políticas de domínio junto às comunidades locais, fazia com que o Inca garantisse alguma coesão social em meio a uma expansão sobre áreas tão distantes e heterogêneas.

Dessa forma, a aparência de centralidade dos domínios do Inca a partir de Cuzco mantinha-se pela burocracia do Estado, pela educação dos filhos dos *kurakas* mais importantes na capital, pela criação de rotas de circulação e comunicação através das estradas reais e, não menos, pela imposição do culto ao Sol, que devia se sobrepor aos antigos cultos locais das comunidades.



Atende ao Objetivo 2

2. Uma das fontes escritas de que dispomos sobre as regiões andinas no período da conquista (após 1532, no caso) é proveniente dos relatórios feitos pelos funcionários da Coroa espanhola, que iam às comunidades e registravam o que diziam os índios sobre o período do domínio inca. O trecho que você lerá a seguir provém de uma visita feita em 1562 ao chupaychos, um pequeno grupo étnico que morava no vale de Huallaga. Quando inquiridos sobre sua vida antes de 1532, declararam que:

(...) um senhor inca que governava dez mil famílias, e que vinha inspecioná-las uma vez por ano (...) se achasse que o senhor local ou uma autoridade menor era culpada de cinco faltas muito sérias como a de não ter obedecido ao que o representante real havia ordenado

ou a de ter querido rebelar-se

ou a de ter sido negligente no recolhimento e remessa do que era devido

ou a de não ter realizado os sacrifícios exigidos três vezes ao ano

ou a de ter ocupado as pessoas na tecelagem a seu próprio serviço

ou a de ter feito outras coisas que interferiam com o que deviam fazer e por outras coisas semelhantes. Se cometesse cinco faltas, eles lhe tiravam seu cargo e davam-no a seu filho, se tivesse um capaz, e, se não, davam-no a seu irmão ou parente mais próximo (...)

Nesta atividade, proponho que você comente a fonte citada, explorando a articulação dos senhores locais com o Estado inca antes da conquista espanhola.

Comentário

Espero que você observe, inicialmente, a inexistência de registros escritos sobre o mundo dos incas no período anterior à conquista. Dessa forma, antropólogos e historiadores utilizam-se de várias fontes para analisar aspectos da organização dos incas em seu período de maior expansão pelos Andes: vestígios arqueológicos, história oral, relatos feitos pelos espanhóis sobre os índios, entre outros. A fonte em questão nessa atividade foi um testemunho coletado em 1562 por funcionários espanhóis, que perguntavam aos nativos sobre os tempos do domínio dos incas. Devemos considerar, antes de mais nada, que se tratava dos novos conquistadores (os espanhóis) perguntando sobre os antigos conquistadores (os incas); e os índios da comunidade, cerca de 30 anos após a chegada dos ibéricos aos Andes, deviam saber o que deviam ou não falar diante de um funcionário espanhol... Consciente dessas questões, relativas ao contexto em que foi elaborada essa fala da comunidade, você estará pronto para analisar pontualmente alguns aspectos da fonte.

Nota-se que os chupaychos eram um grupo subordinado aos incas e diretamente inspecionado pela burocracia central de Cuzco, já que se diziam visitados por um senhor inca uma vez ao ano. A tensão das relações entre Cuzco e as comunidades subordinadas fica evidente

nesse relato dos índios, pois eles mencionam detalhadamente as faltas capazes de levar o chefe local a perder seu cargo. Entre essas faltas, destacam-se as noções das obrigações do chefe (e da comunidade, portanto) em relação a Cuzco e a da punição, caso os serviços devidos pela comunidade não fossem cumpridos ou a ameaça de rebelião se materializasse. Um observador mais atento poderia também fazer algumas perguntas históricas a partir dos dados dessa fonte em particular: se o dito senhor inca governava dez mil famílias, visitando-as apenas uma vez por ano, podemos considerar que a burocracia de Cuzco era relativamente precária? Ou ainda: por que o poder retirado de um chefe local deveria ser mantido pelos membros de sua linhagem? Eu mesma não sei responder a essas questões que sugeri, mas, como você sabe, indagar é o ponto de partida de todo historiador!

CONCLUSÃO

Um longo e complexo passado indígena caracteriza a história das terras americanas antes da conquista espanhola. Duas áreas desse vasto mundo indoamericano mereceram nossa atenção particular: a Mesoamérica, onde floresceu o Estado mexica, e a região andina, berço do Império inca no continente sul-americano.

Embora tenham se constituído em áreas bem diversas, é possível traçar alguns paralelos entre os mexicas e os incas no período anterior à Conquista: eram Estados altamente sedentarizados, urbanizados e densamente povoados. Foram também Estados marcados por grande expansionismo militar e político na época que antecedeu a conquista ibérica: os mexicas iniciaram sua expansão no início do século XV, por volta de 1430 d.C., ao passo que os incas começaram a subordinar comunidades andinas no final desse mesmo século, por volta de 1470 d.C.

Nesses movimentos de expansão, observa-se, sobretudo no caso mexica, a combinação entre alianças políticas frágeis e fortes conflitos com as áreas subordinadas. Ao perceber a existência de conflitos internos que dividiam o mundo dos nativos na Mesoamérica e nos Andes, temos mais dados para explicar a vitória dos espanhóis

diante de Estados tão populosos e acostumados com as batalhas, ainda que de tipos diferentes daquelas introduzidas pelos ibéricos. Avaliar os conflitos presentes no mundo dos nativos não significa, de modo algum, aliviar o peso da violência espanhola nos processos de conquista e posterior colonização. Antes, o que se deseja é explicitar a historicidade dessas sociedades nativas, buscando-lhes a complexidade e as especificidades, bem como os conflitos em que se achavam envolvidas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Por meio de alianças livres ou impostas, as confederações seladas entre as senhorias levavam à formação de unidades políticas de tamanho e duração variáveis, mais ou menos centralizadas... As alianças eram feitas e desfeitas ao sabor das invasões e deslocamentos de população (...) (GRUZINSKI, p. 23).

O trecho anterior foi retirado da obra do historiador Serge Gruzinski e se refere à sociedade mexicana pré-colonial. Gostaria que você comentasse esse breve trecho, porém considerando igualmente o caso do expansionismo inca, de modo a recuperar as semelhanças e diferenças entre os dois processos.

Comentário

Nos dois casos, mexica e inca, a expansão iniciada no século XV fez-se através de alianças políticas mais ou menos frágeis e de imposições militares. No caso mexica, formou-se de fato uma confederação de três cidades, lideradas por Tenochtitlán, que buscavam impor-se sobre uma vasta área do vale do México. Entre os incas, em contrapartida, formou-se algo mais próximo do que denominamos império, uma vez que a etnia inca estabelecida na cidade de Cuzco buscou dar uma aparência de centralidade a seu processo expansionista, impondo o culto ao Sol às zonas anexadas ao longo da “estrada real”, cujo centro era a capital Cuzco. Outro aspecto a ser ressaltado é que as alianças eram mantidas por circunstâncias particulares e algo semelhante nos dois casos em questão. Entre os mexicas, as alianças se teceram por meio da exigência dos tributos, da eventual instalação de guarnições militares nas áreas conquistadas, da imposição de deuses aos panteões locais e, acima de tudo, da constituição de alianças matrimoniais. Entre os incas, por sua vez, as alianças se construíam pela burocracia do Estado, pela educação dos filhos dos *kurakas* mais importantes na capital, pela criação de rotas de circulação e comunicação através das estradas reais. A imposição do culto ao Sol, já mencionada, era igualmente valorizada pelas elites de Cuzco na constituição de alianças com as comunidades locais.

RESUMO

Conforme ressaltou Tzvetan Todorov, o encontro entre o Velho e o Novo Mundo assumiu uma forma bem particular: foi uma guerra ou, como se dizia então, uma conquista. Mas como explicar a

vitória dos europeus, se os nativos eram tão superiores em número e lutavam em seu próprio solo? Há muitas formas, na verdade, de responder a essa questão. As doenças trazidas pelos europeus foram devastadoras e causaram muitas mortes desde os primeiros contatos, enfraquecendo as defesas nativas. Havia também uma inegável superioridade bélica favorecendo os espanhóis, na medida em que seus arcabuzes e canhões eram mais eficientes que as armas utilizadas pelos adversários nativos.

É preciso ressaltar também, ao avaliar as tais razões da vitória, a presença de rivalidades próprias do mundo dos índios. Na qualidade de Estados em expansão, os incas e os mexicas estavam envolvidos em rivalidades com os povos subjugados, provocadas pelas guerras que dividiam o mundo dos nativos antes da conquista. Para alguns desses povos que consideravam os mexicas e os incas como usurpadores, os europeus foram encarados como aliados.

Nos casos analisados, dos mexicas e incas, notou-se serem Estados que exerciam uma supremacia recente nos vales do México e na região andina, respectivamente. Desejando impor-se como Estados tributadores sobre amplas e diversas comunidades, instalaram mecanismos de alianças e de dominação que estavam em plena expansão na época da chegada dos espanhóis ao Novo Mundo.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá saber um pouco mais sobre a sociedade ibérica na época da conquista.

Não perca!

Aula 3

Expedições de
descobrimento e as
primeiras etapas
da conquista

Ricardo Oliveira

Meta da aula

Apresentar as principais questões relativas ao processo de descobrimento da América, demarcando as suas etapas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a historicidade do processo de expansão marítima e o caráter do descobrimento da América, procurando identificar os marcos temporais do processo de conquista da América;
2. compreender as especificidades do processo de descobrimento e conquista da América pelos espanhóis;
3. analisar aspectos da resistência indígena à dominação espanhola.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, ajudará uma revisão da aula de História Moderna que trata do processo de expansão marítima e comercial.

INTRODUÇÃO

Algumas notas sobre a historiografia

A história da história dos descobrimentos em geral e da conquista da América em particular se inicia quase que concomitantemente ao próprio processo histórico em si. Após os primeiros relatos feitos pelos europeus no final do século XV, cujas cartas e o diário de Cristóvão Colombo, as cartas de Américo Vespúcio e as cartas de Hernán Cortéz, dentre diversos outros documentos escritos pelos homens que viveram a realidade das grandes navegações durante o século XVI, ocorreram as primeiras tentativas de sistematização histórica daquele processo que se encontrava em curso. Neste sentido, *Historia General y Natural de las Indias* (1535), de Gonzalo Fernandes de Oviedo y Valdés, foi a primeira grande obra a cumprir esse propósito, seguida por Francisco Lopes de Gomarra e sua *Historia General de las Indias* (1552), pelo padre José de Acosta, com a *História Natural y Moral de las Indias: em que se tratan las cosas notable del Cielo, elementos, metales, plantas y animales dellas; y los ritos, ceremonias, leyes, y gobierno, y guerras de los Indios, de 1592*, e Antonio de Herrera y Tordesillas, talvez o mais importante cronista real das Índias, com a obra *Historia General de los hechos de los castellanos en las islas y tierra firme del mar oceano*, obra impressa pela primeira vez em 1601. E, obviamente, não poderíamos deixar de mencionar nessas referências a *Historia de las Indias* (1527), do dominicano Fray Bartolomé de las Casas, notável por sua defesa dos índios americanos e pela denúncia e condenação dos crimes cometidos pelos conquistadores, destacadamente na conhecidíssima *Brevísima Relación de la destrucción de las Indias* (1542). Em sua *Historia*, las Casas realizou um relato pormenorizado dos acontecimentos ocorridos no período de 1492 até 1521 e, conforme declarou ele próprio, cuja intenção fora celebrar a glória de Deus e da sua Igreja, honrar a Espanha e seus reis e defender o bom nome dos índios contra a injustiça dos conquistadores (LAS CASAS, p. 19-24).

Durante o período colonial, ao lado de autores que buscaram destacar, do ponto de vista da memória, o papel dos conquistadores e o direito legítimo de conquista e colonização dos reis de Espanha, como foi o caso da obra *Politica Indiana* (1648), do importante jurista Juan de Solòrzano Pereira, surgiram iniciativas *criollas* e mestiças de procurar exaltar o passado indígena e criticar a atuação dos conquistadores. Nesse aspecto, temos os *Comentarios Reales de los Incas* (1609) e a *Historia del Peru* (1613), do inca Garcilaso de la Vega; a *Nueva crónica y buen gobierno* (1615), de Felipe Guaman Poma de Ayala, dentre outras inúmeras obras.

Não obstante, durante o século passado, foram inúmeras as tentativas historiográficas de se compreender os processos de expansão marítima, descobrimentos e conquista do Novo Mundo. Podemos mesmo acreditar que existe uma quantidade volumosa de referências bibliográficas sobre os temas pertinentes a esses fenômenos. No campo da história econômica, durante muitos anos, Earl J. Hamilton e seu *Treasure and Price Revolution in Spain, 1501-1650* (1934) foram, e são ainda hoje, uma referência importante. Nesse mesmo caminho, *Seville et L'Atlantique, 1504-1650*, monumental obra de Pierre e Huguette Chaunu, de 1955-1959, expandiu de forma notável os problemas relativos à análise econômica em torno do eixo atlântico do comércio espanhol. *La España Imperial, 1492-1716*, obra que John Elliott publicou em 1970, é, no campo mais geral da história social e política, a melhor introdução ao tema. Todavia, a obra de Tzvetan Todorov, *A conquista da América* (1982), tornou-se um clássico sobre o tema dos descobrimentos da conquista do Novo Mundo. Não obstante, a *História da América Latina*, coordenada por Leslie Bethell, que vem sendo publicada em português nos últimos anos, no entanto, ao lado de *A América Latina na época colonial*, de S. Schwartz J. Lockhart, são as melhores sínteses com as quais contamos para uma abordagem mais segura dos temas em questão. Neste mesmo sentido, outra referência que hoje em dia tornou-se indispensável é a *História do Novo Mundo*, escrita por Carmen Benard e Serge

Gruzinski. É uma obra inovadora devido à quantidade de fontes com as quais opera e pela maneira como apresenta o processo de conquista.



Com base nos relatos que escutara de seus parentes indígenas na sua juventude, nas passagens vividas por estes e nas notícias recolhidas por testemunhas da conquista do Peru, o letrado mestiço inca Garcilaso de la Vega escreve, em 1609, a primeira parte de sua obra *Comentarios Reales de los incas*. Nesta, o autor se refere aos feitos dos incas, assim como à sua civilização, aproximando-se de seu passado indígena vivido na cidade de Cuzco, junto à mãe. Contudo, apesar de carregada de valores cristãos e europeus, esta obra foi considerada pela Inquisição como inadequada para a época, por valorizar a cultura incaica. Somente em 1609 o *Comentarios Reales* foi publicado em Lisboa e reimpresso em Madri em 1723. A segunda parte desta obra, terminada em 1613, foi denominada *Historia General del Peru* e narra conquistas e guerras civis entre os conquistadores espanhóis e os conquistados, celebra as grandezas dos heróis hispânicos que, segundo o próprio autor, conquistaram o mais importante império americano colonial, tão imenso que jamais será esquecido pelos estudiosos. É um relato de fato sobre a conquista do Peru, registrando o trabalho que os europeus tiveram durante essa empresa, a prisão do imperador inca Atahualpa e a submissão dos incas em relação aos espanhóis. Em seu distante isolamento em Córdoba, com a tendência da vida de ancião que se iniciava, a obra de Garcilaso está impregnada por uma onda nostálgica, duplamente avivada pela distância no tempo e no espaço.

Os descobrimentos e a conquista

O expressivo desenvolvimento agrícola se deu graças à abertura de novas regiões para o cultivo, possibilitado principalmente pelo desmatamento de florestas, pela secagem de pântanos e pela expansão territorial. A reconquista na Península Ibérica e as Cruzadas no Oriente Médio criaram condições para uma abertura do mar Mediterrâneo (conquista de Chipre, Creta, Síria, Palestina etc.) que deixou de ser “um lado para os árabes”. Houve um crescimento dos núcleos urbanos e consequente incremento nas relações comerciais entre campo e cidade. Entretanto, esse avanço não ocorreu sem contramarchas. Durante o século XIV, uma grande crise, de múltiplas faces, abateu-se sobre o continente europeu. A *crise do século XIV*, como é mais conhecida, foi o somatório de problemas climáticos que fizeram com que houvesse quebra de safras, gerando fome e miséria, e grandes epidemias (a peste negra, por exemplo). Além disso, ocorreram, por todo o continente, grandes levantes camponeses contra a situação de penúria em que viviam. Entre os nobres, não só tinham que enfrentar esses movimentos de protesto como também viviam às voltas com lutas contra seus pares. Nesse trágico período, ocorreu ainda um “retrocesso” nesse avanço territorial que havia acontecido.

No caso específico da Península Ibérica, no século XV, podemos dizer que o processo de reconquista foi fundamental para a constituição de um *éthos* ibérico como elemento ordenador de uma certa visão de mundo. A União de Coroas, em 19 de outubro de 1469, quando Isabel, herdeira da coroa de Castela, irmã de Henrique IV, e Fernando, filho de Juan II, de Aragão, casam-se e abre a possibilidade de uma união dinástica no plano ibérico. Estima-se que a população da região, na época, era de 6.285.000. Castela, reino mais populoso, portanto mais poderoso no contexto ibérico, com mais de 68% da população, cerca de 4,3 milhões de habitantes em um território de 385 mil quilômetros quadrados, constituía-se como o mais poderoso. Portugal, nessa altura, tinha cerca de 1 milhão

de habitantes, enquanto o reino de Aragão, formado a partir de outras cidades e possessões menores, possuía algo em torno de 1 milhão (Aragão: 257 mil; Catalunha: 303 mil; Valência: 250 mil; Maiorca: 55 mil; Navarra: 120 mil). Nesse sentido, evidencia-se o protagonismo de Castela e Aragão no processo de unificação da Península em torno do que seria a Espanha.

Não obstante, a expansão marítima e comercial europeia e o posterior descobrimento e colonização das novas regiões pelas monarquias europeias sobre a África, a Ásia e a América foram marcados, desde seu início, por uma grande soma de dificuldades. No caso do Novo Mundo, o processo de descobrimento e conquista da América resultou de um processo complexo que se desenvolveu por distintas etapas a partir da ocupação das ilhas do Caribe. Na última década do século XV, os castelhanos se fixaram na ilha de Santo Domingo, de onde exploraram o mar do Caribe e a costa norte da América do Sul (Trinidade, Venezuela, a boca do Orinoco).

Durante muito tempo, prevaleceu uma interpretação marcadamente “economicista” sobre esses processos, inserindo-os de forma imediata nos processos mais amplos, como a Revolução Comercial e a Acumulação Primitiva do Capital. Neste sentido, explicava-se a expansão marítima e os descobrimentos como um desdobramento direto do processo de afirmação do *modo de produção* capitalista. Assim, os denominados motivos que levaram os portugueses e espanhóis a iniciarem sua expansão foram quase que unicamente o desejo de encontrar riquezas – tudo o mais seria secundário.

Mas, no caso da expansão realizada pelos dois grandes reinos ibéricos de Portugal e de Castela, cada vez mais, a historiografia tem associado esse fenômeno ao da chamada Reconquista, isto é, o longo processo de lutas das cruzadas contra os mulçumanos, iniciado no século XII. Do ponto de vista social e político, podemos mesmo dizer que tanto a formação do reino de Portugal quanto o processo de hegemonia que foi alcançado por Castela sobre o restante da Península Ibérica deveram praticamente tudo à Reconquista. Pode-se mesmo afirmar que esse processo foi determinante para

a constituição da religiosidade católica no mundo ibérico, pois significou a constituição de uma mentalidade messiânica e de guardião do catolicismo. No início de 1492, antes da viagem de Cristóvão Colombo, os espanhóis triunfaram sobre Granada, último reduto mulçumano na Península Ibérica. Neste mesmo período, os judeus espanhóis foram forçados a escolher entre serem batizados cristãos ou banidos dos domínios de Fernando e Isabel (os mouros enfrentaram a mesma escolha em Castela, em 1520, e em Aragão, em 1526). Por outro lado, as vinculações entre os reinos ibéricos e a Igreja Católica seriam reforçadas com as bulas *Romanus Pontifex*, do papa Nicolau V (1455), e *Cum duddum affligebant*, de Calisto III (1456), por exemplo; o papado centralizou seu interesse nos problemas humanos e religiosos das populações conquistadas e, ao mesmo tempo, conferiu legitimidade a essas conquistas. No caso das Índias Ocidentais espanholas, as bulas *Inter Caetera* (1493) e *Examinae devotionis* (1493 e 1501), de Alexandre VI, *Universalis Ecclesiae* (1508), de Júlio II, e *Exponi Nobis* (1523), de Adriano VI, todas outorgadas aos Reis Católicos, definiam o arcabouço básico do trabalho de evangelização na América.



O papa Alexandre VI conferiu a Dom Fernando de Aragão, rei de Castela, o título de Rei Católico como reconhecimento por seu empenho em defender a Igreja Universal, em 1456. Já *Cristianíssimo*, título de distinção da monarquia francesa, foi pela primeira vez usado por Ludovico Pio, em 836. Tempos mais tarde, Carlos Calvo recebeu do papa João IX o direito de usar esse título. Contudo, foi somente a partir do reinado de Luís que se perpetuou o uso dessa dignidade régia. O *motu* próprio de Bento XIV, concedendo a Dom João V e seus sucessores o título de Fidelíssimo, foi conferido em 23 de dezembro de 1748.

Neste sentido, os descobrimentos e a conquista da América podem sim ter explicações baseadas em fatores econômicos, porém estes devem ser interpretados à luz daquele tempo. Conforme defende Todorov, a partir do estudo do conjunto de escritos de Colombo, o descobridor acreditava seriamente na tese de que todas as riquezas que seriam adquiridas a partir daquele momento serviriam na verdade para “financiar” a guerra santa contra o Islã, visando reconquistar as terras sagradas de Jerusalém. Por outro lado, no imaginário de muitos atores que vivenciaram aquele processo extraordinário, o Novo Mundo foi visto como uma nova utopia, a utopia americana: o reino do Evangelho, a nova Jerusalém, o cristianismo puro. Na América espanhola, foram as ordens regulares, e não o clero secular, que foram usadas para a tarefa de evangelização. Os monges e os pertencentes às ordens militares, mais localizadas nas regiões da península reconquistada aos mouros, também foram preteridos, inicialmente, nessa tarefa. Em seu lugar, foram os serviços das ordens mendicantes os preferidos. Os franciscanos foram os primeiros a chegar ao México, em 1524, e, em 1534, ao Peru. Além desses, os dominicanos, os agostinianos e os mercedários tiveram uma ação bastante visível na América. Entre 1568 e 1572, os jesuítas, de ordem recém-fundada na Europa, viriam a se juntar a essas quatro. No início, o clero chegou à América de maneira mais espontânea, mas, a partir da segunda metade do século XVI, deu-se maior regulação desse processo. O século XVI foi o período em que se buscou implantar as estruturas formais da Igreja no Novo Mundo, porém, a partir do XVII, buscou-se a expansão dos domínios eclesiásticos. Tribunais da Inquisição: Lima (1570), México (1571), Cartagena de las Índias (1610). Oficialmente, tinham jurisdição sobre os cristãos, reprimindo o protestantismo e o judaísmo.

A utopia americana foi, por Fray Bartolomé de las Casas, imaginada como uma oportunidade de um novo começo. Neste sentido, imaginou-se o território do Novo Mundo como o espaço em que o paraíso terreal se localizaria. Por esse caminho, os indígenas

eram representados como criaturas em estado de pureza, tal como no princípio dos tempos. No entanto, apesar de certa longevidade da utopia americana, o que se viu mesmo foi a crueldade intrínseca à obra da conquista. Conforme denunciava Fray Batolomé de las Casas, a destruição de quase todas as comunidades indígenas no mar do Caribe foi uma realidade muito difícil de se enfrentar.

Os conquistadores e seus descendentes formavam o que se poderia chamar de nobreza da terra, o grupo social mais complexo, pois a elite *criolla*, ao longo do processo de colonização, exerceu papel fundamental no Novo Mundo. Sua origem, muitas vezes, não correspondia às linhagens tradicionais do velho continente, não sendo poucos os casos de serem esses nobres elementos oriundos de setores rigorosamente não nobilitadas da sociedade. No entanto, como vários estudos acentuaram, era bastante comum, no âmbito da cultura política que orientava a ação desse grupo, o uso de formas de tratamento tipicamente nobilitantes: *gentilhombre*, *caballero*, *hijodalgo*. Neste sentido, havia por certo um *éthos* aristocrático verdadeiramente presente na América. Eram os *encomenderos*, setor escravista. Exerciam sua influência nos cabildos, nas audiências, mas a coroa evitou sempre que chegassem aos cargos de vice-rei e a comandar as audiências. A nobreza da terra e as estratégias de acrescentamentos eram o clientelismo, a luta na corte, em busca das mercês (*mercedes*, em espanhol), a lógica da nobilitação.



A Inquisição foi criada para combater as heresias albigenses. Em 1478, o papa Sixto IV autorizou a coroa espanhola a nomear inquisidores, fazendo nascer a Inquisição espanhola. A novidade era que a Inquisição hispânica era quase que totalmente subordinada ao rei. A figura do inquisidor-geral, por exemplo, era da competência da realeza escolher. A Inquisição restringia-se aos cristãos, não sendo da sua competência os não crentes. Na Península Ibérica havia repressão para os casos de apostasia e de heresia. A Inquisição, em tese, jamais perseguiu judeus, índios ou muçumanos.

Cronologia



Com as viagens de Colombo de 1493, 1498 e 1502, reconhece-se a originalidade das ilhas caribenhas e da Terra Firme (o continente, na altura do que hoje é a Venezuela e a costa antilhana da América Central). É essa a "América" de Cristóvão Colombo, que pensara, como escreveu ao descobrir o litoral continental, ter chegado ao "paraíso terrestre". Foram viagens longas, cercadas das dificuldades de navegação, da exploração das rotas, da conquista das terras e de seus habitantes (chamados de "índios", por ter-se presumido estar nas "Índias"): a primeira durou cerca de sete meses; a segunda, com a qual iniciou-se o processo de colonização e exploração, levou Colombo a permanecer quase três anos em seus "domínios"; a terceira, trinta meses a percorrer o litoral sul-americano, até que as cobiças e as movimentações políticas fazem-no voltar, sob escolta, em outubro de 1500; a quarta e última viagem, pelas rotas já reconhecidas da "carreira das Índias", realiza-se durante trinta meses, de 9 de maio de 1502 a 7 de novembro de 1504, pelas costas da América Central e pelas ilhas do Caribe. A América — cujo nome só se consagraria mais tarde — escapara, contudo, ao almirante Dom Cristóvão Colombo, já desde 1498. Alquebrado pela doença e pelo desaparecimento de seu mecenas, a rainha Dona Isabel de Castela, morre em 1506, em Valladolid.

- 1415 – Os portugueses conquistam Ceuta.
- 1420 – Os portugueses chegam à ilha da Madeira.
- 1427 – Os portugueses chegam aos Açores.
- 1434 – Gil Eanes cruza o cabo Bojador.

- 1344-1435 – Portugueses e espanhóis disputam o arquipélago das Canárias.
- 1437 – Os portugueses conquistam Tânger.
- 1458 – Os portugueses conquistam Alcácer-Cequer.
- 1469 – Celebrou-se o matrimônio com Fernando, rei da Sicília e herdeiro de Aragão, com Isabel, herdeira da coroa de Castela. Os portugueses ocupam Cabo Verde.
- 1471 – Os portugueses ocupam São Tomé.
- 1474 – Isabel é coroada rainha de Castela.
- 1478 – Instituição da Inquisição na Espanha.
- 1479 – Coroação de Fernando, o Católico, como rei de Aragão.
- 1487 – Bartolomeu Dias ultrapassa o cabo das Tormentas, depois nomeado cabo da Boa Esperança.
- 1492 – Tomada de Granada, impressão da *Gramática castelhana*, de Nebrija. Chegada de Colombo ao Novo Mundo.
- 1498 – Vasco da Gama chega a Calicute.
- 1500 – Pedro Álvares Cabral desembarca na costa nordeste do que seria conhecido mais tarde como Brasil.
- 1511 – Ocupação de Cuba, que serviu de base para a ocupação do continente.
- 1513 – Balboa descobre o Pacífico e submete o istmo do Panamá.
- 1512-13 – Ponce de León alcança as Bahamas e a Flórida.
- 1517 – Uma primeira expedição espanhola chega à costa do México.

- 1519 – Cortéz chega à costa do México.
- 1521– Cortéz se apodera da Cidade do México-Tenochtitlán e, até o fim dessa década, a maior parte do México estará conquistada.
- 1533 – Pizarro conquista Cuzco.
- 1535 – Fundação da cidade de Lima.

A Conquista e as formas de resistência indígena na América hispânica

No Peru, a primeira grande rebelião contra a dominação espanhola foi a liderada por Manco Ina, filho de Huayna Capac. Manco sitiou Cuzco de março de 1536 até abril de 1537. Após suspender o cerco, refugiou-se nas montanhas praticamente inacessíveis de Vilcabamba, região que incluía Machu-Pichu, santuário inviolável dos sacerdotes andinos que permaneceu desconhecido dos europeus até o início do século XX. Após sua morte, seu filho Sayri Tupac continuou a resistência durante dez anos mais. No norte do México, deu-se a Guerra de Mixton (1541-1542), liderada por Tenamaxtli – Dom Diego el Zavcateco, nome de batismo – e sufocada por Dom Antonio de Mendonza. Enfim, os povos indígenas não aceitaram passivamente a dominação europeia, e a resistência direta e explícita, principalmente nas fronteiras da colonização, foi durante todo o período colonial um fenômeno presente. Os espanhóis se estabeleceram no México e no Peru, onde já existiam centros consolidados de poder e, na prática, o estabelecimento dos vice-reinados da Nova Espanha e do Peru após a vitória sobre os astecas e sobre os incas significou o estabelecimento de uma fronteira à conquista espanhola, pois o mesmo não se deu nas fronteiras dessas regiões. Lá, tribos nômades e seminômades eram muito difíceis de dominar. A resistência dos chiriguanos, índios guaranis que viviam nas encostas dos Andes, contra o vice-rei do Peru, Francisco de Toledo, foi um exemplo

importante dos limites reais da dominação espanhola. O mesmo ocorreu no sul do continente, no território da Patagônia, quando da forte e heroica resistência dos araucanos, que aprenderam a usar o cavalo e modificaram suas técnicas de luta guerreira. Outra frente de resistência que duraria longo período de tempo foi a dos índios guaranis, também na América do Sul. Na região norte do México, havia os chichimecas e os apaches como os grupos de resistência mais representativos da luta armada indígena contra a dominação.

Por outro lado, ocorreram também significativos movimentos de resistência cultural contra a dominação espanhola nos vice-reinos de Nova Espanha e do Peru durante o século XVI. Relacionadas tanto a aspectos aparentes como “ocultos” da resistência indígena, as chamadas *idolatrias* desempenham papel importante como forma de luta permanente contra a dominação cultural europeia. Como sugere o historiador Ronaldo Vainfas, havia basicamente dois tipos de idolatria: as ajustadas e as insurgentes. As primeiras, intrinsecamente relacionadas ao processo de sincretismo cultural, foram formas complexas e longevas de resistência. Como acentua Vainfas, realizada a conquista, os pequenos cultos e tradições dos mais diversos grupos espalhados pelas aldeias não apenas sobreviveram, mas se hipertrofiaram, tornando-se uma forma de resistência silenciosa e viva. Não obstante, no polo oposto dessas formas de resistência, havia as chamadas idolatrias insurgentes.

Outra forma de resistência indígena e de anticolonialismo foi aquilo que os historiadores chamam de *milenarismo indígena*, que, associado ao desenvolvimento de cenários míticos ritualísticos de renovação do mundo, cuja influência direta ou indireta da escatologia cristã é inegável, diversos movimentos ocorridos tanto no México quanto no Peru colonial evidenciam como formas de resistência indígena. Os povos indígenas não aceitaram passivamente a dominação europeia. Esse fenômeno permitiu o surgimento de movimentos de revolta indígena como Taqui Ongoy (em quéchua, significa “a enfermidade da dança”), revolta de caráter

milenarista indígena, ocorrida em 1560, liderada por Juan Chocne, que pregava o ressurgimento dos huacas, pois, de maneira geral, podemos dizer que enquanto o culto aos grandes deuses declinou no Peru, persistiam os cultos aos chamados deuses locais, ou melhor, os huacas.

Em geral, quando adotavam elementos de uma cultura estrangeira, os índios meramente os acrescentavam aos elementos de sua própria cultura ou usavam-nos como uma espécie de camuflagem. Mesmo nos casos dos senhores mais hispanizados, observa-se o quanto persistiam os modos tradicionais de pensamento. Se adotaram certos costumes europeus, inseriram-nos no arcabouço da cultura indígena. No caso do mestiço Felipe Guaman Poma de Ayala, em sua obra *Nueva Crónica*, há o uso da espacialidade indígena para representar o Novo Mundo. Da mesma forma, a ideia das cinco idades do mundo, assumida a partir da tradição judaico-cristã, foi usada para representar o calendário indígena. Desse modo, as eras demarcadas pelo poder dos deuses Huari Viracocha, Huari, Purun, Auca e Inca corresponderiam às representações da genealogia bíblica que começa com Adão e segue com Noé, Abraão e Davi, chegando finalmente a Jesus Cristo.

Por outro lado, é importante assinalar que durante os primeiros momentos do contato com o Novo Mundo, o europeu fez *tabula rasa* da cultura dos povos americanos. No entanto, não se furtou a afirmar que, na maioria dos casos, esses povos estavam predispostos a receber o cristianismo devido ao fato de que algumas questões assim o diziam. Por exemplo, não foram poucas as ocasiões, conforme nos demonstrou Antonello Gerbi em seu estudo sobre a natureza das Índias Ocidentais, em que ocorreu certo antropomorfismo cristão à medida que a natureza, a flora e a fauna foram identificadas como elementos que ora evidenciavam a santidade da terra. O maracujá, por exemplo, foi visto como um fruto sagrado. Mas o que chama verdadeiramente nossa atenção foi o processo de construção mítica em torno da figura do deus Quetzalcóatl, visto como a figura de São Tomé. Segundo estudaram Sergio Buarque de Holanda, no clássico

A visão do Paraíso, e J. Lafaye, essa mitologia foi fundamental porque revela todo o caráter sincrético que permeou as relações sociais e culturais durante esse período. Todavia, todo esse processo se insere no processo de colonização do imaginário, conforme sintetizou Serge Gruzinski.

Os traços – até, de certo modo, invisíveis – da conquista espanhola são as formas de resistência indígena, tanto de maneira direta, através da luta armada, como de forma sutil, através da mentira, do silêncio, da teimosia, da dissimulação, do alcoolismo, de um sofisticado jogo de símbolos. O sincretismo religioso era outra forma de resistência. Os cronistas perceberam isso. Fray Bartolomé de las Casas, Fray Bernadino de Sahagún e José de Acosta, dentre outros, perceberam essa questão. Os índios tinham a vantagem de, ao aprenderem a falar a língua do conquistador, até mesmo o latim, manter também o uso das línguas nativas. Isso, não poucas vezes, confundia o invasor e era uma estratégia importante de resistência cultural. Fray Bernardino de Sahagún, em sua *Historia General de las Cosas de Nueva España* (1565), percebeu de maneira bastante clara esse processo de resistência:

Desta maneira, eles cantam quando querem, e se embebedam quando querem, e fazem suas festas quando querem, e cantam os cantares antigos que usavam em tempos de sua idolatria, não todos mais muitos, e ninguém entende o que dizem porque seus cantares são muito fechados. E se alguns cantares foram feitos após sua conversão e tratam das coisas de Deus e de seus santos, estão envolvidos em muitos erros e heresias, e ainda suas danças contêm muitas superstições antigas e ritos idolátricos, especialmente onde não reside quem os entenda (SAHAGÚN, 1988).



Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente os trechos seguintes:

Deus o escolheu para a suprema dignidade do mundo cristão e da República. O segundo gládio e o vigário de Deus em primeiro lugar. Assim, para esperar que o que está por adquirir e reunir ao conjunto da monarquia universal de nosso César (...) para que conquiste o mundo e coloque tudo e todos infidelidade sobre a verdadeira fé em Jesus Cristo em obediência e serviço do Christianíssimo. Monarca (OVIEDO Y VALDÉS, 1852).

Os Reis de Castilla y Leon são verdadeiros príncipes soberanos e senhores universais sobre muitos reis e imperadores, e a quem pertencem de direito todo aquele grande Império e a jurisdição universal sobre todas as Índias, por sua autoridade, doação e concessão da Santa Sé Apostólica, e assim pela autoridade divina são quase legados e guardas da Sé Apostólica, os ministros e os instrumentos de Deus... (LAS CASAS, 1995).

Quis Deus que as Índias fossem descobertas em Vosso tempo e por Vossos Vassalos para que convertesse às Suas leis... (Francisco Lopes de Gomarra, *Historia General de las Índias*, 1552).

Deus todo-poderoso escolheu, entre todas as nações, a Espanha para levar o dom da fé cristã às Nações do Novo Mundo (SOLÒRZANO PEREIRA, 1972).

A partir do que você estudou, considerando os trechos anteriores e, principalmente, o ideário de Cristóvão Colombo, formule uma crítica à ideia de que as Grandes Navegações e o descobrimento da América foram fenômenos essencialmente “modernos”, que inauguraram o sistema capitalista.

Comentário

O historiador Serge Gruzinski aponta para o processo de controle do imaginário conduzido pelos colonizadores europeus como uma das formas mais profundas e complexas de dominação colonial. A verdadeira guerra de imagens que se operou na América espanhola foi um processo em que a arte indígena foi sendo transfigurada pela arte sacra em um contexto marcado pelo Renascimento e pelo Barroco. Nesse processo, a lógica visual dos indígenas foi totalmente transformada pelos colonizadores. Todavia, tal processo foi realizado de forma conflituosa, e o sincretismo cultural quase sempre permeou os resultados pictóricos que surgiram. Enfim, o autor realiza uma crítica à chamada dominação do imaginário realizada pelos colonizadores por meio da imposição de uma nova lógica visual em substituição às "antigas" imagens indígenas.



A filmografia sobre a expansão marítima em geral e sobre o descobrimento e a conquista da América, apesar da relevância do tema, de certo modo é ainda pouco numerosa.

No entanto, existem bons filmes para que possamos trabalhar paralelamente às aulas. O primeiro filme que recomendaria é 1492, *A conquista do paraíso*. Trata-se de uma produção épica que busca retratar a trajetória de Cristóvão Colombo e o processo de descoberta da América. É interessante notar que o filme se propõe a discutir os diferentes interesses envolvidos na empresa espanhola e procura apresentar Colombo como humanista e defensor da utopia americana (1492..., 1992).



Atende ao Objetivo 3

3. Leia atentamente a seguinte passagem:

O estudo das idolatrias e do milenarismo assume importância inegável para uma história cultural latino-americana. É por meio dessas atitudes e movimentos, enquanto manifestações de resistência, que se pode perceber, com alguma profundidade, o universo cultural dilacerado pelo colonialismo (VAINFAS, 1992).

Agora, em primeiro lugar, busque definir os conceitos de idolatria e milenarismo; em seguida, relacione-os ao processo de resistência indígena à conquista.

Comentário

A *idolatria* é usualmente definida como a prática de adoração a ídolos, valores e ideias em oposição à adoração a um deus único. É considerada um dos maiores pecados pelas religiões abraâmicas. De outro modo, em religiões em que essa atividade não é considerada como pecado, o termo "idolatria" é sem sentido. Quais imagens, ideias e objetos constituem idolatria e quais constituem uma adoração válida é assunto de discussões para autoridades e grupos religiosos. É notável o conflito sobre o uso do termo no cristianismo, entre dois dos seus principais ramos, o catolicismo e o protestantismo. Sendo um termo originalmente de cunho religioso, foi duramente condenado por certas religiões cujos ritos não incluíam imagens de ídolos. A Bíblia, a Torá e o Corão são particularmente taxativos quanto à idolatria, comparando-a com alguns dos piores crimes e pecados concebíveis. Por conta dessa condenação, o termo "idolatria" foi adotado como forma pejorativa de referência a práticas religiosas não abraâmicas, desobedecendo às leis de Deus, segundo os Seus mandamentos. Já o conceito de *milénarismo* (palavra que advém do latim *millenium*) designa a doutrina religiosa, retirada da Bíblia (Apocalipse 20, v. 1 a 10), que anuncia o regresso de Jesus Cristo para constituir um reino com duração de mil anos. É muito destacado,

por exemplo, pelos adventistas. Pode-se dizer que é um movimento atemporal, que ocorre em diversos tempos da história, de inspiração religiosa e mística, que decreta o final do mundo por ordem divina. Nesse sentido, é interessante observar que os índios também possuíam sua forma específica de pensamento milenarista e que estes muitas vezes foram usados como elementos de resistência cultural, política e até mesmo militar contra a dominação europeia, algo que se relaciona muitas vezes com a persistência da questão das idolatrias no imaginário indígena enquanto forma, velada ou não, de resistência.

RESUMO

Buscou-se aqui discutir algumas questões historiográficas relativas ao tema da expansão marítima e do processo de descobrimento e conquista da América pelos espanhóis. Procurou-se traçar uma breve síntese desse processo, que compreendeu praticamente, no mínimo, os primeiros cinquenta anos de presença espanhola na América. Procurou-se ainda indicar como os indígenas resistiram ao longo do tempo à dominação e com que armas, simbólicas ou não, eles lutaram.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos questões relativas à sociedade colonial no século XVI: a Mesoamérica.

Filmes recomendados

- 1492 – A Conquista do Paraíso
- Aguirre, a cólera dos Deuses

Aula 4

A sociedade colonial no século XVI: a Mesoamérica

Maria Regina Celestino de Almeida

Meta da aula

Apresentar as características gerais da sociedade colonial mesoamericana no século XVI, enfocando basicamente três aspectos: a problemática das classificações étnicas e sociais na construção das sociedades coloniais na América; as interações entre a República dos Índios e a República dos Espanhóis; o intenso e complexo processo de mestiçagem cultural, biológico e social, através do qual diferentes grupos étnicos e sociais interagiram e desafiaram as fronteiras hierárquicas.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as categorias étnicas como construções históricas que se revestem de significados sociais e políticos;
2. desconstruir a ideia de separação rígida entre a República dos Índios e a República dos Espanhóis;
3. reconhecer a sociedade colonial mesoamericana como sociedade mestiça, na qual diferentes grupos étnicos e sociais interagiam em busca de interesses próprios, continuamente modificados pelas experiências dos contatos.

INTRODUÇÃO

Sociedade colonial e processos de mestiçagem

As populações indígenas desempenharam papel fundamental nas guerras de conquista do território americano e, em especial, na Mesoamérica, como você já viu em aulas anteriores. Vencida a guerra, grandes contingentes indígenas deviam ser integrados, como aliados e súditos cristãos do rei, mas também como força de trabalho básica para o desenvolvimento das várias atividades produtivas essenciais ao projeto colonial. Como fazer isso? Como integrar os mais variados grupos indígenas que se comportavam de forma tão diferenciada, frente aos colonizadores? Ao lado deles, havia também os africanos que, na condição de escravos, iam chegando à América, desde os primórdios da conquista.

Que lugares ocupariam esses povos na nova sociedade colonial que se construía na América? Violência, preconceito, altíssima mortalidade e prejuízos incalculáveis marcaram sua inserção na sociedade escravista e hierárquica americana na qual ocupariam os estratos mais inferiores. Por muito tempo, esses povos e indivíduos não mereceram a atenção dos historiadores que os viam apenas como força de trabalho, rebeldes ou vítimas passivas de um sistema colonial opressor, no qual não tinham possibilidades de agir por interesses próprios. Dessa forma, apareciam na história apenas em função dos interesses alheios. Essas ideias simplistas construíram a imagem de uma sociedade rigidamente dividida entre a República dos Índios e a República dos Espanhóis, na qual os povos submetidos eram vistos como blocos monolíticos, comportando-se todos da mesma forma, conforme os papéis e os lugares sociais que lhes eram atribuídos pelos colonizadores.

Nesta aula, vamos desconstruir essas ideias. Com base nas tendências atuais da historiografia, você vai conhecer uma sociedade colonial mestiça, em que havia intensa interação entre

os mais diversos grupos e indivíduos étnicos e sociais, incluindo os subalternos, tais como: índios, negros e seus descendentes. Vamos observar como, apesar da extrema violência e discriminação, eles atuavam, misturando-se e reelaborando culturas, identidades e relações sociais. Vamos, enfim, observar seus limites e possibilidades de ascensão social. Para isso, cabe iniciar com uma breve reflexão sobre as categorias étnicas e os lugares sociais que lhes foram atribuídos.

Índios, negros e mestiços na sociedade colonial americana: uma breve reflexão sobre as categorias étnicas e sociais

Diferentes grupos étnicos nativos dos continentes americano e africano (de etnias, culturas e línguas diversas) foram incorporados aos processos de conquista e colonização das Américas e classificados nas amplas e genéricas categorias de índios e negros. A partir dos séculos XV e XVI, sobretudo, essas categorias passaram a ser utilizadas, em larga escala, pelos europeus para designar consideráveis parcelas de populações que se incorporavam às sociedades coloniais escravistas americanas, ocupando seus estratos mais inferiores e sujeitos à escravidão ou ao trabalho compulsório. Os **mestiços**, resultantes dos diversos processos de interação desses povos, constituem uma terceira categoria ainda mais ampla e genérica, pois pode se referir a todos os descendentes do cruzamento físico e/ou cultural de grupos diversos.

Estabelecidas no contexto específico da expansão ultramarina para designar povos que se incorporavam às novas sociedades americanas para servi-las, essas categorias devem ser compreendidas como construções históricas às quais foram se associando significados sociais e políticos. Afinal, a elas correspondiam determinados lugares sociais e atributos culturais que se definiam, tendo como referência a sociedade e a cultura espanhola, vistas como superiores. Índios e negros passaram a existir na América em relação aos espanhóis e como tais eram considerados inferiores.

Mestiço

A categoria mestiço na Mesoamérica referia-se especialmente aos descendentes de espanhóis com índios. Porém em outras regiões, incluindo a América portuguesa, era usada também para designar os filhos de uniões entre indivíduos das mais diversas etnias.

Os negros foram sendo, desde o século XVI, cada vez mais associados à escravidão. Os índios, apesar das muitas discussões a respeito de sua natureza, foram sempre considerados povos inferiores que deviam ser evangelizados e submetidos à escravidão ou ao trabalho compulsório. De acordo com as relações estabelecidas com os espanhóis, foram divididos nas categoria de rebeldes ou selvagens e de aliados ou civilizados. Os primeiros seriam combatidos e escravizados, através das guerras justas, porém os últimos seriam incorporados à sociedade colonial para fazer parte da República dos Índios com um estatuto jurídico específico que lhes conferia obrigações e direitos. Ser índio, portanto, era também uma categoria jurídica que foi amplamente apropriada por vários povos, na medida em que lhes garantia alguns direitos, sobretudo à terra coletiva e à vida comunitária. Não faltaram ocasiões, no entanto, em que muitos preferiram ser mestiços. Estes últimos, em suas mais diversas modalidades, também foram discriminados e, grosso modo, destituídos de direitos na sociedade colonial americana. Porém, em situações específicas, alguns descendentes de espanhóis com índias, sobretudo nos primórdios da conquista, obtiveram vantagens e condições privilegiadas.

Ser índio, ser negro ou ser mestiço na sociedade colonial da América implicava, portanto, ocupar determinados lugares sociais e ser portador de características culturais, vistas de forma preconceituosa e discriminatória. No entanto, a historiografia recente tem evidenciado que grupos e indivíduos assim designados não atuaram de maneira uniforme, conforme os lugares sociais, as classificações étnicas e as características culturais que lhes eram atribuídas pelos colonizadores. Essas ideias já não se sustentam a partir das novas abordagens histórico-antropológicas, que enfocam diretamente esses povos e indivíduos, e identificam suas ações nos processos históricos nos quais se inserem. Longe de constituírem blocos homogêneos, eles agiam e relacionavam-se de formas diferenciadas, conforme seus interesses que continuamente se transformavam com a experiência do contato. A tendência atual da História Política no sentido de rejeitar a ideia de que grupos dominantes anulam a ação dos chamados dominados também contribui para essas interpretações.



Culturas e identidades étnicas: construções históricas, dinâmicas e flexíveis

Culturas e identidades étnicas são vistas hoje como construções históricas que podem se alterar através das relações entre os atores e conforme seus interesses que também se modificam na dinâmica dos processos históricos. Os processos de etnificação, entendidos como mudanças culturais e identitárias impostas por situações de contato, têm sido analisados de forma articulada aos chamados processos de etnogênese. Estes são os movimentos dos próprios povos indígenas e africanos que, em resposta às mais variadas situações de contato e violência, reelaboram práticas culturais, políticas, econômicas e sociais, construindo, para si e para os outros, novas formas de identificação. Nesse processo, reelaboram suas culturas e redes de sociabilidade. Para saber mais sobre isso, você pode consultar os seguintes autores: Guillaume Boccara, Fredrik Barth e Sidney Mintz, entre outros.

Índios, negros e seus descendentes rearticularam suas relações sociais, culturas e identidades, reinventando, assumindo ou rejeitando as formas de classificação étnica e os lugares sociais que lhes eram dados ou impostos pelos colonizadores. Estudos recentes demonstram a circulação desses grupos e indivíduos, revelando a fluidez e a porosidade das fronteiras entre as hierarquias sociais e as classificações étnicas. Ao ascender na escala social e ao se aproximarem culturalmente dos espanhóis, os subalternos iam “embracecendo” e, com frequência, podiam mudar de classificação.

Dadas ou impostas pelas autoridades dominantes, as classificações étnicas podiam servir também aos próprios classificados que, conforme as situações, podiam ou não assumir os papéis e as categorias a eles atribuídos. Isso dependia das possíveis vantagens ou perdas aí associadas. Foi o caso, por exemplo, de muitos índios das comunidades que chegaram ao século XIX, afirmando-se como tais para garantir a terra coletiva que lhes tinha sido dada pela coroa espanhola. Ao assumirem a identidade indígena, contradiziam os discursos de autoridades e moradores que os consideravam mestiços, categoria essa que não lhes assegurava os direitos coletivos da vida comunitária. Por outro lado, houve situações nas quais índios diziam-se mestiços para escapar do trabalho compulsório ou por qualquer outra razão que lhes favorecesse. Sabemos, hoje, que as identidades assumidas pelos grupos e indivíduos podem ser plurais e modificarem-se. Assim, grupos e indivíduos podiam se identificar ou serem identificados de uma ou de outra forma, conforme as situações e os interesses dos vários agentes. Podiam também assumir a identidade mestiça sem perder os laços com as comunidades indígenas, ou assumir a dupla identidade de índios mestiços.

Essas situações têm sido observadas também com outros grupos étnicos, tais como negros e seus descendentes. Uma vez alforriados, muitos passavam a se identificar como mulatos ou pardos, de forma a se afastar do estigma da escravidão. As imprecisões e os aparentes equívocos das classificações étnicas presentes em diferentes tipos de fontes históricas têm levado os historiadores a problematizá-las, procurando perceber os possíveis interesses dos agentes em serem classificados ou em classificar de uma ou de outra forma.

estabelecida à qual foram associadas características culturais e lugares sociais específicos. O mesmo pode-se dizer para a categoria dos mestiços, também criada no contexto de formação das sociedades coloniais para designar os novos grupos étnicos que se multiplicavam através das mestiçagens biológicas e culturais entre os diversos grupos em contato na América. Foram também discriminados, mas em algumas situações obtiveram condições privilegiadas. Assim, essas categorias revestem-se de significados políticos, econômicos e sociais, de forma que classificar ou ser classificado em uma categoria ou em outra podia implicar ganhos ou perdas. No caso dos índios, em várias regiões da América, essa identidade garantia-lhes direitos comunitários, inclusive às terras coletivas, razão pela qual foi muitas vezes acionada por grupos e indivíduos interessados em defendê-las. Seus opositores podiam chamá-los mestiços, categoria essa que não lhes dava acesso a esses direitos. Apesar de frequente, essa situação não pode ser generalizada. As disputas por classificações étnicas presentes nas fontes podem ser vistas como disputas políticas e sociais, mas devem ser analisadas historicamente, levando em conta as especificidades de cada situação.

Do que foi visto até agora, podemos afirmar que a colônia era um mundo em construção, em que várias identidades étnicas formavam-se, tendo como referencial as relações estabelecidas entre os vários grupos e suas respectivas condições econômico-sociais em um contexto hierárquico, escravocrata e desigual. Vamos, então, observar como se construiu e funcionou a sociedade colonial americana.

Sociedade colonial mesoamericana: a República dos Índios e a República dos Espanhóis

A sociedade colonial mesoamericana iria se construir nos moldes das sociedades do Antigo Regime: escravista, hierárquica e fortemente marcada por preconceitos e discriminações étnico-religiosas, conforme definiam os estatutos de **limpeza de sangue**.

Limpeza de sangue

Baseados em preconceitos étnicos e religiosos, os estatutos de limpeza de sangue que, na Espanha e em Portugal, vedavam aos mouros e judeus o acesso a títulos honoríficos e a cargos públicos e eclesiásticos, passaram a abranger, na América, índios, negros e seus descendentes. Essas restrições, no entanto, foram muitas vezes contornadas pelos conversos que, na fluidez da sociedade ibérica, encontravam maneiras de ascender a posições mais elevadas.

Era uma sociedade formada por corporações, na qual todos tinham seus lugares sociais que, em princípio, deviam ser nitidamente definidos e delimitados. O rei, cabeça dessa sociedade, tinha sua honra na possibilidade de distribuir e administrar justiça aos seus súditos. Era também uma sociedade mestiça que continuamente incorporava grupos e indivíduos indígenas e africanos que se misturavam biológica e socialmente entre si e com outros grupos étnicos e sociais. Isso gerou uma imensa variedade de tipos mestiços que foram chamados **castas** e para os quais, no século XVIII, foram criadas uma infinidade de categorias étnicas.

Castas

O termo castas foi amplamente utilizado para designar os filhos de uniões das mais variadas misturas étnicas. Inúmeras pinturas de castas proliferaram no século XVIII, elaboradas por vários artistas que, de maneiras diversas, representavam as diferentes castas, cujos nomes variavam, conforme as regiões e ao longo do tempo. No decorrer do século XVIII, o termo castas foi se tornando sinônimo de plebe urbana, gente em geral desprezada pelos espanhóis e *crioulos* que os viam com receio na medida em que se multiplicavam e alguns alcançavam ascensão socioeconômica.



Figura 4.1: Descrição do Sistema de Castas no México (Museo Nacional del Virreinato).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Casta>

Os índios eram essenciais nessa sociedade, como evidenciam os intensos debates políticos e intelectuais do século XVI sobre como lidar com eles. Que lugar ocupariam? Lugares variados, conforme suas condições sociais no interior de suas próprias comunidades e conforme o tipo de relação que estabeleciam com os espanhóis. Os preconceitos, no entanto, seriam mantidos. Se, por razões políticas,

vários líderes indígenas receberam consideráveis privilégios na nova ordem administrativa espanhola, tais privilégios deviam se restringir à República dos Índios que, em princípio, devia estar separada da dos Espanhóis. Leis, direitos e deveres diferenciados dividiam juridicamente essas duas repúblicas.

Dessa forma, como afirmam Gonzalbo e Garcia, era possível manter certas estruturas da organização e do governo indígenas, cumprindo o pacto estabelecido com os líderes indígenas, chamados caciques ou senhorios. Estes líderes tinham posições privilegiadas no interior de suas comunidades e poderiam continuar a exercê-las dentro de suas próprias jurisdições, mantendo a obediência e a lealdade à Coroa. Em termos geográficos, isso implicava a separação entre os povoados de espanhóis (nos quais havia também negros e trabalhadores índios e mestiços) e os povoados de índios. Em teoria, os índios deviam permanecer em seus **pueblos**, dos quais espanhóis e negros deviam manter distância, o que na prática não ocorreu.

A República dos Espanhóis

Em meados do século XVI, quando a Coroa espanhola consolidava seu poder administrativo na Mesoamérica, duas questões importantes e interligadas eram objeto de sua preocupação: limitar o poder dos primeiros conquistadores e preservar as comunidades indígenas que, sob o sistema de *encomiendas*, sofriam violências e explorações abusivas por parte dos primeiros. Estes eram, em geral, *hidalgos*, segundos filhos de famílias da pequena nobreza que saíam da Espanha em busca de uma ascensão econômico-social impossível de ser alcançada no reino. A guerra de conquista era, nos tempos modernos, uma possibilidade de obter benefícios do rei e isso se estendeu à América, onde os guerreiros eram compensados com mercês de terras e *encomiendas*.

Preocupada em evitar a formação de oligarquias locais na América, a Coroa espanhola iria esforçar-se por reduzir o poder desses primeiros conquistadores. Para isso, criou várias instâncias

Pueblos

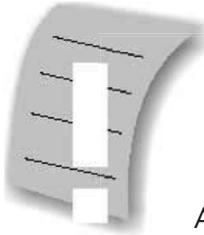
Os *pueblos* eram os povoados indígenas na colônia, isto é, os espaços territoriais e administrativos, estabelecidos para integrar as comunidades indígenas ao Império espanhol.

administrativas: em meados do século XVI, foram criados o Vice-Reinado da Nova Espanha e as Audiências, cujos cargos seriam ocupados por representantes do monarca, submetidos ao seu controle. Seus membros constituíam a elite burocrática na América. Eram os espanhóis, vindos do reino, e seus descendentes que exerciam o poder também nos cabildos, instâncias administrativas menores de grande importância na América, pois controlavam o poder local, no nível dos municípios.

A legislação procurava impedir a formação de famílias oligárquicas, proibindo o casamento entre os ocupantes dos altos postos administrativos com membros de famílias locais, bem como seu envolvimento com atividades produtivas em sua área de jurisdição. Esforço infrutífero, como afirmou o historiador John Elliot, pois no cotidiano das relações, os interesses políticos, sociais e econômicos entre os membros das diversas instâncias das elites muitas vezes se entrelaçaram e consolidaram-se em relações concretas de alianças matrimoniais, políticas e econômicas. As oligarquias inevitavelmente se formaram. Ainda que se apontem diferenças entre eles, espanhóis vindos do reino e os *crioulos*, seus descendentes nascidos na América, aliavam-se e misturavam-se, tendo constituído a elite colonial na América. Além do *status* social superior e do poder político, exercido em diferentes instâncias, controlavam as atividades econômicas mais lucrativas e prestigiadas. A importância social e política das cidades na sociedade espanhola estendeu-se à América, de forma que esses homens eram também os cidadãos ou vecinos. Detentores dos principais benefícios, concedidos pelo poder monárquico, eram chamados *gente de razón* para diferenciá-los dos índios, dos negros e das castas, considerados inferiores.

A Igreja católica tinha um papel importante na hierarquização social da colônia. Associada à Coroa, no projeto de conquista e colonização da América, comungava com seus ideais escravistas, hierárquicos e preconceituosos. Os altos cargos eclesiásticos revestidos de considerável poder e prestígio eram controlados pela

Coroa. Índios, negros e seus descendentes eram catequizados, mas diante das discriminações étnicas dificilmente se tornavam padres ou eram admitidos como membros de ordens religiosas.



Sugestões de leitura

Para um estudo mais detalhado sobre as elites locais, os cabildos e a importância das cidades na América, como espaço político e social que conferia aos seus habitantes um *status* superior, acompanhado de privilégios e benefícios da Coroa, você pode ler o texto do historiador Ronald Raminelli: “A Monarquia católica e os poderes locais no Novo Mundo”. In: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. *História das Américas*. Rio de Janeiro, FGV, 2011, pp. 29-54.

Para uma compreensão mais ampla sobre a atitude da Igreja, face às relações raciais e suas relações com a Coroa, no projeto de expansão ultramarina, você pode consultar o livro do historiador Charles Boxer: *A igreja militante e a expansão ibérica na América (1440-1770)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

O papel social do catolicismo, no entanto, serviu também aos interesses dos povos subordinados. Ainda que limitados pelos preconceitos do próprio clero, índios, negros e mestiços conseguiram significativos ganhos sociais, políticos e econômicos através das práticas religiosas. Ser cristão, pertencer a irmandades, estabelecer redes de sociabilidade com agentes importantes no setor eclesiástico ou leigo eram formas de obter ganhos nessa sociedade e isso foi amplamente utilizado pelos subalternos. Sem contar com os sacramentos, que constituíam outras possibilidades de mistura e ascensão social, sobretudo através de matrimônios e batismos, pelos quais estabeleciam-se relações de compadrio.

Incluía-se também na República dos Espanhóis os escravos africanos e indígenas, bem como um amplo setor de grupos intermediários que se multiplicavam com o avanço da colonização e da dinâmica de suas interações. Índios fora das comunidades, africanos libertos, mulatos, mestiços e inúmeros outros que constituíram as castas circulavam e misturavam-se sobretudo nas cidades, desafiando as fronteiras sociais e étnicas da sociedade colonial americana. Esses homens ocupavam as mais diversas atividades, incluindo algumas funções especializadas. Embora os negros tenham sido mais discriminados que os índios pelo forte estigma da escravidão, foram frequentemente preferidos no exercício de funções para as quais eram considerados mais aptos. Na medida em que ascendiam socialmente ou se aproximavam dos espanhóis em termos culturais, passavam a ser chamados de mulatos ou mestiços. Situações semelhantes ocorriam também com os índios que muitas vezes se tornavam mestiços.

Mas essa República dos Espanhóis não podia existir sem a República dos Índios, constituída pela massa da população indígena integrada à colônia. Vamos ver como ela funcionava e como se entrelaçava com a República dos Espanhóis.

A República dos Índios

Não é possível generalizar as várias formas de inserção dos índios na sociedade colonial da Mesoamérica, no século XVI, uma vez que os grupos eram diferentes, reagem de formas variadas e seus comportamentos modificavam-se com a dinâmica das relações. Porém, algumas características gerais podem ser apontadas. Nas primeiras décadas da ocupação espanhola, as comunidades indígenas foram praticamente dominadas pelos *encomenderos*. A violência desses últimos, no entanto, não impediu que elas mantivessem algumas características de seu funcionamento do período anterior à conquista. Afinal, no século XVI, a dependência dos espanhóis em relação aos índios era imensa e a manutenção

das alianças com os chefes indígenas aliados era essencial para o funcionamento da nova ordem. Os povos que apoiaram os espanhóis foram particularmente privilegiados.



Comunidades indígenas pré-colombianas

Antes da chegada dos espanhóis, os povos indígenas da Mesoamérica organizavam-se em comunidades indígenas (*altepetl* ou *calpulli*) de tamanhos variados que se articulavam entre si, através de relações de reciprocidade. Tais relações envolviam direitos e deveres entre os membros das comunidades e suas respectivas chefias, e também entre as próprias comunidades, pois havia uma certa hierarquia entre elas. Algumas eram **cabeceiras** e outras **sujeitos**, de forma que as últimas eram subordinadas às primeiras e deviam-lhes tributos em troca de proteção e segurança. No interior das comunidades, os índios comuns, chamados macehuales, ou os índios comuneros pagavam tributos em espécie ou em trabalho para os seus caciques, chamados tlatoques ou senhorios. Estes, em troca, lhes deviam proteção e segurança, suprindo suas necessidades em épocas difíceis. Através desse sistema, várias comunidades indígenas submetidas ao Império asteca, pagavam-lhe tributos.

Comunidade Indígenas cabeceiras e sujeitos: as **cabeceiras** eram as comunidades indígenas principais às quais se subordinavam outras, chamadas **sujeitos**. A imagem da Atividade 2 deixa claro como elas se organizavam entre si de forma hierárquica.

Em meados do século XVI, a Coroa espanhola iria tentar acabar com as *encomiendas*, substituindo-as pelos *Corregimientos* de Índios. Seu propósito era preservar as comunidades indígenas das explorações abusivas e manter maior controle sobre elas. Para isso, iria respeitar, quando possível, a autonomia das várias comunidades e, em parte, a própria estrutura pré-colonial. Foi visto que havia, no mundo indígena, uma organização social hierarquizada, através da

qual tributos em trabalho e em espécie, cobrados aos índios comuns, circulavam na Mesoamérica, antes da chegada dos espanhóis. Dar continuidade ao funcionamento desse sistema, mantendo, quando possível, as hierarquias indígenas e prestigiando os chefes que colaboravam com os espanhóis foi estratégia amplamente praticada, tanto para o funcionamento das *encomiendas* quanto dos *corregimientos* dos índios. Mantinham-se, assim, as elites indígenas, porém subordinadas aos representantes do mundo espanhol: primeiro ao *encomendero* e depois ao corregedor. Ambos tinham a função de cobrar os tributos das comunidades, através da relação direta com os senhorios. Em troca, deviam garantir aos líderes e às comunidades proteção, segurança e evangelização, o que, em geral, não cumpriam.

Assim, sob o domínio espanhol, muitas comunidades indígenas mantiveram o autogoverno, com cabildos formados por índios responsáveis pela sua própria administração. Os senhorios desses *pueblos* recebiam tributos de seus membros e eram, por sua vez, isentos de pagá-los, preservando de alguma forma os privilégios das antigas senhorias. Os *macehuales* ou índios comuneros eram sujeitos à tributação que variava, conforme as leis e as disputas entre os agentes.



Atende ao Objetivo 2

2. A figura a seguir, adaptada do livro de Schwartz e Lockart, ajuda a compreender como se articulavam as várias comunidades indígenas que formavam os *corregimientos* de índios e, em escala mais ampla, a própria República dos Índios. Observe a imagem e explique como se dava a articulação entre o mundo indígena e o mundo espanhol, considerando as características de funcionamento das comunidades mesoamericanas antes da conquista.

Resposta Comentada

A imagem evidencia a interação entre o mundo indígena e a cidade espanhola, mas ilustra principalmente as relações entre as comunidades indígenas cabeceiras e sujeitos, e como o pagamento dos tributos circulava entre elas, obedecendo às hierarquias entre os *pueblos* cabeceiras e *pueblos* sujeitos. Como se pode observar, através das linhas de pagamentos dos tributos, os *pueblos* sujeitos tributavam às suas cabeceiras e estas, por sua vez, o faziam à cabeceira principal. Reunidos ali, os tributos eram transferidos pelo chefe indígena da cabeceira principal ao corregedor que, como representante do mundo espanhol, os encaminhava às cidades espanholas. Os tributos incluíam serviços e espécies, e, portanto, os índios comuneros circulavam entre o mundo indígena e o mundo espanhol.

Cabe lembrar que essas mudanças ocorreram em um quadro de extrema violência. Se os espanhóis aproveitaram boa parte das estruturas sociais indígenas pré-coloniais para organizá-los sob a ordem espanhola, impuseram inúmeras mudanças responsáveis por prejuízos incalculáveis aos povos indígenas, incluindo seus próprios aliados. Altíssima mortalidade; escravizações em massa; deslocamentos forçados para a proximidade dos núcleos urbanos espanhóis; desarticulações políticas e sociais internas; alteração das hierarquias entre as comunidades, no sentido de que algumas cabeceiras tornaram-se sujeitos e vice-versa; desmembramento de comunidades que se dividiram entre diferentes *encomenderos*; lideranças substituídas; mudanças nas relações de poder entre os líderes que podiam alcançar maior ou menor prestígio sob o governo dos espanhóis e mudanças de critérios de lideranças são algumas consequências da dominação dos espanhóis e do entrelaçamento entre o mundo indígena e o mundo espanhol.

No decorrer do século XVI, o poder dos senhorios indígenas foi sendo limitado pela dominação cada vez maior dos espanhóis.

Por razões políticas, eles apoiavam e prestigiavam os líderes indígenas, mas procuravam reduzir o exercício de suas funções e não titubeavam em substituí-los, quando desafiavam seus interesses. Em várias regiões da América, governos e cabildos indígenas passaram, muitas vezes, ao controle de índios comuns ou mestiços, vindos de outras comunidades ou regiões que, por colaborarem com os espanhóis, substituíam os senhores naturais. Isso, no entanto, ocorria paulatinamente e gerava muitos conflitos tanto entre os espanhóis e os índios, como entre esses últimos pela disputas de regalias de poder no interior das comunidades.

Desde a década de 60 do século XX, os historiadores têm procurado perceber o efeito dessas mudanças sobre as próprias comunidades indígenas, desenvolvendo estudos localizados sobre regiões específicas. Se em algumas regiões, como observado por Charles Gibson, a autonomia das comunidades foi decaindo no decorrer do século XVI, em outras ela se manteve. Foi o caso, por exemplo, de Oaxaca, onde a chefia indígena tradicional manteve-se no cargo de governador, até o século XVIII, como demonstrou William Taylor. Apesar do caos, provocado por todas essas mudanças, muitas comunidades reordenaram-se política e socialmente, conseguindo manter até o século XIX uma relativa autonomia quanto ao seu próprio governo e à administração de seus recursos.

A nobreza indígena foi redefinida sob o domínio dos espanhóis, mas não se extinguiu. Novos privilégios, novos símbolos de poder e prestígio, novos interesses materiais foram introduzidos e amplamente assumidos pelos senhorios. Adotaram novos valores do mundo espanhol, dentre os quais as vestimentas, as armas, o cavalo, o dinheiro e os documentos escritos. Nessa prática, para usar a expressão de Serge Gruzinski, costuravam a rede esburacada pelo violento processo de conquista, procurando reafirmar força política e prestígio social perante os seus e à nova ordem sociopolítica na qual se inseriam.



Novas tendências historiográficas

Sem desconsiderar a violência e as desigualdades das relações de contato, a historiografia atual tem focalizado as mudanças ocorridas no interior das comunidades indígenas, considerando os interesses dos próprios índios. As ideias de apropriação e ressignificação cultural substituem antigas concepções que entendiam essas mudanças como processos de aculturação através dos quais os índios eram obrigados a adotar novas práticas culturais, sociais e políticas que só lhes traziam prejuízos. Para usar a expressão do historiador Steve Stern, houve na América uma resistência adaptativa por parte dessas comunidades que, ao invés de se revoltarem contra a nova ordem social, adaptaram-se a ela, obtendo ganhos e amenizando perdas.

Questiona-se, hoje, a ideia de que a política de enobrecimento das lideranças indígenas tenha significado simplesmente a manipulação dos líderes que, voltados para interesses individuais, teriam de forma oportunista, traído os interesses da comunidade. Pesquisas localizadas, enfocando os próprios atores, revelam a complexidade das relações entre os líderes, os índios comuns e os espanhóis, que não agiam como blocos monolíticos. Embora movidos também por interesses individualistas e materiais, que muitas vezes os afastaram de seus liderados, vários chefes indígenas mantiveram-se ligados aos interesses coletivos. Sem contar que muitos foram destituídos por terem provocado descontentamento em suas comunidades. A diversidade de situações revelada por inúmeros estudos recentes apontam para os limites das análises generalizantes. Sobre esse tema, vale consultar os seguintes autores: Steve Stern, Margarita Menegus Bornemann, Charles Gibson, William Taylor, entre muitos outros.

Os chefes, portanto, tinham posições privilegiadas no interior das comunidades e também no mundo espanhol, onde circulavam, exercendo importantes papéis de intermediários, dos quais sabiam tirar vantagens. No século XVI, quando a dependência dos espanhóis em relação a eles era maior, tinham melhores possibilidades de barganha. Muitos enriqueceram e alcançaram posições privilegiadas que nem sempre se restringiram à república dos índios.

Relações interétnicas e mestiçagens

Ainda que, juridicamente separadas pela legislação que conferia direitos e deveres específicos aos membros de uma e outra, as Repúblicas dos Índios e dos Espanhóis complementavam-se e uma dependia da outra. As próprias características demográficas da sociedade colonial americana impediam a separação. O número infinitamente superior de mulheres indígenas em relação às brancas e africanas incentivava as uniões interétnicas. Espanhóis e africanos circulavam nas comunidades indígenas e procuravam suas mulheres. Os filhos dessas uniões tinham destinos diversos. Alguns filhos de espanhóis com índios foram reconhecidos como legítimos por seus pais e integraram-se aos *crioulos*. Isso era mais comum nos primórdios da colonização, porém vários ficavam nas comunidades das mães e cresciam como indígenas. Outros filhos de espanhóis com índias, ou de espanhóis com negras, ou negros e índias ou de várias outras misturas integravam-se ao amplo e genérico grupo das castas.

A presença de espanhóis nos *pueblos* indígenas era, muitas vezes, incentivada pelos próprios índios que os chamavam por necessidade de serviços especializados. Além disso, colonos espanhóis podiam obter mercês para fundar fazendas de gado nas proximidades dos povoados indígenas e autorização para viver ali, onde também se dedicavam ao comércio. Isso se tornou prática frequente, uma vez que a produção de carne e o trânsito de mercadorias também beneficiava os índios.

Os índios das comunidades, tanto os líderes como os *comuneros*, também circulavam intensamente na República dos Espanhóis. O próprio sistema de *repartimiento* para o trabalho impunha essa circulação e eles desenvolviam as mais diversas atividades nas minas, fazendas e cidades. Sua presença significativa nas cidades americanas tem sido evidenciada por pesquisas recentes. Analisando fontes cartoriais (escrituras de compra e venda, inventários, testamentos etc.) e paroquiais (registros de batismo, casamentos, óbitos etc.), os historiadores podem acompanhar as trajetórias dos indivíduos indígenas, identificando suas relações sociais e condições socioeconômicas. Sobre isso, vale destacar os trabalhos de Jacques Polony-Simard e de Pablo Rodríguez Jiménez, sobre Cuenca (Equador) e Colômbia respectivamente. Através da análise das fontes locais, esses autores identificam as redes de sociabilidade, construídas por indígenas fora de suas comunidades. As interações com as elites nas cidades não significava, necessariamente, perder o vínculo com as comunidades, como demonstra a pesquisa de Polony-Simard.

CONCLUSÃO

Os diferentes povos e indivíduos classificados como índios, negros e mestiços na sociedade colonial mesoamericana não se cristalizaram nessas categorias, nem tampouco nos lugares sociais a eles atribuídos pelos europeus. A sociedade colonial mesoamericana, apesar de rigidamente hierarquizada, dava espaço para a ascensão socioeconômica de muitos indivíduos que, ao ascender, mudavam muitas vezes de categoria étnica. A divisão entre República dos Índios e dos Espanhóis nunca se manteve diante da intensa interação e mistura dos grupos e indivíduos que circulavam entre os diversos espaços coloniais, desafiando fronteiras físicas, étnicas, culturais e sociais.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Nesta aula, três aspectos foram especialmente enfocados: as categorias étnicas, vistas como construções históricas com conteúdos sociais, as interações entre a República dos Índios e a República dos Espanhóis e as mestiçagens culturais, biológicas e sociais. Relacione esses três aspectos, destacando sua importância para a compreensão do dinamismo e da complexidade da sociedade colonial mesoamericana.

Resposta Comentada

O dinamismo e a complexidade da sociedade colonial mesoamericana revelam-se pela intensa interação entre grupos e indivíduos, classificados em diferentes categorias étnicas e sociais. Essas classificações deveriam, a princípio, estabelecer fronteiras entre esses grupos para preservar a ordem hierárquica e escravista da sociedade colonial que se construía na América. Os índios tinham papel essencial e alguns deles tiveram poder e privilégios, que deveriam se restringir à República dos Índios. Classificações étnicas construía-se de forma associada

aos atributos sociais e culturais dos sujeitos que, no entanto, não se congelaram, conforme os lugares e rótulos para eles determinado. Eles circulavam, misturavam-se, apropriando-se de elementos culturais e de práticas sociais e políticas dos espanhóis e dos demais agentes com os quais conviviam. O intenso processo de mestiçagem biológico, cultural e social desafiou a rígida hierarquia social nitidamente delimitada e a própria classificação étnica dos povos. Longe de atuarem com blocos homogêneos, eles tinham comportamentos diversos e circulavam intensamente entre as categorias étnicas e os lugares sociais para eles traçados, o que permite construir a imagem de uma sociedade complexa e dinâmica.

RESUMO

A sociedade colonial americana escravista e preconceituosa deveria ser rigidamente hierarquizada, com lugares definidos para os diferentes grupos étnicos e sociais que continuamente a ela se incorporavam. Índios, negros e seus descendentes ocuparam os estratos mais inferiores dessa sociedade. Sem negar as discriminações e violências contra esses povos, é possível observar, hoje, que as fronteiras sociais, culturais e étnicas eram fluidas e porosas, e os homens circulavam entre elas. A separação entre as chamadas Repúblicas dos Índios e dos Espanhóis não podia existir diante das intensas interações de seus membros. Os líderes indígenas eram os agentes intermediários entre esses mundos e alguns deles alcançaram posições bastante privilegiadas na sociedade colonial. Da mesma forma, africanos e seus descendentes puderam movimentar-se nessa sociedade em busca de melhores condições de vida, como demonstram vários estudos recentes. Ao invés de vítimas passivas de leis que não lhes davam margem de manobra, os índios, os africanos e seus descendentes são vistos como agentes históricos, cuja atuação deve ser levada em conta para a compreensão dos processos

históricos nos quais se inserem. Relações interétnicas intensas e processos de mestiçagem culturais, biológicos e sociais entre grupos e indivíduos de origens diversas desafiavam a demarcação de fronteiras rígidas entre as classificações étnicas e os lugares sociais, estabelecidos pela Coroa na sociedade mesoamericana colonial.

Aula 5

Missionários e índios na América espanhola colonial

Larissa Viana

Meta da aula

Discutir a introdução e o desenvolvimento das missões religiosas na América espanhola colonial, privilegiando-se as interações entre os missionários e os índios.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar os principais traços da ação missionária conduzida por franciscanos e jesuítas na América espanhola;
2. relacionar a atuação política do frei Bartolomé de las Casas com a primeira grande reforma da legislação hispânica que afetava os índios, na década de 1540.

Pré-requisitos

Para melhor acompanhar o conteúdo desta aula, é desejável que você tenha acesso à internet para eventuais consultas. É interessante que você tenha à mão seu material de História Moderna, para revisar os conteúdos relativos ao contexto da Reforma protestante e da Contrarreforma católica, no século XVI.

INTRODUÇÃO

O missionário espanhol José de Acosta chegou à América em 1571 para integrar a missão jesuíta do Peru. No caminho, parou em Santo Domingo, no Caribe, onde foi interpelado pelo arcebispo local, um franciscano. O arcebispo lançou diversas perguntas provocativas a Acosta, todas a respeito da ordem a que ele pertencia, a Companhia de Jesus: por que os jesuítas tomaram o nome de Jesus, quando as outras ordens mantiveram o nome de seus fundadores? Por que não praticavam sistematicamente as penitências? Além disso, o arcebispo queixava-se particularmente dos hábitos dos jesuítas, acusando-os de comerem muito bem, de vestirem-se com conforto, e de atenderem às necessidades dos ricos e dos cultos, enquanto as outras ordens ocupavam-se dos pobres e dos humildes. O missionário Acosta, ao que parece, não se intimidou diante das provocações e respondeu, defendendo a Companhia de Jesus. Afirmou, entre outras coisas, que os jesuítas de fato não buscavam a penitência do corpo, como os franciscanos. Buscavam, antes, penitenciar suas vontades, submetendo-se completamente às ordens de seus superiores.

Podemos tirar algumas lições desse breve episódio ocorrido no distante ano de 1571. A primeira delas é evidenciar que os franciscanos – primeira ordem religiosa a chegar às Américas no século XVI –, receberam os jesuítas com profundas críticas e desconfianças. A segunda lição sugerida por esse episódio seria a diferença de métodos e princípios na ação missionária dos franciscanos, conhecidos pelo amor à pobreza, e dos jesuítas, conhecidos pelos talentos intelectuais e rigorosa disciplina.

Nesta aula, discutiremos várias questões sobre o processo de evangelização da América, nomeadamente no século XVI: como se organizava o movimento missionário? Como os missionários interagem com os índios? Quais eram as principais diferenças entre a ação evangelizadora de franciscanos e jesuítas? Como os religiosos se posicionaram em relação à escravização dos índios?

A conquista espiritual

A primeira modalidade de conquista das terras americanas empreendida pelos espanhóis realizou-se por meio das armas. Conquistadores e soldados formavam as companhias que entraram no continente e lideraram guerras contra os nativos e suas cidades, vencendo estados indígenas tão vastos quanto aqueles liderados pelos mexicas, na América Central, ou pelos incas, na região andina. A guerra, a destruição das cidades e povoamentos, e a submissão das populações nativas das Américas eram, portanto, parte da violenta ação dos conquistadores e de suas armas.

Tão logo se desse a conquista em armas, também chamada na época de *pacificação*, os espanhóis concebiam outros modos para consolidar seu domínio sobre as terras de além-mar. Nessa política de consolidação da presença hispânica na América, destacava-se a noção de conquista espiritual, encabeçada pelos religiosos que garantiriam, em princípio, a catequização dos índios.

De acordo com os historiadores S. Schwartz e J. Lockhart, não seria incorreto chamar os religiosos que se dirigiram para as Américas de missionários. E, como você já notou, este foi o termo escolhido para ser usado ao longo desta aula. No entanto, estes autores nos ensinam que os religiosos europeus que se dirigiam para o trabalho de evangelização dos nativos americanos eram chamados, na época, de *doctrineros*: aqueles que ministram a instrução cristã. Em geral, a sede da paróquia rural, também chamada de *doctrina*, era construída diretamente nas principais povoações dos índios. Os religiosos usavam a autoridade dos caciques para ajudar a construir as igrejas e a garantir a frequência dos índios aos serviços religiosos. Nesse sentido, nos primeiros tempos da conquista, estabelecida em torno de populações já fixadas em suas aldeias, a tarefa dos religiosos não era propriamente a de construir missões no sentido mais restrito desse termo. Em vez disso, dedicavam-se principalmente a instruir os nativos nas crenças e sacramentos cristãos.

Ao afirmar que a Igreja das Américas nos primeiros tempos era missionária (ou de doutrinação), o objetivo central é lembrar que **clero regular** dominou a obra pioneira da evangelização desta região.

Quando foi cumprida essa primeira etapa do chamado doutrinação cristão das populações indígenas, os religiosos pertencentes ao clero regular – franciscanos, jesuítas e dominicanos, entre outros – foram sendo progressivamente substituídos por membros do **clero secular**. Esta substituição demonstrava que a Igreja ultramarina estava se estruturando, com a formação de diversas dioceses sob controle dos bispos estabelecidos em território americano. Os bispos deviam então presidir a organização de diversas paróquias, designando padres seculares para cuidar das pessoas já instruídas na fé católica pelos missionários regulares. Muitos conflitos entre regulares e seculares ocorreram nestas paróquias, mas, em geral, pode-se dizer que ao final do século XVI a enorme influência dos missionários havia diminuído, ao menos nas áreas centrais da conquista.

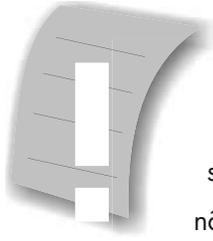
Sob o ponto de vista dos missionários, o projeto de evangelização conduzido nas Américas consistia em apagar as diferenças e reafirmar as semelhanças entre os cristãos e os índios. O que quer dizer isto? Para a maioria dos missionários, os nativos americanos eram vistos como pagãos e não exatamente como infiéis. Ora, na Europa, os cristãos travavam conflitos crescentes com os chamados infiéis, fossem eles judeus ou muçulmanos vivendo na Península Ibérica. Mas as religiões praticadas pelos índios não eram conhecidas pelos missionários, nem se adequavam prontamente à ideia do infiel familiar a eles. Assim, percebidos como pagãos, os nativos foram vistos como membros potenciais da cristandade, desde que recebessem a doutrina cristã e tivessem seus cultos, considerados demoníacos, extirpados. A doutrinação, nesse sentido, deixava exposta a face rude e violenta do processo de conquista espiritual empreendido nas Américas.

Clero regular

O termo designa os religiosos que viviam de acordo com as regras estabelecidas por uma determinada ordem. Na Europa, a primeira grande experiência de um clero regular ocorreu com São Bento, cuja *Regra*, elaborada no ano de 534 d.C., deu origem aos mosteiros beneditinos. A vida dos monges beneditinos transcorria de acordo com o ideal da oração e do trabalho, que eram compreendidos como as formas ideais de alcançar Deus.

Clero secular

De acordo com a organização da Igreja Católica, os membros do clero secular eram aqueles religiosos voltados para as atividades em sociedade: celebrar as missas, ministrar batismos, casamentos e outros sacramentos, além de orientar espiritualmente os membros de suas paróquias.



Ao ler sobre a ideia de conquista espiritual das Américas, você pode ter se surpreendido. Para nós, homens e mulheres do século XXI, é muito comum a visão de que a política e a religião não se misturam, ou, ao menos, de que não devem se misturar.

Por essa razão, muitos tendem a avaliar episódios do passado, como a conquista das Américas, pensando apenas nas motivações econômicas e políticas das monarquias europeias que se dirigiam para o chamado Novo Mundo. Uma visão muito generalizada e incorreta a este respeito pode ser assim expressada: ah!, os espanhóis queriam riquezas e poder, e essa história de evangelizar era só uma desculpa para o domínio violento sobre os índios!

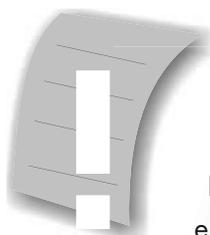
De fato, a extrema violência dos processos de conquista e colonização é inquestionável. Mas quanto ao ideal de evangelização, é preciso que seja compreendida com os olhos dos homens daquela época. Devemos lembrar, nesse sentido, que pouco antes de iniciar a conquista americana, os hispânicos estavam promovendo a expansão do cristianismo dentro de suas fronteiras internas, por meio da reconquista dos territórios ocupados pelos muçulmanos (chamados de mouros, na Península Ibérica) e da perseguição aos judeus. Esse clima de violência e intolerância em relação a outras religiões era parte do cotidiano dos peninsulares, e reforçava neles a convicção de que deviam expandir a fé cristã.

Este ideal estava presente entre governantes, povo e religiosos. Assim, os “reis católicos”, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, que promoveram as primeiras viagens de conquista e exploração das Américas, acreditavam ter o dever de levar sua religião para estas terras, convertendo ou instruindo na fé cristã os povos nelas encontradas.

Franciscanos e jesuítas nas Américas

Corria o ano de 1524, quando uma missão de doze franciscanos descalços chegou à cidade do México, recém-conquistada pelo espanhol Hernán Cortéz. O número de doze

membros era intencional, como você pode estar pensando, e remetia simbolicamente aos doze apóstolos de Cristo, anunciando que os franciscanos tinham a expectativa da doutrinação cristã em massa. Talvez por terem sido os primeiros a chegar, coube aos franciscanos (e também aos religiosos das ordens dominicana e agostiniana) o papel de primeiros mentores espirituais e guardiões políticos da comunidade índia. De acordo com o historiador David Brading, foram os frades que administraram o enorme reassentamento e concentração dos povoados, de índios nas Américas, iniciado na década de 1540. Os dispersos povoados situados nas áreas montanhosas, na qual viviam tantos índios, foram substituídos por povoados novos, geralmente localizados nas planícies. O desenho geográfico desses povoados também foi reformado sob a direção dos frades: as ruas formavam uma rede ordenada, a partir da praça central, invariavelmente dominada pela igreja paroquial.



A Ordem Franciscana foi criada em Assis, Itália, no ano de 1209. Seu fundador, Francisco de Assis, criou uma regra para seus seguidores baseada nos ideais de pobreza material e de pregação aos populares. Os franciscanos formaram então uma das ordens mendicantes mais conhecidas da Europa medieval, fundando uma espiritualidade nova e logo capaz de atrair milhares de vocações. Ao final do século XIV, já se contavam cerca de 30.000 franciscanos, contrastando com a decadência das velhas ordens monásticas.

Os frades, guiados pelos ideais de pobreza material e penitência corporal, não se limitavam a pregar o evangelho e batizar os indígenas. Pretenderam, também, reformar traços da vida e da cultura dos nativos, introduzindo junto a eles técnicas de construção e artesanato espanholas, e ensinando às elites índias as formas de governo civil próprias dos espanhóis. Os franciscanos empreenderam

ainda, como linha fundamental de sua ação nas Américas, o violento combate às religiões dos índios, dedicando-se inicialmente a aprender o máximo possível sobre os deuses, os rituais e as crenças mais estimadas pelos nativos. Para os frades, todo esse corpo de crenças era uma manifestação diabólica que devia ser extirpada a qualquer custo, em nome da evangelização.



Os franciscanos dedicaram-se a elaborar gramáticas das línguas indígenas e a aprender as formas particulares de expressão presentes nas pinturas dos índios. Tais formas foram adaptadas pelos religiosos na elaboração dos livros dedicados à catequese dos nativos, com o objetivo de tornar mais compreensíveis as imagens que traduziam elementos diversos do cristianismo: o batismo, a Virgem Maria, Jesus Cristo, a Santíssima Trindade.

O religioso flamengo Pedro de Gante foi um dos primeiros franciscanos a chegar à Cidade do México, onde viveu por mais de 50 anos, até sua morte em 1572. Gante foi também um dos primeiros frades a observar a aparente inclinação dos índios pelas imagens gravadas e pintadas, bem como o gosto pelos cantos e festividades. Introduziu, então, a utilização de métodos visuais e performáticos para o ensino da doutrina cristã aos nativos. Para os nativos, o religioso criou uma escola chamada de *San José de Belén de los naturales*, situada junto ao convento franciscano da Cidade do México. Essa escola era especialmente voltada para a instrução dos filhos da elite índia local, que Gante pretendia transformar em futuros evangelizadores, capazes de se dirigir às populações nativas em suas línguas originais. Por um sistema de internato, no qual os jovens perdiam o contato com suas culturas nativas, ministravam-se aulas de leitura, redação e canto durante o dia; à noite, eram ministradas as classes de doutrina cristã e de ensino de sermões.

Esse tipo de ensino visava formar futuros pregadores nativos, já que a maior parte do trabalho de evangelização dos índios dependeu dos próprios índios instruídos na fé cristã. Para a maioria da população, então, os franciscanos dedicavam pouco tempo e disseminavam apenas rudimentos do catolicismo.



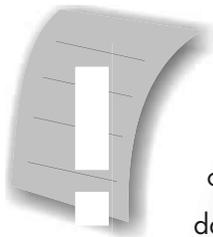
Figura 5.1: Imagens usadas pelo frade franciscano Pedro de Gante para doutrinar os índios. Trata-se de um exemplo de catecismo elaborado especialmente para a evangelização dos indígenas da região do México, no século XVI.

Fonte: <http://www.newberry.org/smith/slidesets/ss15.html>

A expectativa da conversão em massa animava a ação evangelizadora dos frades nas Américas: os franciscanos achavam que seria possível realizar nessa região, no século XVI, o ideal de renascimento da igreja primitiva, tal como aquela da época dos apóstolos. Jerónimo de Mendieta, franciscano que chegou à Nova Espanha – México atual – em 1554, afirmou que nunca a Igreja havia presenciado tanto entusiasmo para ouvir o Evangelho, nem tamanho zelo, por parte dos missionários, no esforço de ganhar novas almas para o cristianismo. O frade Toribio de Benavente, mais conhecido pelo apelido de Motolinía, declarou ter batizado nada menos que 14.200 índios no espaço de apenas cinco dias, somente com a ajuda de um outro frade. Surgiu também nesse contexto, entre os franciscanos, a percepção de uma semelhança entre os índios da Nova Espanha e os ideais cultivados pelas ordens mendicantes, organizadas em torno dos votos de pobreza. Os índios lhes pareciam ter poucas posses e carecer de qualquer espírito de aquisição de

bens; também pareciam ter a simplicidade e a capacidade de obediência aos superiores presente entre os religiosos. Essas supostas semelhanças fizeram o já citado Mendieta exclamar: “No mundo, jamais se viu nação ou geração de gente mais disposta para salvar suas almas... que os índios desta Nova Espanha.”

O que pensaria um jesuíta desses métodos franciscanos de ganhar almas? Antes de buscar respostas para esta questão, é preciso notar que os jesuítas só chegaram à segunda metade do século XVI, dirigindo-se principalmente para as áreas fronteiriças do vasto império espanhol nas Américas. Reside aí, possivelmente, uma das diferenças cruciais na atuação das duas ordens. Os jesuítas contrastavam com os franciscanos por não se recusarem a tratar com propriedades e riquezas, e por serem dotados de agudo senso intelectual e capacidade de influência política. Mas nas Américas, diferenciavam-se principalmente por pregar nas fronteiras, dedicando-se à tarefa de ganhar almas, como diziam, entre os índios e os escravos africanos, que viviam nas áreas mais remotas, ao passo que os franciscanos mantiveram-se nas áreas centrais das conquistas.



Um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados por Inácio de Loyola, decidiu unir-se para formar uma nova ordem, disposta a se colocar a serviço da Igreja católica e da defesa do catolicismo. Em 1540, esta ordem religiosa, denominada Companhia de Jesus, recebeu a aprovação papal e começou a expandir-se por meio da fundação de missões, colégios e seminários em diversas partes do mundo. Os membros da Companhia de Jesus eram chamados de jesuítas e convocados a alistar-se a serviço de Cristo, na “batalha” contra os infiéis.

Uma das mais famosas missões jesuítas na América do Sul desenvolveu-se na região de selva entre o Brasil e o Paraguai, habitada pelos índios guaranis. Essa missão começou a ser instituída ainda no ano de 1603, quando dois ou três padres da Companhia entraram na região acompanhados de alguns discípulos nativos. A reação dos nativos foi intensa e os primeiros esforços dos missionários concentraram-se na conquista da amizade dos caciques, os chefes indígenas. Nenhum espanhol participou dessa missão, fato inédito nas conquistas americanas. Como resultado dessa ausência de qualquer intervenção civil na chamada pacificação dos índios, os jesuítas receberam direitos exclusivos, garantidos pela coroa, sobre os territórios das missões.

Implementaram ali uma série de povoados, concentrando os índios em novas vilas marcadas pela igreja, sempre ao centro, e pela estrita observância do calendário religioso católico. Os jesuítas instruíram os filhos dos caciques na leitura, na escrita e em uma série de ofícios artesanais. Vivendo entre os índios, na missão, introduziram regras de conduta que castigavam a embriaguez e regulavam com rigor a vida sexual dos nativos, provocando mudanças drásticas nas formas de organização originais daquelas comunidades. De acordo com o jesuíta Antonio de Montoya, participante dessa missão desde o início, foram batizados entre os anos de 1612 e 1626 cerca de 95.000 índios na região.

Se até aqui buscamos algumas diferenças entre as estratégias missionárias presentes nas Américas, é hora de reafirmar, em síntese, um traço comum: ao enxergarem os índios como cristãos potenciais, os religiosos não se furtaram a intervir, com violência variável, nos modos de vida dos nativos americanos.



Atende ao Objetivo 1

1. Frei Diego Durán nasceu provavelmente em Sevilha e chegou à Nova Espanha (atual México) entre 1542 e 1544, ainda menino. Quando jovem, ingressou na Ordem Dominicana, tornando-se frade em 1556. Durán viveu a maior parte de seus 51 anos entre os índios, aprendeu a língua *náhuatl* e dedicou-se a conhecer e escrever sobre as práticas religiosas e rituais dos nativos. Os dominicanos, assim como os franciscanos, achavam-se imbuídos da tarefa de dar instrução religiosa aos índios, vistos como pobres almas enganadas pelo demônio. Nesta atividade, você deve ler o trecho a seguir e responder à seguinte questão: como Durán descrevia a tarefa missionária dos religiosos envolvidos com a evangelização dos índios?

Fui movido, leitor cristão, a tomar esta ocupação de colocar e contar por escrito as idolatrias antigas e a religião falsa com que o demônio era servido, antes que chegasse a essas partes a pregação do santo Evangelho, por ter entendido que nós que nos ocupamos da doutrina dos índios nunca acabaremos de ensiná-los a conhecer o verdadeiro Deus...

(Frei Diego Durán, *Historia de las Indias de Nueva España y Islas de la Tierra Firme*, 1581.)

Resposta Comentada

Nesta questão, espera-se que você tenha observado que as palavras de Duran dirigiam-se a um suposto leitor cristão e que foram escritas no final do século XVI, em 1581, momento em que a fase mais destacada do trabalho missionário na Nova Espanha chegava ao fim. Para caracterizar a atividade missionária, o dominicano tratou primeiro de qualificar aquilo que ele acreditava ser a antiga religião dos índios: idolatria, religião falsa, religião que servia ao demônio. Em seguida, notou que a doutrinação dos índios dependia de um esforço constante por parte dos missionários, pois os ensinamentos cristãos, sobre o “verdadeiro Deus” nunca estariam completos diante da ameaça constante do ressurgimento das antigas e supostamente falsas crenças dos índios. Diego Durán, adepto do espírito triunfalista das ordens mendicantes já comentado nesta aula, tomava por certo que o verdadeiro Deus era o deus dos cristãos, de modo que a difusão do evangelho era a única forma de arrancar dos índios os traços de religiosidade que ele considerava falsos. O dominicano resumiu, nestas poucas palavras, o núcleo da atividade missionária dirigida aos índios no século XVI.



Para uma ideia do cotidiano das atividades jesuítas na América do Sul entre os índios guaranis, você pode assistir ao filme *A missão*, dirigido por Roland Joffé e lançado em 1986. Robert de Niro fez o papel principal de um ex-apresador de índios, que se converteu e passou a integrar a missão jesuíta da fronteira do Paraguai, no século XVIII.

Las Casas e a denúncia da aniquilação dos índios

Muitos autores e historiadores que se dedicam a trabalhos de síntese sobre a América colonial dedicam ao menos um capítulo de suas obras para tratar de um religioso em particular: o dominicano Bartolomé de las Casas. O historiador David Brading chamou-o de “profeta desarmado”; T. Todorov afirmou que Las Casas foi aquele que “amou os índios”; já Serge Gruzinski, outro especialista na história da Nova Espanha, chamou-lhe “o defensor dos índios”. Estamos, de fato, diante de um personagem histórico complexo e de muitas faces. Nesta parte da aula, meu propósito é explorar um pouco uma das faces do dominicano Las Casas, buscando entender como ele veio a ser considerado como o defensor, ou protetor dos índios americanos.

Las Casas chegou ao Caribe, em 1502, e participou da conquista de Cuba na companhia de seu pai; pelos serviços prestados ao rei na conquista, o jovem Las Casas recebeu um grupo de índios da região, que foi posto a seu serviço na colônia já instalada de Hispaniola (atual República Dominicana). Assim, ele esteve integrado ao domínio colonial e à exploração do trabalho dos índios desde sua chegada às Américas, quando ainda não havia abraçado a vida religiosa. Em 1513, foi ordenado como padre secular, provavelmente o primeiro a ter sido ordenado no Novo Mundo, e, como padre, seguiu possuindo índios a seu dispor, de modo que as atividades de religioso se confundiam com as atividades de fazendeiro e colonizador.

Segundo o próprio Las Casas, sua visão sobre os índios começou a mudar quando a primeira **missão dominicana** chegou a Hispaniola, iniciando amplos debates sobre o tratamento dispensado aos índios pelos colonizadores espanhóis. Um sermão proferido pelo dominicano Antonio de Montesinos, em 1512, teria impressionado Las Casas a ponto de modificar suas práticas e seu pensamento sobre os índios.

Missão dominicana

A Ordem de Santo Domingo era uma das mais prestigiadas ordens mendicantes da Europa, especialmente conhecida pela missão de percorrer o mundo, pregando e fortalecendo a fé católica contra os hereges. *Domingos*, em latim, significa, entre outras coisas, “guardião do Senhor”.

Montesinos tomou as palavras de São João Batista para afirmar que “era a voz que clama no deserto”. Com esse chamado, o frei denunciou os colonos por seus abusos e atrocidades contra os nativos, colocando em dúvida o suposto direito dos espanhóis de se servirem do trabalho dos índios. Concluindo o sermão apaixonadamente, Montesinos dirigia-se aos colonos indagando: “E não são os índios homens? não possuem almas racionais? não sois vós [colonos] obrigados a amá-los como a vós mesmos?”

Algum tempo depois, em 1514, as palavras de Montesinos parecem ter despertado a consciência de Las Casas, que liberou os índios que tinha a seu serviço e começou a empreender planos e esforços para reformar o sistema de trabalho nativo nas Américas. A partir de 1515, e por um período acerca de seis anos, Las Casas retornou à Espanha para fazer campanha na corte a favor dos índios americanos. Seus planos previam a interrupção das conquistas armadas, que deviam dar lugar à pacificação pela conversão dos índios; o fim das **encomiendas**, a ser substituída pelo trabalho livre e pago dos índios; a clara separação entre as comunidades espanholas e os povoados de índios, com vistas a impedir a aniquilação destes últimos. Muito tempo se passaria até que os apelos de Las Casas, assim como os de outros religiosos com ideais semelhantes, chegassem a ser considerados pelos monarcas da Espanha.

Em 1524, Las Casas ingressou de fato na Ordem Dominicana e daí em diante passou a dedicar-se inteiramente à defesa dos direitos dos naturais das Américas. Bem mais tarde, já na década de 1540, e em meio a uma crescente pressão de grande parte dos dominicanos em favor de uma reforma do sistema colonial, ele se destacou nos debates travados com o rei, Carlos V, e seu ministério. Para usar as palavras do historiador David Brading, Las Casas fez circular escritos de tão grande impacto sobre o que se passava nas Américas, que o monarca, horrorizado, comprometeu-se a iniciar a reforma. Em 1542, foram aprovadas na Espanha as primeiras leis de reforma geral do governo das Índias (a América era também conhecida por esse nome). De acordo com o proposto nas Leis Novas, de 1542, não seriam concedidas novas *encomiendas*

Encomienda

Prática hispânica de distribuir índios para trabalharem nas terras do conquistador, que, em troca do serviço, devia oferecer ensinamentos cristãos aos índios.

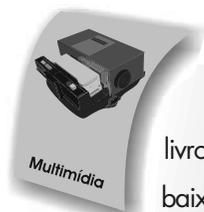
aos espanhóis e as já existentes não deviam ser transmitidas para os herdeiros dos *encomenderos*. Foi o primeiro movimento de reconhecimento tácito, por parte da coroa, de que os índios não sobreviveriam sem algum tipo de compromisso entre Igreja, Estado e colonizadores na regulamentação da exploração da força de trabalho nativa.

Entre esses escritos compostos pelo dominicano, o mais célebre foi o *Brevíssima relação da destruição das Índias*, concluído em 1542. Neste relato, Las Casas definia os índios como o povo mais suave, humilde e bom do mundo. Os conquistadores e colonos espanhóis, em contrapartida, eram descritos como tiranos, assassinos, ladrões e torturadores. A contundente narrativa de Las Casas nesse livro pode ser observada no trecho a seguir, no qual ele descreve a chegada dos espanhóis à ilha de Cuba:

Certa vez, os índios vinham ao nosso encontro para nos receber, à distância de dez léguas de uma grande vila, com víveres e viandas delicadas de toda espécie e outras demonstrações de carinho. E tendo chegado ao lugar deram-nos grande quantidade de peixe, de pão e de outras viandas, assim como tudo quanto puderam dar. Mas eis incontinenti que o Diabo se apodera dos espanhóis e que passam a fio de espada, na minha presença e sem causa alguma, mais de três mil pessoas, homens, mulheres e crianças, que estavam sentadas diante de nós. Eu vi ali tão grandes crueldades que nunca nenhum homem vivo poderá ter visto semelhantes (LAS CASAS, 1542).

A obra, publicada pela primeira vez na Espanha, em 1552, trazia detalhes das crueldades dos espanhóis no Novo Mundo, fornecendo um repertório de histórias de horror de que os inimigos europeus da Espanha tirariam proveito, como nos lembra o historiador J. H. Elliott. Rapidamente, apareceram traduções para o francês, o inglês e o holandês, de modo que os protestantes do Norte da Europa, em crescente animosidade contra os espanhóis, passavam a ter acesso a esta leitura, ao mesmo tempo em que as gravuras do protestante Theodore de Bry foram incorporadas a estas

edições, no final do século XVI. Reforçavam-se as palavras escritas com imagens das atrocidades espanholas contra os índios, que imprimiram nas mentes de gerações de europeus um estereótipo do violento domínio espanhol nas Américas.



A editora gaúcha L&PM publicou uma tradução desse livro de Las Casas em sua Coleção Pocket, vendida a preços baixos em bancas de jornal. Se você se interessar pela leitura desse livro, o título em português é *Brevíssima relação da destruição das Índias: o Paraíso destruído*, publicado no Brasil em 2001.

Trata-se, afinal, de uma história marcada por múltiplas violências, físicas e simbólicas. A voz de um homem como o dominicano Las Casas nos faz pensar que o espírito humanista do século XVI provocou reflexões profundas e algumas ações sobre tais violências. Mas não devemos esquecer que estamos tratando de religiosos do século XVI, capazes de defender a liberdade dos índios e apoiar a escravidão africana nas Américas, como fez o próprio Las Casas.

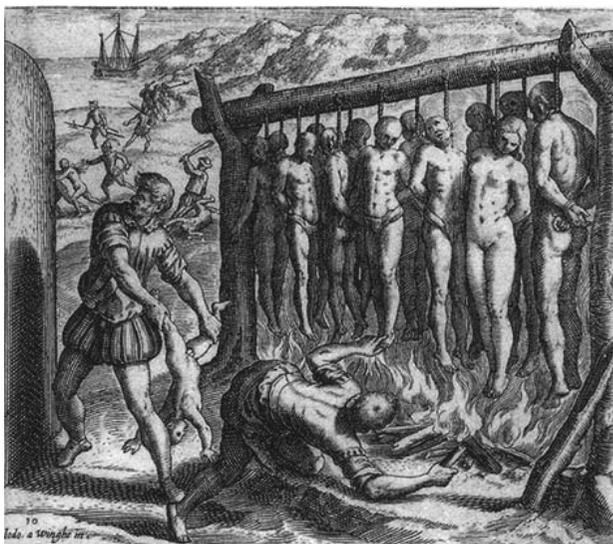


Figura 5.2: Gravura de Theodore de Bry, elaborada para ilustrar algumas edições de *Brevíssima relação da destruição das Índias*, do dominicano Bartolomé de las Casas.

Fonte: http://it.wikipedia.org/wiki/Bartolom%C3%A9_de_Las_Casas



Atende ao Objetivo 2

2. Discuta o impacto do principal livro publicado por Bartolomé de las Casas (*Brevíssima relação da destruição das Índias*) na construção de uma visão europeia sobre os conquistadores espanhóis.

Resposta Comentada

Nesta questão, espera-se que você faça inicialmente uma breve análise sobre a vida e a atuação política e religiosa do dominicano las Casas na América e na Espanha. Em seguida, é interessante mostrar que os relatos de Las Casas sobre a destruição das Índias provocaram um primeiro impacto na própria Espanha, acelerando reformas na legislação referente ao acesso à mão de obra indígena. Mais tarde, ao serem traduzidos para outras línguas europeias, estes relatos contribuíram para fortalecer a crítica feita pelos protestantes aos católicos espanhóis, que, em nome da conquista e da evangelização, realizavam atrocidades contra os nativos das Américas.

CONCLUSÃO

Os religiosos europeus que empreenderam o processo de evangelização na América hispânica estavam movidos pelo espírito da Contrarreforma católica e pelos ideais triunfalistas próprios do século XVI. Assim, imaginavam que os índios formavam uma parte escondida da cristandade, prontos a serem doutrinados na fé cristã e a abandonarem suas crenças anteriores, consideradas falsas e demoníacas pelos missionários.

Esse processo de evangelização, também conhecido como conquista espiritual, afetou não apenas a vida religiosa, mas pretendeu também modificar completamente aspectos da sociedade, do governo e das culturas indígenas como um todo. A igreja missionária nas Américas estava subordinada ao poder do Estado espanhol, por meio de um regime conhecido como padroado. Desta forma, as ações dessas duas instâncias se confundiam na prática, uma vez que os religiosos agiam de acordo com as determinações do Estado, ao mesmo tempo que influenciavam estas mesmas determinações.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Nesta atividade, proponho que você simule a preparação de uma tarefa para alunos da sétima série do Ensino Fundamental. A ideia é criar um roteiro para que esses alunos explorem o significado do termo missão para a Igreja católica, a partir de um trecho de um documento produzido pela Igreja contemporaneamente. Reproduzo, a seguir, o referido documento:

É importante afirmar que, mesmo na presença de dificuldades crescentes, o mandato de Cristo de evangelizar todos os povos permanece uma prioridade. Nenhuma razão pode justificar a sua diminuição ou interrupção, dado que a tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja. Esta missão ainda está no começo e devemos empenhar todas as forças no seu serviço (BENTO XVI, Papa, 2008). (Trecho extraído da *Mensagem do Papa Bento XVI para o Dia do Missionário Mundial de 2008*, Vaticano, 11 de maio de 2008.)

Resposta Comentada

Como se trata de uma atividade que exige criatividade e originalidade, o roteiro que se segue é apenas uma ideia, entre outras possíveis.

- Separe as palavras desconhecidas e busque os significados em um dicionário.
 - Identifique o autor e a época em que foi produzido este documento.
 - O autor diz que a missão essencial da Igreja é evangelizar. De que Igreja ele está falando?
 - A tarefa de evangelizar, de acordo com o texto, é uma tarefa nova? Justifique sua resposta.
 - Você é membro de alguma igreja? Conhece ou já conheceu algum missionário? Relate sua experiência.
-

RESUMO

A Igreja presente nas Américas, nos primeiros tempos da conquista, era principalmente missionária (ou de doutrinação), de modo que o clero regular dominou a obra pioneira da evangelização desta região. Sob o ponto de vista dos missionários, o projeto de evangelização, conduzido nas Américas, consistia em apagar as diferenças e reafirmar as semelhanças entre os cristãos e os índios. Assim, para a maioria dos missionários, os nativos americanos eram vistos como pagãos e como membros potenciais da cristandade, desde que recebessem a doutrina cristã e tivessem seus cultos, considerados demoníacos, extirpados. A doutrinação, nesse sentido, deixava exposta a face mais violenta do processo de conquista espiritual empreendido nas Américas.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos estudar a resistência dos índios frente à ação missionária dos espanhóis, buscando entender particularmente o fenômeno das idolatrias na América indígena.

Espero por você!

Aula 6

Resistência indígena e "idolatrias" na América espanhola

Larissa Viana

Meta da aula

Abordar o tema das idolatrias na América colonial a partir do ponto de vista dos religiosos europeus e dos indígenas, enfatizando-se a relação entre idolatrias e resistência indígena.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as idolatrias como formas de resistência indígena diante da violência da colonização;
2. relacionar o conceito de resistência às vivências indígenas, relatadas ao longo da aula.

Pré-requisitos

Para melhor acompanhar o conteúdo desta aula, é importante que você disponha de um dicionário e de suas anotações sobre a Aula 5 na qual foi discutido o caráter geral da evangelização na América espanhola.

INTRODUÇÃO

Em 1924, um documento valiosíssimo foi descoberto no Arquivo Secreto do Vaticano. Tratava-se do manuscrito original, redigido em idioma *náhuatl* – a língua dos índios mexicas – e provavelmente preparado por sábios índios na década de 1520, na Cidade do México. O manuscrito estava fragmentado, apresentando apenas 14 de seus 30 capítulos originais. Mas como saber que havia 30 capítulos, originalmente?

Na verdade, muitos séculos antes desse manuscrito ser encontrado no Vaticano, um frade franciscano que participou da evangelização do México preparou, com a ajuda de seus alunos indígenas, uma tradução resumida do texto para o idioma espanhol. Portanto, foi através do frei Bernardino de Sahagún (que chegou ao México em 1529) e de seus alunos, que os espanhóis tiveram acesso ao conteúdo desse manuscrito elaborado pelos índios.

O título da obra em espanhol é *Libro de los coloquios de los doce* e remete ao contexto em que foi escrito. Os doze franciscanos que chegaram à região do México em 1524 faziam pregações inicialmente dirigidas aos senhores principais, aos sábios e sacerdotes que sobreviveram aos massacres promovidos pela conquista espanhola. Após ouvirem as pregações, realizadas com a ajuda de intérpretes, os sábios índios respondiam aos missionários, expondo argumentos e defendendo-se das acusações dirigidas pelos europeus aos modos de viver e de crer dos índios. O manuscrito representa, portanto, os diálogos e embates entre os missionários e os índios, naquele ano de 1524.

O testemunho dramático diante da conquista e da evangelização foi pontuado por argumentos diversos, propostos pelos índios para demonstrar que suas antigas formas de pensamento sobre as divindades deviam ser respeitadas. Por vezes, essa defesa revestia-se de desesperança, como se nota no trecho a seguir, extraído do *Libro de los coloquios*:

Mas aonde deveremos ainda ir?
Somos gente simples,
Somos perecíveis, somos mortais,
deixai-nos, pois, morrer,
deixai-nos perecer,
pois nossos deuses já estão mortos.

Estas palavras, de tão grande impacto, foram escritas em um momento de trauma sem precedentes. Afinal, os mexicas, até então senhores da guerra, acabavam de ser derrotados em sua cidade principal, Tenochtitlán, e a viam ser remodelada pelos novos governantes, os espanhóis. A brutalidade da conquista e a chegada das doenças, logo em seguida, tornavam aquele cenário particularmente desolador, marcado por mortes e destruição em ritmo jamais visto. Aos sábios e sacerdotes, portanto, parecia que os deuses já estavam mortos.

Nesta aula, quero argumentar que essa impressão inicial de abandono e morte dos deuses foi modificada ao longo do tempo e à medida em que o processo de evangelização dos ameríndios se aprofundou. Nosso objetivo nesta aula é argumentar que, diante da invasão do imaginário cristão trazido pelos europeus, os índios criaram diferentes formas de resistência, em nome de seus antigos deuses e de suas práticas religiosas mais estimadas. Não deve ter sido fácil, já que a Igreja na América criou vários mecanismos para combater qualquer traço das religiões praticadas antes da conquista. Mas os índios foram hábeis ao reconstituir, sempre que possível e desejável, certas práticas de suas antigas crenças. Outras vezes, combinaram elementos novos, introduzidos pelos europeus, com seus saberes e crenças antigas, produzindo formas de religiosidade tipicamente mestiças e coloniais, como você verá nos itens que se seguem.

Adaptar-se ou romper com o passado?

A chegada dos religiosos missionários à América, especialmente a partir do século XVI, foi o início de uma empreitada fortemente inspirada pelo ideal de reconstrução de um cristianismo primitivo entre os índios. Aprender as línguas nativas, estudar os códices produzidos pelos índios, estreitar o contato com eles para saber de seus rituais e crenças eram tarefas que possibilitavam a evangelização. À medida em que conheciam os antigos cultos e práticas, chamados de idolatrias, os evangelizadores mandaram destruir grande parte das imagens, locais sagrados e das pinturas referentes aos rituais religiosos dos índios. As chamadas idolatrias eram vistas como práticas religiosas falsas, demoníacas, bestiais e, portanto, afastadas da “verdadeira fé”, que para eles era a fé cristã.

Destruir esses vestígios do passado e conhecer essas práticas eram duas das tarefas que absorviam os religiosos, quase sempre convencidos de que ensinar o cristianismo, apenas, não era suficiente. Bom exemplo dessa postura pode ser identificado no missionário dominicano Diego Durán, criado na Nova Espanha e conhecedor do idioma *náhuatl*, que dedicou seus escritos a narrar detalhadamente a religião dos índios daquela região, com a intenção de distinguir a idolatria da fé católica no comportamento dos nativos. Durán preocupava-se especialmente com a falta de conhecimento dos missionários sobre as práticas idolátricas dos índios e afirmava que tais rituais eram muitas vezes praticados na frente dos padres, sem que estes se dessem conta por ignorarem a religiosidade antiga dos nativos.



O religioso franciscano Diego de Landa (1524-1579) chegou ao continente americano em 1549 e estabeleceu-se na região da península de Yucatán, no atual México, onde viviam os índios maias. Nessa região, Landa exerceu uma repressão brutal contra as chamadas idolatrias e os idólatras maias ao ordenar a queima de dezenas de códices – livros antigos, contendo diversos elementos da religião praticada pelos índios – e de imagens que simbolizavam divindades cultuadas ali. Landa, assim como muitos franciscanos daquele período, agia de acordo com convicções milenaristas, pois acreditava estar próxima uma segunda vinda de Jesus Cristo à Terra. Essa convicção estimulava os batismos em massa, ministrados pelos membros da ordem franciscana nas Américas, bem como o intenso combate a qualquer prática considerada diabólica ou pagã.

Após empreender um ataque aos vestígios materiais das antigas crenças e cerimônias dos índios maias, Diego de Landa curiosamente dedicou-se a elaborar uma obra intitulada *Relación de las cosas de Yucatán*, a principal fonte colonial de que temos conhecimento sobre o antigo mundo dos maias. Parece contraditório que um religioso destacado pelo virulento combate às práticas antigas, tenha sido também o responsável pela compilação de uma obra que relatava aspectos das culturas nativas da região de Yucatán que ele condenava como diabólicos, supersticiosos ou supostamente falsos. Mas a contradição, nesse caso, é apenas aparente. Ao produzir a *Relación*, Landa valia-se de seu privilegiado acesso às fontes e aos informantes nativos para apreender diferentes traços das práticas sociais e culturais que os missionários desejavam extirpar do mundo dos índios. O conhecimento detalhado da organização social dos maias, anterior ou contemporânea à chegada dos espanhóis, podia ser encarado, por um missionário, como um potencial instrumento de vigilância ou controle sobre os nativos. Afinal, saber identificar traços das antigas religiões locais era uma das formas de combater as danosas idolatrias, sob o ponto de vista de um missionário.

Noções como essa, expressa por um evangelizador dominicano do século XVI, despertaram a reflexão de muitos historiadores do século XX, que pensaram em outros sentidos para o termo idolatria. Ora, para os evangelizadores, o significado da idolatria era óbvio: tratava-se de algo diabólico, irracional, que devia ser combatido. Para os historiadores contemporâneos, em contrapartida, a idolatria pôde ser vista como uma forma de resistência dos índios frente à religião e aos novos costumes impostos pelos colonizadores.

O historiador brasileiro Ronaldo Vainfas já notou, entre os ameríndios, a presença das idolatrias qualificadas como ajustadas: os índios adotavam as formas do cristianismo publicamente, ao mesmo tempo em que mantinham um corpo de práticas antigas. Era uma resistência cotidiana, que não desafiava abertamente o colonialismo nem o cristianismo, mas possibilitava, nos espaços menos controlados da casa e do trabalho, a vivência de formas religiosas que remetiam a seus antigos costumes, em um tempo de intensa pressão, violências e transformações radicais.

Serge Gruzinski, outro historiador especialista neste tema, já afirmou que o grau de cristianização dos índios era muito difícil de ser medido, pois dependia das situações locais, das pressões da comunidade e das escolhas individuais. Assim, cada um devia, de acordo com seu círculo de relações e suas possibilidades, adaptar-se à realidade colonial sem, contudo, romper com o passado. Deste modo, o espaço da igreja e o tempo da missa exigiam dos índios uma piedade cristã que podia se apagar, ou assumir outras formas, nos cultos por eles celebrados nos campos de milho ou nas montanhas.

Nos espaços domésticos, as imagens cristãs ganhavam os altares e conviviam, muitas vezes, com os objetos antigos que os párocos qualificavam como idolatrias, demonstrando que a introdução de novas crenças não criava, de imediato, uma ruptura com o passado. Nos locais de trabalho menos controlados pela presença de europeus, os antigos encantos e presságios eram praticados na tentativa de controlar as forças da natureza; os curandeiros, adivinhos e sacerdotes também se deslocavam por

esses espaços menos vigiados, empregando seus serviços e poderes no tratamento das doenças e na assistência ritual. Em áreas ainda mais afastadas e isoladas, como ocorreu no bispado de Oaxaca, no México, as idolatrias assumiam formas mais exuberantes. Nessa localidade de acesso difícil e de presença missionária inconstante, há relatos sobre missas realizadas em igrejas cristãs, dominadas pela fumaça do copal (um tipo de resina) e das penas de animais queimadas. Esses elementos, típicos dos antigos rituais praticados pelos índios, eram complementados pelas oferendas, colocados em buracos das paredes, e pelo sangue dos animais.

Para Gruzinski, que estudou particularmente estes casos ocorridos no México colonial, as décadas entre 1580 e 1650 testemunharam um recuo das chamadas idolatrias ajustadas. Antes disseminadas pela sociedade da conquista, a ponto de os espanhóis, os negros e os mestiços apelarem frequentemente para o auxílio religioso dos adivinhos e sacerdotes índios, as idolatrias recuaram por razões variadas. Embora fossem dinâmicas e capazes de incorporar elementos de outras crenças, como o catolicismo e as práticas africanas que chegavam com os escravos, enfraqueceram com o tempo. Mas por quê? De acordo com Gruzinski, entre o fim do século XVI e meados do século XVII a repressão e a vigilância do clero se difundiram mais, da mesma forma que os indígenas aderiram de maneira mais massiva ao imaginário cristão. A crescente influência das práticas religiosas trazidas pelos africanos também contribuía para modificar o cotidiano religioso das massas índias. Por essa época, enfim, as idolatrias começaram a se dissolver como um corpo coeso de práticas que caracterizavam especialmente a religiosidade dos nativos.



Você pode estar se perguntando sobre o significado da expressão “imaginário cristão”, que acabei de mencionar. Uma avaliação das fontes da época permite dimensionar a chegada massiva de imagens de santos e de tantas outras que reproduziam os episódios do cristianismo para uma audiência nativa. Muito mais difícil seria dimensionar o impacto e a penetração dessas imagens, e novos cultos na vida dos índios. Ainda que uma parte da vida religiosa destes fosse pública, é preciso lembrar que a religiosidade é também uma vivência muito íntima e particular e, portanto, difícil de ser dimensionada.

Mas quando um especialista, como Serge Gruzinski, afirma que os indígenas aderiram de maneira mais massiva ao imaginário cristão, entre fins do século XVI e início do XVII, devemos prestar atenção às evidências apresentadas. Uma dessas evidências, no caso do México colonial, relaciona-se ao considerável crescimento de uma devoção em particular, dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe. Como essa devoção surgiu naquela região? De que modo se ligou aos índios?

O primeiro culto à Virgem de Guadalupe de que se tem notícia data do século XIV, quando uma “imagem milagrosa” teria sido encontrada, segundo a tradição, por um guardador de gado da região de Villercuas, na Espanha. Esta imagem, conhecida daí em diante como Virgem de Guadalupe, logo começou a ser cultuada, contando inclusive com a devoção muito especial do rei espanhol Afonso XI.

Bem mais tarde, já no século XVI, surgiu uma segunda tradição ligada à Virgem de Guadalupe. Uma nova aparição ocorreu no México, em 1531, quando a virgem teria sido avistada pelo índio Juan Diego, a quem solicitou a construção de um templo em sua homenagem. A devoção criada no México, onde a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe guardava traços físicos indígenas, disseminou-se entre nativos, mestiços e, progressivamente, ganhou adeptos também entre os espanhóis que viviam nas Américas.

Inspirada pelo modelo espanhol, porém modificada no contexto americano e indígena, o culto ganhou reconhecimento mais efetivo por parte das autoridades religiosas coloniais a partir do século XVII. Hoje, no século XXI, a Igreja Católica considera a Virgem de Guadalupe como a padroeira das Américas.



Figura 6.1: Esta imagem da Virgem de Guadalupe é a reprodução de uma gravura originalmente produzida no século XVI. Note-se que a Virgem era – e ainda é – representada com cabelos escuros e pele morena, que a tornavam uma devoção atraente para os índios e mestiços, que com ela se identificavam.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Virgen_de_Guadalupe.jpg

Comentário

Uma resposta consistente para esta questão deve ser iniciada pela contextualização do autor e da obra de que foi extraída a citação. Trata-se de uma visão sobre as idolatrias apresentada por um historiador contemporâneo e especialista na temática. Como tal, o autor buscou compreender as razões de índios terem aparentemente aderido aos rituais públicos do cristianismo, como as missas, os batismos ou os enterramentos cristãos. Para Gruzinski, os índios vinham de uma derrota diante da conquista, estavam esgotados pela doença e sem meios para recusar o cristianismo. Ainda assim, as idolatrias constantemente combatidas pela Igreja forneciam aos índios os meios de resistir cotidianamente frente a essas invasões militar, civil e religiosa, geradas pela conquista espanhola na América. Ao se lembrarem de e ao praticarem seus antigos ritos, sobretudo nos espaços mais distantes dos olhos do colonizador, os índios resistiam culturalmente diante da aniquilação provocada pela conquista e pela colonização.

O combate às idolatrias nos Andes: um caso exemplar

Nos primeiros anos do domínio espanhol, os bispos residentes na América eram revestidos de poderes inquisitoriais. Concentravam em suas mãos, dessa forma, um importante instrumento de controle sobre os colonos e sobre os índios nas questões relacionadas à fé e à moralidade cristã. O processo de evangelização então recaía sobre o mundo dos índios que povoavam as Américas, mas a Inquisição nessas terras dirigia-se também aos europeus, aos mestiços e aos africanos e seus descendentes. Em princípio, além das idolatrias, a Inquisição perseguia os protestantes, os acusados de praticar o judaísmo em segredo, os bígamos, o clero considerado devasso, entre outros comportamentos e práticas, vistos como desviantes pela doutrina católica.

Na segunda metade do século XVI, visando ampliar os instrumentos de luta contra a heresia, os espanhóis instalaram

Tribunais do Santo Ofício da Inquisição em cidades das Américas. O ambiente americano em que se instalaram os tribunais inquisitoriais era maciçamente indígena e seria natural supor que essa instituição se ocupasse principalmente dos índios e das chamadas idolatrias. Mas não foi o que ocorreu. Logo depois da instalação dos tribunais, o rei Felipe II adotou, em 1571, a política de livrar os índios da autoridade inquisitorial. Por serem cristãos desde época muito recente, julgados em parte irresponsáveis por seus atos e crenças, além de demasiadamente pobres para alimentarem os caixas dessa instituição – como afirmou S. Gruzinski –, os índios foram afastados da autoridade inquisitorial. Assim, nos assuntos de doutrina e fé, os índios respondiam aos bispos da América e não, aos inquisidores.

Em casos específicos, os bispos enviavam visitantes para as aldeias indígenas, acusadas de práticas idolátricas, com a missão de investigar e extirpar tais práticas. Vamos relatar aqui um exemplo deste tipo de visita ocorrido na região de Huarochirí, na primeira década do século XVII. Essa aldeia ficava nas terras altas (ou *sierra*) próximas da cidade de Lima, no atual Peru, onde os missionários da Companhia de Jesus haviam se instalado desde 1569. No Peru, os jesuítas não mediram esforços no combate às idolatrias e a campanha de Huarochirí foi uma das mais intensas de que temos notícias.

A denúncia de idolatria na região ocorreu em agosto de 1608, quando o padre Francisco de Ávila preparava-se para celebrar a festa de Nossa Senhora da Assunção naquela região. Os índios de oito paróquias tomavam parte dos festejos quando um deles, Cristóbal de Choquecasa, membro da antiga elite nativa, revelou ao padre que os índios tinham escolhido aquela data para celebrar, sob a capa de Nossa Senhora da Assunção, os ritos em honra aos **huacas** da região.

Huacas

Os índios da cordilheira dos Andes acreditavam que os grupos humanos tinham como ancestrais e protetores os mortos mumificados e os elementos da natureza, como montanhas, fontes, rios, pedras, vegetação, etc. Esses lugares eram designados pelo termo *huacas* e constituíam objetos de culto entre os índios da zona andina. No caso específico de Huarochirí, os *huacas* cultuados eram duas montanhas.

Tribunais do Santo Ofício da Inquisição

A Inquisição moderna foi introduzida na Espanha com o objetivo de expulsar os judeus convertidos ao cristianismo que perseverassem na prática do judaísmo. Na Espanha, desde 1480, vários Tribunais do Santo Ofício foram criados para julgar os casos de homens e mulheres acusados de supostos desvios da fé católica. No Novo Mundo, os tribunais inquisitoriais foram instalados no México (1571), em Lima (1570) e Cartagena de las Índias (1610).

O caso chegou à Lima, que enviou para a região um visador, o Doutor Baltasar de Padilla, encarregado de conduzir o inquérito sobre as idolatrias. Com o apoio dos jesuítas, estabelecidos naquela localidade há vários anos, foi lançada a campanha de extirpação das idolatrias de Huarochirí, que culminou, em 1609, com a queima pública de múmias ancestrais e de objetos de culto, lançados à fogueira na cidade de Lima.

Nos anos seguintes, os métodos aplicados em Huarochirí foram levados a outras áreas do Peru, que assistiu a uma violenta onda de extirpação de idolatrias a partir de 1611. Em toda parte das *sierras* andinas, surgiam acusações de que os índios cultuavam *huacas* durante os ritos e festas cristãs, ao que os jesuítas respondiam com punições notavelmente rudes e doutrinação intenso. A inquisição mantinha-se afastada, mas os métodos do Santo Ofício foram retomados pelos jesuítas e aplicados aos índios: açoites, corte dos cabelos e uso de gorros de papel ou de roupas listradas, identificando os acusados de práticas idolátricas. Não eram queimadas pessoas vivas, como na Inquisição, mas as múmias dos ancestrais e outros objetos de culto eram publicamente queimados. Da mesma forma, lembrando os métodos do Santo Ofício, os índios eram encorajados a denunciar pessoas de suas próprias comunidades, bem como a fazer confissões públicas de seus supostos crimes contra a fé católica.

Como afirma Ronaldo Vainfas, resistir abertamente diante de campanhas intensas como esta aqui exemplificada era bastante difícil. Com o tempo, os nativos perceberam que a repressão contra seus antigos ritos era brutal e que a possibilidade de vitória dos espanhóis era certa. Desta forma, a resistência cotidiana e silenciosa, ao lado das adaptações entre as antigas crenças e a nova religião imposta pelos cristãos, parecia ser o caminho mais seguro para que os índios refizessem suas comunidades e vidas na vigência do colonialismo.

CONCLUSÃO

Tratar de conceitos é uma tarefa tão delicada quanto importante no estudo da História. Ao escolher o conceito de resistência como fio condutor para esta aula, pensamos particularmente em ressaltar o seguinte aspecto: os índios foram ativos e moldaram suas formas de vida comunitária após a conquista com a inventividade possível diante da violência do colonialismo. Assim, agiram politicamente ao expressar o descontentamento com o cristianismo recém-introduzido, como fizeram em Huarochirí ou no bispado de Oaxaca, para nos ater aos exemplos dados ao longo da aula.

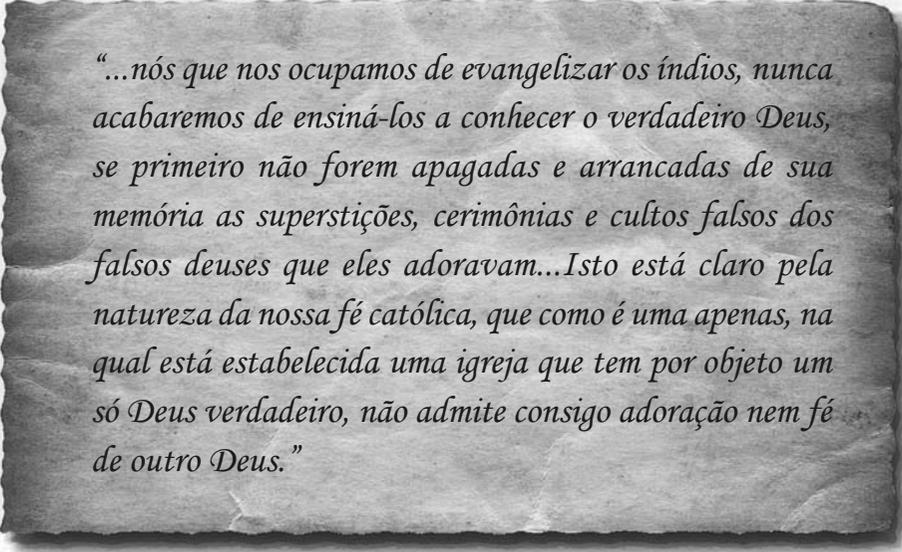
Mas era também política a ação mais silenciosa e discreta daqueles que praticavam suas idolatrias mais longe dos olhos e da capacidade de compreensão dos europeus. E não era menos estratégica a prática de oferecer auxílio ritual e mágico dos sacerdotes nativos para os europeus e os mestiços, pois as aproximações entre as diferentes formas de conceber a religiosidade também contribuíram para transformar a América colonial em uma sociedade marcada pela mestiçagem cultural. Saberes e práticas, europeus e cristãos, deveriam ser dominantes, de acordo com os principais agentes do colonialismo. Mas a capacidade de resistência e a inventividade dos índios davam novos sentidos ao cristianismo, pregado pelos missionários e doutrinadores, tornando-o mais dinâmico. A Virgem de Guadalupe, aparecida no México, segundo a tradição cristã e indígena, é apenas um exemplo deste dinamismo que trouxe para o cristianismo traços característicos do mundo dos índios.

Como já propôs o historiador Steve Stern, a noção de resistência adaptativa é um bom modo de qualificar a ação de muitos dos nativos que viveram nas sociedades coloniais nas Américas. Este conceito ajuda-nos a pensar que os nativos elaboraram estratégias de contato com os europeus, levando em conta suas próprias motivações e interesses. Não sendo possível e nem sempre desejável resistir frontalmente, a resistência indígena nas Américas foi quase sempre mais sutil e cotidiana, realizando-se através de uma capacidade de adaptação aos modos coloniais que revelava habilidades políticas notáveis.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Mais uma vez, convidamos você a preparar uma atividade que simula o trabalho de um professor de História. Desta vez, a ideia é criar um roteiro de análise, a partir de um trecho retirado da obra de Diego Durán, missionário dominicano já comentado nesta aula, e também na anterior. Pense em um roteiro adequado para alunos bem jovens, como os da sétima série do ensino fundamental, aos quais se estivesse apresentando o tema das idolatrias na América indígena.



“...nós que nos ocupamos de evangelizar os índios, nunca acabaremos de ensiná-los a conhecer o verdadeiro Deus, se primeiro não forem apagadas e arrancadas de sua memória as superstições, cerimônias e cultos falsos dos falsos deuses que eles adoravam...Isto está claro pela natureza da nossa fé católica, que como é uma apenas, na qual está estabelecida uma igreja que tem por objeto um só Deus verdadeiro, não admite consigo adoração nem fé de outro Deus.”

(Trecho retirado da obra do missionário dominicano Diego Durán, intitulada *Historia de las Indias de Nueva España y Islas de la Tierra Firme*, escrita no século XVI.)

Comentário

O roteiro que apresentamos neste comentário é apenas uma sugestão, pois se trata de uma atividade que depende muito da criatividade e do potencial didático de um professor em fase de formação. O roteiro de análise da fonte poderia ser assim organizado:

- Identifique o autor e a época em que foi escrito o documento apresentado.
- Como missionário, Diego Durán se ocupava de uma tarefa específica nas terras da América. Que tarefa era esta?
- Durán fala de um “verdadeiro Deus” e de “falsos deuses”. O que queria dizer com estas palavras? Quais seriam o verdadeiro Deus e os falsos deuses na visão deste missionário?
- Na sua opinião, por que ele considerava falsos os deuses cultuados pelos índios?
- Estas palavras foram escritas há muitos séculos e testemunham que os cristãos só viam valor nas suas próprias crenças, considerando falsas as crenças dos índios. Nos dias de hoje, essa atitude seria considerada uma intolerância religiosa. Você conhece algum exemplo atual de intolerância religiosa no Brasil ou em outra parte do mundo? Descreva esse exemplo para depois comentá-lo com a turma.



RESUMO

Os missionários e padres, envolvidos com a evangelização dos ameríndios, tinham como objetivo central destruir as idolatrias. À medida em que conheciam os antigos cultos e práticas, chamados por eles de idolatrias, os evangelizadores mandaram destruir grande parte das imagens, locais sagrados e pinturas referentes aos rituais religiosos dos índios. As idolatrias eram vistas como práticas religiosas falsas, demoníacas, bestiais e, portanto, afastadas da “verdadeira fé”, que para os missionários era a fé cristã.

Já para os historiadores contemporâneos, em contrapartida, a idolatria pôde ser vista como uma forma de resistência dos índios frente à religião e aos novos costumes impostos pelos colonizadores. Tais historiadores mostraram-nos que, diante da invasão do imaginário cristão trazido pelos europeus, os índios criaram diferentes formas de resistência, em nome de seus antigos deuses e de suas práticas religiosas mais estimadas. A Igreja na América criou vários mecanismos para combater qualquer traço das religiões praticadas antes da conquista, mas os índios foram hábeis ao reconstituir, sempre que possível e desejável, certas práticas de suas antigas crenças. Outras vezes, combinaram elementos novos, introduzidos pelos europeus, com seus saberes e crenças antigas, produzindo formas de religiosidade tipicamente mestiças e coloniais.

Informação sobre a próxima aula

Em nosso próximo encontro, vamos tratar das relações entre o governo colonial e as cidades construídas na América. Até lá!

Aula 7

Poder e cidade na América espanhola colonial

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar a relação entre a fundação de cidades e a formação de uma estrutura administrativa na América espanhola dos séculos XVI e XVII.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar as relações entre poderes centrais e locais na América espanhola;
2. relacionar a urbanização com a introdução dos símbolos do poder espanhol na América.

Pré-requisito

Para melhor acompanhar o conteúdo desta aula, você deve dispor de um dicionário para eventuais consultas.

INTRODUÇÃO

Para bem governar, é preciso construir cidades. Essa ideia certamente era parte do pensamento político dos governantes espanhóis na época da conquista e colonização dos territórios americanos. Em parte, o apego às áreas urbanas era uma tradição hispânica de longa data, vinculada ao entendimento da cidade como uma espécie de “teatro de ações” de toda a sociedade a sua volta. Na Península Ibérica, as cidades estavam fortemente integradas às áreas que as circundavam, formando os territórios onde muitos habitantes da região tinham suas propriedades. Assim, os moradores das aldeias vizinhas eram tão cidadãos da cidade-província quanto os verdadeiros habitantes urbanos. Na realidade, a cidade murada e principal tinha poucos habitantes, mas as pessoas que viviam ao redor dela eram também seus cidadãos.

Ainda segundo a tradição ibérica do início da época moderna, o progresso na escala social conduzia os homens à cidade. Por essa razão, mesmo que poucas pessoas vivessem efetivamente dentro dos muros das cidades, quase todos que ali viviam tinham alguma posição social. Igreja, comércio, governo, artesanato e nobreza eram instituições e grupos sociais de base urbana. Isso quer dizer que um nobre bastante rico, com fontes de renda e privilégios ligados a suas propriedades do campo, possuía necessariamente uma residência principal na cidade. Mais do que isso, era na cidade que os homens vistos como mais importantes na escala social constituíam seus vínculos sociais mais importantes. Dispor de poderes e estar na cidade eram, portanto, condições típicas das sociedades ibéricas da época moderna.

Ora, logo ao chegarem aos territórios americanos recém-conquistados, os ibéricos de origem espanhola já contavam com instruções régias, recomendando o pronto estabelecimento de novas cidades. Nas instruções dadas ao conquistador Pedrarias Dávila, que se dirigiu à região de Tierra Firme (atual Panamá), em 1513, havia um artigo inteiramente dedicado às construções urbanas.

O rei recomendava explicitamente que a fundação das novas cidades seguisse um determinado desenho, no qual a praça, a igreja e os solares das pessoas mais importantes deviam ocupar o centro. As ruas deveriam ser ordenadas a partir desse centro, que abrigava os prédios e os homens mais poderosos da cidade.

Nesta aula, vamos discutir de maneira mais detalhada as formas de governo articuladas pelos espanhóis em suas conquistas americanas. Quais eram as principais formas de governo das colônias? Como se distribuía pelo vasto território americano? Havia conflitos de interesse entre os poderes de Madri e aqueles estabelecidos nas colônias? Como as cidades se transformavam em símbolos do poder dos espanhóis no Novo Mundo?

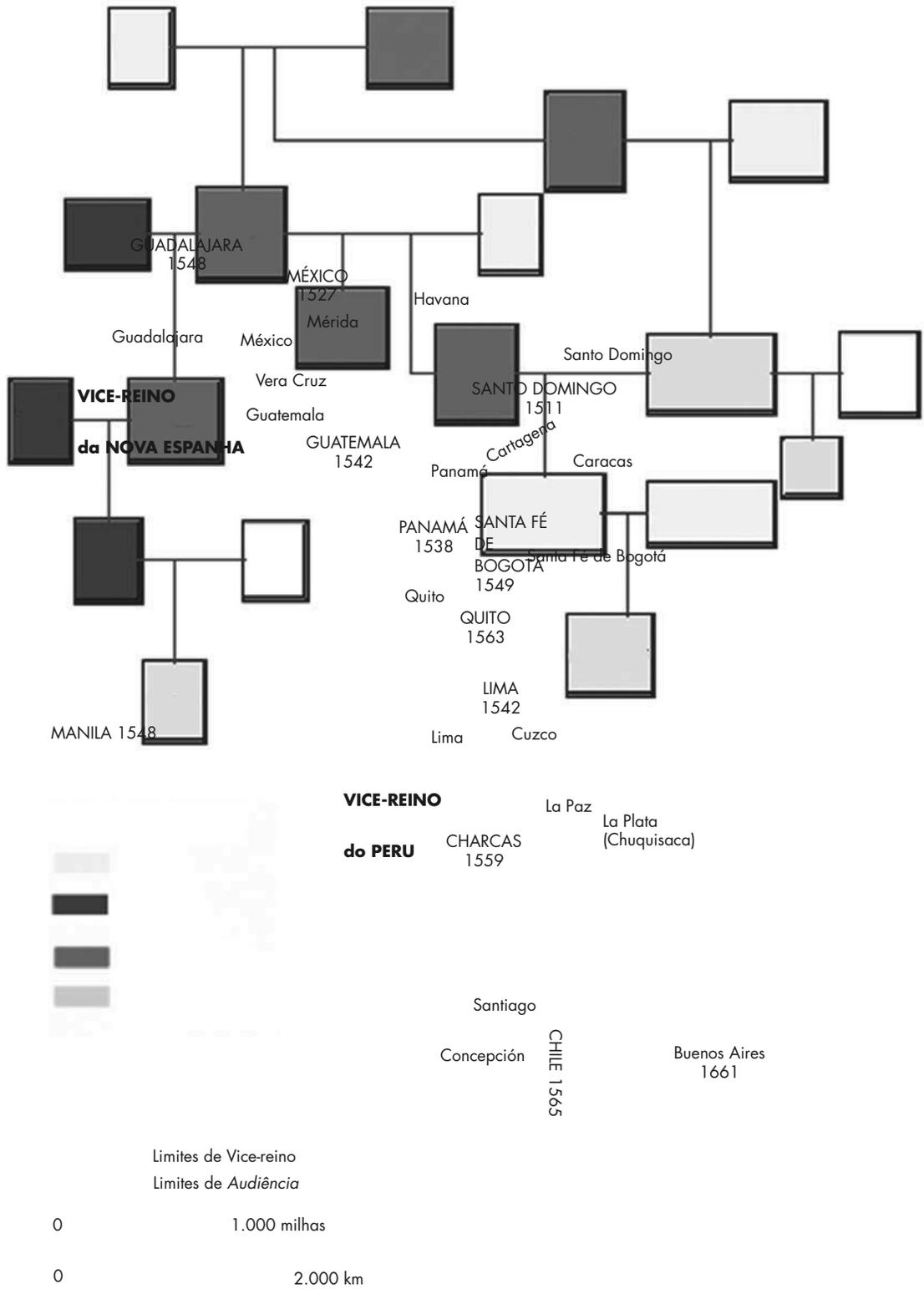


Figura 7.1: Vice-reinos e Audiências da América espanhola, séculos XVI e XVII.

Fonte: Leslie Bethell (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial I*. São Paulo: Editora da USP, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997, p. 284.

Serviços e mercês reais

O serviço era uma atividade prestada pelos súditos que demonstrasse lealdade à Coroa. Conquistar novas terras, lutar em nome do rei, expandir os domínios da fé cristã, entre outros, eram serviços que os súditos podiam prestar. Em reconhecimento, os reis reservavam certas mercês para aqueles que se arriscavam nessas ações. As mercês eram espécies de recompensas, doadas na forma de terras, de servos, ou mesmo de títulos que conferiam distinção e privilégio. Assim, após demonstrar bravura em batalhas na defesa da Coroa, por exemplo, um súdito poderia receber a distinção de tornar-se Cavaleiro da Ordem de Santiago de Espada, um dos títulos militares mais cobiçados na Espanha, na época moderna.

Coroa

O termo "coroa" é usado aqui para designar o conjunto de instituições, leis e governantes que formavam a monarquia espanhola na época moderna.

Estruturas de governo

A palavra conquista, no contexto ibérico do século XVI, faz-nos pensar em empreendimentos marcados pelo envolvimento do rei. Afinal, quando Cristóvão Colombo partiu em expedição para a conquista de novos súditos e mercados, em 1492, os monarcas de Castela e Aragão – Isabel e Fernando – empenharam recursos de seus reinos na jornada. Mas devemos lembrar que as demais expedições de conquista foram empreendimentos largamente privados, financiados por recursos particulares e sem garantias contra os extremos riscos das missões em mar aberto.

Os conquistadores das Américas encontravam-se, portanto, na posição de arcar com os riscos da empresa colonial, desde que contassem com certas garantias da coroa pelos serviços prestados na conquista de novos territórios. Tratava-se de uma relação praticada desde a época medieval, relacionando reis e seus súditos através de **serviços e mercês reais**.

Nas atividades da conquista e na posterior colonização dos territórios da América espanhola, rei e súditos (ou conquistadores, nesse caso) estavam ligados por laços estreitos, ainda que o empreendimento da conquista, em si, tivesse um caráter bastante privado em termos do financiamento das expedições. Os conquistadores mais destacados assumiam as funções de governadores, ocupando-se das atividades de administração e defesa das áreas que eram progressivamente anexadas. Tornavam-se, assim, os principais representantes da **Coroa** na América, durante o início do século XVI.

A partir da década de 1530, entretanto, observa-se um maior investimento da Coroa na criação de uma estrutura administrativa mais burocratizada para seu império americano. Os sinais dessa mudança são visíveis ainda na década anterior, quando foi criado em Madri, no ano de 1523, o Conselho das Índias. Como os monarcas estavam muito distantes de suas possessões, o governo real na América era exercido através de consultas enviadas a ele pelo

conselho. Os conselheiros eram letrados e nobres sediados em Madri, que recebiam demandas e petições vindas dos territórios americanos, discutiam esses materiais, consultavam o rei e recomendavam as ações e legislações a serem aplicadas nas colônias.

Mas a enorme distância que separava Madri da América estimulava e exigia, evidentemente, a criação de mecanismos de governo sediados nas áreas coloniais. A unidade administrativa mais importante da América espanhola, após o ciclo inicial dos governadores, foi o vice-reino. Em 1535, foi criado o vice-reino de Nova Espanha, sediado na Cidade do México. Em 1543, o vice-reino do Peru foi criado na cidade de Lima, atestando a recente conquista das regiões antes dominadas pelos incas. Apenas bem mais tarde, no século XVIII, foram criados os vice-reinos de Nova Granada (em 1717) e do Rio da Prata, em 1776, tendo Buenos Aires como capital. Os vice-reis eram diretamente nomeados pelos monarcas espanhóis para representarem a “pessoa real” nas terras americanas e o cargo, altamente prestigiado, era cobiçado por muitas famílias nobres. Mas a Coroa, sempre desconfiada das ambições da nobreza, tendia a reservar os postos de vice-rei aos nobres de categoria média ou aos membros mais jovens das grandes famílias, certamente na expectativa de melhor conter as ambições por poder da alta nobreza.



Por serem vistos como representantes do rei na América, os vice-reis mantinham uma corte no palácio vice-reinal, durante seu período de governo, guardando assim os ares da realza à moda europeia. Seus períodos de governo não costumavam exceder o prazo de seis anos, quando eram sucedidos por outro compatriota, geralmente saído dos estratos da nobreza espanhola. Mas alguns permaneceram mais tempo no poder. Esse foi o caso de Francisco de Toledo, vice-rei do Peru entre 1569 e 1581. Toledo demonstrava, para citar as palavras do historiador David Brading, a imperiosa confiança de um homem nascido para governar.

Antes de chegar ao Peru, com a idade de 54 anos, já havia experimentado de perto a vida na corte espanhola, sobretudo ao acompanhar o monarca Carlos V em campanhas militares por Túnis, Alemanha e Itália. Foi beneficiado com títulos diversos, que lhe asseguraram posição de prestígio nas cortes de Carlos V e de seu sucessor, Felipe II.

A principal marca do governo de Toledo no Peru foi certamente aquela experimentada pelas comunidades indígenas da região andina. Toledo empreendeu, durante cinco anos, extensas viagens pelo vice-reino, com o objetivo de examinar pessoalmente as possibilidades e riquezas das extensas terras sob sua jurisdição. Ao fazê-lo, impôs uma redistribuição geral da população índia, concentrando os habitantes dispersos em pequenas cidades. Contando cerca de 500 famílias cada uma, as novas cidades índias eram concebidas segundo alguns princípios de organização e governo próprios dos espanhóis: tinham igreja, prédios públicos e cadeia. Aos índios, foi ordenado que estabelecessem conselhos (*cabildos*) e elessem anualmente seus juízes, seguindo o modelo espanhol. Quais seriam as razões dessas mudanças promovidas por Toledo? O objetivo de Toledo era dar aos camponeses índios uma base firme na terra, para assim regulamentar cuidadosamente as relações entre as comunidades índias e os colonos. Assim, a redistribuição das antigas aldeias atendia aos interesses dos colonos e da administração, pois facilitava a cobrança dos tributos exigidos dos índios e o recrutamento da mão de obra nativa para o trabalho nas minas.

A Francisco de Toledo é atribuída ainda a tarefa de ter feito ressurgir a indústria mineira de Potosí, cuja produção de prata sofreu um radical declínio na década de 1560. No decênio seguinte, o ativo vice-rei introduziu novas técnicas para a extração do mineral na região e organizou formas de recrutamento da mão de obra índia que impulsionaram novamente a atividade mineradora no Peru. Após as reformas de Toledo, Potosí chegou a produzir cerca de 70% da prata peruana, que correspondia a mais da metade de toda a prata da América.

Em seu último informe ao rei espanhol, Felipe II, e pouco antes de deixar o posto de vice-rei, Toledo queixava-se daqueles que o acusavam de ser "tirano, mau cristão e ladrão". O rei sequer respondeu. Era o fim da era de Toledo no vice-reinado do Peru.

Os governadores, embora já não desfrutassem do prestígio dos primeiros tempos da conquista, continuaram a formar um setor importante na administração da América espanhola, com funções burocráticas, judiciais e administrativas. Nos séculos XVI e XVII, existiram 35 governadorias na América espanhola, cujos administradores eram determinados pelo rei. Completando o nível mais alto do governo espanhol sediado na América, estavam as audiências, que eram os tribunais judiciais supremos, com a responsabilidade de assegurar a observância das leis.

As instituições de governo em níveis regionais e locais também estavam presentes na América espanhola. Como vice-reis e governadores viam-se diante de tarefas e espaços de governo gigantescos, a solução foi subdividir suas áreas de atuação em unidades menores, chamadas de *corregimientos*, entre outras denominações. Os *corregimientos* eram grandes distritos, com um centro urbano, e seus governantes eram apontados pelo rei ou pelos vice-reis.

Mas era no nível local que se encontrava uma das instituições mais influentes do governo da América espanhola. Os *cabildos* eram os conselhos existentes em cada vila ou cidade da América espanhola, destinados a regular a vida dos habitantes e a fiscalizar as propriedades públicas, que forneciam a maior parte das rendas da municipalidade. Embora idealmente os *cabildos* devessem ser renovados de tempos em tempos, através da eleição de novos conselheiros para a cidade, logo se transformaram em centros de poder local. Passaram a ser progressivamente controlados pelos cidadãos das famílias mais abastadas, que ali se perpetuavam através de seus herdeiros. Nas localidades onde havia eleições, o direito de ser eleito costumava restringir-se aos mais abastados e prestigiados. Dessa forma, os *cabildos* representavam mais os interesses da elite urbana do que do conjunto dos cidadãos.

Como bem adverte o historiador J. H. Elliott, os *cabildos* – ou conselhos municipais – não eram instituições de alcance apenas local. Na verdade, eram a ponta de uma estrutura maior de autoridades que se interligavam entre Madri e as cidades americanas. Somente

atuando dentro dessa estrutura e recorrendo a pressões e petições é que as elites residentes nas cidades da América espanhola podiam exercer alguma influência sobre as decisões que envolviam seus interesses.



Alguns termos são tão presentes nos livros didáticos que usamos na escola, que poucas vezes nos damos conta de que os repetimos sem sequer refletir. Você deve concordar comigo que o par metrópole/colônia é um destes conteúdos de História cujo sentido parece inquestionável. Ele sugere, quase sempre, a ideia de um poder central muito unificado, capaz de controlar tudo que se passa nas colônias. A noção que muitos de nós fixamos na escola sugere também que a metrópole sempre ordenava e os colonos sempre obedeciam, certo? Um olhar mais cuidadoso sobre a questão dos poderes centrais e locais, entretanto, pode nos ajudar a rever esses conteúdos com maior profundidade.

Considerando as características comuns aos empreendimentos coloniais das Américas na época moderna, pode-se afirmar que todos contavam com recursos limitados para manter suas colônias. Não possuíam, portanto, todos os recursos necessários para manter uma estrutura burocrática, militar e naval capaz de impor a autoridade da metrópole sobre terras distantes. Por essa razão, a manutenção dos vastos conjuntos imperiais da Inglaterra, Espanha, França ou Portugal dependia de compromissos, baseados em negociações entre as autoridades metropolitanas e os habitantes das áreas coloniais. A ideia das “autoridades negociadas”, presente em análises mais recentes sobre o governo das Américas na época moderna, busca evidenciar exatamente este aspecto: devia haver um equilíbrio mínimo entre a metrópole e os súditos que viviam nas conquistas, visando manter algum nível de flexibilidade nas relações entre ambos.

A América espanhola, geralmente lembrada como exemplo de controle eficiente de uma monarquia central sobre suas possessões coloniais, fornece argumentos para uma visão mais elaborada da questão das “autoridades negociadas”. Quando a Espanha iniciou a conquista da

América, em 1492, havia uma forte expectativa de formar uma monarquia universal católica, estendendo os domínios da cristandade e dos reis da Espanha por vastas áreas. Tratava-se de um ideal de império no qual a coroa, ainda que distante, seria o centro último das decisões e das regras aplicáveis ao universo das colônias.

Mas na prática, como demonstra J. H. Elliott, as relações entre a coroa e os súditos vivendo nas colônias podiam ser mais flexíveis, sobretudo nos contextos de crise econômica, como a do século XVII europeu. Elliott afirma que, neste período, a coerção de Madri sobre as autoridades locais seguia sendo a mesma do século anterior. No entanto, observava-se nesse contexto uma crescente margem para manobras independentes, já que as ordens de uma monarquia distante e falida pela crise financeira bem poderiam ser localmente contornadas. E para quê? Geralmente, para favorecer os interesses das elites que viviam nas conquistas, especialmente quando esses interesses se distanciavam dos princípios estabelecidos em Madri. Não se tratava, sob o ponto de vista dos colonos, de uma ruptura com o poder real. Os colonos, na verdade, seguiam se afirmando como súditos leais aos monarcas da Espanha, ao mesmo tempo em que pretendiam manter espaços de manobra política e de relativa autonomia dentro do contexto mais amplo de um governo centralizado.

Tratava-se, assim, da defesa de interesses pessoais dos colonos, e não de rebeldia contra a coroa. As “autoridades negociadas” necessitavam desse espaço de manobra para manter uma estabilidade, ainda que frágil, de interesses e propósitos entre os diferentes centros dos impérios coloniais modernos.



Atende ao Objetivo 1

1. Em 1524, chegou à cidade do México uma missão evangelizadora, composta por doze missionários franciscanos, vindos da Espanha. Um desses missionários era Toríbio de Benavente, homem austero, que ganhou dos índios o apelido de Motolinía – “o pobre”, na língua nativa *náhuatl*. O frade adotou o apelido e com ele assinou os muitos escritos que produziu sobre a região que foi evangelizar. Em um desses escritos, o franciscano Motolinía expressou seu desejo de ver o México entregue a um soberano europeu, porque, segundo ele, “uma terra tão grande e tão distante não pode ser governada de tão longe”. Considerando o contexto em que Motolinía chegou à região do México e a leitura do conteúdo do item "Estruturas de governo" desta aula, analise a citação acima.

Comentário

Nesta questão, espera-se que você observe inicialmente que Motolinía chegou à região do México em 1524, momento em que a Espanha começava a promover algumas mudanças na administração das conquistas, através da criação do Conselho das Índias. Com o rei distante, conforme observara Motolinía, o Conselho foi formado com o objetivo de ser um órgão consultivo, que recebia as demandas vindas da América e as levava ao rei, que então elaborava leis baseadas nas discussões do Conselho. Sua resposta deve mencionar também

que o apelo de Motolinía para que a figura real viesse para as Américas nunca chegou a se concretizar, no caso da América espanhola. Mas, em parte, a ideia da “presença real” nos territórios americanos traduziu-se na criação dos vice-reinos, a partir da década de 1530. Como foi visto no item “Estruturas de governo”, o vice-rei era o representante direto do monarca nas Américas, com autoridade política e militar sobre vastas áreas e assuntos. Os vice-reinos, por sua vez, eram as unidades mais amplas de uma extensa rede de poderes que se estendia de Madri aos *cabildos* coloniais, atestando que os poderes locais e centrais mesclavam-se no governo da América espanhola.



Ao ler as palavras do franciscano Motolinía, na atividade anterior, você pode ter se surpreendido com o fato de ele julgar que as terras americanas eram, por direito, possessões do rei de Espanha. Para a mentalidade da maioria dos espanhóis daquela época, início do século XVI, a legitimidade da conquista era indiscutível. Assim, para Motolinía, era perfeitamente possível que terras antes dominadas por diversos grupos nativos passassem a ser governadas por um rei espanhol. Para se aprofundar mais no tema das visões europeias sobre a conquista, sugiro a leitura do clássico livro de T. Todorov, *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1999.

As cidades e os símbolos do poder

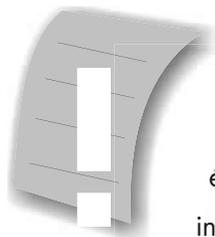
O historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda escreveu, em 1936, um famoso artigo intitulado “O semeador e o ladrilhador”. O artigo é dedicado a examinar comparativamente as formas de colonização portuguesa e espanhola nas Américas, especialmente no que diz respeito às cidades coloniais. Surge da comparação, citada a seguir, uma visão dos portugueses como semeadores:

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão.

Os espanhóis, em contraponto, seriam os ladrilhadores, preocupados desde o início com a construção de núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. Para usar novamente as palavras do próprio autor, vejamos como Sérgio Buarque descreve a atuação espanhola nas colônias americanas:

Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América (...). Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhes antes o acento voluntário da linha reta

Muitas décadas e pesquisas passaram-se desde a publicação desse artigo de Sérgio Buarque. Sobre o Brasil, na época colonial, por exemplo, já sabemos hoje que a hipótese de Buarque pode ser revista, pois os portugueses, além de “semeadores”, também deram valor às cidades na construção de seu império mundo afora.



Uma referência para a discussão sobre as cidades e a construção de um “império” português na época moderna é o importante livro da historiadora Maria Fernanda Bicalho, intitulado *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.

Nesta aula, entretanto, não queremos nos concentrar na comparação entre semeadores e ladrilhadores. Achamos mais válido pensar apenas nas palavras de Buarque sobre a América espanhola, que nos interessa em particular. Ao notar o caráter ordenado e estável das cidades espanholas no Novo Mundo, o autor iluminou, de fato, um traço importante desses assentamentos, também destacado por outros autores. O historiador argentino José Luis Romero, por exemplo, já descreveu as normas de regularidade que a Espanha impunha à formação dos núcleos urbanos coloniais. Nestes, diz Romero, a regra foi o traçado em forma de tabuleiro de xadrez, com quarteirões quadrados e uma praça no centro da planta. A *plaza mayor* (praça central) devia ser o núcleo da cidade, ao seu redor seriam construídos a igreja, o *cabildo* (que abrigava o conselho e a administração municipal). Para as igrejas e os conventos das diversas ordens religiosas, eram reservados solares e os terrenos restantes eram divididos pelos colonos em lotes proporcionais às suas posses e ao seu prestígio social.

É preciso notar, como faz Romero, que a fundação das cidades coloniais era um ato político, destinado a reafirmar a ocupação de territórios e a subjugação das sociedades nativas ali existentes. Os nomes das cidades criadas ou tomadas aos índios pelos espanhóis ajuda-nos a compreender melhor essa ideia da fundação como “ato político”. Algumas cidades do Novo Mundo receberam nomes de cidades já existentes na Espanha, como Valladolid, Medellín, La Rioja e Cartagena, para citar alguns exemplos. Regiões inteiras também receberam nomes sugestivos, como foi o caso dos vice-reinos de Nova Espanha e Nova Granada. As denominações de cidades e regiões americanas remetiam à Espanha não apenas para reforçar a ideia de domínio europeu sobre aqueles territórios. Sugeriam, também, que se desejava criar ali um prolongamento dos reinos hispânicos, conservando formas de vida social e cultural próprias dos colonizadores.

O ato político de dominação era visível também na atribuição de novos nomes a vilas indígenas preexistentes. Santiago, San Marcos, San Juan, San Felipe, entre outros, foram nomes dados pelos espanhóis a cidades índias, com o propósito evidente de marcar o cristianismo como valor maior da conquista daquelas terras.

Em outras ocasiões, a cidade espanhola foi erguida sobre os escombros de grandes cidades indígenas. Exemplo mais característico desse processo é a antiga capital do mundo mexica, Tenochtitlán, que foi destruída para dar lugar a uma nova cidade, em estilo europeu. Vale a pena seguir de perto esse processo, que nos ajuda a compreender melhor como os espanhóis pretenderam inscrever, nas cidades, os símbolos de seu domínio sobre o Novo Mundo. O historiador francês Serge Gruzinski, especialista no tema, será nossa referência principal para analisar as transformações pelas quais essa cidade passou.

O conquistador espanhol Hernán Cortéz liderou a invasão do México, derrotando a cidade de Tenochtitlán, em agosto de 1521. A região permaneceu vazia por cerca de dois meses, até que os índios, pouco a pouco, começaram a retornar e a se instalar no que sobrou de suas antigas moradias. A partir de 1522, as ruínas da cidade começaram a se transformar em um imenso canteiro de obras, empregando a mão de obra indígena na reconstrução da cidade que ia sendo progressivamente dividida entre os vencedores espanhóis.

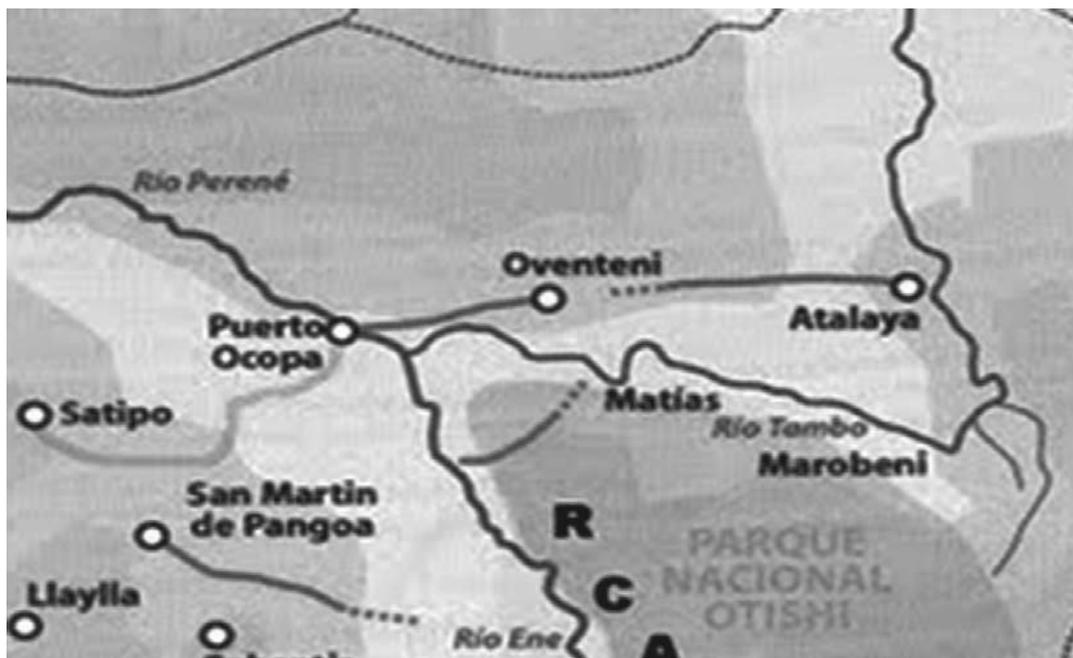


Figura 7.2: Mapa da Cidade do México no século XVII, elaborado por Juan Gómez de Trasmonte.

Fonte: <http://www.learnnc.org/lp/multimedia/4605>

A cidade não mudou de nome após a conquista: seguiu sendo chamada de Tenochtitlán ou México nas correspondências oficiais trocadas entre os conquistadores e a Coroa. Cortés estava decidido a fazer do México o centro do governo espanhol, manifestando a ambição de que a antiga capital mexica se tornasse, em cinco anos, a mais nobre e populosa das cidades do mundo inteiro. De acordo com S. Gruzinski, a atitude de Cortés era simbólica, por comunicar aos índios e aos próprios espanhóis a vontade de ancorar localmente o poder da Espanha no Novo Mundo.

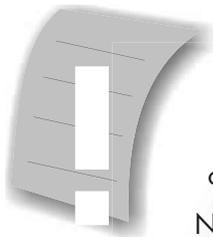
O plano de urbanização da nova cidade, erguida pelos conquistadores, obedecia a uma planta elaborada por Alonso García Bravo, soldado considerado também “muito bom geômetra”, com o auxílio de um outro conquistador, Bernardino Vázquez de Tapia. O padrão escolhido foi a planta em forma de tabuleiro, conhecida como *traza*, que desde então passou a servir de modelo para todas as cidades espanholas do continente americano. Na cidade reconstruída, um canal separava fisicamente o setor espanhol dos bairros indígenas, e pontes levadiças de madeira faziam a ligação dos dois setores por cima da água. A nova praça foi construída em 1522, e o antigo grande templo mexica, dedicado ao deus Huitzilopochtli, foi destruído para dar lugar a uma catedral.



Huitzilopochtli era considerado o guia e protetor do povo mexica, desde a saída da cidade de Aztlán até o estabelecimento no planalto central mexicano, onde se ergueu a cidade de Tenochtitlán. Era a divindade mais adorada e festejada entre os mexicas, segundo os evangelizadores e cronistas espanhóis que coletaram informações sobre esse culto.

O bairro espanhol, que em 1525 contava com cento e cinquenta casas e menos de mil habitantes, tinha o aspecto de uma verdadeira fortaleza. As residências dos conquistadores possuíam muralhas e torres para enfrentar temidos ataques ou cercos dos índios. Cortéz, por exemplo, transformou o palácio do antigo governante mexica – Montezuma – em sua própria residência na Cidade do México, após reformas que a transformaram em um verdadeiro arsenal de armamentos variados.

Em 1524, o *cabildo* instalou-se na cidade reconstruída, reforçando o caráter de centro de governo e de vida urbana que se desejava privilegiar. Questões relativas à administração, vias públicas, abastecimento e salubridade eram definidas pelo governo exercido pelos membros do *cabildo*. A partir dessa cidade-capital, Cortéz tratou também dos estabelecimentos espanhóis, fundados no resto do território. Nas áreas fora da Cidade do México, foram fundadas as *villas de españoles*, constituindo o início de uma rede urbana que serviria de referência para os europeus que residiam nas áreas mais dispersas do interior.



Na medida em que os espanhóis aniquilavam violentamente as antigas povoações e cidades dos índios na América, concebiam também um modo ideal de ocupação do espaço. Nesse modelo, índios e espanhóis deviam viver separadamente, habitando áreas diferentes quando em uma mesma cidade, e ocupando territórios distintos no interior. A colonização desejava que as comunidades índias vivessem em isolamento, mantendo com a maioria dos espanhóis apenas o contato necessário para a tributação e exploração da mão de obra índia. Na prática, entretanto, esse ideal demonstrou ser inviável. A Cidade do México, mais uma vez, constitui um bom exemplo de cidade híbrida, ou mestiça, para usar as palavras do já citado historiador S. Gruzinski. Como vimos, os espanhóis planejavam cidades ordenadas,

de traçado reto e regular, com bairros índios distantes e isolados. Na prática, entretanto, a mestiçagem fazia os grupos confundirem-se e reunirem-se no espaço urbano. Assim, a *plaza mayor*, coração do centro hispânico sobreposto ao centro indígena, era também um lugar de encontro entre vencedores e vencidos, já que europeus, índios e africanos ali se reuniam nas festas e celebrações. Da mesma forma, os mercados eram visivelmente espaços mestiçados, onde plantas e legumes, aclimatados e cultivados pelos índios, começaram a encher as barracas frequentadas pelos europeus.

A mestiçagem das técnicas de edificação também encontrou na Cidade do México um espaço privilegiado. Os trabalhadores indígenas tornaram-se empregados nas obras de construção das catedrais, símbolo maior do poder espanhol e cristão no Novo Mundo, desde o século XVI. Nas oficinas da Capela de San José de los Naturales, no convento franciscano do México, os religiosos recebiam os índios como aprendizes de diversos ofícios. As tradições artesanais e a qualidade dos saberes dos índios foram aproveitadas pelos religiosos, que trabalhavam para transmitir-lhes as técnicas europeias. Aliás, devemos notar que os índios não se limitaram a aprender os novos ofícios com a ajuda dos franciscanos. Com curiosidade e espírito de iniciativa, observavam atentamente os artesãos europeus, sobretudo os leigos, que, ao contrário dos religiosos, não desejavam transmitir suas técnicas aos nativos. Espionando e roubando segredos, os índios aprenderam as artes de trabalhar com o ouro e com os couros, entre outros materiais. Assim, a mestiçagem das cidades e dos saberes atestava que o ideal de isolar o mundo dos índios seria impossível na prática.

Comentário

É preciso notar que o apego ao meio urbano foi um traço característico da vida espanhola que migrou para as Américas. Como vimos, as cidades espanholas estavam fortemente integradas às áreas que as circundavam, formando os territórios onde muitos habitantes da região tinham suas propriedades. Assim, os moradores das aldeias vizinhas eram tão cidadãos da cidade-província quanto os verdadeiros habitantes urbanos. Na realidade, a cidade murada e principal tinha poucos habitantes, mas as pessoas que viviam ao redor dela eram também seus cidadãos.

As cidades principais eram os locais geralmente habitados pelas pessoas mais cultas – os letrados –, por membros da nobreza, ou mesmo pelos artesãos mais habilidosos. Na Espanha, e mais tarde na América espanhola, eram justamente os letrados e os membros da elite que exerciam cargos na administração da cidade e de seus arredores. Bernardo de Balbuena, espanhol e residente na Nova Espanha, registrou exatamente este aspecto em seu poema. No contexto em que ele escrevia, ao final do século XVI, a Nova Espanha já era um vice-reino na maturidade, com áreas urbanas bastante desenvolvidas. O poeta sugere, então, que para ter contato com as pessoas mais letradas e também para ter voz – o que pode ser traduzido como direito de participar da vida política, dos negócios públicos – era preciso estar na cidade. O campo, em contraponto, aparece no poema como o lugar habitado principalmente pelas pessoas rudes e torpes, ou seja, consideradas sem valor. Deve-se lembrar, a propósito, que o campo na Nova Espanha era o lugar habitado sobretudo pelos índios. Não seria incorreto supor, assim, que o poeta relacionava o campo e seu caráter supostamente rude à população indígena.

CONCLUSÃO

Algumas cidades da América espanhola possuíam uma característica singular se comparadas a outras regiões, conquistadas por portugueses, ingleses e franceses. A singularidade da América espanhola estava no fato de que a conquista realizou-se, nessa área, a partir da subjugação de áreas nativas altamente urbanizadas.

A complexa rede urbana de Tenochtitlán, a antiga capital do mundo mexicano, foi devastada pelos europeus, que ali ergueram, sobre as ruínas, uma nova cidade à moda espanhola. Cuzco, a cidade andina que era o centro político e religioso dos incas, também foi devastada para que se construíssem, sobre suas antigas estruturas, os novos prédios espanhóis.

Foi assim que as cidades, tão importantes para muitos nativos americanos, converteram-se em centros da administração espanhola no Novo Mundo. As cidades coloniais visavam ser símbolos do poder político hispânico e tornaram-se, também, símbolos da aniquilação provocada pelos espanhóis no mundo nativo. Além do impacto das guerras, da evangelização e da máxima exploração do trabalho, muitos índios viram-se deslocados de suas cidades ou vilas originais em nome dos imperativos da conquista. Poder e espaço urbano (e rural também) tornaram-se, assim, redes indissociáveis na América espanhola. Mas índios e europeus, embora idealmente separados nesses espaços, misturavam-se inevitavelmente na vida cotidiana. Assim, a mestiçagem tornou-se também um traço da vida urbana, em particular, na América espanhola.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2



Figura 7.3: A imagem mostra, na parte frontal, o muro acinzentado do antigo templo inca Coricancha, localizado na cidade de Cuzco e dedicado ao culto do deus Sol, antes da invasão espanhola, em 1532. Apenas a base do antigo prédio inca foi preservada e sobre ela os espanhóis construíram a Igreja de Santo Domingo, dedicada ao culto desse santo desde 1633.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/Coricancha>

Com base na foto e nas informações fornecidas na legenda, discuta as relações entre as edificações urbanas e os símbolos do poder nas cidades da América espanhola.

Comentário

Alguns temas tratados nesta aula podem ser observados através da imagem e das informações da legenda apresentadas antes. Como foi discutido, a construção de cidades e edifícios públicos na América espanhola era, antes de mais nada, um ato político. E, como tal, expressavam noções de dominação e subjugação do mundo dos índios. Na foto, observa-se que a igreja dos dominicanos foi construída sobre as bases do templo indígena, dedicado ao deus Sol cultuado pelos incas. A Igreja cristã, religião trazida e imposta pelos conquistadores, foi fincada sobre as ruínas do templo e da religião que os espanhóis combatiam e desejavam exterminar. Assim, no centro da cidade de Cuzco, antiga sede do mundo inca, os espanhóis “plantaram” um símbolo do cristianismo, da igreja missionária. Através desse símbolo urbano, demonstravam o desejo de dominar e controlar a religiosidade indígena preexistente.

RESUMO

A urbanização foi um traço marcante da implantação do domínio espanhol no Novo Mundo. Uma tradição anterior à conquista das Américas já era notável entre os espanhóis: a valorização da cidade como centro político e lugar dos cidadãos. Durante a conquista e colonização, a preocupação com a urbanização fez parte das ordenações do rei e da iniciativa dos conquistadores. Na Cidade do México, por exemplo, reconstruída como uma cidade hispânica sobre a antiga cidade índia, foi determinado um padrão de urbanização seguido em outras áreas americanas: o traço reto, a praça maior no centro, os prédios públicos e religiosos também centralizados, e a distribuição dos solares de acordo com o prestígio dos habitantes. Na Cidade do México, foi idealizado também o padrão de separação entre os bairros espanhóis e os bairros dos índios, ligados, mas fisicamente separados no espaço urbano.

Nas cidades coloniais, desenvolveram-se as redes que interligavam os órgãos do poder central e dos poderes locais. Os vice-reinos, as governadorias, as audiências e os *cabildos* concentravam funções e poderes sobre diversos assuntos americanos. Abrigavam também uma camada de funcionários letrados ou de membros das famílias principais que residiam nas áreas coloniais, como era o caso dos *cabildos*. No entanto, a existência de uma vasta estrutura burocrática, governando em nome da metrópole, não deve nos levar a simplesmente reproduzir velhos saberes escolares. Nesse sentido, deve-se sempre lembrar que a metrópole contava com os súditos que viviam nas colônias para exercer a autoridade espanhola sobre o espaço colonial. A noção de “autoridades negociadas”, sugerida pelo historiador John Elliott, é um conceito central, portanto, para o debate sobre o poder e governo na América espanhola.

Informação sobre a próxima aula

A economia da América espanhola já foi tema de debates historiográficos aprofundados. Na próxima aula, você conhecerá um pouco mais sobre o sistema econômico colonial nas Américas.

Até lá!

Aula 8

O sistema
econômico
colonial: terra,
trabalho e
comércio

Lincoln Marques dos Santos

Meta da aula

Caracterizar o processo de conquista, ocupação e exploração do território americano a partir do movimento de expansão política e comercial dos Estados europeus na época moderna.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o processo e os mecanismos de conquista da América colonial, caracterizando os meios de ocupação do território e os debates em torno do uso da mão de obra autóctone;
2. caracterizar os sistemas de trabalho utilizados pelos colonos europeus na América, analisando os reflexos sociais e demográficos de tais práticas no mundo colonial americano;
3. descrever as relações comerciais entre o mundo colonial e os Estados europeus.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, torna-se necessário que você tenha compreendido bem a breve revisão do tema da expansão comercial e política europeia nos séculos XV e XVI, apresentada na Introdução.

INTRODUÇÃO

Sem colonização não há uma boa conquista, e se a terra não é conquistada, as pessoas não serão convertidas. Portanto, o lema do conquistador deve ser colonizar (GÓMARA, 1852, p. 181).

A frase acima é de Francisco Lopez de Gómara que, ao se dedicar à história do Novo Mundo, captou a filosofia que inspirou a empresa ultramarina da Espanha, no século XVI. Contudo, o sucesso da empreitada que levou milhares de homens a se lançarem ao desconhecido não era certo nem foi conseguido sem esforços. Portanto, compreender o processo político-econômico que desemboca na expansão, conquista e colonização da América Latina entre os séculos XVI e XVIII é tarefa árdua. Para tanto, é essencial entendermos o variado mundo do trabalho resultante da interação das estruturas econômicas e sociais ibéricas, indígenas e africanas.

Compreender a heterogeneidade do conjunto a que chamamos América Latina implica antes analisar o caminho das transformações na expansão ultramarina europeia dos séculos XV e XVI. O processo de conquista e colonização da América se dá como desdobramento de uma ampla empreitada comercial nos anos iniciais do século XV, onde reinos, como Portugal, começavam a despontar no comércio marítimo, efetuado primeiramente ao longo das ilhas costeiras e posteriormente no litoral continental africano.

A concorrência comercial intensificou as buscas por novas rotas comerciais, principalmente quando da expansão do Império Otomano pelo Oriente e pela conquista de Constantinopla, em 1453, principal centro de intercâmbio financeiro e comercial da região.

Para Portugal, a conquista de novas áreas produtivas possibilitou uma recuperação parcial da economia e do equilíbrio social que se encontravam abalados desde finais do XIV. Já para a Espanha, a conquista da América criou a possibilidade do

primeiro império genuinamente mundial na história da humanidade. A América, ou melhor, as minas de prata americanas, acrescentaram uma nova dimensão ao poder do rei da Espanha.

Contudo, apesar das motivações comerciais, a expansão ultramarina justificou-se por outros motivos. Dentre as diversas “causas” da expansão, devemos destacar três: as causas instrumentais, as formais e as materiais.

Em relação à primeira causa, destaca-se o desenvolvimento da marinha lusa e do comércio marítimo sob a chamada “primeira dinastia”. O legado da civilização árabe, com inventos à vela latina e saberes astronômicos, o desenvolvimento das técnicas de navegação com o invento da bússola e a ampliação das construções navais no Atlântico também devem ser entendidos como fatores relevantes de explicação do processo. Entretanto, como lembrou o autor, as causas instrumentais são necessárias, mas não suficientes para a produção de um efeito tão amplo quanto a expansão marítima europeia.

Quanto às causas formais, ligadas aos fatores ideológicos que dariam fisionomia à expansão ultramarina, temos a ideia de cruzada. A Reconquista, movimento dos reinos cristãos da Península Ibérica para o sul, região ocupada pelos mouros, foi uma guerra que ampliou os limites da fé. Para os portugueses e espanhóis, não era possível ter infiéis em suas fronteiras. Em nome dessas ideias, legitimaram-se a noção de guerra justa e a respectiva conquista e colonização das terras adquiridas. Os ibéricos tomaram para si a tarefa de difundir a fé cristã. As causas materiais, definidas pela expansão comercial entre os séculos XI e XIII, estariam interligadas num grande movimento de crescimento orgânico do continente europeu. As transformações nas relações de produção, a avidez pelo ouro e pela prata, a lucratividade do comércio de especiarias africanas, tudo isso estimulou o surgimento de um novo grupo social, a burguesia mercantil, e deu “tempero” às investidas feitas em territórios asiáticos, africanos e americanos posteriormente.

Em resumo, o movimento da expansão europeia é reflexo de um conjunto de motivações políticas, sociais e econômicas que contribuíram para a ampliação das fronteiras geográficas e comerciais do velho continente. Esse processo desdobrou-se na formação de um sistema colonial complexo, assentado em relações comerciais monopolistas e em relações produtivas baseadas no uso do trabalho **compulsório**.

Conquista, ocupação e exploração do território colonial

O processo referente à conquista e colonização da América abarca um conjunto de fatores característicos de uma época em ebulição, ressurgida de uma crise econômica e demográfica (século XIV) e disposta a ampliar seus horizontes. No geral, o uso da violência caracterizou a conquista. Os mecanismos de dominação utilizados pelos europeus foram fundamentais para a sobreposição dos valores sociais e políticos de uma sociedade estrangeira, estranha aos costumes locais e indisposta a aceitar resistências. Por outro lado, os índios da Nova Espanha não deixaram de reagir sempre, inventando adaptações e combinações e constantemente redefinindo os meios e a execução da dominação colonial.

Mas como aqueles pequenos bandos de espanhóis que encaravam o desafio de viajar meses pelo oceano Atlântico puderam submeter as populações indígenas numericamente superiores? Como dominar um território tão extenso e desconhecido? Podemos destacar alguns fatores essenciais: a questão militar, a diversidade populacional, o sedentarismo, a fé, as doenças.

Um dos principais mecanismos de conquista está relacionado à superioridade bélica dos europeus. Veja-se a evidência dos fatos pela utilização de armas de fogo, superiores no impacto psicológico e no combate a distância. Também o emprego do aço na concepção de armas de ataque (espadas, punhais, facas etc.), infinitamente

Compulsório

Significa obrigatório.

Quando se fala de trabalho compulsório, refere-se a trabalho escravo.

superiores aos dos nativos. Outro fator importante foi a utilização do cavalo, animal desconhecido pelos ameríndios e que permitiu aos europeus maior mobilidade e intensidade na hora do combate.

Contudo, com o tempo, alguns grupos indígenas adquiriram certas armas e aprenderam a manejá-las, tornando-se fortes focos de resistência. Ao mesmo tempo, em certos combates, a proporção numérica era de cem, quinhentos, mil índios para um espanhol. A superioridade técnica também deve ser relativizada pelas condições encontradas. Como puxar canhões pelas florestas e montanhas? E atravessar rios e apanhar chuvas torrenciais, característicos das florestas tropicais, sem molhar a pólvora? As pesadas e quentes armaduras podiam dificultar ainda mais a adaptação ao calor e aos efeitos da altitude. (Não é a altitude a culpada pelas derrotas da seleção brasileira em La Paz, capital da Bolívia?)

Enfim, as circunstâncias ambientais podiam neutralizar a vantagem bélica dos invasores espanhóis; logo, a superioridade bélica, nesse caso, não pode explicar tudo. Deve-se então acreditar em superioridade racial, em proteção divina por parte dos povos brancos? Esses argumentos dificilmente são aceitáveis.

Avaliando outra perspectiva, entenderemos melhor o processo de conquista e sua efetivação, analisando o contexto sociopolítico dos povos nativos. Na América, as populações organizavam-se de maneiras diversas, conhecendo a fundo a dominação de um grupo sobre o outro. Esse era o caso do império inca, que dominava vários grupos menores, exigindo tributos na forma de prestação de serviços ou produtos. Para as populações sob o domínio incaico, aceitar a dominação estrangeira era garantir a oportunidade de se “vingar” de seus opressores. Aproveitando esse clima de insatisfações, os europeus passaram a constituir alianças bélicas com os povos nativos insatisfeitos, garantindo assim uma “força extra” para as diversas frentes de batalha.

Outro aspecto importante foi o sedentarismo e a concentração de grandes populações, como na Mesoamérica (México), ocupada pelo

império asteca, e nos Andes, pelo já citado império inca. A existência de uma força de trabalho ampla e disciplinada facilitou a imposição da dominação.

A conquista da América não foi feita apenas por homens, mas também por micróbios. Com a chegada dos portugueses e posteriormente dos africanos, uma quantidade incalculável de microorganismos desconhecidos foi trazida para o continente americano, provocando uma série de epidemias que afetaram drasticamente as populações nativas. Principalmente nas regiões densamente povoadas, como o México central, o papel desempenhado pelas epidemias no solapamento tanto da capacidade quanto da vontade de resistir constitui uma boa explicação para o caráter súbito e completo do sucesso espanhol (ELLIOTT, 1998, p. 170).

Por trás dos fatores materiais, também devemos considerar o papel da fé como formuladora de um discurso e um conjunto de atitudes que orientavam a execução da conquista. Como defensores do cristianismo, os espanhóis encaravam a conquista como uma missão pela qual não podiam medir os sacrifícios, mesmo porque a recompensa final era certa. O paraíso celestial, e sobretudo o terreno, tornavam toleráveis todas as agruras.

Por outro lado, a evangelização apresentou-se como um mecanismo importante para a imposição do domínio castelhano sobre os povos ameríndios. Já na segunda expedição realizada pelos espanhóis, em 1493, destaca-se a presença de sacerdotes encarregados da empresa missionária. A conversão implicava uma ocupação permanente.

Portanto, é essa variedade de aspectos que não se pode perder de vista. A conquista, desde o início, foi algo mais do que um convite à fama e à pilhagem. A pretensão de ocupação do território com o objetivo de enriquecimento e ascensão social esteve presente desde as primeiras expedições.

Na segunda viagem à América, já podemos encontrar os traços do projeto colonial. Com uma tripulação de 1.200 homens,

formada por soldados, marinheiros, nobres aventureiros, artesãos e agricultores, fica clara a ênfase na colonização do território, ainda que faltassem as mulheres. Os espanhóis, quando voltaram às Antilhas (1493), já sabiam o que queriam: o ouro. Hernán Cortéz afirmou “Sofremos de uma doença do coração que somente pode ser curada com ouro” (ELLIOTT, 1998, p. 167).

Contudo, as sonhadas minas demorariam um pouco a aparecer, mais para os portugueses que para os espanhóis. Na falta do ouro, outra mercadoria deveria justificar os investimentos dos soberanos. Na América portuguesa, o pau-brasil foi o principal produto explorado durante os trinta anos iniciais. No caso espanhol, foram os próprios índios que se tornaram mercadoria. O envio de indígenas para serem vendidos como escravos colocou uma questão que não seria resolvida nos cinquenta anos seguintes: que *status* atribuir à população indígena?

No tocante ao estatuto das populações sobreviventes à conquista tendo sido consideradas a princípio como bárbaras, que podia significar “infiéis”, sua escravização era legitimada pelo Direito Romano. No entanto, a influência dos teólogos levou a um reexame da questão, uma vez que um infiel era um homem que havia rejeitado a verdadeira fé. Os teólogos não sabiam como isso era possível, mas de fato os povos do Novo Mundo não haviam conhecido o cristianismo e viviam na total ignorância. Nesse sentido, deviam ser classificados, em um primeiro momento, como pagãos, e não infiéis. Por outro lado, a recusa após a pregação do evangelho seria um argumento utilizado para a “guerra justa”, e, por conseguinte, para a escravização (ELLIOTT, 1998, p. 303).

A discussão sobre o *status* do indígena evoluiu no decorrer dos anos para uma campanha contra os maus tratos e a exploração dos índios pelos colonos espanhóis. Bartolomeu de las Casas, um ex-encomendero, foi o mais representativo defensor dos índios. Para ele, somente a coroa tinha jurisdição sobre os índios e cabia a ela a empresa missionária. Os reis deveriam tutelar a conversão dos indígenas, garantindo as condições necessárias para tal, sem

que os privasse dos direitos de propriedade e de governo, que lhes pertenciam por força da lei natural. Frei Bartolomeu de las Casas, na *Brevíssima relação da destruição das Índias: o paraíso destruído*, expõe a forma de tratamento que os espanhóis destinavam aos indígenas. Segue um trecho de seu relato:

Aqueles que foram de Espanha para esses países (e se têm na conta de cristãos) usaram de duas maneiras gerais e principais para extirpar da face da terra aquelas míseras nações. Uma foi a guerra injusta, cruel, tirânica e sangrenta. Outra foi matar todos aqueles que podiam ainda respirar ou suspirar e pensar em recobrar a liberdade ou subtrair-se aos tormentos que suportam, como fazem todos os Senhores naturais e os homens valorosos e fortes; pois comumente na guerra não deixam viver senão as crianças e as mulheres: e depois oprimem-nos com a mais horrível e áspera servidão a que jamais se tenham submetido homens ou animais. A essas duas espécies de tirania diabólica podem ser reduzidas e levadas, como subalternas do mesmo gênero, todas as outras inumeráveis e infinitas maneiras que se adotam para extirpar essas gentes (...) e quando os índios acreditaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados pior que animais e como se fossem menos ainda que o excremento das ruas; e assim morreram, sem Fé e sem Sacramentos, tantos milhões de pessoas (LAS CASAS, 1984; p. 29-30).

Como podemos perceber através desse trecho, para las Casas, seja pela guerra ou pelo trabalho forçado, o efeito final da relação entre os espanhóis e os indígenas é o extermínio desses últimos pelos primeiros. Além disso, o defensor dos conquistados acusa os colonos de não cumprirem com sua responsabilidade de catequização. Como veremos, o direito à mão de obra implicava a obrigação do encomendero de responsabilizar-se pela evangelização dos indígenas, contudo eles morriam “sem Fé e sem Sacramentos”. Assim, os colonos não estariam cumprindo com o aspecto missionário do projeto colonial.

De outro lado, os colonos do Novo Mundo não ficaram calados frente a essa questão. Para eles, a retirada dos indígenas de seu domínio direto implicaria um custo dispendioso e a redução de seus lucros. A oposição a las Casas ficou a cargo do publicista aristotélico Juan Ginés de Sepúlveda. Em seu tratado, Sepúlveda levanta a questão a partir do fundamento do governo na América: a capacidade racional dos índios.

Vejamos agora um trecho do *Dialogum de justis belli causis*, que apresenta a base argumentativa de Sepúlveda:

É por isso que as feras são domadas e submetidas ao império do homem. Por esta razão, o homem manda na mulher, o adulto, na criança, o pai, no filho: isto quer dizer que os mais poderosos e os perfeitos dominam os mais fracos e os mais imperfeitos. Constata-se esta mesma situação entre os homens; pois há os que, por natureza, são senhores e outros que, por natureza, são servos. Os que ultrapassam os outros pela prudência e pela razão mesmo que não os dominem pela força física, são, pela própria natureza, os senhores; por outro lado, os preguiçosos os espíritos lentos, mesmo quando têm as forças físicas para realizar todas as tarefas necessárias, são, por natureza, servos. E é justo e útil que sejam servos, e vemos que isto é sancionado pela própria Lei Divina. Pois está escrito no Livro dos Provérbios: "O tolo servirá ao sábio". Assim são as nações bárbaras e desumanas, estranhas à vida civil e aos costumes pacíficos. E sempre será justo e de acordo com o direito natural que essas pessoas sejam submetidas ao império de príncipes e de nações mais cultivadas e humanas, de modo que, graças à virtude dos últimos e à prudência de suas leis, eles abandonam a barbárie e se adaptam a uma vida mais humana e ao culto da virtude. E se recusam esse império, é permissível impô-lo por meio das armas e tal guerra será justa assim como o declara o direito natural... Concluindo: é justo, normal e de acordo com a lei natural que os homens probos, inteligentes, virtuosos e humanos dominem todos os que não possuem estas virtudes (SEPÚLVEDA apud ROMANO, 1973, p. 85).

A partir da leitura desse fragmento, podemos perceber que Juan Ginés de Sepúlveda encara os povos nativos como animais, incapazes de se organizarem, estranhos à vida civil e aos costumes pacíficos. Contudo, o que dizer das civilizações mexicanas e indígenas que possuíam uma capacidade de organização política e social impressionante até mesmo aos olhos dos europeus? A existência dos impérios asteca e inca esvaziava facilmente essa linha de raciocínio. No entanto, a distância que separava Sepúlveda desses povos lhe garantia a insensibilidade necessária para caracterizar os índios com um povo naturalmente inferior aos espanhóis, e, portanto, sujeitos ao domínio espanhol. Sepúlveda não preconizava a escravidão dos índios, mas uma forma paternalista em favor dos interesses deles próprios. Era favorável à tutela dos índios pelos encomenderos.

Procurando rebater a posição dos colonos, las Casas e os dominicanos afirmavam que os povos indígenas:

Têm o entendimento mui nítido e vivo; são dóceis e capazes de toda boa doutrina. São muito aptos a receber nossa santa Fé Católica e a serem instruídos em bons e virtuosos costumes, tendo para tanto menos empecilhos que qualquer outra gente do mundo. E tanto que começaram a apreciar as coisas da Fé são inflamados e ardentes, por sabê-las entender; e são assim também no exercício dos Sacramentos da Igreja e no serviço divino que verdadeiramente até os religiosos necessitam de singular paciência para suportar (LAS CASAS, 1984; p. 28).

Além de uma visão idealizada dos indígenas, como povos simples, sem malícia, fiéis, pacíficos, doces, sem ódios, entre outros adjetivos, podemos perceber que o interesse de las Casas era defender e garantir a missão cristã. Para ele, os índios deveriam se tornar vassalos diretos da coroa, e a ela deveria caber o controle da evangelização. Assim, não deixa de defender a necessária tutela dos indígenas.

Nesse sentido, fica a pergunta: o que de fato esses homens defendiam? Certamente, não era a liberdade dos nativos. Apesar da violência do debate, uma vez que estava em questão considerar os indígenas como seres humanos ou animais, na verdade, não se colocou em questão o domínio da Espanha sobre a América e seus povos. A divergência entre las Casas e Sepúlveda localizava-se na exigência do primeiro de que a missão fosse realizada por meios pacíficos, e não por coerção, e desempenhada pela coroa e pelos missionários, e não mais pelos colonos.

A crueldade com que eram tratados os índios não foi denunciada apenas por las Casas, mas igualmente pelas cartas que chegavam das Índias, escritas por arcebispos, vice-reis, entre outros homens que se sensibilizavam com a condição imposta aos índios. A discussão, então, passa do plano da denúncia para a urgência de uma ação política. Nesse sentido, o rei espanhol Carlos V cria uma *junta* especial para lhe aconselhar na questão das *encomiendas*. Essa junta, formada por juristas e teólogos, elaborou as Novas Leis, de 20 de novembro de 1542, que aboliam todas as formas de serviço pessoal e transformava os índios das *encomiendas* em vassalos *del-rei*. Porém, a tentativa de promulgação das Novas Leis na América espanhola levou a uma revolta no Peru, liderada por Gonzalo Pizarro, que resultou na deposição do vice-rei Blasco Núñez Vela e a própria abolição das referidas leis em 20 de outubro de 1545, dado o caos gerado pelo grau de insatisfação dos *encomenderos*. Assim, o sistema de *encomiendas* foi restabelecido.

No entanto, em 1573, através das novas ordenações, Felipe II estabeleceu os regulamentos para as futuras conquistas visando a impedir novas atrocidades, que a “pacificação” aplicou aos indígenas. Avaliando o esforço legislativo da coroa espanhola, podemos dizer que ela se esforçou para proteger os indígenas, contudo, entre as intenções e as práticas, havia a realidade colonial.

A definição da condição do indígena foi fundamental para o desdobramento das relações de produção e a formação social decorrente da conquista e ocupação espanhola. Como veremos no próximo item, as comunidades indígenas foram as principais fontes de mão de obra

empregada na economia colonial espanhola. A escravidão africana, apesar de ter predominado em algumas regiões da América espanhola, contou apenas com 1/15 dos africanos enviados para as colônias.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia com atenção o texto seguinte:

Mata-se com a consciência limpa

O almirante Colombo encontrou, quando descobriu esta ilha Hispaniola, um milhão de índios e índias dos quais, e dos que nasceram desde então, não creio que estejam vivos, no presente ano de 1535, quinhentos, incluindo tanto crianças como adultos, que sejam naturais, legítimos e da raça dos primeiros índios. Alguns fizeram esses índios trabalhar excessivamente. Outros não lhes deram nada para comer como bem lhes convinha. Além disso, as pessoas desta região são naturalmente tão inúteis, corruptas, de pouco trabalho, melancólicas, covardes, sujas, de má condição, mentirosas, sem constância e firmeza. Vários índios, por prazer e passatempo, deixaram-se morrer com veneno para não trabalhar. Outros se enforcaram pelas próprias mãos. E quanto aos outros, tais doenças os atingiram que em pouco tempo morreram. Quanto a mim, eu acreditaria antes que Nosso Senhor permitiu, devido aos grandes, enormes e abomináveis pecados dessas pessoas selvagens, rústicas e animais, que fossem eliminadas e banidas da superfície terrestre. G. F. de Oviedo. *L'Histoire des Indes*, 1555 (ROMANO, 1995, p. 76).

Considerando o processo de colonização da América, reflita sobre as informações expostas no documento acima. Após refletir, produza um texto objetivo que relacione os principais mecanismos de conquista utilizados pelos europeus e as estratégias de resistência utilizadas pelos povos nativos.

Comentário

Dentre os mecanismos de conquista da América utilizados pelos europeus, podemos destacar a guerra, a evangelização e a fome como os principais. A superioridade bélica contribuiu para a eliminação dos povos que se opuseram à presença europeia, a evangelização para imposição de valores religiosos que eram desconhecidos pelos nativos americanos, e a fome, a partir do deslocamento de aldeias de uma região para outra e da utilização destas como mão de obra nas grandes lavouras e nas minas de ouro e prata, a partir da difusão dos vários tipos de trabalho compulsório, o que contribuiu para dizimar uma boa parcela da população autóctone.

Dentre as formas de resistência utilizadas pelos nativos americanos, podemos destacar o suicídio; a automutilação, o alcoolismo, as fugas organizadas etc. Tais práticas, somadas aos mecanismos de conquista já expostos, contribuíram para uma considerável redução demográfica dos povos locais, influenciando no processo produtivo colonial (carestia de mão de obra) e na valorização da mão de obra escrava africana como substituta da mão de obra local.

Os sistemas de trabalho na América colonial

As formas de trabalho instituídas no mundo colonial americano a partir dos desdobramentos da expansão comercial europeia atenderam, em sua maioria, os interesses mercantilistas dos Estados Modernos, como é o caso dos reinos de Portugal e Espanha.

A mão de obra empregada na economia colonial hispano-americana baseou-se em variadas formas de trabalho compulsório, ficando o trabalho livre e assalariado reduzido, salvo exceções, a certos ramos do artesanato urbano, aos trabalhadores especializados (técnicos do amálgama, mestres do açúcar etc.), ou às funções intermediárias de administrador ou feitor (*mayordomo*).

A criação das *Leis Novas* em 1542 e as disposições relativas ao *repartimiento* nos domínios hispânicos da América delinearam um sistema de exploração da mão de obra indígena que implicava um compromisso entre os interesses da Coroa, da Igreja e dos primeiros conquistadores.

A Coroa conseguiu garantir para si receitas fiscais de importância e, através do controle da mão de obra indígena, impediu a formação de uma poderosa aristocracia na América. Os colonizadores, mesmo não conseguindo conservar a totalidade dos privilégios obtidos nas turbulentas fases iniciais da conquista, puderam dispor de consideráveis riquezas. A Igreja, com os índios reunidos em aldeias, pôde levar a cabo a missão evangelizadora e também gozar de importantes fortunas terrenas.

Na primeira fase da presença europeia na América – a da conquista, quando a população autóctone ainda não havia sido reduzida e a presença efetiva da administração metropolitana era frágil demais para um controle eficiente dos interesses privados –, predominaram como formas de utilização da força de trabalho dos nativos a escravidão indígena e a *encomienda*. Esta consistia em que, como forma de retribuição aos esforços de conquista, a alguns dos conquistadores fossem confiadas comunidades indígenas que estariam sob sua responsabilidade em matéria de catequese e defesa, tendo os encomenderos o direito a exigir aos povos locais o pagamento de tributos em forma de prestação de serviços ou gêneros alimentícios.

No conjunto, tal sistema de exploração da mão de obra era, comparado com a escravidão africana, muito mais rentável e com menos riscos a curto e longo prazos. Não exigia desembolsos de

capital inicial para a aquisição de mão de obra, a preocupação com os custos de subsistência dos indígenas era mínima e, mesmo sob os efeitos da redução demográfica, o sistema se reproduzia. Segundo Ciro Flamarion, o segredo da reprodução do sistema de exploração da mão de obra nativa residia em algo que “não conhecemos bem: o funcionamento das comunidades indígenas” (CARDOSO, 1983, p. 81).

Segundo o referido autor:

O reordenamento institucional de meados do século XVI lhes outorgou terras (às comunidades indígenas), dotou-as de uma organização urbana e administrativa calcada nos hábitos e costumes espanhóis, exigiu-lhes tributos em espécie e moeda e prestações rotativas de trabalho. Estas últimas constituíam o já citado repartimiento, destinado a trabalhos de construção urbana e a lavra das terras e minas, remuneradas ao menos na lei, ainda que a taxas mais baixas que o salário livre. Tal sistema acarretou, muitas vezes, transferências maciças de populações a consideráveis distâncias (CARDOSO, 1983, p. 81).

Ao longo do século XVI, a Coroa e a Igreja se voltaram contra a *encomienda*, proibindo as prestações de trabalho, restringindo a hereditariedade do benefício e recolocando as aldeias sob o controle direto da administração colonial. De todo modo, a *encomienda* tendeu a desaparecer antes que findasse o século XVI. No México, entre 1550 e 1560, a maioria das aldeias passou ao controle régio, o mesmo ocorrendo no Equador, Peru e Bolívia, na década de 1570 e, ainda, na Colômbia, nos anos de 1590.

O declínio da *encomienda* foi acompanhado pela redução das comunidades indígenas em circunscrições chamadas *corregimientos de indios*, localizados sempre próximos às cidades e minas. Ali, os índios deveriam trabalhar nos moldes tradicionais e vender os excedentes agrícolas, a fim de abastecer a população colonial de mantimentos e obter os meios para o pagamento dos tributos. Deviam, contudo, continuar

prestando serviços nas empresas coloniais através do *repartimiento*, que abrangia todos os homens adultos das aldeias. Nesse sistema, cada comunidade deveria fornecer, periodicamente, uma quantidade de trabalhadores para as atividades coloniais, sendo cada turno de “*repartidos*” sorteado pelas chefias aldeãs (isentas da tributação).

Cuidava-se para que o sorteio e o envio de trabalhadores fossem adequados à disponibilidade da aldeia, de modo a não alterar a subsistência da comunidade — o que foi inviável a médio prazo. Uma vez sorteados, os índios eram conduzidos a um “juiz repartidor” do *corregimiento*, e daí encaminhados para os interessados em contratá-los. Pelo trabalho no *repartimiento*, cujo tempo variava de semanas a meses, os índios deveriam receber um *salário*, parte do qual obrigatoriamente em moeda (ou metal), a fim de que pudessem pagar o tributo régio. Veja-se, desde logo, a originalidade desta relação, conhecida como *mita* no Peru, e *cuatéquil* no México, que combinava práticas pré-coloniais de recrutamento aldeão com formas atípicas de assalariamento, sendo impossível confundi-la com a servidão medieval, a escravidão ou ao trabalho livre (VAINFAS, 1984, p. 44).

A prática do *repartimiento* foi, contudo, variável de região a região, muito embora tenha sido a principal relação de trabalho na América espanhola até meados do século XVII, sobretudo em função da economia de mineradora. No caso do México, o *repartimiento* nunca foi tão importante como no Peru, e tendeu a esgotar-se entre os anos de 1630 e 1650.

Ao contrário do Peru, onde as minas ficavam próximas aos vales densamente povoados do antigo império inca, o México tinha as suas minas localizadas fora da região central (coração do império asteca), o que implicou o apelo a outras formas de trabalho. Ainda assim, muitas comunidades foram transferidas para Zacatecas e Guanajuato, e o *cuatéquil* foi bastante utilizado, mas o esgotamento das aldeias e as dificuldades de reposição acabaram por inviabilizar o sistema.

Os mineiros tiveram, então, que atrair trabalhadores com salários relativamente altos, especialmente com o *partido* — direito de cada trabalhador receber uma parte do mineral produzido — o que levou muitos índios a abandonarem suas aldeias em direção ao norte mineiro. Mas não se deve exagerar a mobilidade dessa mão de obra, pois desde cedo os mineradores trataram de endividar os trabalhadores, manipulando as suas contas no armazém da mina (*tienda de raya*), a fim de retê-los na unidade de produção. Desse modo, os trabalhadores “livres” das minas mexicanas convertiam-se em *gafianes*, *naboríos* e *laboríos* — relações bem próximas à servidão pessoal — e poucos ficavam realmente como assalariados.

No caso do Peru, a *mita* perdurou até inícios do século XIX, mas também aqui os mineradores trataram de reter a mão de obra em face da crise demográfica. Além de concederem o *partido*, costumavam oferecer um salário mais alto para que os índios permanecessem na mina ao invés de retornarem às aldeias, de forma que o índio trabalhava uma semana como *mitayo*, a 3 1/2 reales por dia, e a semana seguinte como *mingado*, a 4 reales diários. O sistema levava, como no México, ao endividamento do trabalhador junto ao armazém local e à sua retenção na unidade produtiva.

Também na *hacienda* praticou-se, largamente, o sistema de endividamento de trabalhadores, a fim de retê-los na propriedade. A relação é amplamente conhecida como *peonaje*, na qual o trabalhador recebia como salário um crédito na *tienda de raya* (onde retirava alimentos, roupas etc.), além de um lote mínimo de subsistência. Suas contas eram manipuladas pelo *hacendado* de modo a tornar insolvente a dívida do peão, que ficava obrigado a pagá-la com trabalho.

Enfim, muitos índios se dirigiam voluntariamente para as *haciendas*, sobretudo no século XVII, a fim de escaparem do *repartimiento*, dispendo-se a trabalhar gratuitamente para os fazendeiros em troca de um exíguo lote de subsistência. Entre outros exemplos, citemos os *terrazgueros*, no México, os *yanaconas*, no Peru, os *inquilinos*, no Chile, os *agregados*, na Colômbia, os *huasipungueros*, no Equador etc.

Assim, as relações de trabalho vigentes na América espanhola apresentaram enorme complexidade, combinando práticas tributárias pré-coloniais, formas atípicas e precárias de assalariamento e mecanismos de sujeição pessoal de trabalhadores. Em suma, foram construídas relações sociais diversas no espaço e no tempo, mas que convergiam, em diferentes graus, no sentido da servidão.

Nos territórios portugueses, assim como nos domínios espanhóis, o uso do trabalho indígena foi uma constante. Predominante até meados do século XVII, sem deixar de ser central em regiões como a Amazônia, o uso da mão de obra nativa reduziu-se em virtude da diminuição demográfica posterior à etapa de conquista e ocupação do território. A substituição do trabalho nativo pelo do escravo africano constituiu uma alternativa para a carência de mão de obra e para o incentivo da produção monocultora de características extensivas, que predominou nas áreas lusas da América.

Variável em suas fronteiras conforme as épocas, a escravidão negra veio a constituir-se como o principal sistema de trabalho nas regiões que compreendiam o atual sul dos Estados Unidos, o Caribe (inclusive as Guianas) e as colônias da América portuguesa, em especial as áreas produtoras de cana-de-açúcar.

Segundo Ciro Flamarion,

As *plantations* e minas trabalhadas por escravos eram as formas mais importantes de empresas na Afro-América colonial. A grande diferença entre a reprodução indo-americana e a afro-americana da força de trabalho consistia em ser interna no primeiro caso e externa no segundo – ligada à imigração forçada que era o tráfico de cativos africanos. Isto porque, na imensa maioria das regiões escravistas latino-americanas, a mortalidade sempre excedia tendencialmente a natalidade entre os escravos, por razões que incluíam as duras condições de vida, uma forte incidência da mortalidade infantil e o fato de que entre os cativos havia mais homens que mulheres (FLAMARION apud CARDOSO, 1995, p. 43).

Em comparação com áreas coloniais que se utilizavam da mão de obra indígena, as regiões escravistas se apresentam como um bloco menos complexo e mais homogêneo em suas estruturas elementares, principalmente porque a escravidão dependia, para manter-se, de certos parâmetros de organização que se generalizaram nas regiões já referidas.

Esse fato, válido em termos gerais e comparativos, não significa que não houvesse qualquer diferença entre as diversas colônias escravistas. Pelo contrário,

Havia padrões variados de assentamento das populações livres e escravas, tendências demográficas diversificadas, graus diferentes do impacto do tráfico africano, relações sociais que variavam segundo diversos fatores: proporção entre brancos, por um lado, e negros e mulatos, por outro, na população, natureza urbana ou rural do contexto em que examinamos a escravidão, etc. (CARDOSO, 1995, p. 43).



Atende ao Objetivo 2

2. Leia atentamente a seguinte passagem:

Somos obrigados a comprar escravos negros a preço alto

O ouro encontra-se nas torrentes, nas areias, nos filões. Há grandes pepitas. A quantidade de ouro que retiramos desta província (Popayan) é muito grande sendo ela toda recoberta de ouro. Não há outro meio para se apossar de um tesouro tão grande, como o que há neste lugar, senão tentar povoá-lo de negros. O ouro extraído servirá para a manutenção e vestimenta dos índios e para o lucro do dono. Eu digo que os habitantes destas terras falaram comigo várias vezes, a fim de que Vossa Majestade

traga negros para cá, considerando que os índios estão desaparecendo. *Francisco de Anuncibay. Informe de 1592* (ROMANO, 1995, p. 75-76).

Considerando a colonização da América como um desdobramento da expansão política e econômica da Europa, reflita sobre os impactos demográficos do uso do trabalho compulsório para as sociedades nativas. Após refletir, formule um texto conciso que relacione a questão demográfica apresentada com os investimentos na compra de mão de obra escrava africana para dar continuidade ao movimento de exploração das minas de ouro e prata na América.

Comentário

As variadas formas de trabalho compulsório utilizadas na América pelos colonos europeus contribuíram para uma considerável redução da população ameríndia a partir, principalmente, dos deslocamentos de aldeias inteiras de uma região para outra, das péssimas condições de trabalho e dos castigos físicos que então eram aplicados.

A valorização do trabalho escravo africano atendeu às exigências criadas pela subsequente carestia de mão de obra e pela avidez dos colonizadores em dar continuidade ao processo de exploração do território, em especial das áreas mineradoras.

O exclusivo metropolitano e as relações de comércio

Ao longo do século XVI, o comércio em larga escala nas áreas coloniais, em especial nos domínios espanhóis, passou a consistir essencialmente na troca de mercadorias europeias por prata americana. Já nas décadas de 1540 e 1550, havia um conjunto de companhias comerciais transatlânticas ou grupos de mercadores sediados em Sevilha, com feitorias nos principais portos da América hispânica (Panamá) e representantes de vendas nas sedes dos vice-reinados (Lima, Cidade do México).

O grande aumento da produção de prata nas décadas de 1540 e 1550 e a expectativa de produção maior e constante provocaram alguns ajustes. Os negócios das companhias comerciais cresceram em investimentos e tamanho, incluíram um número maior de pessoas e passaram a estender-se por prazos mais longos. Segundo Stuart Schwartz:

O comércio americano tornou-se o principal negócio de Sevilha, e com as frotas e comunicações cada vez mais regulares, as redes comerciais passaram a tratar o mundo transatlântico como um espaço unificado. O curso normal de progresso de um mercador deste ramo era de um porto ou uma mina na América para uma capital americana e daí para Sevilha. Os comerciantes que se dedicavam a importação e exportação estavam apenas semi-sediados na América e eram mais intermediários entre a Europa e a América do que colonos. A grande riqueza líquida da América apressou o processo de migração de volta para a Europa, permitindo que os representantes locais de firmas sevilhanas acumulassem fundos próprios em curto prazo, e também que alguns comerciantes fora da rede fundassem novas e grandes companhias, que imediatamente adotaram Sevilha como sede (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 128).



Em 1503, o Estado espanhol estabelece a Casa de Contratação, com sede em Sevilha (transferida para Cádiz no século XVIII), que tinha por função controlar o comércio e a navegação entre a metrópole e a América. Aplicou o *regime de portos únicos* (Sevilha, Vera Cruz, Havana, Cartagena, Porto Belo), de onde poderiam sair e entrar mercadorias na América. Estabeleceram ainda o *sistema de frotas*, que consistia na reunião bianual de 40 galeões em Havana, para o transporte de mercadorias para a Europa, tentando prevenir-se contra os corsários ingleses e franceses (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 85).

Contudo, a força da prata americana provocou redefinições no sistema comercial transatlântico, com a tendência de dividi-lo em dois grandes setores. Os representantes de vendas locais das grandes companhias ficavam tentados a investir nas crescentes economias coloniais, mesmo este não sendo de interesse dos sócios majoritários sediados em Sevilha. Os próprios sócios sevilhanos tornaram-se cada vez mais dispostos a vender para comerciantes locais na costa americana em vez de assumir a despesa com as instalações na América e a preocupação de controlar distantes sócios minoritários.

As companhias locais, gerenciadas por mercadores profissionais sem conexão direta com as redes de Sevilha, eram baseadas nos mesmos princípios, embora o sócio majoritário estivesse nos principais centros urbanos, e o minoritário, nas áreas portuárias ou mineradoras. Os mercadores dessa segunda linha tendiam a fincar raízes em território colonial, casando-se, constituindo família, adquirindo propriedades. Eram os primeiros a envolver-se ativamente no suprimento dos mineiros e a tornarem-se financiadores da exploração das minas.

No nível inferior das relações comerciais entre a Espanha e suas colônias americanas estavam os pequenos comerciantes, chamados em geral de *tratantes*. Indivíduos com parca instrução, geralmente de origem estrangeira, não faziam parte de nenhuma rede maior e atuavam com mercadorias produzidas no local. A especialidade desse grupo era comercializar produtos indígenas a uma clientela de maioria índia, mas com algum poder de compra em prata, em virtude do trabalho e da moradia em cidades ou minas espanholas.

Para a Espanha, a demanda colonial provocou algumas distorções. Em primeiro lugar, alterou a unidade produtiva rural, transferindo os campos dedicados à produção de cereais para a cultura da vinha e da oliveira (como sabemos, as matérias-primas para o vinho e o azeite). Soma-se a isso o estímulo à produção de lã, que era extremamente destrutiva ao solo. O resultado dessas alterações foi a Espanha ter-se tornado um grande importador de cereais na década de 1570. O outro efeito foi a transformação na estrutura da sociedade. Diferentemente do conjunto da Europa ocidental, a população rural espanhola passou a ser constituída majoritariamente por trabalhadores agrícolas ou *jornaleiros*; apenas uma minoria era formada por arrendatários dependentes e pequenos proprietários. Além disso, houve um surpreendente surto de urbanização, com dois terços da população masculina vivendo nas cidades e um prematuro inchaço do que podemos chamar de setor terciário, ou seja, serviços e comércio.

Por fim, o reflexo máximo causado pelo fluxo de metais foi uma súbita paralisia na produção de manufaturas. A inflação acelerada elevou os custos da produção da indústria, que operava com limites técnicos muito rígidos. Assim, a incapacidade produtiva dos espanhóis abriu espaço para os atravessadores e contrabandistas holandeses e ingleses. O potencial produtivo espanhol estava sendo minado pelo mesmo império que injetava recursos para o aparato militar.



A monarquia espanhola, durante os séculos XVI e XVII, conduziu sua política externa de forma agressiva, envolvendo-se em diversos conflitos militares na Europa. Assim, o extraordinário reforço dos rendimentos reais através da contribuição colonial permitiu as operações militares realizadas por Felipe II, que se estenderam do canal da Mancha ao Egeu, de Túnis a Antuérpia. Os recursos advindos das colônias colaboraram, igualmente, para o curso da Guerra dos Trinta Anos, ainda que a Espanha acabasse derrotada pelo absolutismo francês de Luís XIV (ANDERSON, 2004, p. 74-75).

Contudo, o mais grave efeito ocorreria em longo prazo. Uma modificação qualitativa no padrão das importações coloniais, que tendia para o consumo de bens manufaturados mais sofisticados, alteraria as relações comerciais entre a Espanha e a América. A mudança de padrão de importação decorreu de duas importantes transformações na sociedade colonial. Por volta de 1600, as colônias americanas iam tornando-se cada vez mais autossuficientes quanto à produção dos bens primários que tradicionalmente importavam da Espanha (cereais, azeite e vinho) e começavam a produzir artigos manufaturados, como tecidos grosseiros. Também se desenvolviam nas colônias a indústria naval e o comércio intercolonial.

A importação havia mudado, porque um novo tipo de consumidor também surgia. Com o despontar da produção agrícola, em certas regiões da América espanhola, a aristocracia crioula crescia e gerava uma demanda que as manufaturas espanholas e coloniais não eram capazes de atender. Com isso, mais uma vez, os ingleses e holandeses abocanhavam mais uma parcela do mercado colonial, oferecendo produtos mais sofisticados.

Também os portugueses aproveitaram-se da capacidade de consumo da América espanhola. Porém, ainda que tenham comercializado clandestinamente por muito tempo, dispuseram de

certa legalidade durante os anos de 1580 a 1640 quando as duas coroas, de Portugal e Espanha, encontraram-se unidas. A união ibérica apagou as fronteiras entre as monarquias na Europa e nos territórios ultramarinos; a partir dela, Castela absorveu numerosas possessões lusitanas na Ásia, África e América.

A participação dos portugueses na América espanhola ocorreu principalmente através da fronteira do Rio da Prata. Da América portuguesa partiam um conjunto contínuo de pequenas naus carregadas de açúcar, arroz, tecidos e escravos negros. Essas naus regressavam carregadas de prata extraída da própria região sul (do Rio da Prata) ou trazidas pelos mercadores do Peru, que vinham comprar as mercadorias produzidas em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

A penetração portuguesa não se limitou à margem atlântica. Também pelo pacífico chegavam os mercadores portugueses à América espanhola. No México, portugueses abriam lojas onde se vendia de tudo, desde diamantes até escravos, pérolas preciosas e outros produtos, sem esquecer os bens de luxo provenientes da Europa: o vinho, o azeite, os tecidos finos, além das sedas e especiarias do Oriente.

Os mecanismos do comércio português lembravam bastante os que vimos na América espanhola. As companhias eram na verdade parcerias criadas com objetivos e durações limitadas. Os parceiros ligavam-se por contrato apenas para aquela meta ou transação específica, e um homem podia estar envolvido em vários desses arranjos ao mesmo tempo. De fato, a ideia de “firma” ainda não existia. O mercador português de Lisboa ou do Porto dependia de seu parceiro (geralmente parentes jovens, sobrinhos, primos ou cunhados) nos portos coloniais ou dos serviços de um procurador.

Esse tipo de comércio, baseado em *sociedades*, ou parcerias de curto prazo, e geralmente nas mãos de agentes comissionados, continuaria a caracterizar grande parte do comércio luso-americano durante os séculos seguintes, quando então arranjos mais permanentes já se tinham estabelecido em outros sistemas europeus.

A principal atividade comercial portuguesa no trato com a América espanhola foi através do *Asiento*. Como vimos, durante o século XVII, a mortalidade da população indígena gerou uma série de problemas para a Coroa espanhola (o debate sobre a condição indígena foi um deles), sendo a necessidade de repor a mão de obra perdida uma das questões principais. Em decorrência disso, Felipe II determina que alguns mercadores teriam o direito de vender africanos aprisionados às colônias espanholas na América. Para tanto, precisavam adquirir os contratos leiloados pela Coroa por um tempo determinado.

Durante a união ibérica, os portugueses dominaram essa parcela do comércio espanhol, uma vez que detinham o monopólio da costa africana e, por isso, podiam arrematar os contratos pelos melhores preços. Após a ruptura entre Lisboa e Madri, em 1640, apesar da participação dos portugueses no *Asiento* ter se tornado ilegal, o contrabando português continuava servindo à América espanhola.

Embora muito do que dissemos aqui sobre mercadores e comércio na América portuguesa também se aplique à América espanhola, havia diferenças importantes. Segundo Schwartz:

Desde o início, Portugal, uma nação pequena, dependera dos navios de outros Estados para fazer boa parte do comércio com o Brasil. A coroa portuguesa criou monopólios para certos produtos e comércios, como as especiarias das Índias, mas para mercadorias agrícolas volumosas, como o açúcar, o comércio era aberto à todos, mesmo à estrangeiros, contanto que navegassem sob liderança e pagassem os impostos devidos. No século XVI, os holandeses eram os maiores transportadores do comércio colonial luso, enquanto navios ingleses eram raros nesses domínios (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p. 266).

Em resumo, apesar de algumas semelhanças relacionadas ao trato comercial entre portugueses e espanhóis, especialmente no período correspondente à união das coroas ibéricas entre 1580 e 1640, o sistema comercial luso era bastante diferente do “conceito espanhol de um império fechado, limitado aos navios espanhóis que só podiam entrar pelo porto de Sevilha”. As diferenças eram, em sua maioria, provenientes do nível desigual de recursos humanos e materiais que poderiam ser utilizados por Portugal e Espanha naquele momento (LOCKHART; SCHWARTZ, 2002, p.266).



Atende ao Objetivo 3

3. Leia com atenção as palavras do historiador Fernando Novais:

O exclusivo metropolitano do comércio colonial consiste em suma na reserva do mercado das colônias para a metrópole, isto é, para a burguesia comercial metropolitana. Este era o mecanismo fundamental, gerador de lucros excedentes, lucros coloniais; através dele, a economia central metropolitana incorporava o sobreproduto das economias coloniais (NOVAIS, 1983, p. 57-58).

Apesar de o referido autor fazer menção a uma das mais importantes características das relações comerciais entre as áreas coloniais e as metrópoles europeias, devemos destacar a complexidade desse *sistema de relações* a partir de suas características e de suas respectivas contradições no mundo colonial. Considerando o que foi debatido nas linhas anteriores, faça um texto que apresente as principais características do comércio colonial (as rotas, os agentes envolvidos etc.), destacando as diferenças entre os modelos de Portugal e Espanha e as respectivas contradições que dão especificidade ao comércio colonial.

Comentário

Dentre as características do comércio colonial, podemos destacar a importância das companhias ou das *sociedades* comerciais no trato de tais relações, evidenciando uma organização dinâmica e empresarial, hierarquizada em divisões acionárias que iam desde os grandes comerciantes, passando pelos representantes de vendas no mundo ultramarino e pelos *tratantes*.

Em teoria, tais relações atendiam ao impulso mercantilista de monopolização das atividades produtivas e comerciais dos domínios coloniais. Contudo, o sistema português aparentava ser mais flexível às investidas privadas (provenientes de indivíduos estrangeiros detentores de volumosos capitais) do que o sistema espanhol, voltado a centralizar as atividades comerciais a partir da criação da *Casa de Contratação*, do estabelecimento do regime de portos únicos e do sistema de frotas.

Tais ações, contudo, não impediram o desenvolvimento de um próspero comércio ilícito entre os domínios coloniais e entre eles e outras potências comerciais da época (Inglaterra, Holanda). Apesar de estarem sob a tutela do regime do *exclusivo metropolitano*, o comércio ilícito no mundo colonial permitiu a formação de uma economia local autossuficiente, não dependente totalmente da intervenção metropolitana.



RESUMO

Em sentido geral, o processo de conquista, ocupação e exploração do território americano pelos Estados europeus entre os séculos XV e XVI se dá como desdobramento de uma ampla empreitada comercial nos anos iniciais do século XV, onde reinos, como Portugal, começavam a despontar no comércio marítimo, na tentativa de superar os efeitos provenientes da crise produtiva, financeira e demográfica do século XIV.

A conquista do novo mundo se deu a partir do uso de alguns mecanismos específicos, que, como vimos, contribuíram para a cristianização (cruz), para a eliminação (guerra) e para o controle social (fome) dos povos ameríndios. As relações de trabalho, assentadas em vínculos compulsórios, provenientes muitas vezes das próprias estruturas locais, permitiram o avanço das ações exploratórias no mundo colonial.

Seja pelo *repartimiento*, seja pela escravidão africana, a exploração do território americano se deu a partir da mineração e da formação de grandes extensões produtivas (haciendas nos domínios espanhóis, plantations nos domínios portugueses), voltadas para o comércio de exportação e para o acúmulo de recursos (capitais) nos centros políticos europeus.

Entretanto, o comércio colonial apresentava características dinâmicas e específicas, muitas vezes desvinculadas da ideia mercantilista do *exclusivo metropolitano*. Tal ideia não impediu o desenvolvimento de um próspero comércio ilícito entre os domínios coloniais e entre eles e outras potências comerciais da época (Inglaterra, Holanda). Apesar de estarem sob a tutela do regime do *exclusivo metropolitano*, o comércio ilícito no mundo colonial permitiu a formação de uma economia local autossuficiente, não dependente totalmente da intervenção metropolitana.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos os conflitos ocorridos na Europa e nas Américas ao longo do século XVIII.

Aula 9

O século XVIII na Europa e nas Américas: conflitos

Lincoln Marques dos Santos

Meta da aula

Caracterizar a configuração do equilíbrio político europeu no século XVIII, evidenciando os desdobramentos dos conflitos europeus nos domínios coloniais a partir da análise de alguns casos específicos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender o papel da América Colonial no equilíbrio político europeu no século XVIII;
2. relacionar o processo de independência dos Estados Unidos da América com os desdobramentos do rearranjo do equilíbrio político europeu no século XVIII;
3. diferenciar os conflitos sociais ocorridos na América espanhola do século XVIII a partir dos interesses sociais e suas características específicas.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, torna-se necessária cuidadosa atenção acerca da configuração de forças na Europa, que permitiram a manutenção do domínio metropolitano sobre suas colônias no século XVIII, objeto de nossa Introdução.

INTRODUÇÃO

O início do século XVIII é marcado por um rearranjo das forças políticas no Velho Continente. A Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714), a guerra de sucessão austríaca (1740-1748) e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) evidenciaram um momento de ascensão do prestígio diplomático inglês na Europa e o acirramento das rivalidades territoriais entre os principais Estados envolvidos diretamente nos conflitos.

De certa forma, o século XVIII também marca um recrudescimento da presença metropolitana sobre seus domínios coloniais. Podemos perceber isso na América portuguesa a partir da descoberta e do início das atividades de exploração aurífera, com a criação de um aparato administrativo voltado a captar os recursos advindos de tal empreitada.

Da mesma forma, podemos perceber este movimento em relação à América inglesa, quando o governo inglês decide reaver seus direitos monopolistas sobre o comércio dos produtos coloniais. Em relação à América espanhola, ganham destaque as reformas borbônicas aplicadas em meados do século (tema da próxima aula), voltadas a reorganizar as receitas da Fazenda régia e a estrutura administrativa do reino, em especial nos domínios ultramarinos.

Como veremos, tais ações levarão a certo tensionamento das relações entre as metrópoles e as colônias, favorecendo a explosão de protestos, revoltas e motins que se caracterizaram de forma heterogênea ao longo de todo o século XVIII. De forma a compreender tais características, vamos dar destaque ao *Movimento Comunero* na América espanhola e à *Declaração da Independência das treze colônias inglesas*, evidenciando as semelhanças e diferenças de dois movimentos distintos no tempo e no espaço.

Em resumo, é de fundamental importância compreender as revoltas coloniais relacionadas aos acontecimentos políticos e militares europeus no século XVIII, percebendo que essa relação não só redefine o equilíbrio das forças políticas no Velho Mundo, assim como abre o

precedente para o surgimento de movimentos de secessão, voltados a tornar autônomas algumas áreas coloniais na América, como foi o caso já citado da independência americana em 1776.

Conflitos na Europa: desdobramentos na América

O século XVIII abre-se com a recuperação comercial a partir da nova expansão ultramarina encabeçada desta vez pelos países do triângulo Inglaterra-Holanda-França. Também os portos do Mediterrâneo, assim como os portos atlânticos franceses, experimentam os efeitos positivos das transformações. Os conflitos que marcaram este período colocaram em evidência a importância dos territórios coloniais, permitindo ao mesmo tempo a preponderância inglesa e a sobrevivência de Portugal e Espanha, como de seus domínios ultramarinos.

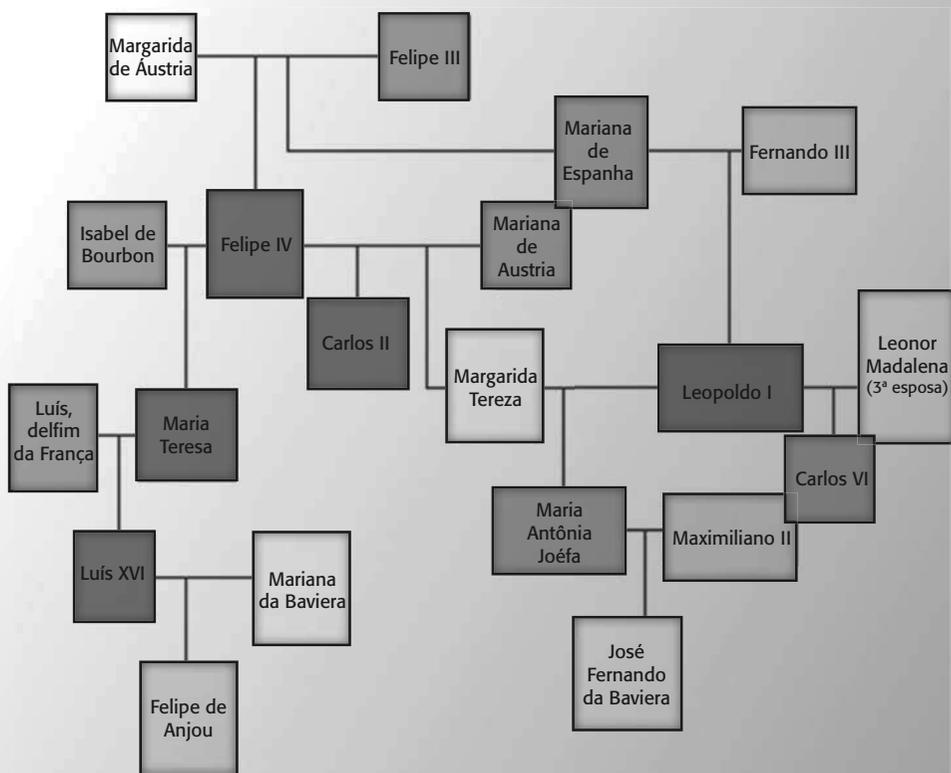
Frente ao renascimento comercial, o controle mercantil do mundo transformou-se em uma questão de política externa. O império colonial português – potencializado pelo ouro – e o espanhol viam o monopólio ser combatido pelo contrabando das novas potências marítimas. As regiões coloniais constituíram boa parte dos objetivos dos conflitos entre as nações europeias. A guerra de sucessão à coroa espanhola, que nos interessa particularmente nesta aula, teve como uma de suas causas o desejo dos franceses de controlar o comércio das Índias de Castela. Também a esta época ocorreram as invasões francesas no Rio de Janeiro, cidade colonial da América portuguesa.

Tradicional aliado inglês, Portugal viu-se envolvido na Guerra de Sucessão Espanhola, que significou mesmo o tom das rivalidades entre franceses e ingleses que procuravam o equilíbrio europeu, para evitar que uma monarquia por suas vitórias e alianças viesse a dominar as principais colônias e os principais pontos estratégicos.

A questão sucessória na Espanha, começa a ser discutida antes da morte de Carlos II, rei da Espanha, que adoecia sem deixar herdeiros diretos. Apesar das várias negociações e propostas de candidatura à

eleição ao trono, como a do rei de Portugal, a questão centrou-se entre a França e a Áustria. A possibilidade de ascensão de um príncipe francês ao trono espanhol devia-se ao não pagamento de um dote.

Quando, em 1659, Luís XIV casou-se com Maria Teresa, no acordo matrimonial, esta abria mão de seu direito de herança ao trono. Contudo, o não cumprimento do pagamento do dote prometido foi um dos motivos alegados pelos juristas franceses para tomarem todo o tratado, inclusive a renúncia ao direito de herança, como inválido. Assim, Luís XIV apresentava seu neto, Felipe de Anjou, como legítimo herdeiro do trono espanhol.



Legendas:

- Áustria
- Bourbons
- Habsburgos de Espanha
- Pretendentes ao trono de Castela

Por outro lado, se a renúncia de Maria Teresa podia ser questionada, a de Margarida Tereza era mais difícil. Apesar de lhe ter sido concedido o direito ao trono em 1665 através do testamento do rei Felipe IV, com a condição de não haver herdeiros varões, a irmã mais nova de Carlos II e Maria Teresa, ao casar-se com o imperador Leopoldo, em 1666, também renunciava ao trono espanhol, renunciando, assim, ao testamento de Felipe IV.

Contudo, a casa de Áustria oferecia dois pretendentes ao trono. Leopoldo I, que aceitava a renúncia da esposa ao trono, mas reivindicava seu direito sucessório a partir de sua herança materna. Leopoldo era filho de Mariana de Espanha, ou seja, sobrinho de Felipe IV e neto de Felipe III. Nessa linha, reivindicava o trono espanhol como neto do rei Felipe III. Também pelo lado austríaco, Maximiliano II reivindica o direito ao trono espanhol para seu filho, José Fernando, da Baviera, questionando a dispensa da avó de seu rebento, Margarida Tereza, ao testamento de Felipe IV.

Assim, apesar da tentativa de alguns acordos de divisão do Império espanhol, ainda antes da morte de Carlos II, último monarca da Casa dos Habsburgos, os franceses, sem saber das intenções do rei espanhol e certos da impossibilidade de um acordo com o imperador, começaram a aumentar o efetivo de seus exércitos. Mas uma surpresa os aguardava em 1º de novembro de 1700, dia da morte de Carlos II. O testamento do rei espanhol, escrito sob recomendação do papa, tornava o duque de Anjou e seu irmão menor, netos de Luís XIV, seus herdeiros diretos, e, caso nenhum dos dois aceitasse o trono, o direito passaria aos Habsburgos austríacos.

A despeito do aceite francês ao testamento, o que lhes garantia acesso mesmo que indiretamente à parcela do comércio com as ricas Índias de Castela, o recrutamento militar foi intensificado tanto do lado francês quando do lado dos Habsburgos. Porém, a estratégia decisiva para a configuração de alianças que resultaria na guerra direta partiu do desejo de Guilherme III, príncipe de Orange, de que a monarquia espanhola fosse dividida, evitando assim a influência francesa nas

Províncias Unidas. Além disso, para ele, Felipe V só poderia assumir a coroa espanhola e as Índias de Castela sob a condição de que as coroas de Espanha e França nunca pudessem se unir.

Assim, a grande aliança firmada em 7 de setembro de 1701, assinada entre Áustria, Grã-Bretanha e as Províncias Unidas, foi a última obra-mestra de Guilherme III. Nesse acordo, a Inglaterra procurou assegurar a reafirmação dos direitos de comércio com as Índias de Castela, desfrutados durante o reinado de Carlos II.

Também objetivando assegurar as rotas marítimas e comerciais, sobretudo do Atlântico, os portugueses entravam na guerra ao lado da grande aliança. Coube à corte lisboeta decidir entre romper com a tradicional aliança inglesa, protegendo o reino do enfrentamento com as duas potências continentais, Espanha e França e, assim, abandonar suas colônias à retaliação das perigosas potências marítimas, Inglaterra e Holanda. Entre o reino e as ricas colônias, optou-se pelos interesses comerciais representados pelo domínio das últimas. Neste sentido, torna-se evidente a importância dos mercados coloniais, sobretudo americanos, nos conflitos que tomaram o cenário europeu no início do século XVIII.

Em resumo, o conflito europeu organizou-se a partir de dois grupos liderados pela França e Inglaterra. O primeiro defendia a candidatura de Felipe de Anjou, neto de Luís XIV, como vimos, herdeiro por testamento de Carlos II, enquanto a Grande Aliança, liderada pelos ingleses, desejava impedir a união das coroas de Espanha e França e assim defendia as pretensões da Casa austríaca.

Embora a guerra tenha sido travada no campo de batalha, foram as disputas diplomáticas que definiram a questão sucessória na Espanha. Isto porque, com a eleição do príncipe austríaco Carlos VI como imperador do Sacro Império Romano-Germânico, a Inglaterra perde o interesse por sua ascensão ao trono espanhol e prefere tentar um acordo com a França a permitir à Casa de Áustria tamanho poder. Com tais intenções, os ingleses iniciam as negociações com os franceses realizando o Congresso de Utrecht, quando foram assinados os tratados de paz sem a participação da Áustria.

Com a perda do apoio de seus aliados, sobretudo da Inglaterra, não cabia mais ao imperador do Sacro Império continuar com a guerra, pois não havia condições materiais para tanto. Assim, em 1714, aceita a recusa ao trono espanhol em favor de Felipe de Anjou. Este conservou a coroa de Espanha e o domínio sobre as colônias, renunciando à sucessão ao trono francês e reafirmou o direito de *assiento* concedido por Carlos II aos ingleses.

Como vimos na aula anterior, o *assiento* era um contrato que estabelecia o direito de abastecer as colônias espanholas com escravos negros africanos. No século XVII, o *assiento* fora concedido aos portugueses durante a monarquia dual; agora, no século XVIII, era a vez de os ingleses monopolizarem o lucrativo tráfico de escravos. Dessa forma, fica evidente a relação entre os conflitos europeus e o papel das colônias americanas no jogo das relações internacionais.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente o texto a seguir:

À primeira vista, afigura-se paradoxal que Portugal e Espanha tenham conseguido preservar seus extensos domínios ultramarinos depois da perda da hegemonia ibérica e ascensão das novas potências preponderantes no quadro europeu e do desenvolvimento da competição colonial (...) A pouco e pouco, e na medida, sobretudo em que as potências em ascensão (Holanda, França e Inglaterra) competiam também uma com as outras, ia se caracterizando o sistema que consolidou no término da guerra de sucessão espanhola (1713): Portugal cada vez mais se prende à aliança inglesa, a Espanha se apóia na proteção da França, selada com a instalação da dinastia borbônica no trono espanhol. *É este sistema da alianças que permite a Portugal e Espanha resguardar os*

respectivos domínios no Ultramar, marcos da antiga hegemonia, durante todo o século XVIII: apoiando-se nas duas maiores potências em permanente rivalidade e conflito ao longo do Setecentos, sobreviveram os impérios coloniais ibéricos (NOVAIS, 1979, p. 17-19).

A partir da leitura e reflexão sobre esse extrato, e com base na aula, discuta, em um texto objetivo, os desdobramentos, na América ibérica, dos conflitos europeus.

Comentário

Você deverá relacionar a ascensão das novas potências no quadro do antigo sistema colonial, destacando a importância dos mercados ultramarinos que, no século XVIII, tornam-se fundamentais para a configuração de alianças e a consequente quebra do monopólio comercial espanhol na América através da participação das novas potências. Também deverá destacar a forma como as monarquias ibéricas mantiveram o domínio político da região, apesar da quebra do monopólio comercial.

Conflitos entre europeus e americanos: independência da América inglesa

O advento da Inglaterra, enquanto potência comercial e marítima no século XVIII, proveniente de um reordenamento político continental – em virtude dos reflexos da Guerra de Sucessão Espanhola e da Guerra dos Sete Anos –, desdobrou-se em uma

política de aproximação e controle das atividades comerciais das áreas coloniais, reforçando o sistema imperial que se afundava em dívidas contraídas durante o período dos conflitos militares contra a França.



O período que se estende dos acordos de Utrecht até meados do século XVIII foi de relativa paz, em especial entre França e Inglaterra. Contudo, após a virada da segunda metade do século, as questões referentes à sucessão do trono austríaco, as rivalidades políticas entre as principais potências europeias (Inglaterra e Portugal de um lado, França e Áustria de outro) e a concorrência colonial favoreceram a explosão de mais um conflito armado, conflito este iniciado na Europa no ano de 1756 e que se desdobraria até 1763, atingindo assim proporções mundiais (NOVAIS, 1983, p. 44).

Julgando que as colônias americanas devessem contribuir com o pagamento das dívidas supracitadas, o governo inglês confirmou a decretação dos atos de comércio como também estabeleceu um conjunto de novas leis aprovadas pelo Parlamento. Dentre elas, podemos destacar, entre os anos de 1764 e 1765, a *Lei do Açúcar*, voltada a lançar direitos ou tarifas de importação sobre o comércio colonial, a *Lei da Moeda*, que proibia a emissão de moedas em território colonial, e a *lei de aquartelamento*, que exigia aos colonos americanos o fornecimento de abrigo e suprimentos às tropas britânicas.

Embora a *Lei do Açúcar* se aplicasse também ao vinho e ao café, a tarifação sobre o melado de cana tornou-se a mais onerosa para os colonos. O cumprimento rigoroso de tais determinações por parte das autoridades inglesas contribuiu para o declínio das atividades

comerciais da região da Nova Inglaterra, gerando assim protestos enfiurecidos contra as taxações aplicadas (especialmente depois da criação da *Lei do Selo*) e estimulando certo tipo de questionamento acerca das limitações políticas do sistema de representação parlamentar que se encontrava sediado em território europeu.

Apesar de certo recuo do governo inglês em 1766, quando revogou a *Lei do Selo* a partir das pressões provenientes do congresso intercolonial realizado em Nova York (com exceção da Geórgia) em outubro de 1765, o governo metropolitano não renunciou ao seu direito de tributar os colonos, uma vez que a revogação foi acompanhada pelo decreto da *lei declaratória*, afirmando o direito de legislar para as colônias em todos os aspectos.

Tal direito materializou-se mais uma vez quando da aprovação no Parlamento inglês da *Lei do Chá*, em 1773. À Companhia das Índias Orientais era cedido o privilégio exclusivo de vender chá diretamente aos consumidores americanos, com isenção do imposto de exportação, elevando assim o lucro da companhia (eliminando a concorrência a partir dos baixos preços estabelecidos) em detrimento de qualquer participação dos importadores (comerciantes norte-americanos) no comércio de tal produto. O reflexo dessa medida em território colonial desdobrou-se em um conjunto de manifestações (Nova York, Filadélfia) que entendiam a tática britânica de reduzir os preços do chá como uma forma de induzir os colonos (em especial, os produtores e os comerciantes) a renunciar às suas liberdades (comerciais).

Em 1773, em meio aos protestos contra as imposições fiscais metropolitanas e recusando-se a receber o chá da Companhia, alguns colonos de Boston atacaram os navios mercantes ingleses, despejando ao mar boa parte do carregamento do chá antilhano que deveria ser comercializado na região. Tal incidente contribuiu para um aprofundamento das pressões metropolitanas, desdobrando-se na aplicação de ações punitivas que contivessem os colonos rebeldes.

As medidas repressivas materializaram-se no estabelecimento das *leis de coação* (conhecidas pelos colonos americanos como *leis intoleráveis*), pelas quais o porto de Boston foi fechado até que os moradores das cidades pagassem pelo carregamento de chá que havia sido destruído. Além desta punição, o governo inglês reduziu os canais de representação e de autogoverno dos domínios coloniais (em especial, os da província de Massachusetts), determinando que administradores régios fossem julgados na Inglaterra, mesmo quando acusados de crimes cometidos em território americano e autorizando o exército a requisitar prédios “públicos” para fins de aquartelamento.

Tais medidas colaboraram para a radicalização das propagandas opositoras ao governo metropolitano, favorecendo a expansão (mediante as influências do movimento iluminista europeu) das ideias de secessão da Inglaterra. Em 1774, realizou-se o Congresso da Filadélfia, composto por representantes das áreas coloniais, exceto mais uma vez pela Geórgia, para discutir os limites de atuação do Parlamento britânico nos assuntos coloniais e referendar o direito de representatividade, que havia sido diretamente atingido com a imposição dos tributos e dos monopólios comerciais já apresentados ao longo do texto.

Como medida de enfrentamento aos interesses metropolitanos, o *Congresso da Filadélfia* deliberou a favor da criação de um detalhado plano voltado a limitar ao máximo as relações comerciais com a Inglaterra (redução das importações e exportações). Com o intuito de garantir a aplicabilidade de tal plano, os delegados do Congresso autorizaram todas as cidades a eleger comissões de segurança que tinham como objetivo divulgar as decisões encaminhadas pelo encontro na Filadélfia e identificar os violadores do acordo acerca do boicote aos produtos ingleses na América.



Os mais radicais entre os delegados convocados para o Congresso da Filadélfia defendiam a doutrina dos direitos naturais, repelindo a jurisdição do Parlamento inglês sobre as colônias e argumentando que seus habitantes estavam sujeitos apenas às leis aprovadas por suas respectivas assembleias (MAY; MCMILLEN; SELLERS, 1985, p. 62).

Como forma de conter o espírito de insubordinação colonial, o governo inglês enviou para a América um contingente militar expressivo ainda no ano de 1775. Após o primeiro choque entre o exército metropolitano e os colonos da região de Boston, disseminou-se a radicalização do movimento de secessão, materializado pela convocação do 2º *Congresso Continental*. Ao reunirem-se apressadamente em Filadélfia, os colonos revoltosos, liderados pela ala radical do movimento (republicanos e intelectuais), enviaram ao Parlamento inglês um apelo final voltado a resolver os litígios apresentados anteriormente de forma negociada e pacífica.

Contudo, indeferida a petição pelo governo britânico, os colonos dissolveram os últimos traços de lealdade e vínculo político para com a Inglaterra, preparando-se, assim, a partir das designações estabelecidas pelo segundo congresso continental, para o conflito aberto.

A partir da Declaração de Independência, votada e aprovada em congresso no dia 4 de julho de 1776, George Washington (Virgínia) foi designado chefe militar das tropas coloniais e Benjamin Franklin assumiu a responsabilidade diplomática de garantir o apoio do governo francês ao movimento separatista, sendo favorecido posteriormente com a adesão do governo espanhol e holandês à aliança militar contra a Inglaterra de George III.



George Washington era um líder de presença e autoridade imponentes, mas pouca experiência possuía de combate e provavelmente não era nenhum gênio militar. Na verdade, perdeu mais batalhas do que ganhou. Ainda assim, corajoso e tenaz, manteve intacto o exército e viva a causa norte-americana (MAY; MCMILLEN; SELLERS, 1985, p. 74).

Em resposta à declaração formal de separação, o governo inglês mobilizou a maior força militar já utilizada até aquele momento para empreender a reconquista de seus rebeldes domínios. A invasão iniciada pelo porto de Nova York desdobrou-se em direção à região da Pensilvânia e Nova Jersey, forçando um recuo das tropas separatistas lideradas por George Washington, no final do ano de 1776. Contudo, mesmo em um contexto marcado por falta de recursos materiais e humanos, as tropas separatistas conseguiram contra-atacar as posições inglesas e, no início de 1777, repeliram a ofensiva proveniente das fronteiras com o Canadá.



Em busca de alianças diplomáticas e militares, os colonos americanos recorreram ao auxílio do governo francês, que se mostrou disposto a ajudar, porém com a exigência de que os colonos americanos garantissem a existência da possibilidade de vitória sobre as forças inglesas. Tendo sido garantida tal possibilidade pelas lideranças separatistas, a França assina um tratado de aliança, envolvendo automaticamente no conflito a Espanha borbônica e a Holanda (MAY; MCMILLEN; SELLERS, 1985, p. 76).

Ao final do ano de 1782, depois de mais de cinco anos de guerra e diante de pesadas derrotas militares, a Inglaterra decide negociar a paz (Tratado de Paris, 1783). As despesas criadas pela participação nos principais conflitos militares europeus no século XVIII impossibilitaram a manutenção dos combates contra os colonos americanos, favorecendo assim o reconhecimento da independência política das treze colônias e a entrega de territórios até então sob jurisdição metropolitana (região próxima ao rio Mississippi).

Os reflexos da guerra de independência resultaram em um rearranjo do equilíbrio político mundial, favorecendo a restauração do prestígio militar e político da França no cenário diplomático europeu e estimulando, como um exemplo a ser seguido, os movimentos contestatórios que já figuravam no mundo colonial americano.

A Declaração dos Direitos e a Declaração de Independência, ao servirem como bases políticas para a construção de outros governos independentes na América, evidenciaram as influências teóricas acerca de temas como soberania popular, liberdade e igualdade provenientes da ilustração europeia e que fundamentaram os princípios norteadores da carta constitucional americana, aprovada em assembleia no ano de 1787.



Com o Tratado de Paris, em 1783, terminaram oficialmente as hostilidades entre americanos e ingleses. Durante a guerra, os estadistas americanos não buscaram implantar uma nova ordem social. Não se propuseram a fazer uma revolução total que incentivasse os grupos de condição social inferior ou sem expressão política suficiente para propor mudanças drásticas no caráter básico da sociedade. Mantiveram-se a escravidão, as limitações para o exercício livre da cidadania política e a defesa incondicional da propriedade privada, concentrada em sua maioria nas mãos de uma elite conservadora e aristocrática (NARO, 1985, p. 10).



Atende ao Objetivo 2

2. Leia com atenção os fragmentos seguintes:

Constituição americana (1787)

Artigo I

Seção 1. Todos os poderes aqui conferidos serão confiados ao Congresso dos Estados Unidos, composto de um Senado e de uma Câmara dos Deputados. (...)

Seção 8. O Congresso terá poder para fixar e cobrar taxas, direitos, impostos e tributos para pagar as dívidas e prover a defesa comum e o bem estar geral dos Estados Unidos; mas todos os tributos, direitos e taxas deverão ser uniformes para todo o território dos Estados Unidos (...). Terá poder ainda para regular o comércio com as nações estrangeiras e entre os diversos estados e com as tribos indígenas (...).

Artigo II

Seção 1. O poder Executivo será investido em um presidente dos Estados Unidos da América; seu período será de quatro anos; juntamente com um vice-presidente, escolhido por igual prazo, será eleito da seguinte forma: cada estado nomeará, de acordo com as regras estabelecidas por sua legislatura, um número de eleitores igual ao número total de senadores e deputados a que tem direito no Congresso (...) (SYRETT, 1980, p. 138).

Considerando o que foi apresentado ao longo do material, produza um texto que apresente os principais fatores que contribuíram para o início da Guerra de Secessão americana em 1776, indicando pelo menos uma característica política (institucional) do Estado americano recém-independente.

Resposta Comentada

Dentre os fatores que contribuíram para a explosão do movimento de independência norte-americana no final do século XVIII, podemos destacar as medidas restritivas ao comércio colonial e a eliminação gradativa dos espaços (órgãos) de representação política dos colonos perante o Parlamento inglês. Para o primeiro fator citado, ganha destaque as imposições das *atas* de comércio, da *Lei do Açúcar* e da *Lei do Selo*, em meados do século XVIII (em virtude das despesas financeiras adquiridas pela Inglaterra ao longo do século), aos colonos americanos. O reflexo de tais ações materializou-se com a explosão de um conjunto de protestos e medidas restritivas ao consumo dos produtos ingleses, como já foi comentado anteriormente.

A partir da decretação da *Lei do Chá*, os protestos e as manifestações contra as medidas metropolitanas expandiram-se, principalmente após as intervenções estabelecidas pelas quatro *leis de coação*, voltadas a reprimirem as revoltas coloniais. A convocação do Congresso da Filadélfia, inicialmente voltada a criar um boicote ao comércio com os ingleses, tornou-se, depois de 1776, um espaço de representação dos interesses de secessão, principalmente depois de a Inglaterra negar o pedido da assembleia americana em discutir as desavenças políticas e comerciais de forma pacífica.

Por fim, dentre as características institucionais do Estado americano, podemos destacar o estabelecimento de uma República Federativa de regime presidencialista, onde os poderes de Estado apresentam-se divididos em três: Executivo, Legislativo e Judiciário.



Conflitos na América: oposição à metrópole? O Movimento Comunero e de Juan Santos Atahualpa

Depois da época da conquista, as Índias Ocidentais de Castela passaram por um longo período de relativa estabilidade e crescimento, que se estendeu por um século e meio ou mais até ser rompido no final do século XVIII pelas transformações profundas provocadas pelo Iluminismo, pela independência das colônias inglesas e, principalmente, pelos desdobramentos da Revolução Francesa.

A diversidade das categorias étnicas decorrentes da expansão e crescimento da sociedade colonial que permitiu o aumento demográfico, bem como a ascensão econômica de determinados indivíduos, resultou na complexificação das hierarquias sociais. Esta pode ser representada principalmente pela ascensão dos *criollos*, grupo social a partir do qual foram fundadas as bases para a consolidação de uma elite desejosa de autonomia política, ainda que leal ao rei espanhol. Essa lealdade, como veremos na próxima aula, foi o motor para a contraofensiva aos exércitos napoleônicos. Por outro lado, será essa mesma elite que comandará as lutas pela independência na maioria das colônias espanholas.

Se o processo de conscientização das elites coloniais contra o domínio espanhol tornou-se expressivo nos anos finais do século XVIII, os conflitos nas Índias de Castela ocorreram durante todo o domínio espanhol. Todavia, ao contrário do que tradicionalmente se tem apresentado, nem todos os conflitos podem ser entendidos enquanto uma luta entre os colonos “americanos” contra o domínio das metrópoles europeias.

Em termos gerais, a historiografia a partir do século XIX, preocupada com a construção da nação na América Latina, enfatizou a ruptura institucional das independências, entendendo todos os movimentos sociais anteriores a partir do ponto de vista “nacional”.

A abundância dos estudos produzidos nos diferentes países da América Latina encontrava-se fortemente associada a uma discussão bastante teleológica dos processos de construção dos diversos Estados nacionais. Buscava-se assim estabelecer uma espécie de reconhecimento das origens desses Estados, atitude bastante ambígua, pois, se de um lado dava destaque à maturidade política das classes dominantes locais, e, portanto à necessidade de promover a *ruptura* do vínculo colonial até então vigente, de outro, enfatizava a inadequação das classes populares para exercer uma plena cidadania. Esse debate foi muito característico da primeira metade do século XX, quando os intelectuais travaram grande discussão acerca da crise do Estado oligárquico e da conseqüente implementação de medidas reformistas de cunho fortemente autoritário (GOUVÊA, 1997, p. 1-2).

Cabe, no entanto, tratarmos de casos em que o aprofundamento dos estudos superou a preocupação em ver em qualquer manifestação de descontentamento sinais de nacionalismo. Para a América sob o domínio espanhol, temos como exemplo de conflito que, apesar de afetar de alguma forma os representantes do poder régio na colônia, em nada pode ser considerado uma luta pela independência, o Movimento Comunero. Essa revolta, ocorrida no reino de Nova Granada entre 1781 e 1782, foi tradicionalmente tratada como uma luta contra o domínio colonial e, apesar das novas pesquisas da historiografia, a ideia ainda continua presente nos livros didáticos (CHECCHIA, 2000, p. 2). Portanto, como historiadores e professores, devemos ter muita atenção ao delimitarmos o caráter das manifestações sociais. Passemos ao estudo de caso.



O papel que o Movimento Comunero ocupa até hoje no imaginário social colombiano, e por que não dizer latino-americano, pode ser percebido por um poema de Pablo Neruda. Para o poeta chileno, que viveu entre os anos de 1904 e 1973, os verdadeiros heróis foram os oprimidos sociais. Evidentemente, apesar do olhar sensível aos anseios dos estratos mais baixos da população, Neruda não deixa de caracterizar o movimento como precursor dos movimentos de independência. Leia o poema:

Fue en Nueva Granada, en villa
 Del Socorro. Los Comuneros
 Sacudieron el virreinato
 Em um eclipse precursor.
 Se unieron contra los estancos,
 Contra el manchado privilegio,
 Y levantaron la cartilla
 de las peticiones forales.
 Se unieron com armas y piedras,
 milicias y m ujeres, al pueblo,
 orden y fúria, encaminados
 hacia Bogotá y su linaje
 (COSTA, 2007, p. 214).

O Movimento Comunero teve início após a publicação da *Instrução de novos impostos*, em 12 de outubro de 1780, no contexto da reformas implementadas pela nova dinastia, as reformas borbônicas, que veremos com mais detalhes na próxima aula. A Instrução, por sua vez, ilustrativa dos princípios daquelas reformas, tinha por objetivo aumentar a pressão fiscal e o controle da produção, sobretudo a do tabaco, através da imposição de novos

impostos, do retorno de antigas taxas (Armada de Barlovento) e da criação de zonas de cultivo específicas.

O primeiro efeito dessas medidas foi tornar ilegal a produção de tabaco onde tradicionalmente eram produzidos, como em Antioquia e Santander, afetando assim pequenos e grandes produtores. Quanto ao aumento da carga fiscal, este atingiu uma ampla camada da sociedade, uma vez que recaiu sobre quase todos os produtos consumidos na colônia, principalmente sobre o tabaco e a aguardente. Imagine como ficaram os colonos quando descobriram que teriam que pagar, praticamente, da noite para o dia, o dobro do preço pelo tabaco e pela aguardente!

Assim, insatisfeitos com a série de alterações implementadas pelo visitador Juan Francisco Gutierrez de Piñeres, pequenos agricultores e comerciantes da cidade de Socorro, uma das mais afetadas pelas medidas, começaram a sublevação sob os gritos de “Viva o rei e morra o mau governo!”, frase emblemática, que reafirma os laços com a monarquia ao mesmo tempo que evidencia o entendimento daqueles leais vassallos rebeldes. Para esses homens, o rei “justo” não era o responsável pelos tormentos que passavam com a pressão fiscal, mas sim o “mau governo”, representado pelo visitador Piñeres. Prova disso foi a verdadeira caça que os revoltosos promoveram contra o visitador, que se viu obrigado a fugir para a capital em direção a Cartagena.

Em poucos dias, a sublevação começa a ter a adesão da aristocracia e de diferentes setores sociais de diversas cidades. Aos grandes fazendeiros *criollos*, pequenos agricultores e comerciantes juntam-se os mais baixos estratos sociais: populações indígenas, escravos negros, e até mesmo alguns membros das tropas militares, promovendo a depredação das propriedades oficiais, saques e perseguição aos coletores de impostos.

Nesse ponto, cabe uma observação fundamental: como o desenrolar da revolta mostrará, a multiplicidade social que caracterizou o Movimento Comunero se traduziu em igual pluralidade

de interesses e uma fluidez nos acordos firmados entre os grupos. Neste sentido, quando a revolta começa a tomar um rumo mais “popular”, através das atitudes e da popularidade de José Antônio Galán, as elites se apressam para firmar um acordo com a coroa.

Galán, mestiço de aproximadamente trinta e dois anos, foi um destacado líder da revolta que, por onde passava, levantava os ânimos da população, chegando mesmo a declarar a liberdade dos escravos em uma mina na cidade de Mariquita. Temerosa dos caminhos que poderia tomar aquela revolta, que já contava com aproximadamente vinte mil adeptos, tratou de negociar um acordo com as autoridades espanholas em junho de 1781.

Por outro lado, consciente do papel de Galán, o aparelho repressivo, bem como seus antigos “companheiros” de luta, precisamente os líderes comuneros *criollos* saem à sua perseguição. Assim, em 1782, Galán e outros líderes populares foram enforcados e esquartejados, tendo pedaços de seus corpos distribuídas por várias partes, para que servissem como exemplo. Na época moderna, essa era uma prática comum. O suplício e o castigo funcionavam como mecanismos de dominação (CHECCHIA, 2000, p. 5).

Nesse sentido, podemos concluir que os líderes *criollos* preferiram optar por manterem-se leais à coroa, que acabou não cumprindo com as promessas feitas em 8 de junho de 1781, a perder o controle da situação. A elite *criolla* tinha como base do seu poder a defesa permanente dos valores e princípios espanhóis estabelecidos ao longo dos anos na América. Era melhor pagar as taxas do que perder o poder local.

Outro caso em que as elites *criollas* viram seu poderes ameaçados ocorreu anos antes, no vice-reinado do Peru. O movimento liderado por Juan Santos também não pode ser considerado como um movimento de luta “nacional”, sendo mesmo um exemplo temido pelas elites. Isto porque tinha como objetivo final expulsar os espanhóis e retomar o controle da América, reinstalando o reinado inca.

Juan Santos intitulava-se o Inca de Cuzco, Atahualpa, que vinha cobrar da coroa o que Pizarro e os demais espanhóis lhe tomaram, matando seus padres e enviando suas cabeças para a Espanha. A região em que esta revolta ocorrera, tradicionalmente, era muito hostil à presença espanhola e, apesar das tentativas do século XVI, pouco se tinha tirado dali. Assim, a partir do século XVII, outro tipo de entradas passou a ser realizado nas selvas andinas. Naquela época, as missões evangelizadoras, como o apoio dos soldados espanhóis, caminhavam para implementar o projeto colonizador. “A cruz e a espada” enfrentavam contínuos levantamentos como o do cacique do *pueblo* de San Antonio de Catalipango, que matou vários padres franciscanos em um ataque surpresa (TORRE Y LÓPEZ, 1992, p. 518-519).

Mas voltando a Atahualpa, a primeira notícia de suas intenções chegou aos franciscanos espanhóis em 13 de junho de 1742, e, apesar das diversas tentativas, há apenas uma descrição direta de um encontro com Juan Santos, o que dificulta ainda mais as referências ao movimento e à pessoa de seu líder. Dessa descrição, é possível saber que Juan, como os índios que o acompanhavam, tinham conhecimento do cristianismo. O frei Santiago Vazquez Caicedo escreveu que, ao chegar ao povoado às cinco da tarde, encontrou os índios dispostos em meia-lua e gritou “Ave, Maria!” e eles responderam, conforme o costume, “Sem pecado concebida”. Na sequência, o padre afirma que, após saudar o suposto inca, fizeram algumas orações em castelhano e rezaram o credo.

Frei Santiago também afirma que Juan Santos teria dito que, com a licença de Deus, iria sair a coroar-se em Lima, tomando apenas o reino que fosse seu, que não queria passar à Espanha.



Fonte: Torre y López, Arturo Enrique de La. *Juan Santos Atahualpa*. Lima: PUC Fundo editorial, 2004.

Assim, era melhor o vice-rei deixar tomar posse do território, caso contrário iria tirar seu pescoço e o do seu filho.

As autoridades espanholas, logo que informadas dessas intenções, organizaram a primeira campanha para impedir que Juan Santos saísse das montanhas e que a partir do cerco pudessem derrotar o movimento e capturá-lo. No entanto, o conflito se alonga por dez anos, com ataques que seguiram basicamente essas duas linhas de ação. A principal dificuldade foi a falta de informação sobre a localização exata dos rebeldes somada à incapacidade das autoridades em compreender a realidade do meio em que estavam fazendo suas investidas.

Os repetidos insucessos das tropas vice-reinais acabaram por fortalecer as esperanças dos rebeldes e, no verão de 1751, pela primeira vez, acabam tomando a iniciativa. O ataque ao povoado de Sonomoro marcou uma nova fase na luta contra o movimento. Depois da ocupação desse povoado pelos rebeldes, as notícias sobre seu líder tornam-se cada vez mais raras, dando início à sua entrada na mitologia. Agora as tropas que podiam contar com outros grupos indígenas em suas frentes iriam combater não mais um homem concreto, mas a lenda de um reencarnado que continuava arregimentando índios para a luta à espera de seu retorno e finalmente refundar o Império inca (TORRE Y LÓPEZ, 1992, p. 530-531).

Assim, podemos perceber, a partir dos dois estudos de caso apresentados, que, durante o século XVIII, conhecido como a “maturidade” das Índias de Castela, ou seja, quando o domínio espanhol estava estabelecido e consolidado, os conflitos entre europeus e ameríndios não deixaram de ocorrer. Apesar de Juan Santos e seus companheiros desejarem reinstaurar o Império inca, o que significava o rompimento com o domínio espanhol, isso não se apresentava como uma causa para as elites, que não apoiaram o movimento, mas sim sua repressão.

Naquela época, os novos grupos sociais surgidos com a miscigenação e o desenvolvimento da sociedade colonial também conflitavam entre si, podendo, no entanto, estabelecer alianças que podiam resultar em revoltas, como a de Comunero, caracterizada pela diversidade social e de interesses. Por esta revolta, também fica claro que as alianças eram temporárias, gerando outros conflitos. Como vimos, as elites *criollas*, dado o caminho tomado pela revolta, passaram para o outro lado, reprimindo seus antigos “companheiros”.

Portanto, durante o século XVIII, a existência de conflitos em nada pode ser entendida como um desejo de libertação nacional. As elites *criollas*, temerosas de perder o poder que exerciam localmente por muito tempo, ainda mantiveram-se leais à monarquia espanhola. Por outro lado, isso não significou que os conflitos não existissem, mas, na maioria dos casos, podem ser sintetizados pela máxima “Viva o rei e morra o mau governo!”.



Atende ao Objetivo 3

3. Os conflitos ocorridos na América espanhola durante o século XVIII, de maneira geral, foram entendidos como “um primeiro passo na cadeia evolutiva em radicalidade dos movimentos de contestação dos heróis da nação ou, em outra chave, do (povo colombiano), contra a dominação espanhola” (CHECCHIA, 2000, p. 2). A partir dos estudos de caso apresentados nesta aula, desenvolva um texto conciso, explicitando as características gerais desses movimentos que neguem a referida interpretação.

A independência dos Estados Unidos e o Movimento Comunero na Colômbia possuíram características comuns: oposição às taxações e às cobranças estabelecidas pelas metrópoles europeias. Contudo, apesar de algumas semelhanças, os dois movimentos distanciam-se quando da definição dos objetivos políticos a serem alcançados.

Para os *comuneros*, a revolta era um meio de diálogo com as autoridades espanholas e jamais se cogitou a possibilidade de uma independência regional perante o centro do poder metropolitano. Para os colonos norte-americanos, a revolta representou uma ruptura com os laços coloniais na medida em que o governo inglês decidiu não auscultar os interesses dos colonos, principalmente quando do estabelecimento das leis direcionadas a taxar o comércio colonial.

Em suma, a partir das redefinições políticas, militares e territoriais ocorridas na Europa ao longo do século XVIII, podemos perceber um reordenamento dos vínculos coloniais que viriam a caracterizar a crise do sistema nos anos finais do século, desdobrando-se na expansão de conflitos e tensionamentos que estimularam a construção de movimentos interessados na independência das áreas coloniais americanas, como foi o caso da secessão estadunidense em 1776 e das lutas separatistas da América Latina ao longo de todo o século XIX.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos as reformas borbônicas e seus reflexos no mundo colonial espanhol no século XVIII.

Aula 10

O século dos Bourbons: rupturas, continuidades e protestos indígenas

Maria Regina Celestino de Almeida

Meta da aula

Analisar o impacto da política indigenista dos Bourbons na América, identificando as diferentes formas de sua aplicabilidade, articuladas às múltiplas reações das diversas populações indígenas, observando mudanças e continuidades em relação às políticas anteriores.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a política indigenista dos Bourbons e seus diferentes procedimentos, conforme as regiões e as populações para as quais se dirigiam, percebendo as mudanças e as continuidades em relação às políticas anteriores;
2. reconhecer que a política indigenista dos Bourbons deve ser analisada de forma articulada às políticas indígenas, levando em conta as dinâmicas das sociedades locais e os interesses e interações dos atores envolvidos;
3. identificar as diferentes ações políticas dos índios que variavam entre negociações e conflitos armados.

INTRODUÇÃO

Em meados do século XVIII, as reformas borbônicas introduziram mudanças significativas na política indigenista da Coroa espanhola. Essa política, cuja aplicação foi extremamente variada conforme as especificidades locais e as características dos grupos indígenas para as quais se dirigiam, encontrou reações diversas por parte desses últimos. Trabalhos recentes, em diferentes regiões e temporalidades da América, têm apontado para a importância de se incluir as ações dos povos indígenas como importante fator explicativo para a compreensão dos processos históricos nos quais eles se inserem. Como você já viu em aulas anteriores, foi-se o tempo em que os índios eram considerados simples vítimas indefesas do sistema colonial que não lhes dava margem de ação. Em nossos dias, as amplas possibilidades dessas populações agirem, ainda que submetidas às maiores violências e discriminações, em busca de melhores condições de sobrevivência têm sido evidenciadas através de inúmeras pesquisas interdisciplinares.

A partir desses estudos, a política indigenista dos Bourbons não pode ser pensada como um bloco de medidas, imposto de forma generalizada aos índios da América, que teriam reagido todos da mesma forma. Observam-se, hoje, as diversidades de procedimentos para a aplicação das leis e as variadas reações dos vários atores (índios e não índios). Suas relações eram extremamente complexas e oscilavam entre alianças e conflitos. Nesta aula, vamos observar essas diferentes práticas e atuações políticas, procurando evidenciar que a política indigenista não pode ser analisada de forma desvinculada das atuações políticas dos índios (políticas indígenas) que lhes davam limites e possibilidades, contribuindo para delinear seus rumos.



Política indigenista e política indígena

Valorizando a atuação indígena nos processos históricos, os pesquisadores têm estabelecido uma diferenciação entre política indigenista e política indígena, no seguinte sentido: a política indigenista refere-se às propostas políticas das autoridades para os índios, incluindo as leis e os diferentes procedimentos de sua aplicação; as políticas indígenas referem-se às práticas políticas, desenvolvidas pelos próprios índios em suas relações de contato com as sociedades envolvidas, coloniais e pós-coloniais.

As reformas borbônicas e a política indigenista: aplicações diversas

Ao ascenderem ao trono, logo após a Guerra de Sucessão da Espanha, os Bourbons depararam-se com uma série de dificuldades de ordem política, militar e econômica. Monarquia enfraquecida, crise financeira, perda de territórios na América para rivais europeus, perda de possessões europeias, após o tratado de Utrecht, e inúmeros outros problemas desafiavam os reis da nova dinastia borbônica. Para enfrentá-los, desenvolveram uma série de reformas que visavam fortalecer a Espanha, revitalizando o poder do rei e ampliando seus recursos financeiros. Iniciadas no próprio reino, as reformas se estenderiam à América, onde tiveram grande impacto a partir de meados do século XVIII, com a política de Carlos III. As reformas se dariam em vários setores, porém a economia iria merecer especial atenção, tanto no reino, quanto na América.



Figura 10.1: Carlos III.

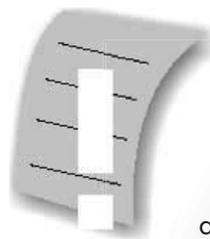
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6f/Charles_III_of_Spain.jpg

A política reformista dos Bourbons pode ser comparada às reformas do Marquês de Pombal, na América portuguesa. Ambos pretendiam fortalecer seus reinos, com uma política de controle mais direto sobre as colônias distantes que lhes asseguravam tantas riquezas. Para Portugal e Espanha, seus territórios ultramarinos eram importantes fontes de rendimentos que poderiam lhes assegurar os recursos necessários à recuperação econômica de seus reinos.

Na América espanhola, as reformas foram mais radicais que na Espanha. Aplicadas por funcionários e soldados enviados do reino, chegou a ser chamada de Reconquista da América.

E as populações indígenas? Como essas reformas atingiram-nas? Sua importância para os reformadores pode ser avaliada pela opinião de José del Campillo y Cosío, autor do *Nuevo Sistema de Gobierno para la América* (1743), que orientou o programa de reformas na América espanhola.

Os índios mesmo são o grande ponto em que principalissimamente se há de esmerar o zelo, a aplicação, o amor e a penetração (...) Esse é o grande tesouro da Espanha. Eles são as verdadeiras Índias e a mina mais rica do mundo, que se deve beneficiar com a mais escrupulosa economia (CAMPILLO Y COSIO, José del. 1993, p.103).



Os índios e as reformas borbônicas

A citação abre o artigo da historiadora Elisa Garcia que considero básico para o tema desta aula: GARCIA, Elisa Frühauf. "Os índios e as reformas borbônicas: entre o 'despotismo e o consenso'. In: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald. *História das Américas*. Rio de Janeiro, FGV, 2011, pp. 55-81.

O trecho citado evidencia a importância dos índios para a Espanha, no século XVIII. Mas o que se esperava deles? Quais as mudanças introduzidas pelos reformistas? Desde os primórdios da colonização, os índios das comunidades indígenas, inseridos na República dos Índios, exerciam funções essenciais para a Coroa. Além de constituírem importante força de trabalho, garantiam a

defesa da terra. Seus líderes atuavam como mediadores entre o mundo indígena e o mundo espanhol. Colaboravam, negociavam e barganhavam com autoridades, missionários e colonos, de forma a obter possíveis ganhos nas novas condições que lhes tinham sido dadas ou impostas. Eram valorizados pela Coroa que, além dos deveres, assegurava-lhes alguns direitos que aprenderam a apreciar e a defender. Como você viu na Aula 4, muitas comunidades indígenas chegaram ao século XVIII, mantendo considerável autonomia. De acordo com David Brading, elas ainda tinham terras suficientes para sustentar seus habitantes e a maioria delas produzia a maior parte de seus alimentos e roupas. Elas constituíram um espaço possível de sobrevivência para os povos indígenas no mundo colonial.

Mas nem todos os índios da América colaboravam com os espanhóis e viviam nas comunidades da República dos Índios. Havia inúmeros outros, chamados índios de fronteira, que impunham desafios à Coroa espanhola e não eram tratados da mesma forma. Essas diferenças haviam levado os espanhóis a classificá-los em duas amplas categorias genéricas: a dos índios aliados das comunidades e a dos rebeldes que resistiam ao domínio dos colonizadores e foram chamados bárbaros ou selvagens. Estes, quando vencidos, através das guerras justas, podiam ser escravizados.

Essas diversidades entre os grupos indígenas e os variados níveis de sua inserção no mundo colonial constituíram sempre sério empecilho ao estabelecimento e aplicação de leis gerais para o conjunto dos índios na América. A política indigenista dos Bourbons não foi diferente. Ainda que se possa falar de um objetivo geral dos reformistas borbônicos em relação aos índios, não era possível estabelecer um procedimento único para lidar com eles.

O objetivo geral da nova política assemelhava-se ao de Pombal para os índios da América portuguesa. Em meados do século XVIII, as duas coroas ibéricas enfrentavam problemas similares e os índios de seus territórios tinham funções importantes e diferenciadas, conforme as suas características e as regiões em que habitavam. Apesar das consideráveis diferenças entre as legislações hispânica e portuguesa,

o objetivo geral dos monarcas ibéricos era promover uma integração mais estreita dos índios com as sociedades coloniais. Ambos visavam integrar, submeter e controlar mais diretamente os índios de seus territórios: tanto os das fronteiras, quanto os das comunidades (aldeias e *pueblos*). Nesse sentido, as reformas borbônicas e pombalinas introduziram mudanças significativas em relação às políticas anteriores, pois davam o primeiro passo para promover a assimilação dos índios. Iam, portanto, na contramão das antigas propostas de manter a separação entre os índios e os não índios, defendidas principalmente pelos religiosos e, sobretudo, pelos jesuítas. Estes últimos seriam um dos principais alvos dos monarcas reformistas.



Figura 10.2: Marquês de Pombal.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/64/Marques_de_Pombal.jpg

No entanto, se na América portuguesa, as reformas pombalinas visavam acabar com as distinções entre os índios e os não índios, para a América espanhola essa proposta só iria se colocar no século XIX. Embora a nova política tenha procurado promover uma integração maior entre as repúblicas de índios e de espanhóis, a separação manteve-se, tanto por interesse das autoridades e dos moradores, quanto dos próprios índios. Enquanto os primeiros continuavam recebendo tributos, os índios mantinham uma categoria jurídica especial que, apesar dos prejuízos, garantia-lhes a segurança da terra coletiva e da vida comunitária em uma sociedade hierarquizada, preconceituosa e escravista. No caso da América portuguesa, a distinção também se manteve até bastante avançado o século XIX.

Para aplicar essa política de integração, no entanto, eram necessários procedimentos diversos, conforme as regiões e os grupos indígenas com os quais se lidavam. Afinal, as funções dos índios eram variadas, como também as expectativas das Coroas em relação a eles, conforme as necessidades regionais. Em meados do século XVIII, as disputas territoriais na América eram intensas, sobretudo entre Portugal e Espanha que disputavam fronteiras no norte e no sul do continente. Demarcar territórios era preocupação fundamental das Coroas e os índios das regiões disputadas tinham importantes papéis a desempenhar. Era preciso integrá-los aos seus territórios não só para contar com seu apoio militar, mas também para tê-los como súditos que lhes assegurariam a soberania sobre os territórios. Assim, nessas áreas de fronteira, essas populações indígenas deveriam ser atraídas, **aldeadas** e civilizadas. Para eles, a política dos Bourbons propunha relações de paz e contatos mais estreitos, incentivando o estabelecimento de missões e **parlamentos**, através dos quais concediam privilégios aos líderes, de forma a envolvê-los mais diretamente com as instituições coloniais.

Índios aldeados ou populações indígenas **aldeadas** são aqueles que se estabeleceram em aldeias coloniais, submetidas à administração da Coroa espanhola.

Parlamentos

Os parlamentos eram espécies de encontros políticos amplos, nos quais autoridades espanholas e líderes indígenas estabeleciam acordos. Foram muito frequentes, nos séculos XVIII e XIX, e fundamentais para conseguir alianças com os índios de fronteiras.

Enquanto isso, nas áreas de colonização antiga, onde os índios das comunidades já viviam há séculos integrados à colonização, os interesses da Coroa, dos colonizadores e dos próprios índios eram outros. Ali, onde os espanhóis já haviam sedimentado sua administração e as comunidades indígenas já se encontravam bastante integradas na sociedade colonial, havia problemas diferentes. Os índios das comunidades tentavam resguardar seus direitos, recorrendo à justiça e desafiavam os interesses de moradores e autoridades interessados em avançar sobre suas terras e recursos coletivos. Os reformistas, preocupados em manter e ampliar as cobranças de tributos dessas comunidades, iriam procurar exercer maior controle sobre elas, restringindo sua autonomia.

Práticas diversas, portanto, integravam uma mesma política indigenista. Se o objetivo das reformas era integrar mais diretamente os “selvagens” das fronteiras e os aliados das comunidades, alcançá-lo exigia diferentes procedimentos: aos primeiros cabia atrair, aldear, civilizar e assimilar; enquanto aos demais, já há séculos aldeados, cabia estreitar controles e incentivar misturas, de forma a diminuir a autonomia das comunidades.

A essas práticas, os índios responderam de formas diversas. Se muitos resistiram, através de conflitos e rebeliões, outros colaboraram e souberam valer-se da lei para assegurar possíveis ganhos. Paradoxalmente, as novas propostas, que muitas vezes mostraram-se prejudiciais aos índios e contra as quais eles resistiram, pretendiam, em princípio, beneficiá-los. Sob a influência do Iluminismo, as reformas borbônicas valorizavam a ideia de civilização e propunham para os índios liberdade e maior aproximação com os demais súditos, para o que deviam transformar seus costumes. Isso se traduzia, para os índios, em ameaça aos direitos coletivos e à vida comunitária que haviam sido garantidos pelas Coroas ibéricas, exatamente pela condição de indianidade – distinta da dos demais súditos dos reis católicos. Seja como for, nas duas Américas, as distinções mantiveram-se por interesse não só das autoridades e dos moradores, como também dos próprios índios das comunidades.



Atende ao Objetivo 1

1. Justifique a seguinte afirmativa: A política indigenista dos Bourbons visava integrar os índios mais diretamente ao mundo colonial, porém sua aplicação foi diferenciada, conforme as regiões e os povos indígenas para os quais se dirigia.

Resposta Comentada

Você deve apontar as diferenças entre os vários grupos indígenas habitantes da América, tanto os das comunidades que viviam integrados à República dos Índios, quanto os das fronteiras, não submetidos à ordem colonial, que desafiavam a expansão territorial espanhola na América. É importante ressaltar que, com o mesmo objetivo de integrá-los mais diretamente ao mundo colonial, os procedimentos tinham de ser diversos, como também eram diversas as funções que a Coroa esperava deles. Para uns, era preciso atrair e aldear, enquanto para os das comunidades, o objetivo era restringir sua autonomia e misturá-los mais intensamente com os não índios. Finalmente, cabe ressaltar que, apesar das mudanças, as distinções entre índios e não índios mantiveram-se.

Caixas de comunidade

As caixas de comunidade guardavam os rendimentos coletivos dos *pueblos* que, administrados pelos próprios índios, lhes garantiam os recursos usados para gastos coletivos e ordinários, tais como a assistência aos necessitados, pagamentos de tributos, despesas com festas e celebrações comunitárias civis e religiosas etc.

Confrarias religiosas

As confrarias fortaleciam a coesão de seus membros, assegurando-lhes proteção social. Tinham bens próprios administrados pelos índios e usados para enfrentar secas, escassez de alimentos e epidemias. Entre 1770 e 1790, foi ordenada a supressão de milhares de confrarias. Ordenou-se também a expropriação e venda de seus bens, e a intervenção direta da Igreja na administração das restantes, com a justificativa de evitar que os índios desperdiçassem os bens em festas idólatras, bebedeiras e outros dispêndios. Segundo Enrique Florescano, isso afetou seriamente a base econômica e social dos *pueblos*.

Índios das comunidades e índios de fronteira: políticas diferenciadas e respostas diversas

Apesar das especificidades das aplicações da política indigenista dos Bourbons, algumas medidas foram adotadas de forma ampla para o conjunto das comunidades indígenas, inseridas na República dos Índios. Para integrá-las mais diretamente ao mundo espanhol e diminuir sua autonomia, várias ordens foram dadas, no sentido de incentivar transações individuais em detrimento das coletivas e de combater costumes tradicionais para promover a “civilização” dos índios. Do ponto de vista político, procurava-se restringir ainda mais o poder dos caciques e dos cabildos indígenas. Procuravam também retirar dos índios a administração de duas importantes instituições que sustentavam a economia e a solidariedade em suas comunidades: **as caixas de comunidade** e as **confrarias religiosas**.

Para fazer frente a essas mudanças e garantir seus antigos direitos, os índios recorriam à justiça. Convém lembrar que eles pagavam tributos em trabalho ou em espécie, que constituíam importante fonte de renda para a Coroa. Assim, se as leis reformistas procuravam exercer maior controle sobre suas atividades e rendimentos, procuravam também preservá-los das explorações abusivas de corregedores de índios e também de alguns caciques, acusados de desviar os rendimentos das comunidades para os seus próprios bolsos. A má administração desses funcionários régios e de alguns caciques foi uma das razões apontadas para as dificuldades de arrecadação dos tributos indígenas que deveriam servir ao enriquecimento da Coroa. Diante disso, medidas foram tomadas para uma fiscalização mais rígida sobre as comunidades, sobre os caciques e, principalmente, sobre os corregedores de índios. Estes passavam a ser controlados e depois substituídos pelos intendentess e seus subdelegados. Inúmeras disputas envolviam diferentes atores e os índios souberam também valer-se da lei e dos desentendimentos entre as autoridades (civis e eclesiásticas) e moradores para

obter possíveis ganhos. Os embates mais frequentes eram com os corregedores de índios por questões de poder, *repartimiento* dos índios para o trabalho, pagamento de tributos, repartos de mercadorias etc.



Os corregedores de índios e os repartos de mercadoria

Os corregedores de índios eram funcionários régios de nível local, encarregados de administrar as corregedorias de índios que incluíam várias comunidades indígenas na República dos Índios. Intermediários entre os caciques indígenas e as autoridades espanholas de instâncias superiores, eles eram responsáveis pela coleta de tributos, pela administração da justiça e organização da oferta de trabalho indígena, para os serviços públicos e privados. Tinham baixos salários e usavam seu poder para obter maiores lucros, com atividades ilícitas de corrupção que envolviam tanto os caciques indígenas, quanto os espanhóis. Os repartos de mercadoria passaram a ser sua principal fonte de rendimentos. Tratava-se de um sistema, através do qual os índios das comunidades eram obrigados a comprar mercadorias do corregedor que as vendiam a preços exorbitantes. Esse mecanismo mantinha os membros das comunidades em dívidas constantes com os corregedores que os submetiam a explorações excessivas. As reformas borbônicas tentaram controlá-lo com a fiscalização dos intendentes e subdelegados, mas não funcionou, pois muitos se mostraram tão corruptos quanto os corregedores. Em 1754, o reparto foi legalizado e intensificou-se, tendo triplicado na metade do século. Esse sistema gerou muitas revoltas, incluindo a de Tupac Amaru, na década de 1780. Foram abolidos em 1780, quando a rebelião ainda estava em curso.

Em Michoacán, no México, como demonstrou Marta Terán, a maior expropriação dos bens territoriais e comunitários das comunidades indígenas ocorreu com a aplicação da Real Ordenança de Intendentes de 1786. As ordens retiravam dos índios o controle sobre as caixas de comunidade, passando-o aos intendentes e subdelegados. Mandavam também arrendar as terras e bens que não eram utilizados para as plantações da comunidade. Com isso, os índios só conservaram as terras nas quais trabalhavam diretamente e perdiam o produto dos bens arrendados para que não os dilapidassem com gastos supérfluos. Perdiam também o acesso aos bosques, pastos, áreas de caça e coleta. O ressentimento contra os Bourbons foi grande. Em 1808, quando se iniciaram, ali, os primeiros planos subversivos contra a monarquia espanhola, os representantes dos *pueblos* indígenas aliaram-se aos revoltosos. Em 1810, eles iriam se juntar aos exércitos rebeldes e reclamar a devolução de seus bens. Sentiam-se traídos pela monarquia espanhola e não titubearam em abraçar a causa dos revolucionários.

As mudanças nos aspectos economico-sociais, estabelecidas pelas reformas, visavam envolver mais diretamente as aldeias e os índios nas sociedades coloniais. Neste sentido, legislaram a respeito do trabalho e das terras dos índios, visando torná-los mais produtivos e mais diretamente inseridos nos mercados coloniais. O estímulo ao arrendamento de terras coletivas e à presença de não índios no interior das aldeias e *pueblos* foram algumas das medidas adotadas. Além de aumentar as cobranças sobre as comunidades e monetarizar ainda mais sua economia, a política visava individualizar a propriedade comunal, incentivando a transformação da exploração coletiva da terra em regime de propriedade individual. Havia muitas disputas por terras das comunidades, cada vez mais cobiçadas pelos fazendeiros que com elas rivalizavam na produção de gêneros alimentícios para os mercados locais. Os índios haviam se inserido nas atividades produtivas e mercantis da colônia, porém continuavam índios e esforçando-se por manter o controle sobre suas terras coletivas e, principalmente, sobre as caixas de comunidade.

A reação dos índios foi variada, porém em muitas regiões eles atuaram com firmeza no sentido de preservar as terras coletivas e os direitos que lhes tinham sido assegurados pela Coroa espanhola. Isso ocorreu principalmente em áreas de colonização antiga, como foi o caso de Toluca, estudado por Margarita Menegus Bornemann. De um modo geral, apesar das investidas borbônicas, as comunidades do centro e do sul do vale de Toluca conseguiram manter sua propriedade e suas formas coletivas de produção. Para isso, ampliaram sua participação nos mercados e diversificaram a produção, mantendo suas estruturas corporativas.

Civilizar o índio, para torná-lo igual ou aproximá-lo dos demais súditos dos reis foi mais um dos objetivos perseguidos pelos Bourbons. Para isso, era necessário combater costumes considerados bárbaros e introduzir outros. Isso foi feito através da proibição de antigas práticas e imposição de outras. As línguas indígenas eram consideradas bárbaras e não havia dúvidas de que a integração dos índios à sociedade se aceleraria com o uso obrigatório do espanhol. A proposta encontrou forte resistência por parte dos índios. Além das línguas indígenas, as ideias ilustradas combatiam o curandeirismo e as celebrações, consideradas arcaicas, proibindo ou tentando regulamentar celebrações, festas e rituais religiosos tradicionalmente praticados nos *pueblos*. Isso gerou muita insatisfação, pois os índios valorizavam bastante essas práticas.

Enquanto isso, nas regiões periféricas que, em meados do século XVIII ainda estavam sendo incorporadas ao império colonial espanhol, os índios das fronteiras eram tratados de outra forma. Para esses, era necessário uma política de aproximação e de muita negociação para convencê-los que era melhor viver sob o domínio espanhol. Isso se tornava especialmente difícil pela rivalidade com outros europeus, interessados no território e nas alianças com os índios. Muitos acordos com os caciques para o estabelecimento de missões e parlamentos foram realizados nesse período.

Os índios das fronteiras, por sua vez, viam nas relações com os espanhóis novas possibilidades de ganhos políticos, comerciais e bélicos, tanto no interior de seus próprios grupos, quanto em relação a outros grupos étnicos e sociais com os quais se relacionavam, incluindo índios e não índios. Na Araucânia, por exemplo, alguns grupos consolidaram posições de poder graças às alianças, estabelecidas com poderes coloniais, no período das reformas borbônicas. Os historiadores têm demonstrado as variadas atuações dos vários grupos indígenas dessas áreas, revelando a fluidez de suas alianças. Elas se realizavam em função de seus próprios interesses, que iam se alterando, conforme o desenrolar dos acontecimentos. Assim, grupos aliados aos espanhóis podiam tornar-se inimigos e vice-versa.



Uma breve reflexão sobre os índios de fronteira

Estudos recentes têm evidenciado que os índios dessas regiões não viviam tão isolados do mundo colonial, como costumava ser sugerido pela historiografia. Um olhar mais atento sobre regiões localizadas e atores específicos revela as intensas interações entre os índios das comunidades e os das fronteiras, bem como entre esses últimos e os espanhóis. Ainda que a documentação apresente um marcado dualismo entre as categorias de índios selvagens e índios aliados, no cotidiano da colônia, eles se relacionavam entre si e com os espanhóis, passando muitas vezes de uma condição à outra. Porém, do ponto de vista político, essa classificação tinha sentido, tanto para os espanhóis, quanto para os indígenas. Os índios civilizados combatiam os selvagens e tinham ganhos com isso. Por essa razão, é interessante observar que essas categorias acabaram servindo também aos próprios índios: a existência dos

índios “selvagens” dava aos “mansos” a oportunidade de servir à Coroa, lutando contra eles, e de solicitar benefícios pelos serviços prestados.

As pesquisas em áreas de fronteira revelam o vaivém dos índios entre os espaços de dentro e de fora do mundo colonial. Passar da condição de aliados para a de selvagens e vice-versa era frequente em fronteiras fluidas e porosas, onde as interações entre uns e outros eram contínuas. Estar na missão ou nos *pueblos* coloniais não significava necessariamente abandonar a chamada vida errante, assim como fugir para áreas distantes não queria dizer o abandono definitivo dos espaços coloniais. Pesquisas em regiões de fronteiras internas e externas revelam as múltiplas e variadas relações bélicas, culturais e comerciais entre índios aliados, índios selvagens e não índios, relações essas que se alteravam consideravelmente pela intensificação de conflitos e avanços sobre novos espaços.

Para integrar esses índios, a Coroa teve de negociar muito e agradá-los bastante. A difícil tarefa de ocupar espaços e estender fronteiras envolvia direta e fundamentalmente as populações indígenas. Elas foram, nesse período, intensamente disputadas pelos monarcas português e espanhol. Ambos queriam tê-las na condição de súditos, tanto no norte, quanto no sul do continente. Trabalhos recentes têm mostrado como os índios souberam valer-se das rivalidades entre os europeus, para a obtenção de possíveis vantagens. Passavam dos conflitos às alianças e jogavam com o antagonismo político dos europeus. Curioso é perceber sua inserção esporádica nos circuitos mercantis da colônia, na medida em que comercializavam gado e outras mercadorias, muitas vezes roubadas numa região e vendidas em outra. Os paiaguás, por exemplo, iam, muitas vezes, ricamente vestidos “vender portugueses, mamelucos, negros e mulatos na cidade do Paraguai”, como demonstrou Gloria Kok (2004, p.140).

Os índios, chamados selvagens, participavam intensamente do mundo colonial, fosse para roubar, para negociar, ou para estar numa missão ou *pueblo* por algum tempo e depois abandoná-los. Essa participação implicava aproximações e alianças com vários outros agentes, tais como: índios (das comunidades ou não), comerciantes, autoridades, missionários etc. Isso conduz à desconstrução da ideia de blocos monolíticos para se pensar sobre índios das fronteiras, índios das missões e dos *pueblos* e os não índios. As alianças e hostilidades entre eles eram flexíveis e complexas, podendo passar facilmente de um estado para outro, como demonstram vários estudos.

Além da violência, concessões, tolerâncias e acordos caracterizaram a política borbônica para lidar com esses grupos. O trabalho de David Weber, sobre as reformas borbônicas em áreas de fronteira, evidencia o esforço de negociação da Coroa espanhola com os índios fora de suas fronteiras. Segundo ele, quando os espanhóis dominavam a situação, não viam necessidade de negociar com os índios como se esses fossem soberanos, porém em várias situações foram forçados a fazê-lo. Foi o caso, por exemplo, dos Mapuche que, ainda em 1641, estabeleceram a paz com os espanhóis, sem renunciar à sua soberania (WEBER, p. 308). Em outras regiões, no tempo de Carlos III, grupos distintos, como os misquitos-tawira e os cunas, participaram de acordos escritos em que aparentemente reconheciam a autoridade espanhola, mas não abriam mão de sua soberania. O autor cita vários casos em que os espanhóis rivalizavam com outros europeus, principalmente ingleses e portugueses, na prática de presentear os índios para ganhar seu apoio. Sobre os Mbayás, por exemplo, informa que, apesar dos presentes, do gado, da compreensão e do afeto, não conseguiram suplantam os benefícios, advindos dos mercados portugueses, de forma que eles se mantiveram sob a influência lusitana (WEBER, p. 299). De acordo com Weber, no final do século XVIII, os obséquios e as demonstrações de hospitalidade com os índios independentes representavam um gasto cada vez maior para a Espanha (p. 281).



Figura 10.3: Mulheres mapuches em 1810, desenho de Dumont D'Urville.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d4/Urville-Araucanians.jpg>

Na América portuguesa, vários estudos localizados vêm demonstrando situações semelhantes. Ao norte e ao sul do continente, Elisa Garcia e Nádia Farage demonstraram como portugueses e espanhóis procuravam agradar os índios, tanto os aldeados como os não submetidos, para atraí-los como vassallos de seus respectivos reinos. Um caso excepcional sobre isso merece ser abordado, pois evidencia muito claramente os interesses das Coroas portuguesa e espanhola em arregimentar os índios para o seu lado e como estes últimos puderam jogar com os interesses de uns e outros. Trata-se do conhecido caso das Missões da Província do Paraguai.

Após a assinatura do **Tratado de Madri**, Portugal e Espanha concentravam esforços na demarcação das novas fronteiras e o papel de garantir a soberania dos territórios no ultramar, já atribuído aos índios desde o século XVI, seria particularmente acentuado.

Tratado de Madri

Acordo assinado entre Portugal e Espanha, em 1750, demarcando fronteiras entre seus territórios americanos. Dentre outras decisões, estabelecia que a Colônia do Sacramento pertencente a Portugal passaria aos domínios da Espanha que, em troca, cederia aos lusitanos os Sete Povos das Missões, habitados por índios guaranis, sob a administração dos jesuítas.

Insatisfeitos com a decisão das Coroas que implicava o abandono dos Sete Povos das Missões, que deveria passar aos portugueses, os índios e os jesuítas reivindicaram o direito de ali permanecer. Fracassadas as tentativas de negociação, vários deles, apoiados por alguns jesuítas, recusaram-se a cumprir a ordem de retirada, tendo desencadeado a famosa guerra guaranítica (1754-1756), que foi sufocada pelos monarcas ibéricos. No entanto, as decisões do Tratado de Madri acabariam anuladas e os índios continuaram nas missões administradas pelos jesuítas espanhóis, até sua expulsão, em 1767. Isso teria consequências desastrosas nas relações desses índios com as autoridades espanholas, beneficiando diretamente os portugueses.



Figura 10.4: Ruínas de Sete Povos das Missões.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f6/Miss%C3%B5es.jpg>



A Missão

O filme *A missão*, de 1986, dirigido por Roland Joffé, que já foi indicado na Aula 5 trata desses episódios: a guerra guaraníca e as rivalidades entre portugueses e espanhóis nas fronteiras do sul, envolvendo as missões dos índios guaranis são ali apresentadas. As discussões entre as autoridades eclesiásticas e civis, incluindo os próprios jesuítas, os índios das missões, os moradores espanhóis e portugueses (bandeirantes apesadores de índios) revelam os diversos interesses ali envolvidos.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/5/5a/The_mission.jpg



A expulsão dos jesuítas e as negociações com os índios

Os estudos de Elisa Garcia e Guillermo Wilde sobre os conflitos, envolvendo os jesuítas, os índios missioneiros e as autoridades portuguesas e espanholas, no sul do Brasil, revelam a complexidade de suas atuações e os vários acordos realizados. Ao expulsar os jesuítas, em 1767, por exemplo, a Coroa espanhola cercou-se de cuidados para evitar reações violentas por parte dos índios como ocorrera com a guerra guaraníca. Segundo Garcia, por temer um novo conflito, antes de executar a medida,

... o governador de Buenos Aires convidou os caciques e outros principais para um jantar na capital, durante o qual explicou cuidadosamente os motivos da expulsão e acenou com determinadas vantagens aos índios principais, que a partir de então gozariam da condição de cavaleiros, com seus respectivos privilégios (GARCIA, 2007: 75).

Citando Wilde (2009:183), a autora prossegue:

Em outra ocasião, o governador demonstrou interesse sobre o destino das lideranças, envolvidas na guerra guaraníca. Ao saber que um dos mais respeitados líderes estava no ostracismo, desde o fim do conflito, destituído de suas funções no cabildo, manifestou sua disposição, para oferecer-lhe alguma compensação.

As disputas de fronteira eram cada vez mais intensas no sul do continente e os portugueses esforçavam-se em convencer os índios dos antigos aldeamentos espanhóis de que viver sob a administração lusa

era bem mais vantajoso. Para isso, faziam acordos com lideranças indígenas que habilmente jogavam com as rivalidades entre os reinos ibéricos. A aldeia dos Anjos (no atual Rio Grande do Sul) foi criada com índios, vindos das aldeias espanholas que, sentindo-se traídos pela política do monarca espanhol, não relutaram em associar-se aos antigos inimigos portugueses, tornando-se novos súditos de Portugal. Mais tarde, esses índios iriam dar apoio decisivo aos portugueses no episódio da tomada dos Sete Povos, conforme evidenciado por Elisa Garcia. Vários documentos escritos pelos próprios índios revelam seus interesses e motivações, nos acordos realizados. Cabe aqui, no entanto, destacar a atuação dos charruas e minuanos, grupos fora das fronteiras, com os quais portugueses e espanhóis também negociavam e que igualmente souberam aproveitar as oportunidades de barganhar e aceitar acordos sem se inserirem, por completo, na ordem colonial.

Os diferentes procedimentos da política indigenista, tais como: atração, acordos, confrontos, civilização, assimilação não eram absolutamente excludentes, nem se aplicavam de forma linear. Ao contrário, essas práticas podiam ser concomitantes e/ou complementares, superpondo-se e substituindo-se, conforme a dinâmica das relações entre os agentes. Passar da condição de civilizados para a de selvagens e vice-versa era frequente em fronteiras fluidas e porosas, onde as interações entre uns e outros eram contínuas.



Atende ao Objetivo 2

2. Com base no que você aprendeu até agora, comente o seguinte trecho de David Weber:

Na segunda metade do século XVIII, quando as fronteiras da América constituíram-se como preocupação central para a Espanha, os funcionários borbônicos atuaram, com renovada energia, com o objetivo de conseguir a lealdade dos indígenas

não submetidos que se encontravam na periferia do Império. Esses funcionários acrescentaram novos valores e compreensões à tarefa de controlar os “selvagens” que, por sua vez, tinham desenvolvido novos valores, categorias e tecnologias apropriados dos espanhóis. A partir da dialética entre o programa que surgiu dos centros bourbônicos e os imperativos da periferia hispano-americana, as relações entre espanhóis e “selvagens” assumiram novas modalidades (WEBER, David, 2007, p. 148).

Resposta Comentada

A política dos Bourbons deve ser pensada de acordo com as especificidades regionais e os grupos específicos para os quais ela se dirigia. No trecho citado, observa-se como os reformadores adaptaram suas propostas políticas à necessidade de agradar aos grupos indígenas não submetidos. Era preciso incorporá-los como aliados e para isso era necessário compreender seus interesses e aspirações de forma a desenvolver políticas que os atraíssem. Por outro lado, o autor fala-nos também da ação dos próprios índios. Ainda que estivessem fora do mundo colonial, já haviam incorporado valores espanhóis e agiam de acordo com eles. A frase final deixa claro que as relações entre índios e espanhóis seriam construídas com base nas adaptações do programa de reformas que, produzido nos centros bourbônicos,

modificava-se, conforme as realidades locais, que incluíam as ações dos índios. Diante disso, reafirma-se a importância de se considerar que as políticas indigenistas devem ser pensadas de forma articuladas às políticas indígenas.

Negociações e confrontos: as rebeliões indígenas no século XVIII

A política dos Bourbons gerou muitas insatisfações que levaram os índios a reações diversas. Na maior parte das vezes, no entanto, eles tentaram negociar antes de pegar em armas para defender seus interesses. Mas não faltaram conflitos armados em várias regiões, incluindo alguns que se transformaram em rebeliões indígenas de grandes proporções. Dentre elas, cabe destacar a revolta, liderada por Tupac Amaru, que se espalhou por uma imensa região do Vice-Reinado do Peru, envolvendo inúmeras comunidades indígenas.



A rebelião de Tupac Amaru

Gabriel Garcia Condorcanqui era o cacique Tupac Amaru, da região de Tinta, província de Cuzco, no Vice-Reinado do Peru. Poderoso e carismático, ele circulava entre as autoridades espanholas em Lima, ao mesmo tempo em que mantinha considerável prestígio e influência sobre sua própria comunidade e muitas outras. Antes de desencadear a rebelião, ele havia tentado, por meios legais, obter das autoridades as reivindicações dos índios: o fim do trabalho compulsório e do reparto de mercadorias. A revolta iniciou-se em Tinta, quando os índios, liderados por Tupac Amaru, revoltaram-se contra o corregedor Antonio de Arriaga e enforcaram-no.

A notícia rapidamente se espalhou e a revolta ganhou adeptos em várias regiões. Foi violentamente sufocada pelas autoridades. Tupac Amaru foi condenado, decapitado e esquartejado em praça pública. Nessa grande rebelião, os índios mais uma vez dividiram-se entre os dois lados da luta. Tanto nas forças da ordem colonial, quanto nas de Tupac Amaru, encontravam-se índios das comunidades, mestiços, negros, mulatos, brancos etc.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/23/TupacAmarull.jpg>

Essa revolta tem sido objeto de várias interpretações. Houve uma tendência historiográfica em considerá-la como um movimento nacionalista, precursor da independência, no sentido de que os povos nativos do continente insurgiam-se contra os dominadores espanhóis. Discutiu-se muito também sobre o caráter legalista ou separatista da rebelião. Alguns viram nela uma luta por justiça social com repercussões continentais; outros a identificaram como

um “movimento nacionalista inca”. Trabalhos mais recentes e críticos dessas interpretações têm procurado uma visão mais precisa das causas e das dinâmicas internas das rebeliões. Estudos localizados apontam algumas razões para a rebelião, dentre as quais destacam-se a ampla insatisfação dos índios com a exploração propiciada pelo reparto de mercadorias e as políticas taxativas dos Bourbons com cobranças excessivas de tributos. Isso teria criado um clima favorável à explosão das revoltas multiétnicas nos Andes.

Seja como for, a grande rebelião de Tupac Amaru não explodiu da noite para o dia. Ela foi precedida de negociações através das quais, os líderes indígenas tentavam fazer valer seus direitos e coibir os abusos de autoridades locais. Além disso, a região andina foi palco de outras rebeliões. Na verdade, como afirma Serulnikov, essa grande revolta deve ser vista como um conjunto de rebeliões que apresentam continuidades entre elas e foram desencadeadas após o fracasso de negociações.

O minucioso estudo do historiador Serulnikov sobre as revoltas na região de Chayanta é revelador da complexidade dos interesses dos atores envolvidos e das intensas interações entre os índios e não índios. Seu estudo revela também as continuidades entre as negociações e as rebeliões, que explodiam, quando as primeiras fracassavam. Sem detalhar seu estudo, é importante destacar o caráter legalista das rebeliões, pois os índios procuravam o cumprimento das leis que asseguravam seus direitos e não a ruptura com a ordem colonial. Enfrentavam, grosso modo, o poder local na figura do corregedor de índios. No caso dos índios machas, estudados por Serulnikov, o corregedor aliara-se a um cacique, considerado ilegítimo, e ambos cometiam excessos nas cobranças de tributos e nos repartos de mercadoria. Atuando dentro da lei, o líder Tomás Katari teve suas reivindicações atendidas na Audiência de Buenos Aires, mas não no nível local, onde acabou preso. Após muitas contendas que incluíram a morte desse líder, a rebelião acabou explodindo, depois de muitas negociações.

CONCLUSÃO

A política indigenista, levada a cabo pelas reformas borbônicas, merecem estudos localizados, que considerem as situações específicas das regiões e dos atores envolvidos. É fundamental considerar a complexidade das relações entre os atores e as oscilações e ambiguidades de suas escolhas políticas que podiam se alterar continuamente, conforme a dinâmica dos acontecimentos. A propagada oposição rígida entre selvageria e civilização apresentava-se muito mais nas legislações e nos discursos de autoridades, dos moradores e dos próprios líderes indígenas do que na realidade cotidiana da colônia, por onde circulavam e mesclavam-se os índios selvagens, os índios civilizados e os não índios. A política indigenista da Coroa deve ser estudada de forma articulada às políticas indígenas que lhes davam limites e possibilidades.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Em que medida, as rebeliões indígenas do século XVIII apresentam continuidades entre negociações e conflitos?

Resposta Comentada

As revoltas ocorreram em regiões onde os índios já viviam há séculos, inseridos no mundo colonial. Viam no rei e na legislação indigenista possibilidade de fazer valer os direitos que lhes tinham sido dados por sua condição de índios, aliados dos espanhóis, membros das comunidades indígenas que lhes garantiam terras e direitos coletivos. Revoltavam-se, grosso modo, contra os poderes locais que os exploravam, desrespeitando as leis, sobretudo os corregedores e caciques corruptos. As revoltas aqui apresentadas foram precedidas de muitas negociações que, uma vez fracassadas, deram lugar aos conflitos armados.

RESUMO

As reformas borbônicas introduziram mudanças significativas na política indigenista da Coroa espanhola. Com o objetivo de integrar mais diretamente os índios ao mundo colonial, davam o primeiro passo para a proposta assimilacionista que só iria se desenvolver no século XIX. A aplicação dessa política caracterizou-se por procedimentos diversos, conforme as diferenças regionais e as características dos grupos indígenas para os quais se dirigiam. Para os índios das fronteiras, cabia atrair, aldear, civilizar e assimilar; enquanto aos das comunidades, já há séculos aldeados, cabia estabelecer controles mais rígidos, diminuindo sua autonomia. As interações entre os índios das comunidades, das fronteiras e os não índios eram frequentes e tornaram-se muito mais acentuadas com as reformas borbônicas que incentivavam a mistura entre eles. Suas reações foram diversas e variaram entre acordos e conflitos armados que, grosso modo, só ocorriam após o fracasso das tentativas de negociação.

Aula 11

A formação das treze colônias inglesas na América

Larissa Viana

Meta da aula

Analisar o processo de formação das treze colônias inglesas na América do Norte entre os séculos XVI e XVII.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar aspectos da história da Inglaterra moderna que influenciaram a formação de suas treze colônias na América;
2. estabelecer os diferentes traços iniciais da colonização inglesa nas Américas, relacionando especialmente os aspectos religiosos e comerciais dessa experiência colonial.

Pré-requisitos

Para melhor acompanhar o desenvolvimento desta aula, é importante que você tenha em mãos um atlas histórico e um dicionário. Por ser de fácil acesso, sugiro o *Atlas histórico básico*, da Editora Ática.

INTRODUÇÃO

É bem possível que, ao pensar em História da América, sua atenção dirija-se principalmente para as relações entre índios e espanhóis. Não faltam razões para esse olhar mais parcial. Afinal, privilegiamos até aqui os temas da conquista e da colonização hispânica no Novo Mundo. Olhando em torno, entretanto, é tempo de lembrar que as terras americanas foram disputadas por diferentes reinos e nações desde o século XVI. Outros povos da Europa reivindicaram e lutaram por domínios na América, contestando os direitos que reservavam aos portugueses e espanhóis a exclusividade sobre as terras americanas. Entre esses povos, destacaram-se certamente os ingleses, os franceses e os holandeses.

Os ingleses, que nesta aula nos interessam em particular, fizeram suas primeiras expedições com destino às Américas no século XVI. Sir Walter Raleigh, nascido na Inglaterra em 1552, foi um dos principais atores do teatro das descobertas e conquistas inglesas naquela época. Além de ter se dedicado às atividades de poeta, historiador, soldado e parlamentar (para citar apenas algumas), Raleigh tornou-se célebre por liderar expedições à América do Norte, nos anos de 1584, 1585 e 1587, quando explorou particularmente o litoral da futura colônia da Virgínia. Mais tarde, ultrapassando o mar das Antilhas, Raleigh chegou à região das Guianas, com a pretensão de colocá-las, igualmente, sob o domínio de Elizabeth I, sua rainha.

O que levou a rainha inglesa a apoiar tais expedições? Como os ingleses legitimavam a posse sobre as terras americanas? E os colonos dos primeiros tempos? Como descrevê-los?

Para refletir de modo mais aprofundado sobre essas questões, é preciso conhecer um pouco da história da Inglaterra no início da época moderna. Em meio às mudanças dinásticas e à criação de uma nova Igreja oficial, o clima de conflitos dominava a ilha britânica no início do século XVI.

A Inglaterra moderna: sociedade e governo

Ao final da época medieval, os ingleses estavam envolvidos em conflitos externos e internos que influenciaram suas escolhas políticas. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453), em que lutaram para tentar dominar áreas da França, chegou ao fim com uma derrota. No plano interno, a Guerra das Rosas envolveu a alta nobreza em batalhas civis pela sucessão ao trono que se estenderam até 1485, quando a fundação da dinastia Tudor marcou o aparecimento de uma nova monarquia na Inglaterra. Se a Guerra dos Cem Anos tinha fortalecido o reino em torno de um objetivo comum, havia deixado, por outro lado, o saldo de um prolongado desgaste político e militar, realçado pela derrota contra os franceses. Em um reino devastado pelas guerras externas e internas, abriu-se espaço para a emergência de um governo mais centralizado. Esse espaço foi ocupado pela dinastia Tudor ao longo do século XVI.

Tornando pouco expressiva a ação do Parlamento – instituição presente na Inglaterra desde o século XIII –, o primeiro monarca Tudor, Henrique VII, exerceu seu governo centralizado por meio de um grupo de conselheiros e partidários pessoais. Estes partidários do rei empenhavam-se em limitar o poder dos senhores locais. Após aumentar as obrigações feudais e as tarifas alfandegárias, além de expandir os limites das terras da Coroa por meio de apropriações, a dinastia Tudor acumulou importantes recursos financeiros. A centralização política foi ampliada no governo de Henrique VIII, quando a questão matrimonial exigiu a construção de um amplo apoio político em torno da autoridade do monarca e da nova Igreja oficial inglesa: a Igreja Anglicana. Criada no século XVI, a Igreja Anglicana preservou aspectos cerimoniais próprios do catolicismo, integrados a elementos teológicos do protestantismo, que então se difundia na Europa continental. O ritmo dos interesses políticos e das sucessões monárquicas ditou as variações doutrinárias desta Igreja. Assim, houve momentos em que a Igreja Anglicana esteve mais alinhada ao catolicismo, e outros momentos de maior compromisso com os ideais do protestantismo.



Como parte dos princípios mais gerais da Reforma Protestante do século XVI, podemos destacar três questões:

- a “justificação pela fé”, ideia que sugeria ser a salvação um ideal alcançável pelas atitudes e experiências religiosas cotidianas dos membros da Igreja, e não por práticas vistas como exteriores, como a compra de indulgências, por exemplo;
- o “sacerdócio universal”, que entendia os homens leigos de “vida santa” como sacerdotes, desvalorizando assim o peso da hierarquia clerical na mediação das relações dos homens com Deus;
- a “infalibilidade baseada na Bíblia”, cuja mensagem deveria ser interpretada livremente, contribuindo assim para a meditação pessoal e para um exercício religioso mais interiorizado.

O que foi a questão matrimonial? Em 1527, sem consentimento papal, Henrique VIII divorciou-se de sua esposa Catarina, filha do rei de Espanha, para casar-se novamente. O episódio, conhecido por marcar a introdução do protestantismo na Inglaterra, reuniu aspectos importantes para a compreensão dos rumos da política e da sociedade inglesa no período. Em um cenário no qual as questões religiosas eram indissociáveis do mundo da política, a ação de Henrique VIII pode ser compreendida como um ato de rebeldia que colocava em xeque a tradição. Romper com o catolicismo e negar a autoridade do Papa, respeitada pelos ingleses havia séculos, era uma atitude que atendia a uma vontade individual do monarca: casar-se novamente. Ao mesmo tempo, tal ação contestava uma autoridade tradicional. Pode-se ver aqui um traço da modernidade inglesa, marcada pelo pragmatismo da ação política voltada para a concretização de objetivos que podem exigir a ruptura com valores tradicionais. Tal “modernidade” é uma condição que se aplica às vivências políticas experimentadas pelos ingleses naquela época, quando a memória das guerras, a construção de uma nova cultura política e de uma nova Igreja obrigavam a rever postulados até então incontestados.

A criação da Igreja Anglicana abriu caminho para a realização dos propósitos da Coroa em relação aos bens da Igreja Católica na Inglaterra. Tais bens foram confiscados e doados a particulares, em troca do apoio às reformas religiosas. Os herdeiros de Henrique VIII, por sua vez, envolveram-se em novas disputas, aprofundando o cenário de violência religiosa que marcaria a Inglaterra daí em diante. No breve reinado de Eduardo VI (1547-1553), militantes do protestantismo enxergaram a oportunidade política para a disseminação do calvinismo. Promoveram, então, uma série de mudanças na Igreja Anglicana com o objetivo de torná-la mais comprometida com ideais da Reforma Protestante presentes na Europa continental. Nesse contexto, foram privilegiadas as inovações teológicas promovidas por João Calvino (1509-1564), líder da Igreja reformada da Suíça: o uso de uma liturgia mais austera, com um mínimo de rituais; a adoção do governo presbiteriano, composto por ministros e diáconos escolhidos pelas próprias congregações; e a difusão do dogma da predestinação, que atribuía a salvação da alma das pessoas à graça divina. Melhor dizendo, havia, segundo esse dogma, pessoas predestinadas à salvação e outras não, de acordo com a vontade de Deus.

Esses ideais, entretanto, foram contestados por Maria I, sucessora de Eduardo VI e conhecida como “a sanguinária”, pelas perseguições e execuções de protestantes. O reinado católico de Maria I levou muitos protestantes ingleses ao exílio na Alemanha e na Suíça, países nos quais um maior número de pessoas teve acesso às doutrinas calvinistas que identificariam o **puritanismo** inglês.

Muitos desses exilados retornaram à Inglaterra quando Elizabeth I, protestante, chegou ao trono. Abriu-se então um novo período de disputas e pressões internas e externas, que deixaram a ilha fragmentada em diversas seitas protestantes vistas como radicais, em focos de resistência católica e no anglicanismo oficial.

Puritanismo

Na Inglaterra, os adeptos do protestantismo comprometidos com os dogmas calvinistas eram chamados de puritanos. Surgiu daí a expressão puritanismo.



Assistir ao filme *Elizabeth*, lançado em 1998, é uma boa forma de compreender o clima de conflito entre católicos e protestantes que dominava a Inglaterra em meados do século XVI. O filme trata basicamente da história de Elizabeth I durante a juventude, período em que chegou ao trono, sucedendo sua irmã por parte de pai, Maria I.



A diversidade religiosa que caracterizava a Inglaterra nesse período contrastava com a noção de unidade religiosa forjada pelos espanhóis à época das conquistas. Na Espanha, a reconquista final de Granada e a vitória sobre os mouros, em 1492, foram acompanhadas pela convicção de unidade em torno do cristianismo. Essa convicção foi reforçada pela posterior conversão forçada dos judeus em nome da pretensa “pureza” cristã. A ideia de pureza então dominava os discursos e a atuação do Estado e da Igreja peninsular sobre os não-cristãos. Nesse cenário, a conquista dos novos senhorios era fortemente marcada pelo ideal de expansão da fé cristã católica.

A Inglaterra não vivia, como vimos, um momento de unidade religiosa durante as primeiras tentativas efetivas de colonização da América do Norte. Mas os ingleses se apoiavam em argumentos semelhantes aos desenvolvidos pelos espanhóis e portugueses em suas conquistas. A carta de doação conferida pela rainha Elizabeth I a Sir Walter Raleigh, comandante das primeiras expedições oficiais ao litoral da América do Norte entre 1584 e 1587, declarava que ele se apropriasse das terras que viesse a encontrar, reservando uma quinta parte de todo o mineral – ouro ou prata encontrados – à monarquia. Ocupar e explorar eram finalidades das conquistas, assim como o aumento da glória de Deus, que logo se incorporou ao repertório dos colonizadores quando falavam de seus propósitos. O encarregado da Companhia dedicada à colonização da Virgínia afirmava, em 1609, que desejava servir à “propagação da religião cristã aos nativos que ainda vivem na escuridão

e ignoram Deus”. Nos assentamentos onde a convicção religiosa era ainda mais explícita, como era o caso da Nova Inglaterra, a imagem da construção do reino cristão era igualmente mais forte. Em 1629, o selo da Companhia de Massachusetts mostrava o desenho de um nativo com a inscrição “Venham nos salvar”. A intenção, certamente, era lembrar que a empresa colonial devia envolver, ao menos em princípio, aquilo que então se entendia por glória de Deus, assim como o lucro e a glória militar.



Atende ao Objetivo 1



Figura 11.1: Miniatura de Elizabeth I, 1600.

Fonte: www.bbc.co.uk/history/british/tudors/elizabeth_portrait_01.shtml

1. A imagem anterior é uma miniatura com o rosto da rainha Elizabeth I pintada por Nicholas Hilliard, por volta do ano 1600, quando a rainha já passava dos 60 anos. Última representante da dinastia Tudor, Elizabeth I era também conhecida como a “rainha virgem”, por ter morrido sem se casar ou deixar herdeiros. Algumas características da

figura revelam a intenção de reforçar certos atributos da rainha: os cabelos longos e soltos simbolizavam, naquele contexto, a virgindade; o colar de rubis e pérolas demonstrava a riqueza; a coroa, por sua vez, significava que a rainha era soberana em seus poderes. Com essas informações, crie um breve roteiro de questões apropriadas para alunos da quinta série do segmento fundamental sobre a referida imagem. De que modo você, no papel de professor, poderia levar seus alunos a refletir sobre esta imagem?

Comentário

Esta atividade simula a tarefa de preparar aulas, tão recorrente para os professores. A sugestão de roteiro que apresento a seguir é bastante pessoal, já que cada professor, ao preparar suas aulas, deve aliar sua criatividade ao conhecimento sobre o assunto em questão.

Repare no título da imagem. Que personagem histórica é representada? Em que época?

Se você fosse uma rainha ou rei preocupado em divulgar sua imagem para um grande número de pessoas, naquela época, escolheria pintá-la em uma grande tela ou em várias miniaturas? Por quê?

Há algum sinal de riqueza na imagem? Qual?

A rainha Elizabeth I porta um símbolo de poder na imagem. Qual é?

Imagine ser um camponês pobre vivendo na Inglaterra naquela época. Ao ver pela primeira vez sua rainha na miniatura, que impressão você teria dela?

O século XVII e o domínio dos Stuarts

No século XVII, as condições socioeconômicas inglesas aceleraram a realização do empreendimento colonial. Politicamente, a chegada da dinastia Stuart ao trono marcaria uma época de maiores conflitos em relação à extensão do poder real. O historiador inglês Christopher Hill nota, a esse propósito, que o Parlamento havia apoiado a dinastia Tudor na defesa da monarquia centralizada, pouco se reunindo, e aprovando quase sempre os rumos da política real. Esse expediente alterou-se com os Stuarts. Melhor dizendo, a dinastia que chegou ao poder no século XVII era frequentemente considerada tirânica por certos setores da sociedade inglesa. Como se operou essa mudança? Por que certos traços do absolutismo monárquico pareciam mais toleráveis no século XVI e se tornaram pontos de intenso conflito no século seguinte?

A resposta a essas questões está nas mudanças que ocorriam na sociedade inglesa, particularmente aquelas ligadas à mercantilização do campo. Dois aspectos dessas mudanças merecem destaque especial: o maior desenvolvimento da “burguesia agrária” e o empobrecimento dos setores populares. No século XVII, a Inglaterra ingressou no comércio ultramarino como importante produtora de lã para a manufatura de tecidos que chegavam ao mercado internacional com preços competitivos. As chamadas “terras comuns” – tradicionalmente usadas para a complementação da dieta e das necessidades dos camponeses – estavam sendo cercadas para a criação de ovelhas e posterior benefício da lã. Esse processo ganhou o nome de *enclosures*. Iniciava-se assim um processo de maior empobrecimento e expulsão dos camponeses para as cidades. Muitos desses camponeses sem posses seguiam para as áreas coloniais em busca de condições de vida mais seguras, prometidas pelas notícias de oferta de terras abundantes nessas regiões.

A terra estava entrando no mercado inglês nesse período, demarcando um momento de redefinição do estatuto básico da propriedade: os antigos direitos e a tradição começavam a perder

espaço para os interesses de uma “burguesia agrária”. Nas palavras do historiador E. P. Thompson, a “burguesia agrária” era o setor que acumulava capital nas atividades mercantis, utilizando-o largamente na compra de terras. Além de manter interesses opostos aos dos populares, a burguesia inglesa distanciava-se dos interesses da Coroa. Melhor dizendo, a Coroa empenhava-se em conter a expansão da produção e dos mercados por meio da manutenção de altos impostos e de leis de monopólio, contrariando os interesses da burguesia.

Quando o rei Carlos I dissolveu o Parlamento, em 1629, a burguesia e outros setores se revoltaram e iniciaram uma guerra civil contra o absolutismo real. Carlos I acabou por ser julgado e executado sob a acusação de abusar do poder a ele conferido. No limite, a contestação inglesa optou pela execução do rei considerado tirânico. Com este ato, chegava ao fim uma guerra civil engajada principalmente na promoção dos interesses do capitalismo em desenvolvimento. Esses interesses seriam vitoriosos nos compromissos políticos assumidos nas décadas seguintes e firmados na Revolução Gloriosa, em 1688. Após esse período, a monarquia constitucional se consolidou ao lado da proteção à propriedade particular e da preservação dos interesses da burguesia.

Para os setores populares, como já indiquei, o saldo da guerra civil do século XVII foi desastroso. Os *enclosures* e as migrações internas tiveram seu impacto aumentado pelos anos de guerra civil, ainda mais insuportáveis pela conjuntura de alta de preços e escassez de alimentos. Estes fatores, em conjunto, favoreciam os grupos sem posses a enxergarem a América como uma alternativa para melhorar as condições de vida. Para os grupos religiosos minoritários, a situação inglesa também era conturbada. Os Stuarts, com inclinações ao catolicismo, empreenderam constantes perseguições a diferentes segmentos de protestantes, sobretudo àqueles adeptos ao calvinismo em sua vertente inglesa, então conhecidos como puritanos. Para estes indivíduos, sobretudo aqueles vindos de setores médios e populares, a América era vista como um refúgio onde poderiam viver suas opções religiosas com maior liberdade.

O Estado e a Igreja Católica na Espanha estavam, assim, firmemente comprometidos com os empreendimentos coloniais do início da época moderna. O Estado e a Igreja na Inglaterra, por sua vez, experimentavam um clima de conflitos religiosos, que conduzia os monarcas de uma mesma dinastia, como foi o caso dos Tudor, a adotarem diferentes formas de credo religioso. No Novo Mundo criado pelos ingleses, esta atmosfera de diversidade religiosa também se fez presente. As questões políticas também fizeram com que o Estado inglês estivesse mais afastado dos colonos no período de assentamento na América. Afinal, na primeira metade do século XVII os ingleses viviam uma guerra civil, que mobilizava o Estado e deixava pouco espaço para o envolvimento com a rotina da colonização da América.

Contrastes nas treze colônias inglesas da América

Muitos novos habitantes chegaram às colônias inglesas da América na primeira metade do século XVII. Neste período, a Inglaterra viveu um impulso colonizador marcado pela atividade de particulares organizados em companhias que mobilizavam recursos para a colonização com licença da Coroa. Para as colônias da América do Norte, dirigiram-se então cerca de 75.000 homens e mulheres que partilhavam condições materiais precárias, hábitos da vida rural e o sentimento de distância da Inglaterra de origem.

Mas o fato de possuírem origens relativamente homogêneas não garantiu a criação de padrões de colonização idênticos nos assentamentos ingleses da América continental. As colônias eram marcadas, aliás, por muitas diferenças em seus modos de organização e povoamento iniciais.

Boa parte dos livros didáticos, filmes e imagens mais habituais que relacionamos à colonização inglesa traz à mente grupos de puritanos vestidos de preto, desembarcando na costa atlântica com suas extensas famílias e logo envolvidos em intensa vida religiosa e comunitária marcada pela disciplina e pelo controle moral. Teria sido esse um padrão de colonização dominante na América continental? Estendeu-se ao conjunto das treze colônias?

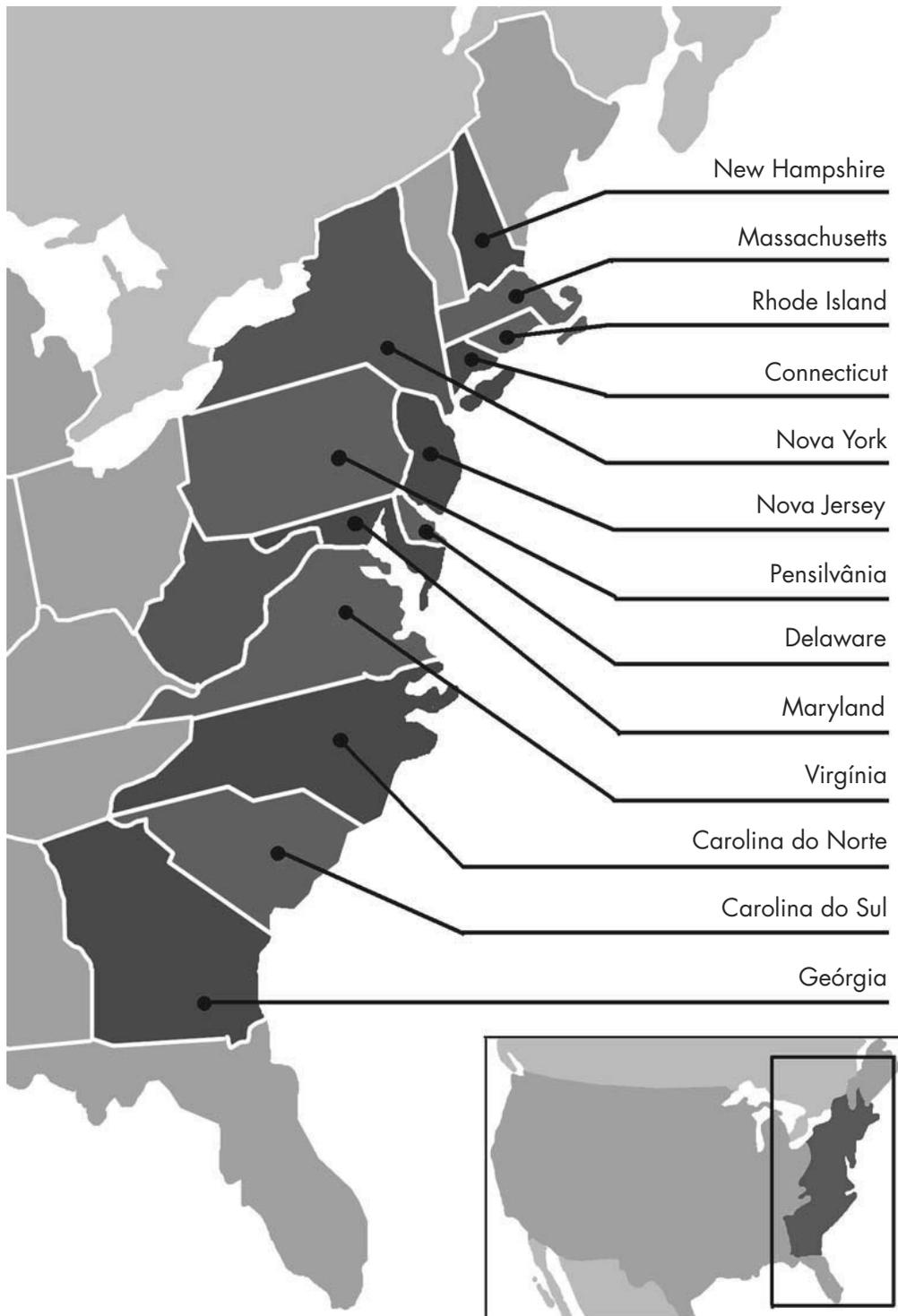


Figura 11.2: A localização das treze colônias inglesas.

Fonte: www.commonswikimedia.org

Tabela 11.1: Datas de fundação das treze colônias

Colônias	Ano de fundação
Virgínia	1607
New Hampshire	1623
Massachusetts	1620-30
Maryland	1634
Connecticut	1635
Rhode Island	1636
Carolina do Norte	1653
Nova York	1613
Nova Jersey	1664
Carolina do Sul	1670
Pensilvânia	1681
Delaware	1638
Geórgia	1733

Jack Greene, um conceituado especialista norte-americano nessa temática, reconhece que a imagem dos imigrantes puritanos é a mais habitualmente identificada ao passado das treze colônias. Mas o autor adverte que a experiência colonial foi mais diversificada, tendo seu “centro de gravidade” se desenvolvido inicialmente nas áreas do centro-sul, em torno da baía de Chesapeake. Nesta região, que aqui chamaremos de Chesapeake, apenas se estabeleceram as colônias de Maryland e Virgínia.

O exigente cultivo do tabaco determinou os contornos da sociedade do Chesapeake, marcada por uma orientação largamente comercial em seus propósitos. Dependia, portanto, do desenvolvimento de uma produção vendável e valorizada nos mercados europeus. A mão de obra inicialmente empregada na região era formada pelos trabalhadores por contrato (*indentured servants*). Eram quase sempre ingleses, que deixavam a terra natal diante da promessa de receber um lote de terra após cerca de sete anos de trabalho nos campos de tabaco. Esses trabalhadores constituíram um padrão de sociedade jovem, masculina (houve momentos em que a proporção era de uma mulher em cada seis homens embarcados para a região) e com poucas condições de crescimento natural pela dificuldade na formação de famílias estáveis.

Difíceis eram também as condições de vida na região. Nas décadas iniciais do assentamento colonial, os altos índices de mortalidade por doenças e os repetidos ataques indígenas dizimavam povoados recém-instalados. Embora a Companhia responsável pela colonização da Virgínia exigisse que os ganhos econômicos da região se realizassem em um contexto de instituições culturais e religiosas firmemente estabelecidas, é notável que o senso de comunidade se enraizava mais lentamente nessa área voltada para ganhos imediatos. Na área de Chesapeake, os trabalhadores por contrato eram explorados à exaustão e quase sempre recebiam menos do que o necessário para o próprio sustento.

A riqueza produzida pelo tabaco, porém, suscitou algumas mudanças no cenário da região após 1660. A expectativa de enriquecimento encorajou um aumento da imigração familiar. A possibilidade de melhoria nas condições de vida passou a ser progressivamente partilhada por setores médios e mesmo por trabalhadores que sobreviviam ao tempo de contrato, esperando viver de forma mais independente em suas propriedades. A maior diversificação da produção para consumo local, somada à subordinação ou ao isolamento dos índios das imediações, contribuiu ainda para diminuir as ameaças mais constantes à população colonial. Criaram-se, assim, melhores condições de coesão comunitária. A formação de paróquias e o estabelecimento de uma estrutura judicial dedicada à articulação dos interesses locais completavam o contexto de busca por maior estabilidade social na região.

Desde os assentamentos iniciais, a área do Chesapeake destacou-se pelos traços mais seculares: exploração da agricultura comercial, competição por recursos e ascensão social, formação familiar lenta e instituições sociais que se enraizaram progressivamente. Considerando que se trata da região mais populosa, além de ter sido econômica e politicamente a mais dinâmica da América colonial, é de se notar que seus modos coloniais diferem da tradicional visão que temos da experiência colonial inglesa no continente. Melhor dizendo, a região do Chesapeake não se adapta prontamente àquela imagem de uma colonização familiar e puritana habitualmente associada aos colonos ingleses.

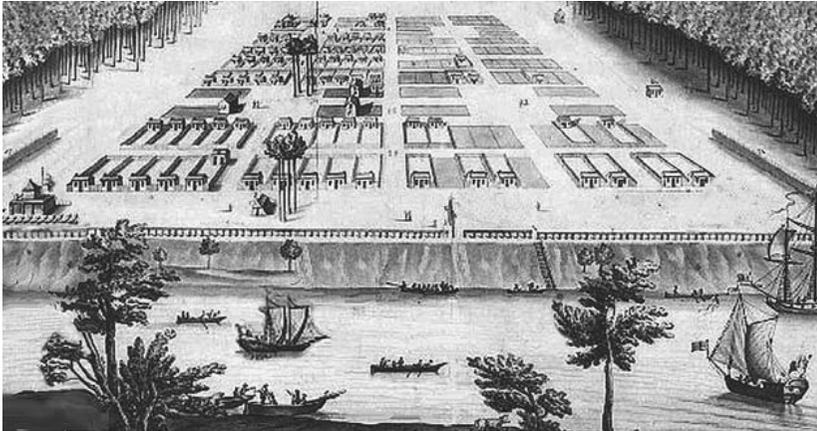


Figura 11.3: Vista da colônia da Geórgia, em 1734.

Então, onde estavam os chamados puritanos? Estavam ao norte do rio Hudson, na Nova Inglaterra. Sendo a perseguição religiosa constante na Inglaterra, as alternativas à liberdade de culto passavam pela América, que recebeu inúmeros grupos de imigrantes atingidos por perseguições religiosas. Por volta de 1640, a região que aqui chamamos de Nova Inglaterra era formada por quatro colônias: Massachusetts, Connecticut, New Hampshire e Rhode Island. Não é possível afirmar que os colonos vindos para essas áreas partilhavam todos as mesmas convicções teológicas, mas é possível notar alguns traços de união em suas experiências de assentamento na América: a imigração de base familiar com forte autoridade paterna, a pequena presença de trabalhadores por contrato e a expressiva maioria de puritanos entre os primeiros colonos.

Movidos seguramente pela busca de um refúgio religioso distante das perseguições na terra natal, os puritanos vindos para a América no século XVII imaginavam-se como um grupo escolhido por Deus. Viam-se investidos da missão sagrada de estabelecer uma comunidade cristã purificada, uma espécie de modelo para o resto da cristandade. A peculiaridade dos puritanos que formaram a Nova Inglaterra residiu na criação de comunidades onde a igreja e o clero mantinham extensos poderes civis. Era íntima, portanto, a relação entre os líderes seculares e clericais, que, em princípio, se apoiavam mutuamente na condução dos negócios públicos e comunitários.

A expressão puritanismo é entendida aqui no sentido que tinha na linguagem popular da época. Era usada, no século XVII, para indicar os movimentos religiosos marcados por práticas austeras e comportamentos disciplinados na busca de realizações sagradas. Nesse sentido, eram indistintamente chamados de puritanos os membros de diferentes Igrejas – congregacionistas, menonitas, *quakers*, etc. –, não importando as diferenças dogmáticas e organizacionais existentes entre elas. Para Max Weber, o puritanismo inglês tinha na doutrina da predestinação um de seus dogmas mais característicos: Deus havia predestinado alguns homens à vida eterna e outros à morte eterna por manifestação de sua livre graça e amor. Eliminando a ideia de salvação por meio da Igreja e dos sacramentos presentes no catolicismo (o que Weber chamou de eliminação da “magia do mundo”), a ética puritana conduziria seus seguidores a um constante questionamento sobre ser eleito. Afinal, essa seria a condição única para a salvação. Essa preocupação cotidiana conduzia os fiéis a criarem a própria convicção da salvação por meio de um sistemático autocontrole de suas condutas pessoais e comunitárias. Pode-se dizer mesmo que houve uma organização comunitária de compromisso entre gerações de colonos puritanos na Nova Inglaterra. Tratava-se, então, de uma organização comunitária na qual o senso de responsabilidade comunal, a ordem, a hierarquia e a subordinação dos interesses individuais ao bem comum eram perseguidos sob rígido controle moral e disciplinar.



Para ter uma ideia do cotidiano dos puritanos na Nova Inglaterra, procure ver o filme *A letra escarlate*, estrelado por Demi Moore em 1995. A história trata da prática (real) de colocar a letra A, bordada em vermelho, nas roupas das mulheres acusadas de traírem seus maridos.

Um exemplo de Igreja com extensos poderes civis no século XVII pode ser observado entre os puritanos de Massachusetts, conforme ressalta Leandro Karnal. Decidiu-se, nessa colônia, que apenas os membros das igrejas puritanas poderiam votar e ter cargos públicos, devendo a Igreja e o Estado atuarem juntos no controle e na punição das práticas desviantes às normas por eles estabelecidas. De maneira mais expressiva do que em outras áreas, os colonos da Nova Inglaterra trouxeram da Europa suas primeiras lideranças sociais e religiosas. Mais uma vez, o contraste com as áreas do Chesapeake é visível, já que nesta região as autoridades políticas emergiam do disputado cenário dos plantadores de tabaco, competindo por postos na esteira do sucesso de suas empresas coloniais e da quantidade de dependentes e aliados nelas mobilizados. Na Nova Inglaterra, os líderes locais e regionais dos primeiros tempos coloniais trouxeram sua autoridade desde a Inglaterra, formando espaços sociopolíticos inicialmente mais tradicionais, pois estavam mais apegados ao passado europeu.

Sob o ponto de vista econômico, vale registrar que a Nova Inglaterra jamais foi uma sociedade puramente voltada para a subsistência. Apesar dos escrúpulos religiosos quanto ao lucro excessivo, os primeiros colonos envolvidos em atividades agrícolas já produziam excedentes para serem trocados por mercadorias inglesas. Por volta de 1640, alguns portos da região já atuavam em atividades comerciais mais vigorosas, vendendo peles, peixes e artigos de madeira, entre outros, em mercados da própria América do Norte e do Caribe. Cidades como Boston e Salem assistiram a um progressivo processo de estratificação social e econômica, melhor dizendo, houve a formação de uma elite comercial e proprietária de lotes de terra mais vastos, contrastando com o ideal das vilas igualitárias imaginado pelos primeiros colonos.

Enfim, a imagem dos puritanos chegando à América no navio *Mayflower* é aquela que mais retemos na memória. É importante ressaltar, no entanto, que um quadro mais dinâmico e diverso caracterizava as treze colônias. Observadas em sua complexidade,

percebe-se que combinaram motivações mercantis, religiosas e políticas em seus assentamentos iniciais. Construíram, portanto, realidades regionais condicionadas por padrões demográficos, relações de trabalho e formas produtivas que se modificaram no tempo.



O *Mayflower* foi um navio repleto de ingleses comprometidos com os ideais puritanos que aportou na Nova Inglaterra, em 1620. Por um erro de navegação, o navio, que devia seguir para a Virgínia, não ultrapassou a região da Nova Inglaterra. Sem autorização anterior para formar ali uma comunidade, os colonos estabeleceram o Pacto do *Mayflower*, que deu origem à colônia de Plymouth. Por meio desse pacto, comprometeram-se a combinar esforços na formação de um corpo civil e político para a condução dos assuntos da colônia. Por ser pouco populosa, Plymouth foi absorvida em 1691 pela colônia de Massachusetts, sua vizinha maior e mais rica.



Atende ao Objetivo 2

3. Se você já é professor, está acostumado à tarefa de sintetizar conteúdos no quadro para seus alunos, facilitando a visualização e explicação de certos temas em sala de aula. A proposta desta atividade é que você elabore um breve quadro-síntese que permita explicitar, por meio de palavras-chave, alguns contrastes entre as experiências de assentamento colonial na América inglesa. O objetivo do quadro-síntese, pensado sob o ponto de vista de um professor e de sua turma, é mostrar que a experiência de assentamento europeu nas treze colônias foi diversificada e complexa.

	Nova Inglaterra	Região do Chesapeake
Impulsos para a colonização		
Perfil dos imigrantes		
Perfil produtivo/econômico		

Comentário

Nesta questão, é interessante que você treine sua capacidade de síntese e comparação, transformando o conteúdo lido em palavras-chave adequadas. No espaço relativo aos impulsos para a colonização, deve-se registrar o contraste entre a imigração majoritariamente impulsionada pelas questões religiosas, na Nova Inglaterra, e o caráter mais comercial dos empreendimentos de Maryland e Virgínia; quanto ao perfil dos imigrantes, é relevante perceber as diferenças entre a imigração familiar (Nova Inglaterra) e a imigração de trabalhadores por contrato, na região do Chesapeake; já o perfil produtivo destas regiões, no período aqui estudado, variava entre as atividades de subsistência e aquelas destinadas aos mercados regionais (no caso da Nova Inglaterra), e a produção para o mercado internacional, no caso da área do Chesapeake.

CONCLUSÃO

Os ingleses não foram os primeiros a estabelecer núcleos de colonização na América do Norte. Antes deles, os franceses já estavam presentes em áreas do Norte – próximas aos Grandes Lagos – e ao longo do rio Mississippi; os espanhóis também mantinham estabelecimentos coloniais, ainda que bastante instáveis, sobretudo na região da Flórida e no sudeste do continente. No entanto, foram as treze colônias inglesas, estabelecidas no litoral atlântico a partir do início do século XVII, que marcaram mais profundamente a história da colonização da América do Norte.

A história da Inglaterra na época moderna foi o ponto de partida de nossa reflexão sobre a formação das treze colônias por pelo menos dois motivos. Como vimos, as mudanças e os conflitos religiosos acelerados pela criação da Igreja Anglicana, ao lado do contexto criado pela intensa mercantilização do campo inglês, atuaram como catalisadores da formação das treze colônias.

Acompanhando alguns traços dos primeiros empreendimentos coloniais, ao longo do século XVII, procurei ressaltar sempre o caráter complexo e diversificado da experiência inglesa na América do Norte. Insisti nesse ponto por julgar relevante oferecer a você alguns dados que permitam criar imagens mais ricas e diversas da colonização inglesa nas Américas. Assim, podemos refinar nossa habitual imagem de uma América colonial povoada apenas por peregrinos e fugitivos dos conflitos religiosos ingleses. Esta é uma das faces fundadoras da América colonial, certamente, mas não é a única, como você sabe agora.

Comentário

Esta atividade exige que você alie conhecimentos sobre a matéria estudada a uma dose de criatividade. Essas duas ferramentas são, aliás, as mais utilizadas pelos professores no exercício da atividade docente. Por exigir criatividade, trata-se de uma atividade bastante livre. O roteiro que apresento a seguir é, portanto, apenas uma das alternativas possíveis para o trabalho com esta imagem em sala de aula, com alunos hipotéticos.

- Esta imagem é uma charge. Quais são as especificidades desse tipo de expressão artística?
- Que informações da legenda permitem contextualizar o local, a época e os personagens da cena?
- Que aspectos da imagem permitem contextualizar o local, a época e os personagens da cena?
- Ao pesquisar o que é uma charge, você deve ter visto que neste gênero o artista se utiliza do humor para ressaltar as supostas características de seus personagens. Nesta charge, observando a relação entre a legenda e a imagem, a que características das comunidades puritanas o artista faz alusão?

RESUMO

O processo de formação das treze colônias na América do Norte foi impulsionado por aspectos do contexto social e religioso da Inglaterra nos séculos XVI e XVII. Tais aspectos vinculam-se especialmente à introdução do protestantismo, às perseguições religiosas promovidas contra os ditos puritanos e às mudanças ocorridas na estrutura rural da Inglaterra nesse período.

Na formação da colonização inglesa na América, destacaram-se dois modos coloniais contrastantes no século XVII: a experiência da região do Chesapeake, voltada para a produção do tabaco, e a imigração de caráter mais familiar e religioso, presente na Nova Inglaterra.

Informações sobre a próxima aula

Nesta aula, privilegamos a presença dos europeus nas colônias inglesas da América do Norte. Na próxima aula, convido você a conhecer um pouco mais sobre os nativos que viviam naquela região, suas interações e seus conflitos com os colonos.

Discutiremos também o estabelecimento de uma sociedade propriamente escravista na América inglesa, sobretudo no contexto das colônias do Centro-Sul ao longo do século XVIII. Até lá!

Aula 12

Nativos e escravos na América colonial inglesa

Larissa Viana

Metas da aula

Nesta aula, serão apresentados os traços gerais das relações entre indígenas e colonos na América inglesa. Também será abordado o contexto de introdução do trabalho escravo nessa região.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar as principais formas de interação entre nativos e colonos na América inglesa entre os séculos XVII e XVIII;
2. contextualizar o processo de introdução do trabalho escravo nas treze colônias inglesas, caracterizando especialmente os contornos da escravidão na região do Chesapeake, entre os séculos XVII e XVIII.

Pré-requisito

Para melhor acompanhar esta aula, é importante que você tenha em mãos um atlas histórico.

INTRODUÇÃO

Talvez você se lembre de um desenho dos estúdios Disney, lançado em 1995, cujo tema central era o relacionamento entre a jovem Pocahontas, uma nativa, e o capitão inglês John Smith. Mas talvez você não saiba que esse filme se baseou em fatos documentados, ocorridos na Virgínia colonial, a partir do ano de 1607. Pouco tempo após chegar a essa região, o capitão John Smith foi capturado por índios e salvo da morte por intervenção de Pocahontas, filha do chefe da tribo que o capturara. Nos anos seguintes, segundo relatos da época, a jovem nativa enviou comida a colonos famintos e avisou John Smith sobre ataques indígenas, protegendo a vila dos ingleses em diversos momentos.

Contrariando nossas expectativas românticas, Pocahontas e John Smith não se casaram. Ele, aliás, retornou à Inglaterra. Mas a jovem nativa converteu-se ao cristianismo em 1614 e casou-se com John Rolfe, um plantador de tabaco que a levou para a Inglaterra em 1616. Lá, Pocahontas, que passou a ser chamada pelo nome cristão de Rebeca, adoeceu e morreu prematuramente.

A história de Pocahontas nos ensina mais sobre as exceções. Cotidianamente, as relações estabelecidas entre índios e europeus nas treze colônias não privilegiaram a conversão dos índios ao cristianismo, tampouco foram comuns as uniões entre homens brancos e mulheres índias. Qual seria, então, a dinâmica mais usual das interações e dos conflitos entre nativos e europeus nos primeiros séculos da experiência inglesa nas Américas? É esta a questão central que pretendo discutir com você na primeira parte desta aula.

Em seguida, convido você a refletir sobre a experiência dos africanos que chegaram à América como escravos, também a partir do século XVII. Dirigindo-se prioritariamente para as áreas do desgastante cultivo do tabaco, os primeiros africanos a viverem nas colônias inglesas substituíram gradualmente os trabalhadores por contrato (*indentured servants*) europeus. Você certamente se surpreenderá ao descobrir as histórias de escravos que formavam

famílias, obtinham bens, comercializavam com relativa autonomia, faziam petições e iniciavam processos em tribunais locais. Ao mesmo tempo, falaremos de imagens da escravidão certamente mais conhecidas por você, quando tratarmos das áreas típicas de *plantation*, disseminadas no centro-sul da América inglesa no século XVIII.

Modos indígenas

Ao lado das muitas diferenças que marcaram os povos nativos das Américas, há uma notável característica comum: o relativo isolamento em que essas sociedades se desenvolveram. Diante da ausência de contatos com povos, técnicas e doenças vindas de fora da América, o impacto da conquista foi drástico para os índios. O primeiro estágio das profundas mudanças sofridas pelos nativos americanos foi marcado exatamente pelo impacto das epidemias, que causaram enorme devastação entre populações sem defesas para as doenças trazidas por europeus e africanos. As epidemias, os deslocamentos forçados pela violência dos invasores, a fome e a desagregação sociocultural combinavam-se, formando o quadro geral de grande debilidade demográfica experimentado pelas populações originais das Américas.

No caso da América do Norte continental, a invasão das doenças se fez sentir ainda antes da presença mais sistemática dos ingleses. Desde o século XVI, os espanhóis estabeleceram suas primeiras fortalezas na área da atual Flórida, abrindo a porta para contágios diversos. Tais contágios foram ampliados pela presença de franceses comercializando peles ao norte e pelo estabelecimento das primeiras colônias inglesas no litoral do Atlântico. Considerando as estimativas populacionais para a América no período anterior à conquista, W. Denevan propõe algo em torno de quatro milhões e meio de habitantes formando as nações nativas da América do Norte. Sabe-se hoje que algumas dessas nações desapareceram diante das primeiras epidemias e guerras. Como bem observou o historiador James Merrell, os nativos americanos não cruzaram oceanos nem povoaram terras distantes, mas também passaram a viver em um “novo mundo” após os contatos com europeus e africanos no período colonial.



Figura 12.1: Nações indígenas da América do Norte colonial.

Para os que resistiram ao impacto dos micróbios e das guerras, as interações com o mundo colonial foram moldadas diante das especificidades locais. Para uma caracterização geral das formas de interação entre europeus e nativos na América do Norte, podemos privilegiar aqui três processos. São eles: a formação de alianças comerciais; as disputas pela terra; as migrações e a criação de comunidades de compromisso entre diferentes grupos de nativos no estabelecimento de formas de “resistência adaptativa” ao avanço da colonização. Alguns exemplos podem ajudar a compreender melhor estes aspectos.

O comércio chegava geralmente mais devagar do que as doenças e atendia às demandas dos colonos por peles, em especial. Estimulavam-se, assim, os conflitos entre as diferentes nações que disputavam territórios de caça para obter as valorizadas mercadorias. Em contrapartida, os nativos recebiam armas, bebidas, ferramentas e outros suplementos europeus que os envolviam em formas econômicas estrangeiras. No curso das trocas comerciais

com os europeus – estabelecidas não apenas nas treze colônias, mas também nos territórios ocupados por franceses e espanhóis –, a autossuficiência que antes marcava a história das comunidades nativas tornou-se uma memória.

À medida que os produtos europeus passaram a ser valorizados pelos índios, cresceram as disputas entre diferentes grupos nativos por recursos a serem comercializados com os europeus. Neste contexto, as guerras entre os índios propiciavam também a captura de prisioneiros vendidos como cativos aos colonos europeus. Outras vezes, os próprios colonos lutavam contra os índios para capturar escravos. As lutas movidas por proprietários da Carolina do Sul contra os índios *tuscaroras* e *yamassees*, para citar apenas um exemplo, permitiu a incorporação de grande número de índios capturados. Na segunda metade do século XVIII, de acordo com o historiador Ira Berlin, a Carolina do Sul contava com cerca de 1.500 índios escravizados trabalhando nas áreas de cultivo do arroz e do anil.

Assim, pode-se afirmar que os colonos visavam principalmente duas “mercadorias” dos índios: peles e escravos. Enquanto a demanda de colonos por índios escravos encorajava a expansão das guerras entre grupos nativos rivais, a demanda por peles promovia novas disputas por territórios de caça.

A questão da terra, entretanto, mais do que a disputa pelos trabalhadores indígenas, foi o principal foco de conflitos entre colonos e índios na América colonial. Para os colonos, valia o “direito de descoberta”, fundado na ideia de que os conquistadores poderiam se apossar de territórios que não pertencessem a um “príncipe ou povos cristãos”. Mas esta alegação dos colonos logo se confrontou com a realidade da reação dos grupos nativos, motivando acordos locais ou guerras declaradas. Foi este o caso dos nativos *wampanoags*: em 1675, declararam um conflito aberto contra os ingleses, que havia quinze anos promoviam incursões em seus territórios. Conhecida como Guerra do Rei Felipe, a ofensiva dos índios chegou a destruir alguns povoados de colonos na região de Massachusetts, até que o armamento superior dos europeus mudou o rumo das batalhas, selando a vitória inglesa em 1676.

Conflitos como este geralmente empurravam os índios para as migrações, para a venda de suas terras ou para o estabelecimento de acordos com os colonos. Pelos acordos, os nativos mantinham-se em áreas reservadas de seus territórios originais, espécies de enclaves formados em meio ao avanço da colonização. Aqueles que migravam dirigiam-se geralmente para além da cadeia de montanhas conhecidas como Apalaches, localizada na costa leste do continente. Defrontavam-se, então, com perdas socioculturais enormes. Deve-se pensar, nesse sentido, que o estabelecimento em uma nova localidade demandava o tempo exigido para a reconstrução de formas de governo, de sustento e de organização dos rituais em território estranho.



“Milhares de europeus passaram a viver como índios, mas não há exemplos de nativos que tenham escolhido tornarem-se europeus.” Esta curiosa afirmação foi feita pelo fazendeiro e escritor de origem francesa Hector de Crèvecoeur, em 1782. A opinião deste colono, residente em Nova York, permite-nos abordar uma situação pouco conhecida, mas razoavelmente usual na América colonial. Trata-se dos chamados “índios brancos”, ou seja, dos colonos capturados por nativos que desejavam permanecer com seus captores, mesmo quando tratados de paz lhes garantiam a oportunidade de retornar a seus lares originais. O jovem de 14 anos John McCullough viveu entre os índios *shawnees* por oito anos, quatro meses e dezesseis dias, segundo as contas de seus pais, colonos ingleses. Quando um acordo de paz foi selado com os índios, o jovem teve suas pernas amarradas à barriga de um cavalo e os braços atados às costas, medida tomada por aqueles que o resgataram para que não fugisse na jornada de volta para casa. Não adiantou. John conseguiu escapar à noite e retornou para sua família índia. Lá permaneceu por mais um ano, quando foi finalmente trazido para seu lar inglês na Pensilvânia sob forte guarda.

Situações como essa eram mais comuns entre crianças e jovens, que se ligavam a suas famílias índias, especialmente quando raptados ou capturados com pouca idade. Algumas vezes, porém, os laços de afeto

entre índios e brancos se formavam também com europeus adultos. Foi esse o caso do colono Thomas Ridout, que, em 1799, onze anos após ter sido libertado, recebeu em York (atual Toronto) uma visita de seu “pai” nativo, Kakinathucca. O relato de Ridout sobre essa visita não esconde a emoção do reencontro: “Kakinathucca olhava para mim e para minha família com particular satisfação, e a minha mulher e meus filhos igualmente contemplavam as nobres qualidades deste valoroso índio.”

A venda de terras também foi um mecanismo introduzido pelas demandas dos europeus, pontuado quase sempre pela denúncia de prejuízos e abusos sofridos pelos índios nessas transações. Mesmo em regiões que tinham a reputação de reconhecer os direitos dos nativos à terra, como era o caso da Pensilvânia, tais denúncias acabavam ganhando expressão. Os índios *lenni lenape*, por exemplo, venderam terras que ocupavam para W. Penn, fundador da colônia, entre 1682 e 1684. Permaneceram na região nos anos seguintes, onde logo se viram engolfados pelo avanço dos europeus e pela devastação causada por doenças. Dizia-se na época que “dois nativos morriam a cada cristão que chegava”, de acordo com um relato escrito em 1694 por Gabriel Thomas, cronista da região. O ritmo da desagregação acabou levando-os a migrar para o interior da nova colônia, competindo por terras e recursos naturais com outros nativos previamente instalados na região.

O expediente da venda de terras foi adotado também em outras colônias, introduzindo a noção de propriedade no mundo dos nativos envolvidos nas transações de compra e venda. Os *iroqueses* da região de Nova York, reputados como guerreiros excepcionais, vendiam terras aos ingleses para custear as mercadorias e armas que compravam deles. Criava-se, assim, uma situação de dependência suscitada por novas necessidades do mundo dos índios. Na ausência de uma política formal da Coroa sobre as terras dos índios, os colonos geralmente legitimavam seus avanços por meio da compra ou de acordos de concessão, ambos denunciados pelos nativos como abusivos ou fraudulentos.



Figura 12.2: Mulheres iroquesas moendo grãos. Gravura anônima de 1664.

Fonte: www.wikipedia.es

Em 1763, com o fim da Guerra dos Sete Anos, os ingleses conquistaram diversos territórios que estavam sob ocupação francesa no interior da América do Norte. A questão da terra dos índios, que se aliaram aos franceses durante a guerra, obteve um tratamento específico por parte da Coroa. Decidida a apaziguar os ânimos e trazer os índios para seu lado, a Coroa inglesa reservou os domínios recém-conquistados para o usufruto dos nativos. Assim, as terras a oeste dos Apalaches foram reconhecidas como parte do domínio da Coroa inglesa na América, mas reservadas por direito ao usufruto dos índios, desagradando os colonos que pretendiam avançar seus domínios sobre aquela região. Tal medida evidenciava o fato de que a terra, mais do que o trabalho, era o principal ponto de conflito entre índios e colonos ao longo da época colonial.

Pelo que vimos até aqui, as comunidades nativas reagiram ao avanço da colonização vendendo terras, guerreando ou migrando. Mas também houve aquelas que formularam ações políticas permanecendo em suas áreas originais, onde criaram mecanismos mais ou menos bem-sucedidos de adaptação, em face das mudanças

Resistência adaptativa

O conceito de “resistência adaptativa” foi proposto pelo historiador Steve Stern. Este conceito ajuda-nos a pensar que os nativos elaboraram estratégias de contato com os europeus, levando em conta suas próprias motivações e interesses.

introduzidas pelos colonizadores. Um exemplo de **resistência adaptativa** em face dessas mudanças pode ser encontrado entre os índios *catawbas*, que viviam na região das Carolinas.

O termo *catawba*, usado desde o início do século XVIII, não designava uma comunidade nativa existente antes da chegada dos ingleses. Designava, antes, a união entre diferentes grupos da região interessados em promover uma liderança política comum – mas nem sempre estável – que os fortalecesse diante de europeus e de outras nações de índios não aliados. Por volta de 1730, quando colonos ingleses se estabeleceram nas terras próximas aos *catawbas*, as trocas comerciais promoveram os contatos iniciais. Tais contatos tornaram-se mais conflitantes à medida que os colonos desejavam expandir suas propriedades. Considerando os índios pouco hábeis para o trabalho e não os desejando como vizinhos, os ingleses pressionaram os *catawbas* a deixarem seus territórios, abrindo assim espaço para o avanço da colonização.

Diante do inevitável avanço dos colonos, os *catawbas* se viram reduzidos a cerca de 500 habitantes após a epidemia de varíola de 1759. Os nativos, então, gradualmente reconheceram a necessidade de criar alternativas políticas em meio às enormes perdas que vinham sofrendo. Em outras palavras, encontrar meios de conviver com os indesejáveis vizinhos era a via possível para a sobrevivência dos nativos em seus territórios originais. Como tantos outros grupos originais das Américas, os *catawbas* souberam utilizar as instituições e mecanismos legais dos ingleses a seu favor. Obtiveram, assim, uma concessão que lhes conferia o direito de explorar uma reserva no antigo território do grupo. Aos colonos que desejassem terra nesta área, restou a possibilidade de arrendamento, praticada pelos índios em troca de dinheiro, manufaturas e mantimentos. Reforçando sua presença junto aos povoamentos coloniais, os *catawbas* prestavam serviços aos ingleses, como a doma de cavalos, a recuperação de escravos fugitivos e a venda de seus artesanatos.

Como adverte a historiadora Maria Regina Celestino, as novas perspectivas sobre a história indígena devem levar em conta o fato de que os índios souberam se transformar e reelaborar seus valores, culturas, interesses e objetivos. Essa nova abordagem permite pensar que “os povos indígenas não estavam na América à disposição dos colonizadores, nem com eles colaboraram por ingenuidade ou tolice”, como afirma Celestino. As experiências dos *catawbas*, *iroqueses* e *shawnees*, brevemente relatadas aqui, apresentam vivências diferentes diante da colonização. Guardam, entretanto, um traço em comum: não houve mundo nativo intocado depois da conquista.

As relações comerciais, políticas e a intensa exploração dos recursos humanos ou naturais dos nativos causaram enorme devastação – ainda mais sistemática, no caso da América do Norte, ao longo do século XIX. Mas é preciso ressaltar que as ações dos diferentes grupos de nativos diante dos colonos foram também ações políticas e deram margem a processos de transformação cultural certamente permeados pela violência. A tarefa do historiador ao examinar tais processos, como lembra o historiador S. Gruzinski, é recuperar aquilo que houve de multiplicidade, coerência e inventividade nas estratégias dos índios diante do brutal empreendimento colonizador.

Quando se trata do governo dos índios no âmbito das colônias inglesas, vale ainda ressaltar que o Estado e as instituições locais tiveram pouco interesse em criar políticas gerais relativas aos grupos nativos. Aqui, o contraste com a colonização espanhola é evidente, na medida em que os assentamentos hispano-americanos moldaram-se exatamente em torno da sobrevivência do mundo índio. A intensa exploração do trabalho, os projetos de evangelização e a formação da “república dos índios” na América espanhola se desenvolveram como parte de acordos e conflitos entre agentes da Coroa, particulares, membros da igreja missionária e lideranças indígenas. A farta legislação e as obras dos religiosos sobre os nativos, presentes desde os primeiros anos da conquista, demonstram que os índios eram encarados como assunto do Estado e da Igreja.

Na América inglesa, em contrapartida, a ausência de projetos de evangelização ou de submissão da mão de obra nativa conduzidos pelo Estado fez com que colonos e índios se relacionassem por acordos e conflitos mais determinados pelas demandas cotidianas, que variavam de uma região para outra.



Atende ao Objetivo 1

1. A "Breve narrativa dos índios Mohawk" foi redigida por Johannes Megapolensis, natural da Holanda. Ele foi o ministro escolhido, em 1643, para pregar o Evangelho aos índios Mohawk que viviam na margem esquerda do rio Hudson. Nesta atividade, proponho que você leia um pequeno trecho da narrativa de Megapolensis, reproduzido a seguir, e nele localize um dos traços das interações entre brancos e nativos comentados na primeira parte desta aula.

Nossos Mohawks empreendem grandes guerras contra os índios do Canadá, no Rio São Lourenço, e apresam muitos cativos... Poupam todas as crianças de dez a doze anos, e todas as mulheres que prendem na guerra... Embora sejam tão cruéis com os inimigos, são muito amistosos conosco...

Resposta Comentada

Nesta atividade, espero que você demonstre efetiva apreensão dos exemplos de interação entre nativos e europeus estudados anteriormente. O aspecto a ser enfatizado na resposta é o da guerra. Como demonstra a narrativa, os nativos em questão moviam guerras contra seus vizinhos índios, embora, neste caso, fossem amistosos em relação aos colonos. A guerra entre os índios conduzia ao apresamento de cativos. Seria interessante destacar, embora esse dado não fique explícito no trecho citado, que os índios vendiam nativos inimigos apresados em guerra aos colonos. Assim, as guerras entre os próprios nativos propiciavam fonte de índios escravizados para os colonos.

Gerações de cativo na América colonial

Quando chegaram à América do Norte os primeiros africanos escravizados? De onde vieram? Para onde se dirigiram? Que recursos mobilizaram para a formação de suas comunidades, famílias e vida religiosa? Como você pode concluir pelas poucas perguntas que acabo de fazer, o tema da escravidão colonial é muito vasto. Por isso mesmo, gostaria de ressaltar aqui dois aspectos importantes. O primeiro é lembrá-lo que você pode e deve se aprofundar no tema por meio da leitura da bibliografia desta aula. Já contamos com algumas obras sobre a escravidão nos Estados Unidos traduzidas para o português, o que é bastante raro quanto aos outros temas da história colonial desse país. Portanto, aproveite! O segundo aspecto a ser ressaltado é a necessidade de fazermos uma escolha diante da complexidade do tema em questão. Assim, proponho-me a tratar, nesta parte da aula, do contorno geral da introdução da escravidão negra na América inglesa no século XVII. Em seguida, vou abordar alguns traços do escravismo no momento de sua expansão na região, no século XVIII, quando se deram o avanço e o amadurecimento de uma economia de *plantation* em certas colônias.

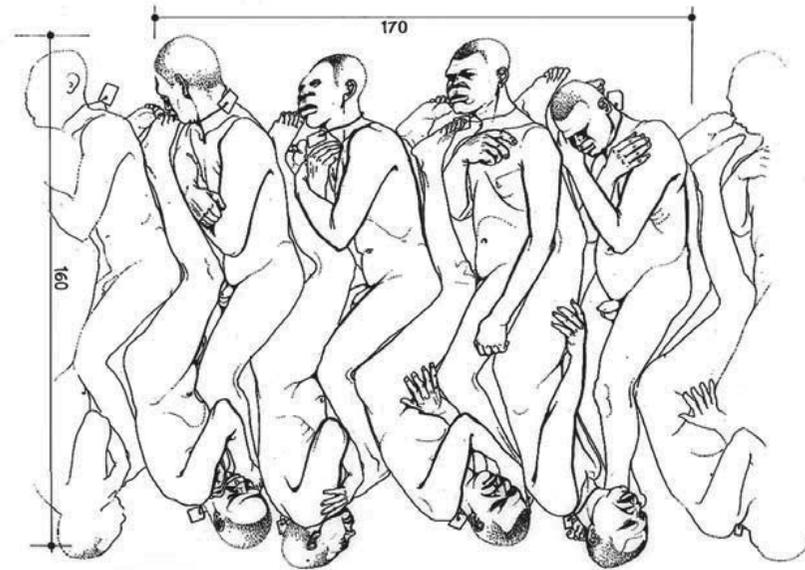


Figura 12.3: O desenho do artista Jean Boudriot, de 1784, reconstituiu a posição na qual os africanos eram mantidos no navio negreiro *Aurora*, durante a travessia da África para a América.

Fonte: www.hitchcock.itc.virginia.edu/slavery

Como vimos na aula anterior, a região do Chesapeake, compreendendo as colônias de Maryland e Virgínia, foi o centro econômico colonial mais dinâmico da América do Norte. Desenvolveu-se, ao longo do século XVII, em torno do cultivo do tabaco, principalmente. Inicialmente, a maior parte dos trabalhadores da região era de origem inglesa, chamados *indentured servants* (trabalhadores por contrato). Progressivamente, entretanto, estes trabalhadores foram substituídos por escravos africanos. Quais seriam as razões para essa mudança?

Na segunda metade do século XVII, a substituição dos trabalhadores por contrato por escravos africanos obedecia a um cálculo envolvendo variáveis econômicas e sociais. A Real Companhia Africana ingressou no tráfico atlântico em 1672, dando aos ingleses a oportunidade de comercializar diretamente cativos africanos com suas colônias americanas a preços vantajosos. É verdade que a vinda de um trabalhador inglês para a América era mais barata do que a compra de um escravo, mas os trabalhadores por contrato estavam se tornando cada vez mais escassos no mercado. Além disso, para o proprietário de uma fazenda de tabaco,

o contratado era avaliado cada vez mais por suas desvantagens: mantinha a perspectiva da liberdade e, em geral, não permanecia no trabalho após o fim do contrato. Por essa razão, seu treinamento era considerado um investimento de retorno limitado.

Assim, a compra de africanos, já praticada pelas colônias caribenhas em maior escala, passou a ser considerada uma alternativa vantajosa também nas áreas de *plantation* das colônias continentais. Originalmente, o termo *plantation* significa apenas plantação, terreno cultivado, plantio. Para os historiadores, entretanto, esse termo é também um conceito importante para a definição de um certo padrão de propriedade nas sociedades escravistas. Assim, podemos entender a *plantation* como uma unidade produtiva que empregava escravos de origem africana e seus descendentes em larga escala, produzindo mercadorias para exportação. Como afirma Robin Blackburn, a *plantation* escravista alimentava com seus produtos (açúcar, fumo, café, cacau, etc.) as necessidades de consumo luxuosas dos europeus.

À medida que a introdução dos africanos nas colônias da América inglesa tornou-se mais progressiva, as legislaturas locais apressaram-se em definir o *status* desses recém-chegados. Na década de 1660, por exemplo, a Assembleia da Virgínia ampliou a legitimação da escravidão dos africanos na região, determinando que os filhos de mãe escrava também seriam cativos. Previa também que a administração do batismo não alterava a condição da pessoa quanto à escravidão. Essa medida, adotada também nas legislaturas de outras colônias importadoras de cativos, visava fixar o *status* dos descendentes de escravos. Pretendia-se, dessa forma, garantir maior segurança aos proprietários diante de processos legais que colocassem em dúvida a legitimidade da instituição, como aquele movido na Virgínia por Elizabeth Key, filha de uma escrava, que obteve a liberdade, em 1656, alegando que havia sido batizada.

Você deve estar surpreso diante do exemplo que acabei de dar. Afinal, trata-se da filha de uma escrava que moveu um processo judicial reivindicando o direito à liberdade. E venceu. Sim, essa era

uma situação possível e foi acionada por muitos cativos ao longo do período de vigência da escravidão. O fato a ser destacado aqui é que Elizabeth Key foi liberta sob a alegação de que era cristã e batizada. Estamos diante de um contexto – o das décadas iniciais do século XVII – no qual a escravidão era ainda relativamente uma novidade, e muitos escravos souberam tirar proveito das definições ainda obscuras ou flexíveis sobre sua situação.

A trajetória do negro Anthony Johnson, relatada pelo historiador Ira Berlin (cujo livro, aliás, inspirou o título desta sessão da aula), pode nos ajudar a enxergar ainda outras faces da escravidão nesse período. Johnson foi vendido em 1621 para a família Bennet, proprietária de terras na Virgínia. Após anos de trabalho, considerado leal e diligente, esse escravo conquistou alguns “favores” de seu senhor: passou a cultivar uma roça independente, casou-se, batizou os filhos e finalmente conseguiu a liberdade para ele próprio e toda a família.

Johnson, sua mulher Mary e os quatro filhos seguiram com o ex-senhor para o litoral da Virgínia, onde se estabeleceram na agricultura por conta própria. Em 1651, Anthony Johnson possuía uma concessão de 250 acres – uma propriedade substancial, sobretudo para um antigo escravo. Quando a plantação do casal se queimou completamente, em 1653, Johnson entrou com uma petição de auxílio no tribunal de seu condado. Pediu e recebeu um abatimento especial de seus impostos.

A história de Anthony Johnson foi experimentada também por outros escravos da América do Norte, no século XVII, que usufruíram de propriedade, negociaram de modo independente, formaram famílias e, eventualmente, conquistaram a própria liberdade.

No século seguinte, marcado pela expansão da economia de *plantation*, o mundo dos escravos se estreitou, como observa Ira Berlin. Histórias como a de Elizabeth Key e A. Johnson se tornaram, então, mais raras. Na América do Norte, a escravidão expandiu-se junto à importação de africanos, aprofundando o caráter de economia de *plantation* na Virgínia, ainda ligada à produção de tabaco. Na Carolina do Sul e na Geórgia, basicamente ligadas à produção do arroz e do

anil, a importação de escravos foi crescente no século XVIII, formando as bases da sociedade escravista que se desenvolveu nessa região.

O tráfico atlântico trazia novos homens e mulheres de diversos portos africanos, portadores de diferentes referenciais religiosos, comunitários e culturais. Um dos dados que complicava a reestruturação dos laços sociais desses africanos nas *plantations* da Virgínia, da Carolina e da Geórgia era a dificuldade de formar novas famílias. Além de estarem confinados aos espaços produtivos e à duríssima rotina de trabalho, os africanos que chegavam às colônias tinham que lidar com o padrão demográfico resultante do tráfico atlântico, que importava mais homens do que mulheres para a América. A formação de famílias ficava assim mais restrita à geração de cativos chegados aos portos americanos no século XVIII.



A economia independente dos escravos encolheu à medida que os grandes proprietários expandiram seus domínios. Como vimos, alguns proprietários do século XVII incentivaram seus escravos a cuidar da própria alimentação e a desenvolver algum comércio independente por meio do cultivo de roças.

Com a expansão da *plantation*, contudo, os novos proprietários passaram a fornecer rações semanais e, de tempos em tempos, abasteciam os escravos com peças de roupa. Os cativos geralmente mantinham pequenas hortas, criavam aves ou caçavam para complementar a parca dieta senhorial. Nessas condições, a economia independente dos escravos ficava reduzida às necessidades básicas, tornando difícil a geração de renda necessária para a compra da liberdade.

Nas cidades, em contrapartida, o florescimento de uma escravidão urbana criou novas oportunidades de uma vida mais autônoma para os cativos que saíam da *plantation* para servir aos senhores em suas residências urbanas. Nas cidades da Carolina do Sul, em particular, os escravos domésticos moviam-se entre cidades vizinhas com relativa independência, frequentemente alugados de um senhor para outro e com tempo livre para realizar trabalhos que lhes permitiam reunir recursos próprios.

Esse dinheiro, por sua vez, permitia que os cativos se distanciassem do controle mais estrito de seus senhores. Apesar das proibições e da vigilância exercida pelas autoridades urbanas, os escravos criavam lojas de comida, tabernas e mercearias para servir a sua própria comunidade. Desafiavam, assim, o crescente controle senhorial sobre suas vidas.

O aparato de vigilância, o controle e a brutal violência em relação aos cativos também foram ampliados. Como os proprietários aumentaram suas posses, podemos concluir que fortaleceram também seu poder nas legislaturas e nos tribunais locais. O proprietário, assim, era muitas vezes aquele que criava as leis que lhe davam, ao cabo, poderes de vida e de morte sobre os escravos. Na colônia da Virgínia, após 1669, a legislação garantia a impunidade dos proprietários que causassem a morte de escravos enquanto os castigavam. Em 1705, o Código dos escravos da Virgínia sistematizou essa e outras medidas, reafirmando a ascensão dos proprietários dentro e fora dos limites de suas *plantations*. Na Carolina do Sul, em 1690, os legisladores decretaram que o responsável pela morte de um escravo enfrentaria uma pena máxima de três meses e pagaria uma multa de 50 libras ao proprietário. Como o próprio proprietário estava quase sempre envolvido nos casos de morte de um escravo, a multa dificilmente poderia ser considerada um prejuízo.

A esta altura, você deve estar se perguntando sobre a resistência oferecida pelos escravos à violência da escravidão. Afinal, como os escravos reagiam ao cativo? São múltiplas as respostas a esta questão, uma vez que as estratégias de luta foram moldadas de acordo com diferentes demandas pessoais e comunitárias do mundo dos escravos. Para uns, a oportunidade das fugas e rebeliões era vista como uma alternativa. Outros, talvez calculando as pequenas possibilidades de êxito diante do aparato senhorial, valorizaram estratégias que não desafiavam abertamente o sistema. Mesmo assim, visavam criar formas de proteção no contexto da *plantation*: a formação de famílias, o acesso a uma roça independente, a vida religiosa, ou a poupança de recursos com vistas à compra da liberdade.



Atende ao Objetivo 2

2. O texto que se segue foi extraído de um jornal de época, o *Virginia Gazette*, de 7 de maio de 1767. Trata-se de um anúncio publicado por um proprietário que buscava seu escravo fugitivo. Considerando que essa é uma fonte primária, peço que você prepare um roteiro para trabalho em sala de aula com esse texto, simulando assim o trabalho de um professor de História. Você deve pensar, neste caso, em um roteiro de análise adequado a alunos das últimas séries do Ensino Fundamental.

Fugiu na segunda-feira, dia 20 de abril do corrente ano, um escravo mulato, chamado David Gratenread; é um sujeito astuto, conhecido por muita gente, toca violino extremamente bem... tem cerca de 37 anos, deve ter trocado o nome e se faz passar por um homem livre... Ele deve tentar embarcar em algum navio para fugir desta colônia... Quem quer que apreenda este fugitivo e o traga de volta para mim receberá cinco libras de recompensa; se trouxer o escravo de fora desta colônia, receberá 10 libras. Richard King.

Comentário

Esta atividade lhe dá a oportunidade de treinar suas habilidades como professor e exige uma boa capacidade de interpretação da fonte. Com estas ferramentas, você pode elaborar um interessante roteiro. Seguem-se algumas sugestões de um roteiro de trabalho com esta fonte apropriado para alunos da sétima série do Ensino Fundamental:

- Determinar a região e a época em que o texto foi escrito.
- Resuma o conteúdo do anúncio. De que se trata?
- Richard King assina o anúncio. Quem seria ele?
- Richard descreve vários detalhes sobre o escravo fugitivo. Qual desses detalhes despertou mais sua atenção? Por quê?

CONCLUSÃO

A história da formação das treze colônias inglesas nas Américas é geralmente lembrada por meio da história dos colonos, homens livres e europeus. Nesta aula, privilegiamos outros pontos de vista sobre a colonização: o dos nativos, dos africanos e de seus descendentes, escravos ou livres. Ao conhecer as experiências de homens e mulheres que sofreram particularmente a violência da colonização, você deve ter notado que essas pessoas utilizaram mecanismos diversos para recriarem seus modos de vida e suas comunidades. Recorrer aos tribunais, fugir, negociar, rebelar-se, entre outras ações, eram algumas das estratégias acionadas por comunidades de nativos e de escravos diante das novas e brutais condições experimentadas no universo colonial. Valorizamos, assim, a ação de sujeitos que, mesmo diante de enormes perdas e limites, reconstruíram seus laços comunitários na sociedade colonial.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Você deve ter notado que o termo *plantation* foi repetido inúmeras vezes ao longo desta aula. Trata-se, de fato, de um conceito central para compreendermos a organização da sociedade escravista entre os séculos XVI e XIX. O conceito, aliás, não se aplica apenas às colônias inglesas da América, uma vez que permite pensar em outras situações coloniais ocorridas no Caribe e na América portuguesa, por exemplo.

Nesta atividade, peço que você defina o termo *plantation*, aplicado à América inglesa entre o final do século XVII e o século XVIII. Quatro palavras-chave (ou expressões) são suficientes para esta definição.



Comentário

Esta atividade exige que você demonstre boa apreensão do conteúdo geral da aula, sintetizando-o por um conceito central. As palavras sugeridas como respostas são: unidade produtiva; mão de obra escrava; mão de obra de origem africana, produção para o mercado externo; monocultura.

RESUMO

Nesta aula, você conheceu um pouco mais sobre os modos de vida e as estratégias de resistência cotidiana de índios e escravos diante da sociedade colonial. Por sua relevância, há três aspectos das interações e conflitos entre nativos e colonos na América inglesa que merecem destaque particular: o comércio, as disputas pela posse de terras e a formação de comunidades de compromisso entre diferentes grupos de nativos envolvidos em enfrentamentos com os colonos.

Quanto ao processo de introdução massiva do trabalho escravo africano na América inglesa, deve-se ressaltar que foi majoritário nas colônias do centro-sul. Nessas regiões, entre o final do século XVII e ao longo do século XVIII, constituíram-se sociedades escravistas baseadas no tráfico atlântico e articuladas em torno da economia de *plantation*.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, teremos a chance de refletir sobre o processo de independência das treze colônias inglesas. Você vai se defrontar com algumas questões instigantes: como os colonos se moveram em direção a esta ruptura? De que forma os escravos compreenderam os ideais de liberdade então discutidos amplamente? E os historiadores, como avaliam o processo de independência das treze colônias?

Aula 13

A independência dos Estados Unidos da América

Larissa Viana

Meta da aula

Apresentar a ruptura entre as treze colônias e a Inglaterra, em 1776, fato que deu origem à construção da nação norte-americana.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar os conflitos entre as treze colônias e a metrópole, a partir da década de 1760, que culminaram na Guerra de Independência;
2. confrontar as principais abordagens historiográficas sobre o processo de independência norte-americana.

Pré-requisito

Para melhor acompanhar o conteúdo desta aula, é importante que você tenha acesso à internet e disponha de um atlas histórico. Indicamos, por ser de fácil acesso, o *Atlas histórico básico*, de José Jobson de A. Arruda, publicado pela Editora Ática.

INTRODUÇÃO

Você sabe exatamente o que é um pergaminho? Trata-se de uma pele animal, geralmente de cabra, preparada para que sobre ela se possa escrever. A Declaração de Independência dos Estados Unidos, debatida e assinada durante o Congresso Continental, instalado na cidade da Philadelphia, em 1776, foi escrita sobre um pergaminho.

A fragilidade desse suporte levou os americanos a criarem diversos mecanismos e técnicas para proteger esse documento fundador da nação. Até o início do século XX, o documento foi guardado no Departamento de Estado, em Washington, de onde saiu poucas vezes e era mantido longe dos olhos do público. Em 1921, a Declaração foi transferida para a Biblioteca do Congresso, também em Washington, onde foi construída uma balaustrada de mármore e ouro para que o documento pudesse ser exposto aos visitantes. Após o ataque a Pearl Harbor, em 1941, os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial e a preocupação com a preservação de seu documento-símbolo aumentou. Acondicionada em um contêiner protegido por agentes do serviço secreto, a Declaração foi levada para a zona militar de Fort Knox, no Kentucky. Com o fim da guerra, o documento voltou para Washington e nos anos 1950 foi finalmente depositado nos Arquivos Nacionais, onde permanece exposto a visitação até hoje.

Os originais da Declaração de Independência (1776), da Constituição (1788) e da Carta de Direitos (que são as emendas constitucionais propostas em 1789) contam atualmente com as mais modernas tecnologias de preservação, desenvolvidas por laboratórios de pesquisa espacial. São expostos em molduras de bronze e contêineres de vidro à prova de bala e protegidos com gás hélio, para evitar os danos causados pela umidade e pelo oxigênio. À noite, os documentos originais são guardados em uma câmara que pesa 55 toneladas. Como tão bem notado pela historiadora Mary Junqueira, a reverência e o caráter sagrado que os norte-americanos atribuem ao original da Declaração de Independência “mostram a importância do evento e a simbologia do texto para essa cultura”.

Nesta aula, discutiremos com você o evento da Independência em duas dimensões que julgamos serem complementares. De início, será importante pensarmos no contexto de lutas e conflitos entre as colônias e a metrópole inglesa, que culminou na eclosão da guerra e da independência americana. Em seguida, vamos avaliar brevemente alguns dos principais trabalhos historiográficos sobre a independência americana, apontando a maneira como diferentes autores avaliaram a questão das rupturas produzidas por esse evento.

A lógica da rebelião

Teóricos britânicos da época moderna argumentavam que o “Império inglês” funcionava como uma espécie de protetorado, formado por empreendimentos coloniais largamente privados, em contraste com as conquistas ibéricas e francesas, que lhes pareciam ser mais diretamente reguladas pelas metrópoles. A Inglaterra propiciaria assim, inicialmente, maiores possibilidades de autogoverno para seus colonos.

É notável, desde a fixação dos primeiros colonos ingleses na América, a presença de uma genuína preocupação com a questão da representação política. O Estado inglês podia até estar ausente ou distante, mas a organização das câmaras destinadas a regular a vida social e política era considerada uma tarefa prioritária dos colonos. A participação política intensamente requisitada pelos colonos livres nos diferentes assentamentos estava fortemente ligada à cultura política parlamentar inglesa, em que uma monarquia de fato deveria governar com o Parlamento, este, sim, detentor por direito dos poderes do Estado. Se consideramos a maioria dos ingleses livres que então migravam para a América, é razoável supor que faziam esforços para construir um sistema legal e representativo capaz de preservar as propriedades que pretendiam obter, bem como as liberdades de suas comunidades.

Como afirma o historiador Jack Greene, os colonos ingleses inspiravam-se fortemente nas instituições e nos sistemas legais de sua

terra natal, mas contavam, na América, com um benefício criado pela própria colonização. Na Europa, apenas uma pequena fração da população masculina escapava da condição de dependência econômica e social. A maioria dos homens não possuía, portanto, os requisitos de propriedade e renda que garantiam o direito de voto. Nas colônias da América, entretanto, essa situação alterava-se em função da disponibilidade de terras e das oportunidades para adquirir recursos materiais que ampliassem as possibilidades de participação política. Afinal, a Coroa inglesa oferecia títulos de terra a uma variedade de pessoas envolvidas na colonização: comerciantes, idealistas religiosos, aventureiros e pessoas da nobreza, entre outros, potencializando assim o direito de participação política.

Por volta da década de 1660, entretanto, observa-se um maior empenho do poder central, a partir de Londres, na imposição de instituições e leis especialmente criadas para o governo das colônias americanas. Foi somente a partir daí que a autoridade central fez-se sentir mais nitidamente nas colônias. Várias medidas foram adotadas para a ampliação do controle político e financeiro dos colonos: as relações comerciais foram colocadas sob a tutela da Câmara de Comércio e *plantations*; implementaram-se as primeiras tentativas de promover a expansão da Igreja Anglicana oficial nas colônias; os poderes dos governadores coloniais indicados pelo rei foram ampliados, entre outras medidas. Ao mesmo tempo, ainda de acordo com Jack Greene, assistia-se a um reforço das instituições representativas locais nas treze colônias. Entre 1620 e 1660, todas as colônias inglesas com população substancial nas Américas adotaram assembleias eletivas, empenhadas em garantir que leis e impostos não fossem criados sem seu consentimento.

O sistema representativo em sua forma colonial consolidava-se com algumas particularidades quando comparado à Inglaterra. Lá, o sistema parlamentar assentava-se em uma organização bicameral, que contava com uma Câmara dos Lordes (formada pelos aristocratas) e uma Câmara baixa, eleita nos vários condados ingleses e então composta principalmente por proprietários rurais.

Na América, cada colônia contava com um governador e seu conselho, e as assembleias eram formadas por apenas uma câmara, com representantes eleitos. Na prática, as assembleias coloniais gozavam de grande autonomia.

Mesmo quando a Inglaterra tomou medidas para ampliar o controle sobre as colônias, a tradição do governo consensual, baseada nas assembleias locais, continuou muito importante. Na experiência política das treze colônias, o governo consensual significava governo representativo. Assim, os colonos, em geral, consideravam que suas assembleias deviam ser ao menos ouvidas quando novas leis eram criadas pelo Parlamento inglês. Também valorizavam, principalmente a partir de meados do século XVIII, o direito de protestar contra leis impostas pela metrópole que considerassem abusivas.

O povo teria, então, o direito de rebelar-se contra uma autoridade que julgava injusta? De acordo com a lógica da rebelião, formulada nas treze colônias, sim. Essa lógica deve muito à própria tradição política inglesa, inspirada pela noção de um Estado de base contratual. As ideias do filósofo John Locke (1632-1704), parte relevante do repertório político da Inglaterra moderna, propunham a existência de um contrato imaginário entre o Estado e o povo. O objetivo desse contrato era garantir os direitos naturais dos homens, entre os quais se destacava a conservação da liberdade e da propriedade. Na visão do filósofo inglês, o povo poderia, se ameaçado, defender esses direitos por meio da rebelião. Se o Estado não cumprisse sua parte no contrato, portanto, a revolta seria legítima. Era o que afirmava Locke no *Segundo tratado sobre o governo*:

O objetivo do governo é o bem dos homens. E o que é melhor para eles? Ficar o povo exposto sempre à vontade ilimitada da tirania, ou os governantes terem algumas vezes de sofrer oposição quando exorbitem no uso do poder e o empreguem para a destruição e não para a preservação das propriedades do povo? (LOCKE, 1690).

Na década de 1760, os sinais de abuso em relação às tradicionais liberdades dos colonos mobilizaram muitos proprietários, políticos e populares em torno do argumento da rebelião. O historiador Bernard Baylin, examinando os traços da cultura política colonial expressos nos panfletos que circulavam nas colônias nesse período, notou uma recorrente referência à questão da “distribuição do poder”. Dizia-se, nas treze colônias, que o Parlamento inglês, em tese independente da Coroa, estava sendo manipulado pelo monarca e por seus ministros, que tentavam impor suas vontades pela compra de votos. Além disso, os ministros do rei eram acusados de oferecer cargos na América aos dependentes dos parlamentares, ampliando o círculo da corrupção. Ainda de acordo com B. Baylin, disseminava-se nas colônias a ideia de que a Inglaterra estava se tornando um reino cada vez mais corrupto. As virtudes políticas britânicas eram, igualmente, consideradas cada vez mais fracas.

Tais denúncias eram progressivamente vistas como ameaças às instituições, às leis e aos costumes dos colonos, reforçando a ideia de que as autoridades inglesas estavam agindo contra os interesses deles. Essa noção estava diretamente ligada a eventos da segunda metade do século XVIII, quando o envolvimento dos colonos nas guerras europeias travadas em frentes de batalha americanas tornavam particularmente evidentes os custos de ser parte de um império. A Guerra dos Sete Anos, vencida pelos ingleses em 1763, era lembrada por gerar altos custos locais, uma vez que os colonos foram chamados a cooperar com a manutenção das tropas e sentiram-se prejudicados pelos acordos de paz firmados pela Inglaterra. Além disso, a política fiscal inglesa para as colônias alterou-se muito após a Guerra dos Sete Anos.



A Guerra dos Sete Anos aconteceu entre 1756 e 1763 e eliminou o Império francês na América do Norte. A França, derrotada pelos ingleses, perde parte de suas possessões no Caribe e no Canadá. Para os colonos, os saldos da guerra foram pesados: a Inglaterra impôs novos impostos aos colonos para custear a guerra e para defender as fronteiras coloniais, ampliadas com a aquisição das possessões francesas. Além disso, os colonos sentiram-se prejudicados pelos acordos firmados entre a Coroa inglesa e os índios. Durante a guerra, os índios aliaram-se preferencialmente aos franceses. Com o fim do conflito, a Coroa inglesa, decidida a apaziguar os ânimos, estipulou que as terras a oeste das montanhas Apalaches ficassem reservadas ao usufruto dos nativos. Os colonos, interessados nessas terras para ampliar seus domínios, viram-se mais uma vez prejudicados pelos resultados da Guerra dos Sete Anos.

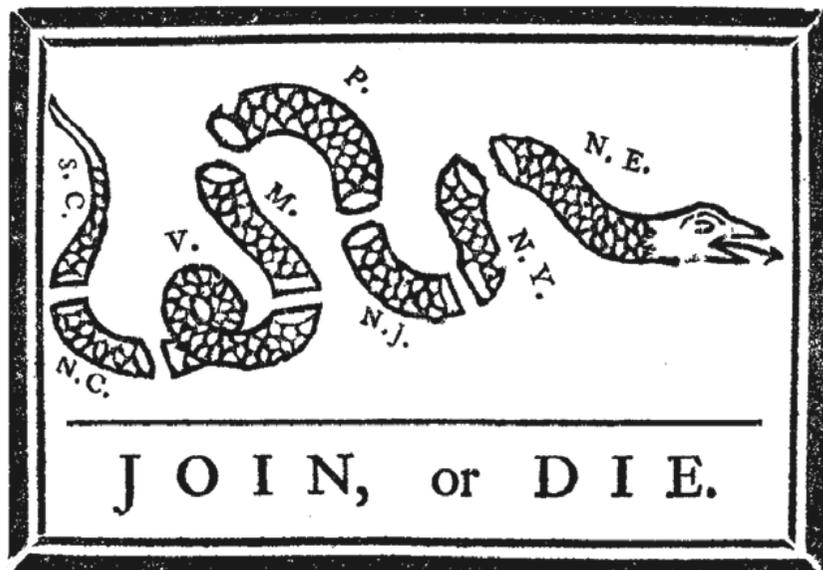


Figura 13.1: A gravura acima foi publicada no jornal *Pennsylvania Gazette*, em 1754, pelo notável cientista e homem público Benjamin Franklin. A serpente partida em pedaços representava diferentes colônias americanas, e a legenda “Unir-se, ou morrer” era um apelo à importância de os colonos unirem-se diante das pretensões francesas nas Américas. Esse *cartoon* político retratou o clima vivido nas colônias no período que antecedeu a Guerra dos Sete Anos. Mais tarde, no contexto da Independência, a mesma imagem voltou a circular. Nesse momento, porém, passou a simbolizar a necessidade de união das treze colônias contra os ingleses.

Fonte: www.commons.wikimedia.org

Os conflitos entre os interesses da Coroa e os dos colonos ficaram ainda mais evidentes nos anos seguintes, quando a Inglaterra tentou implementar uma série de leis destinadas a aumentar a arrecadação de impostos nas colônias. A Lei do Açúcar (1764), a Lei do Selo (1765), as Leis Townshend (1767), entre outras medidas fiscais de semelhante teor, motivaram inúmeros protestos dos colonos. Com base na ideia de que a “taxação sem representação” era ilegal, crescia entre os colonos a convicção de que a metrópole estava abusando de seus poderes.



A bibliografia sobre a independência americana, indicada no fim desta aula, oferece muitas descrições sobre as reações coloniais às leis fiscais impostas pelos ingleses. Uma dessas reações merece atenção particular, especialmente pelo simbolismo presente no protesto.

A famosa Boston Tea Party, ou Festa do Chá de Boston, de 1773, foi organizada pelo líder radical Samuel Adams em protesto ao monopólio do chá concedido à Companhia das Índias Orientais. Essa medida obrigava os colonos a comprarem chá apenas da Companhia e gerou um boicote colonial. O chá passou a ser devolvido à Inglaterra, em vez de ser posto à venda. Vários protestos coloniais daquela época contaram com a participação de organizações secretas, constituídas principalmente por artesãos e pequenos comerciantes. A mais famosa dessas organizações era a Sons of Liberty (Filhos da Liberdade), protagonista da Festa do Chá. Na noite de 16 de dezembro de 1773, os filhos da liberdade, vestidos como guerreiros indígenas, embarcaram em navios britânicos ancorados no porto de Boston e despejaram a carga de chá ao mar. Um dado interessante nesse acontecimento está na vestimenta indígena escolhida pelos colonos para a ação, indicativa da insatisfação com os desmandos de Londres. Os colonos, em protesto, vestiram-se como os índios *mohawks*, um temido grupo guerreiro reputado pela bravura em combate. Se os colonos, com essa ação, informavam à metrópole sobre a disposição de resistir aos abusos, a Coroa não deixou, também, de se manifestar. O rei, Jorge III, escreveu as seguintes palavras quando recebeu as notícias da Boston Tea Party: “A sorte está lançada. Ou as colônias se submetem, ou triunfam.”

Até que ponto tais medidas seriam toleráveis? O primeiro Congresso Continental reuniu representantes de todas as colônias (exceto da Geórgia), em 1774, na cidade da Philadelphia. Os representantes das doze colônias presentes no Congresso declararam-se unidos pela preservação de suas leis e liberdades por meio de “medidas pacíficas”, reafirmando lealdade ao rei e ao Parlamento, desde que os abusos cessassem. No entanto, a presença de tropas britânicas acabou levando a confrontos entre as forças inglesas e os colonos, ao mesmo tempo que se disseminava o clima de conspiração. Ainda assim, os súditos que demonstravam seu descontentamento deste lado do Atlântico moviam-se cautelosamente em direção à luta. Afinal, havia um enorme receio quanto ao futuro após uma eventual ruptura. Quais seriam as consequências internas de uma luta pela liberdade política? Que forma de governo seria adotada? Parte dos colonos estava deixando de se sentir como ingleses no Novo Mundo, e esse sentimento, certamente, era algo novo.

Um dos panfletos mais famosos da literatura política da independência, o *Senso Comum*, permite recuperar o clima imprevisível vivido naquele momento. Seu autor foi o inglês Thomas Paine, que vivia na Philadelphia desde 1774 e era descrito pelos contemporâneos como radical e ousado. Publicado pela primeira vez em janeiro de 1776, o panfleto (não assinado) disseminou-se pelas treze colônias com grande velocidade, sistematizando argumentos relativos à Inglaterra como reino corrupto e decadente. Ele ressaltava a ideia de não haver vantagens para as colônias em sua ligação com a Inglaterra:

O sangue dos assassinados, a voz lastimosa da natureza grita.
É tempo de separar-se. A própria distância a que o Todo-poderoso colocou a Inglaterra da América constitui prova forte e natural de que a autoridade de uma sobre a outra jamais foi desígnio do céu (PAINE, 1776).

Para Thomas Paine, apenas a independência política e a criação de uma nova forma de governo seriam capazes de manter a paz do continente e preservá-lo de guerras civis. Notava, ainda,

que a verdadeira causa de “medo” no tocante à independência era a inexistência de um plano de governo. Por essa razão, ele dedicou parte do panfleto a propor um sistema de governo representativo, baseado em um Congresso Continental, responsável por eleger, por intermédio de seus delegados, um único presidente.

As inclinações fortemente republicanas de Thomas Paine devem ter sido recebidas com certo temor naquele contexto. O receio quanto ao novo despertava desconfiança em relação à ruptura, ao mesmo tempo que a denúncia da corrupção e dos abusos da metrópole fazia pensar em formas alternativas de governo e soberania, como aquelas propostas por Thomas Paine. Os argumentos em prol da emancipação foram finalmente vitoriosos nos debates e votações realizados pelo Congresso Continental no primeiro semestre de 1776. O tom desses debates pode ser recuperado pelas palavras do veemente Richard Henry Lee, delegado da Virgínia que propôs a seguinte moção ao Congresso, em junho de 1776:

Que estas colônias unidas sejam, e por direito devem ser, Estados livres e independentes, e que sejam liberadas de toda e qualquer fidelidade à Coroa britânica, e que todas as conexões políticas entre estas e o estado da Grã-Bretanha sejam totalmente dissolvidas.



Atende ao Objetivo 1

1. A imagem que se segue é uma representação da famosa Festa do Chá, de Boston, que discutimos há pouco. Desejamos que você simule, por meio de um roteiro de questões, uma possibilidade de uso desta imagem em sala de aula. Pense em uma turma de Ensino Fundamental, com alunos na faixa dos treze anos. Como você poderia usar esta imagem para estimular, nos alunos, uma reflexão sobre os protestos coloniais na América inglesa? Considere que uma aula introdutória sobre o tema já tivesse ocorrido.

Considerando que a Festa do Chá foi um protesto dos colonos contra a Inglaterra, descreva as pessoas que estão no cais, próximas ao navio. São homens ou mulheres? Estão vestidos de forma simples ou mais luxuosa? Os gestos dessas pessoas indicam apoio ou indiferença em relação ao que acontece nos navios?

Há dois navios na cena. Descreva a ação que ocorre no navio em primeiro plano. Como estão vestidos os homens? O que estão fazendo? Você arriscaria dizer qual é o conteúdo das caixas que estão sendo lançadas ao mar?

Concluindo: Uma festa significa diversão e alegria, acompanhada de dança, bebidas e comidas. A cena que você está analisando parece ser uma festa como as que geralmente conhecemos? Você pensaria em um outro sentido para o termo “festa” a partir desta cena? Qual seria?

Um pouco de historiografia

A Declaração de Independência, que selou a separação e os rumos da guerra contra a Inglaterra (vencida apenas em 1781), foi redigida em apenas dois dias. Embora assinada por diversos representantes das colônias, o texto deve-se principalmente à contribuição de Thomas Jefferson. Este, além de homem público, era um abastado proprietário de terras e escravos da Virgínia. Nos anos seguintes, viria a se tornar secretário de Estado e presidente dos Estados Unidos. Em um de seus trechos mais conhecidos, a Declaração de Independência anuncia os direitos inalienáveis dos homens: a vida, a liberdade e a busca da felicidade. Parte significativa da historiografia sobre a Independência tem se questionado sobre o significado desses ideais liberais em fins do século XVIII, de modo a pensar nos alcances sociais e políticos do primeiro processo de ruptura colonial das Américas. Em linhas gerais, pode-se perguntar se a Independência foi um processo de restauração, destinado a recuperar as antigas liberdades dos colonos, ou se foi essencialmente revolucionária, capaz de criar uma nova ordem. As respostas da historiografia a essa questão são complexas e conduzem-nos mesmo a refletir sobre as continuidades e mudanças que fizeram parte do contexto de formação da nação americana.



O Parque Histórico Nacional de Saratoga, no estado americano de Nova York, foi criado em 1926 para celebrar a memória e o local de uma batalha considerada decisiva para a Guerra de Independência. Em 1777, sob o comando do general Burgoyne, os britânicos planejaram uma campanha para controlar a navegação no rio Hudson, com a expectativa de isolar a colônia de Nova York das vizinhas da Nova Inglaterra, enfraquecendo, assim, a comunicação entre os rebeldes. Os rebeldes ou patriotas, naquele contexto, eram os exércitos e milícias que lutavam pela independência contra o exército britânico. Embora bem-sucedida inicialmente, a campanha inglesa logo se tornou um tormento. Um destacamento inglês que se dirigia para a região de Vermont em busca de suprimentos foi derrotado, causando a perda de muitos homens. Além dessa derrota, o contingente de índios que lutava ao lado dos ingleses decidiu partir e os esperados reforços não chegaram. O general Burgoyne, entretanto, não desistiu de avançar em direção aos rebeldes. Sob o comando do general Horatio Gates, o exército rebelde estabeleceu-se em Bemis Heights, posição defensiva e estratégica no curso do rio Hudson. Quando chegou a notícia do avanço inglês em direção à cidade de Albany, os rebeldes armaram uma ofensiva que empurrou o exército britânico para a pequena aldeia de Saratoga, onde se deu a rendição final, em outubro de 1777. A Batalha de Saratoga não selou a vitória das colônias na Guerra de Independência, mas foi considerada decisiva para dar confiança aos exércitos rebeldes, que amargavam derrotas militares desde o início do conflito. A vitória em Saratoga foi celebrada, em 1777, como um ponto de virada no curso da guerra. Uma virada a favor dos rebeldes. Em 1783, George Washington, o principal general das forças patriotas, visitou pessoalmente o campo de batalha de Saratoga. Mais tarde, lá estiveram os líderes Thomas Jefferson e James Madison, futuros presidentes dos Estados Unidos, assim como o próprio Washington. Saratoga tornava-se assim, desde o fim do século XVIII, um lugar especial para a memória da luta

A filósofa Hannah Arendt, em livro de 1963, dedicado a compreender o espírito revolucionário do século XVIII, pergunta-se sobre o termo revolução: quando passou a ser compreendido como ruptura ou começo de uma nova ordem? Para a autora, o termo “revolução” ganhou esse sentido no momento em que a questão social ganhou destaque. Por questão social entenda-se aqui a noção de que a pobreza não é uma condição natural, nem os privilégios são eternos.

Para H. Arendt, a questão social foi articulada nas colônias inglesas das Américas muito antes da independência, e fazia parte dos ideais de construção de uma nova terra onde as condições de prosperidade e propriedade estivessem abertas, ao menos potencialmente, a muitas pessoas. Arendt entende, no entanto, que a “revolução americana” concentrou-se na formulação de um governo independente e na fundação de um novo corpo político, setores nos quais foi uma “revolução vitoriosa”. A Revolução Francesa, parâmetro comparativo da análise, teria dado maior importância à questão social em seu desenvolvimento, tornando as promessas do evento universais e aparentemente irreversíveis. O sentido moderno do termo “revolução” tornou-se disseminado a partir dos acontecimentos da França e não da América do Norte, portanto. A revolução americana, argumentou Arendt, não entrou para a História como um novo começo para humanidade, mas foi transformadora no campo político.

Avaliando as visões mais recorrentes da historiografia norte-americana sobre a Independência, o historiador Jack Greene, em artigo do ano 2000, notou uma tendência a superestimar o caráter revolucionário do movimento. Opondo-se a essa perspectiva, Greene afirma que a América foi politicamente radical ao longo do período colonial e, precisamente por essa razão, fez uma “revolução profundamente conservadora”. O caráter conservador, nesse caso, refere-se ao fato de que a revolução pretendeu preservar algumas das experiências políticas e sociais dos primeiros tempos da colonização:

o vigor da política local, as oportunidades de enriquecimento e aquisição de propriedades, as tradicionais liberdades. Nesse sentido, Greene compreendeu a revolução como desdobramento de tendências já presentes na experiência colonial, e não como uma mudança radical em relação ao passado. Esse autor, assim como H. Arendt, enfatizou os aspectos políticos do movimento de independência americana.

Uma visão diferente do processo de independência foi proposta por Jesse Lemisch, em artigo de 1976, dedicado a recuperar o envolvimento dos setores populares com as lutas daquele contexto. Para Lemisch, a “gente comum” e os “radicais cultos” (como Thomas Paine, por exemplo) pretenderam fazer da independência uma revolução social, apesar de os dirigentes do processo não “terem escolhido os rumos mais democráticos e humanos”. O fim da escravidão e o acesso mais amplo à participação política eram exemplos de ideias progressistas que circulavam naquele contexto e que foram apreendidas pelos setores populares. Lemisch enfatizou especialmente a questão da participação política, demonstrando que as décadas de 1760 e 1770 viram surgir nas colônias uma “política das ruas e das multidões” eficaz e acessível. Nos protestos contra a Inglaterra, mesmo os colonos mais pobres e sem direito de voto nas assembleias coloniais podiam participar. A anulação da **Lei do Selo**, por exemplo, poderia ser vista como uma vitória da mobilização popular, cujo engajamento se explica pela privação econômica e política que conduzia à ação.

A prova final da ação dos populares, nas palavras de Lemisch, foi a adesão à guerra contra o exército britânico: “Os britânicos não puderam ganhar porque os americanos estavam lutando em uma guerra popular”, afirmou o autor. Uma das questões apontadas por Lemisch nesse artigo foi a importância de considerar o relevante número de habitantes das colônias que se mantiveram leais aos britânicos. Citando as estimativas de John Adams, advogado e político dos mais dedicados à causa da independência, Lemisch sugere que cerca de um terço dos colonos lutou ao lado dos britânicos. Embora

Lei do Selo

Foi imposta pela Coroa em 1765. Essa medida previa a colocação de selos em diversos documentos e impressos que circulavam nas colônias, como garantia de que tais impressos haviam sido tributados. A medida gerou intensos protestos e indignação contra o governo britânico. A Lei do Selo foi anulada em 1766, depois que a Inglaterra reconheceu a extensão dos distúrbios provocados pelos colonos.

o autor não explore com profundidade essa questão, lamentando a ausência de estudos sobre o tema, é importante pensá-la como indício de que os colonos não partilhavam uma total identidade de interesses e propósitos.

Finalmente, a questão da escravidão na história colonial dos Estados Unidos foi privilegiada pela análise de Edmund Morgan, em um artigo originalmente publicado em 1972. Este autor apontou a presença de um “paradoxo” entre a escravidão e a liberdade, ao avaliar o contexto da independência. Para Morgan, a ascensão do ideal de liberdade nas treze colônias foi acompanhada de perto pelo crescimento da escravidão, a tal ponto que este seria o grande paradoxo da história americana até o século XIX. Alguns exemplos ajudam a acompanhar o argumento do autor: a liberdade comercial defendida pelos colonos dependia largamente de mercadorias produzidas pelos escravos; o trabalho escravo na produção do tabaco teria ajudado a financiar uma parcela substancial da Guerra da Independência; da região da Virgínia (que tinha cerca de 40% de cativos em sua população por volta de 1790) saíram alguns dos mais eloquentes defensores da liberdade política, como T. Jefferson e G. Washington. Esses dados demonstram, para E. Morgan, que o credo da liberdade apoiou-se na escravidão.

Analisando o caso da Virgínia em particular, o autor sugere que o ingresso de africanos e o aumento da escravidão na região ao longo do século XVIII reforçaram a solidariedade entre grandes e pequenos proprietários diante da ideia do “perigo negro”. Essa maior solidariedade entre os proprietários teria repercutido no desenvolvimento político da colônia e na discussão das ideias de representação, direitos e taxaço. A disseminação da instituição escravista, nesse sentido, permitiu ampliar a discussão sobre os direitos dos homens livres naquela colônia.



A ideia de liberdade, amplamente veiculada no contexto da independência, gerou expectativas de abolição imediata para os escravos das diferentes colônias. Alguns dos mais radicais partidários da independência argumentavam, de fato, que a escravidão não era mais compatível com os ideais de liberdade e igualdade defendidos pelo movimento. Mas a grande maioria dos patriotas entendia esses ideais como direitos dos homens livres, de origem europeia. Não se tratava, assim, de direitos extensivos aos negros, aos índios, ou mesmo às mulheres.

O próprio George Washington, proprietário de escravos, barrou a presença de batalhões negros no Exército Continental, demonstrando que os colonos não desejavam ver escravos pegando em armas pela causa da independência. Afinal, pensavam, aquela não era uma causa dos escravos.

Muitos escravos e negros livres, entretanto, pensaram diferente. É preciso notar que a maioria dos negros que lutaram na guerra de independência o fez ao lado dos ingleses. Foram seduzidos, certamente, pela promessa de liberdade oferecida àqueles que defendessem a Coroa britânica. Outros escravos, entretanto, lutaram ao lado dos colonos, sobretudo nas regiões nortistas.

Em colônias como Connecticut, por exemplo, onde havia escassez de homens prontos para a batalha, escravos foram absorvidos pelas tropas rebeldes. Foi esse o caso de Juba Negro, escravo em Milford, que se alistou em um regimento da colônia de Connecticut, em 1777, com o conhecimento de seu senhor. Juba recebia apenas metade do soldo, e a outra parte ia para o seu proprietário, provavelmente para o custeio de sua liberdade. Após a guerra, além de conquistar a liberdade, Juba adotou o sobrenome Freeman, que literalmente significa “homem livre”. Houve também casos de escravos que não pegaram em armas diretamente, mas conquistaram a liberdade nos tribunais no contexto da independência. Um dos mais famosos processos judiciais sobre a legitimidade da propriedade escrava ficou conhecido como o “caso Mum Bett”. Mum Bett era escrava de um prominente cidadão de Sheffield, na colônia de

Massachusetts. Em 1780 ela fugiu da casa de seu proprietário e buscou a ajuda de um advogado local, Theodore Sedgwick, que levou o caso de Bett aos tribunais em defesa da liberdade, argumentando que a Constituição de Massachusetts (de 1780) tornara a escravidão ilegítima. Quando o caso foi julgado, em 1781, o júri determinou que Bett fosse libertada. Ela adotou, então, o nome de Elizabeth Freeman.

Como bem observou o historiador Ira Berlin, a linguagem da liberdade, reproduzida em tantas falas e documentos da época da independência, tornou-se também parte da linguagem dos escravos. Nas regiões do Norte, onde a escravidão era menos enraizada, todos os estados sancionaram planos de emancipação gradual entre a independência e as primeiras décadas do século XIX. Nos estados do Sul, onde a escravidão avançava junto com a economia de *plantation*, o saldo da independência política não chegou a ameaçar a instituição escravista. A escravidão, aliás, reforçou-se em diferentes regiões do Sul entre o fim do século XVIII e o início do XIX, mesmo diante da abolição do tráfico externo de escravos, em 1808.



Atende ao Objetivo 2

2. Na seção “Um pouco de historiografia”, de nossa aula, você conheceu as visões de quatro autores sobre o processo de independência das treze colônias. Nesta atividade, desejamos que você treine suas habilidades de organização e síntese, tendo por base essas visões. Ao preencher o quadro a seguir, organize em ordem cronológica os quatro trabalhos comentados na referida seção.

Autores citados	Data dos trabalhos	Frase-síntese das ideias do autor

Comentário

Os itens “autores citados” e “data dos trabalhos” devem corresponder, em sua resposta, à forma como estão expostos no quadro a seguir. Quanto à “frase-síntese das ideias do autor”, aponto aqui apenas sugestões de resposta. Outras alternativas de resposta, entretanto, são possíveis.

Autores citados	Data dos trabalhos	Frase-síntese das ideias do autor
H. Arendt	1963	A independência americana realizou uma revolução política, mas não social. Não provocou, por exemplo, o fim da escravidão.
E. Morgan	1972	O paradoxo da independência americana foi defender o ideal de liberdade, apesar de manter a legitimidade da escravidão em muitas regiões da nova nação.
J. Lemisch	1976	A guerra de independência contou com o envolvimento dos populares nos protestos e na luta anticolonial.
J. Greene	2000	A historiografia tende a valorizar demais a ideia de revolução quando, trata da independência americana. Os setores populares desejaram fazer da independência uma revolução social.

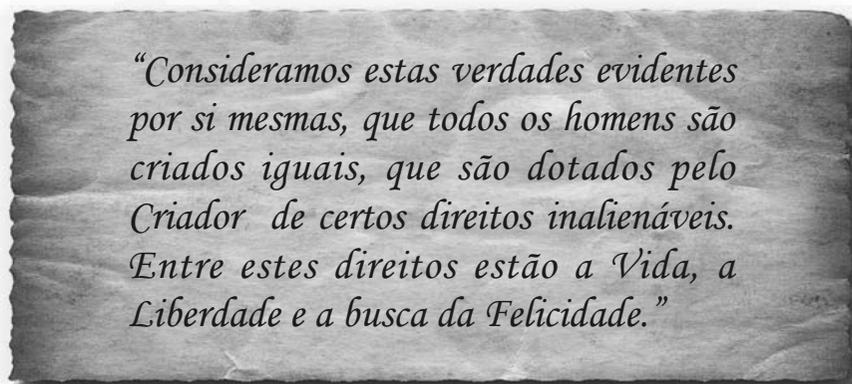
CONCLUSÃO

As diferentes visões historiográficas sobre o contexto da independência dos Estados Unidos aqui apresentadas permitem pensar, enfim, que não é tão importante determinar se o movimento foi revolucionário ou não. Mais válido seria pensá-lo em sua complexidade, reconhecendo as continuidades e mudanças que esse processo suscitou na formação da sociedade americana. A formação de um governo independente e a fundação de uma nova organização política são questões que apontam para o campo das mudanças. Por outro lado, a manutenção da escravidão e o violento avanço da fronteira sobre as sociedades nativas fazem pensar nas continuidades, nas permanências.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Considere os trechos a seguir e indique o significado da palavra “liberdade”. Observe que a palavra é usada nos dois trechos, porém com sentidos diferentes.



(Trecho da Declaração de Independência das treze colônias da América, em 1776.)

“A questão da escravidão ou da liberdade é importante demais para nos silenciar. Essa é a questão de nossas vidas. Se nos calarmos hoje, pode ser que fiquemos em silêncio para sempre...”

Trecho de uma petição dirigida à Assembleia Legislativa por negros da Philadelphia, em 1781.

Resposta Comentada

O trecho citado da Declaração de Independência, de 1776, revela a noção de liberdade tal como era entendida pela maioria dos proprietários que apoiavam a ruptura com a Inglaterra. Para estes, a liberdade era sobretudo uma questão relativa aos mundos do governo, do comércio e da política. Queriam liberdade para decidir sobre os impostos que pagariam, sobre a forma de governo que adotariam e, não menos, para criar suas próprias leis. No trecho da petição assinada por negros da Philadelphia, é interessante observar tratar-se de um documento de 1781. Coincide, portanto, com o fim da guerra de independência e a vitória dos Estados Unidos da América. A liberdade defendida pelos autores dessa petição não era de ordem política, mas comunitária. Argumentavam a favor do fim da escravidão e anunciavam não ser possível silenciar sobre essa questão. A liberdade política, nesse sentido, já era uma conquista; a liberdade dos indivíduos, entretanto, era ainda uma luta em andamento.

RESUMO

A guerra de independência dos Estados Unidos, travada entre 1776 e 1781, marcou a primeira ruptura colonial nas Américas. Para os colonos, a década de 1760 inaugurou um período de crescente tirania da Coroa e do Parlamento britânicos em relação às áreas americanas. Os principais protestos americanos desse período diziam respeito às novas taxações, consideradas abusivas por ferirem as tradicionais liberdades dos colonos. Nos protestos de rua, nas sociedades secretas e nos Congressos Continentais, a mobilização dos colonos tomou proporções intensas em 1776, ano em que foi redigida a Declaração de Independência em relação à Inglaterra. Após o fim da guerra, as ex-colônias, transformadas em estados livres, começaram a discutir a nova organização política que formariam. Surgia, assim, a primeira república livre das Américas, no final do século XVIII. Um dos principais limites dessa nova república era a continuidade da escravidão nos estados do Sul e, mais tarde, também em certas regiões do Oeste.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, vamos conhecer a região do Caribe que foi colonizada pelos ingleses na época colonial. Espero você!

Aula 14

O Caribe de colonização inglesa

Larissa Viana

Meta da aula

Esta aula trata da área conhecida como Caribe inglês, entre os séculos XVII e XVIII. Analisaremos particularmente a formação de uma sociedade escravista voltada para a fabricação do açúcar nessa região.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. caracterizar as áreas caribenhas de colonização inglesa entre os séculos XVII e XVIII;
2. caracterizar a “montagem” do sistema escravista nessa região.

Pré-requisitos

Para melhor acompanhar esta aula, é importante que você tenha em mãos um atlas histórico e um dicionário. Será importante também fazer uma revisão do conteúdo da Aula 12, especialmente no que se refere ao conceito de *plantation* estudado nessa aula.

INTRODUÇÃO

Tenho certeza de que a simples menção a essa região, o Caribe, já faz você pensar em sol, praias, férias... De fato, as antigas colônias inglesas no Caribe são hoje valorizados destinos turísticos, entre os quais se destacam as ilhas de Barbados, Jamaica, Antígua e Granada. Se vivêssemos na época da colonização dessas áreas, entretanto, o Caribe remeteria às riquezas do açúcar, aos horrores da escravidão e à intensa disputa internacional por regiões de colonização nesse pequeno espaço da América.

Imagino que duas perguntas podem estar passando por sua cabeça neste momento. A primeira certamente se relaciona ao fato de os ingleses dominarem certas regiões do Caribe a partir do século XVII. Ora, essas áreas foram inicialmente conquistadas pelos espanhóis, certo? E, como você aprendeu ainda nas primeiras aulas deste curso, Cristóvão Colombo chegou à América a partir do Caribe. Como os espanhóis perderam, então, o domínio de parte das ilhas do Caribe para outros europeus? Esta é a questão inicial que discutiremos nesta aula.

Uma segunda pergunta seria sobre o perfil populacional das ilhas caribenhas. Mais uma vez, se pensarmos na chegada de Colombo à América, lembraremos que tais ilhas eram povoadas por indígenas cujas línguas, costumes e crenças foram descritos – e quase sempre condenados – pelos primeiros conquistadores. Se pensamos na população caribenha nos dias atuais, entretanto, a imagem que nos vem à mente é a de sua origem africana. Como se deu essa mudança? Melhor dizendo, vamos discutir como a população indígena dessas ilhas foi dizimada, em grande medida, ao longo do primeiro século da conquista das Américas. Os africanos trazidos para a região pelo tráfico atlântico e seus descendentes passaram a constituir, então, a mão de obra principal das ilhas caribenhas ao longo do período colonial. Naquela época, a produção do açúcar em larga escala criou ali sociedades escravistas marcadas pela violência do tráfico, e, não menos, pela extrema violência cotidiana resultante da vida nas *plantations* açucareiras.

Quem vai ficar com o Caribe?

Quando o navegador Cristóvão Colombo aportou em terras americanas, em 1492, trazia um documento assinado pelos reis católicos de Aragão e Castela: as *Capitulaciones* de Santa Fé. Os reis então conferiam a Colombo o direito de tomar posse, em nome da monarquia espanhola, de qualquer território não-cristianizado que fosse alcançado pela expedição. No ano seguinte, os mesmos reis católicos se dirigiram ao papado e obtiveram direitos de soberania sobre todas as “ilhas e continentes encontrados ou a encontrar” naquela região. O papa que concedeu tais direitos, Alexandre VI, estabeleceu também que as Coroas de Portugal e Espanha deveriam ajustar um acordo definindo uma divisão desses territórios não cristãos entre si. A definição foi feita no ano seguinte, como você deve recordar, por meio do Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494.

Lembro esses fatos apenas para evidenciar que o Caribe, na visão de alguns europeus, cabia aos espanhóis, de acordo com tratados firmados no fim do século XV. Nos séculos seguintes, entretanto, outros exploradores e governantes da Europa contestaram a divisão do Novo Mundo entre portugueses e espanhóis. Após a década de 1620, a Coroa espanhola enfrentou crescentes dificuldades para a manutenção integral de seu império americano. Os recursos limitados da monarquia e o alto custo das guerras internacionais impediam que os espanhóis garantissem eficientemente a defesa de suas conquistas americanas. O Caribe, visado por sua potencialidade produtiva e por sua posição geográfica estratégica, foi então um alvo preferencial de estrangeiros em busca de novas conquistas atlânticas.

Assim, na primeira metade do século XVII, os espanhóis perderam as ilhas caribenhas não habitadas ou habitadas apenas esparsamente. Como mostra o historiador J. H. Elliott, os holandeses tomaram a dianteira, ocupando águas do mar do Caribe no final da década de 1620. Além de estabelecerem novas ocupações, os holandeses ofereciam cobertura para que franceses e ingleses se movimentassem e tomassem as ilhas mais desprotegidas.

Quais ilhas, afinal, foram ocupadas pelos ingleses entre os séculos XVII e XVIII? Você pode dar uma olhada no mapa a seguir para localizá-las melhor: Jamaica, Barbados, Granada, São Vicente e as ilhas de Sotavento (Antígua, Montserrat e outras). Uma observação mais atenta ao mapa pode ajudá-lo também a compreender que o mar do Caribe tornou-se uma espécie de “lago europeu”. Diversas potências europeias da época moderna ocupavam as poucas terras da região, demonstrando que o suposto monopólio espanhol sobre a área já não tinha mais validade. Em 1670, por meio do Tratado de Madri, por exemplo, a Espanha conferia oficialmente a posse da Jamaica aos ingleses. A partir do século XVII, portanto, evidenciava-se no Caribe que a ocupação e a colonização efetivas (e não apenas a alegada “descoberta”) eram as garantias do direito de posse sobre as terras em questão.

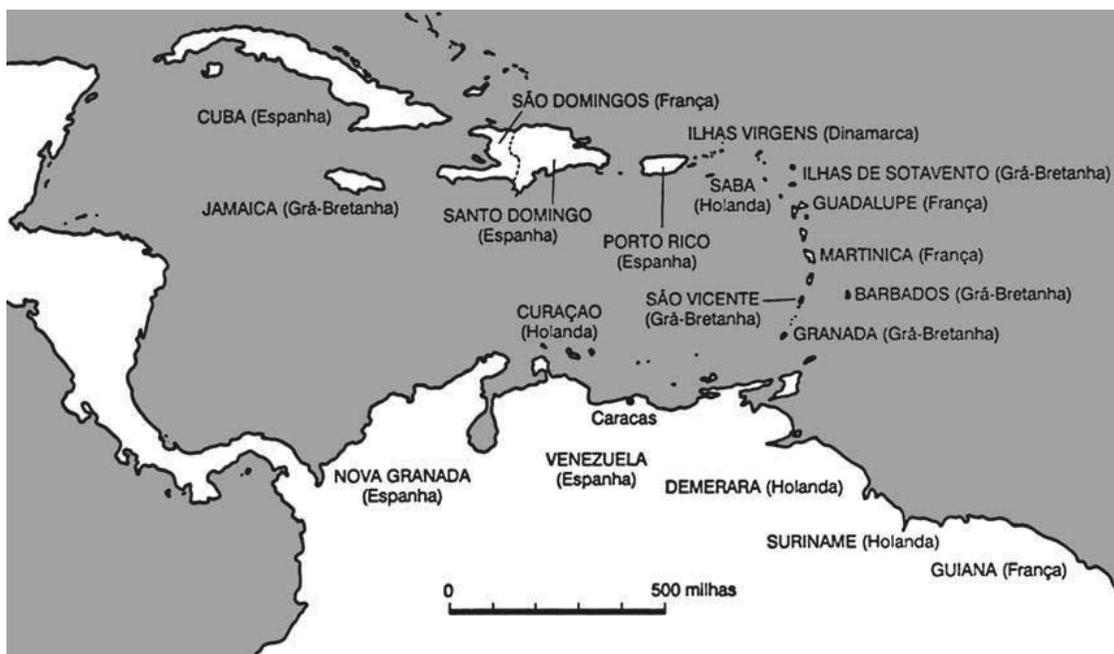


Figura 14.1: O Caribe em 1770.

Quando os ingleses começaram a colonizar efetivamente suas novas posses, depararam-se com um padrão de população nativa bastante alterado pela presença espanhola na região. Antes da chegada de Colombo, essas ilhas eram povoadas principalmente

por *aruaques* e *caribes*. Esses povos não eram autóctones da região: ambos invadiram as ilhas a partir da América do Sul e exterminaram os povos nativos daquelas localidades.



Figura 14.2: Índia *aruaque*, em gravura do livro *Narrative of five years' expedition against the revolted negroes of Surinam*, 1796.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/John_Gabriel_Stedman

Os indígenas *aruaques* e *caribes*, e outros grupos menores que povoavam as ilhas caribenhas na época da conquista, foram os primeiros a sofrer as violências dos colonizadores, o impacto da exploração exaustiva do trabalho e a introdução de doenças que causavam enorme mortalidade. Para você ter uma ideia da destruição provocada pelo início da colonização nessa região, é importante saber que os primeiros negros escravizados chegaram para trabalhar

na ilha de Hispaniola (hoje Haiti e República Dominicana) ainda no ano de 1505. Treze anos após a chegada de Colombo, portanto, as ilhas do Caribe já enfrentavam uma catástrofe demográfica, tanto que era necessário mandar vir trabalhadores de origem africana.

No século XVII, quando a formação do Caribe britânico foi impulsionada, a escravidão africana foi a alternativa de mão de obra privilegiada pelos colonizadores ingleses. O tráfico atlântico era então operado por mercadores particulares e pelas companhias de comércio, cujos navios partiam dos principais portos ingleses em direção à costa ocidental da África. Dos portos de Londres, Bristol e Liverpool, saíam navios carregados de tecidos, pólvora, utensílios, cobre e outros produtos valorizados pelos mercadores que vendiam cativos na África.

A Real Companhia Africana (Royal African Company) dominou esse comércio entre 1672 e 1689, período em que obteve o monopólio do tráfico inglês no Atlântico. Como funcionava a Companhia? Reunindo acionistas da família real e destacados mercadores britânicos, foi fundada em 1672 com a incumbência de construir fortes e feitorias na costa africana, de onde saíam navios carregados de escravos em direção às áreas de *plantation* do Caribe. Como afirma Robin Blackburn, a Companhia foi pioneira em um comércio caro e arriscado: enviou cerca de quinhentos navios para a África entre 1672 e 1713, período em que vendeu algo em torno de 100.000 escravos aos donos de *plantations* caribenhas.

Mesmo perdendo o monopólio do tráfico britânico, em 1689, a Real Companhia Africana continuou a atuar no comércio de escravos entre a África e a América, concorrendo com traficantes independentes. Com mais traficantes envolvidos nos negócios da escravidão, os ingleses consolidaram sua posição privilegiada no comércio de escravos entre a África e as Américas. Essa era a garantia da reprodução das *plantations* no Caribe britânico, fortemente dependentes da mão de obra de origem africana.

O Caribe britânico: as sociedades do açúcar

Entre todos, o açúcar foi o mais valioso dos produtos das *plantations* caribenhas. O consumo dessa mercadoria na Europa moderna era uma espécie de luxo urbano, acessível principalmente às famílias mais abastadas. Com a queda dos preços e o aumento da produção a partir de meados do século XVII, entretanto, o “prazer do doce” – para usar aqui as palavras de R. Blackburn – tornou-se ainda mais difundido, chegando às cidades menores e aos habitantes do campo europeu.

Qual era a rotina da produção do açúcar? Que tipo de dinâmica social essa produção criou no Caribe britânico? Devemos lembrar, para responder a essas questões, que o Caribe britânico possuía algumas características comuns a outras áreas da colonização inglesa: assembleias coloniais eleitas, governadores das colônias indicados e aparatos de defesa formados por milícias coloniais.

Outras características eram bem típicas das colônias caribenhas em particular. A maioria dos proprietários, por exemplo, não vivia em fazendas, preferindo morar na Inglaterra e deixá-las aos cuidados de um advogado ou procurador. Mas mesmo com tantos proprietários ausentes, eram eles que dominavam a vida política nas colônias, ocupando os cargos de comandantes das milícias, a liderança das assembleias e os postos de governadores. Também típica das colônias caribenhas era a população branca minoritária. Para você ter uma ideia, a Jamaica tinha cerca de 7.000 habitantes brancos e 40.000 escravos no ano de 1700. Em 1789, na mesma localidade, havia 23.000 brancos e 256.000 escravos. A grande maioria da população branca que vivia no Caribe britânico dependia do sistema de *plantation*, fosse ocupando-se de atividades liberais – médicos, procuradores, contadores – ou trabalhando como feitores, artesãos e especialistas técnicos. Alguns, ainda, eram donos de ranchos de criação e produções diversas para o abastecimento das grandes propriedades de açúcar.

Os homens de origem europeia, mesmo os mais pobres, geralmente gozavam de alguns privilégios políticos, até porque os donos das maiores *plantations* precisavam de aliados leais. Assim, a maioria dos homens brancos adultos possuía direito de voto, mas não podia se eleger para os cargos oficiais, pois as exigências de renda para ocupar esses postos eram muito altas.

Como a produção escrava era o centro da vida nessas colônias, é importante descrever aqui a organização usual do trabalho na *plantation*. No Caribe inglês, assim como nas áreas de colonização francesa, a *plantation* integrava os diferentes aspectos da produção: cultivo, processamento e, por vezes, transporte e comercialização da produção. Na segunda metade do século XVIII, quando a produção açucareira atingiu níveis muito altos no Caribe britânico, muitas propriedades superavam a marca de 200 escravos. Fazendas com maiores contingentes de mão de obra, entretanto, podiam chegar a contar com 500 cativos. Uma forma comum de divisão do trabalho nessas grandes propriedades pode ser exemplificada por informações sobre a Plantation Worthy Park, na Jamaica.

Em 1793, Worthy Park possuía 557 escravos. Os trabalhadores brancos eram apenas dez, entre os quais se contavam: o feitor, um guarda-livros (espécie de contador) e seus três ajudantes, um mestre-fervedor e um mestre-destilador (empregados técnicos do processo de fabricação do açúcar), e também um médico. De acordo com os registros de 1793, 365 trabalhadores de campo (que executavam as tarefas menos especializadas e mais desgastantes da lavoura) estavam divididos em cinco turmas. A chamada “grande turma” era formada por homens e mulheres entre dezesseis e quarenta anos de idade, trabalhando, em média, setenta a oitenta horas por semana. Frequentemente, após um dia estafante de trabalho no campo, os escravos continuavam a jornada à noite, dedicando-se às atividades de moagem da cana. Os escravos e escravas que trabalhavam nessa “turma principal” geralmente permaneciam nela por cerca de quinze anos; este período tinha um efeito tão nocivo e debilitante sobre a saúde dos trabalhadores que eles precisavam ser transferidos para algum serviço mais leve.

A “segunda turma” de Worthy Park tinha 67 escravos com idades entre dezesseis e vinte e cinco anos, e a “terceira turma” contava com 68 cativos, com idades variando entre doze e quinze anos. As crianças cativas, entre cinco e onze anos, formavam a “turma das ervas ou do mato”. Um pequeno grupo restante, formado por cativos de várias idades, pertencia à chamada “turma dos vagabundos”, que incluía os escravos fujões ou malfeitores, de acordo com R. Blackburn.

Os capatazes da propriedade, armados de chicotes, supervisionavam cada uma das “turmas” de trabalho, ao passo que os feitores garantiam a coordenação de todas as atividades e vigiavam de perto os armazéns das fazendas, para garantir que as rações de alimentos e roupas não fossem desviadas. No interior das manufaturas de açúcar, com frequência, construía-se uma plataforma elevada da qual era possível vigiar todas as etapas do trabalho.



Figura 14.3: Anúncio publicado no jornal *Jamaica Mercury*, em 1779. De acordo com o anúncio, o proprietário do jovem Jack, escravo fugitivo, oferecia uma recompensa para quem o encontrasse e o devolvesse ao trabalho na *plantation*.



Comunidades de escravos fugitivos surgiram em diversas regiões da América durante a escravidão. Os cativos, como nos conta o historiador Flávio Gomes, fugiam das propriedades de seus senhores para formar comunidades no interior das florestas ou no subúrbio de áreas urbanas. No Brasil, eram chamadas de quilombos, denominação que certamente você já ouviu.

No Caribe inglês e nos Estados Unidos, tais formações recebiam o nome de comunidades de *maroons*. Algumas delas tornaram-se tão poderosas que forçaram as autoridades coloniais a reconhecer a autonomia e a liberdade dos fugitivos, formulando com eles tratados de paz.

Um exemplo desse tipo de acordo entre europeus e *maroons* ocorreu na Jamaica em 1738. Para compreender os termos do acordo de paz então estabelecido entre o governador britânico da Jamaica, Edward Trelawney, e os “capitães” negros, ou seja, líderes de comunidades *maroons*, é importante voltar um pouco no tempo e entender a formação das primeiras comunidades de negros fugitivos na Jamaica.

Por volta de 1650, de acordo com o historiador norte-americano Eugene Genovese, alguns escravos aproveitaram as guerras entre espanhóis e ingleses pelo controle da ilha para fugir para o interior. Nessas áreas afastadas, a geografia montanhosa e o clima mais frio ofereciam condições para a formação de comunidades relativamente estáveis. Quando os espanhóis deixaram a Jamaica, estima-se que algo em torno de 1.500 negros fugitivos, de acordo com relatos de contemporâneos, viviam em comunidades *maroons*. A maior fraqueza militar desses grupos vinha de sua divisão geográfica, uma vez que diversas comunidades ocupavam diferentes regiões sem manter efetivo contato entre si.

Após a consolidação do poder inglês na ilha, as lutas das autoridades coloniais contra os *maroons* continuaram a ocorrer, assim como acontecia antes, na época dos espanhóis. Mas as hostilidades eram interrompidas, de tempos em tempos, por acordos de pacificação entre colonos e negros. Foi assim que, em 1738, os *maroons* comandados por Cudjoe, Accampong e outros capitães negros assinaram um tratado de pacificação com os ingleses, após décadas de batalhas nas florestas do interior da ilha. Os termos do acordo de “paz e amizade” reconheciam vários direitos aos *maroons*: liberdade, autonomia, posse das terras, além do direito de caçar e cultivar terrenos como desejassem. Em contrapartida, os *maroons* concordaram em submeter-se a certos mecanismos de controle do poder colonial, relativos a questões de justiça e governo no interior das comunidades negras. Pelo tratado de 1738, os *maroons* comprometeram-se ainda a auxiliar os ingleses na repressão às invasões estrangeiras e aos levantes de escravos.

O compromisso firmado com os ingleses selava, assim, uma nova fase nas relações entre escravos e *maroons*. As alianças e o suporte mútuo entre os escravos que viviam nas *plantations* e as comunidades de fugitivos tornaram-se mais raros após 1734. O antagonismo passou a dominar as relações entre os dois grupos. Os *maroons* mantiveram o acordo firmado com os ingleses: perseguiram escravos fugitivos e esmagaram novas comunidades de fugitivos em formação. Como você pode concluir, os *maroons* ameaçavam assim sua própria sobrevivência, na medida em que não havia incorporações significativas de novos membros em suas próprias fileiras.

Um novo conflito ocorrido entre 1795 e 1796 demonstraria, ainda de acordo com Eugene Genovese, as profundas fraturas ocorridas entre os negros escravos e as comunidades de fugitivos da Jamaica nas décadas anteriores. No conflito iniciado em 1795, os *maroons* não contaram com a ajuda dos escravos das *plantations*. As prováveis origens da guerra movida pelos *maroons* contra os ingleses da ilha estão ligadas a mudanças na administração local, à instabilidade provocada pelas notícias da grande revolta escrava de Saint-Domingue (ocorrida em 1791 nessa colônia francesa do Caribe), bem como a disputa por terras. Sem os aliados escravos e enfrentando a violência de tropas coloniais – que lançavam cães ferozes trazidos de Cuba contra os negros revoltosos –, os *maroons* rebelados se renderam em 1796.

Os dados da propriedade Worthy Park nos permitem saber também que havia uma hierarquia entre os escravos das *plantations*. Naquela propriedade, 21 escravos estavam empregados em funções de chefia no ano de 1793: capatazes, governantas e diversos mestres dirigiam equipes de artesãos e aprendizes ocupados com as atividades especializadas da fabricação de açúcar. Um outro grupo de cativos especializados era formado por 95 trabalhadores, divididos entre as atividades de carpinteiro, pedreiro, fervedor e outras. Enquanto os africanos predominavam nas turmas de campo, os escravos nascidos na América e, sobretudo, os mulatos eram preferidos para ocupar as tarefas domésticas e as atividades especializadas.

Assim, a *plantation* escravista era uma empresa com métodos calculados de divisão da mão de obra, dispositivos de controle e vigilância do trabalho, e técnicas elaboradas de manufatura na fabricação do açúcar. A sobrevivência dos escravos, engrenagem principal desse sistema, dependia em grande medida deles próprios e de sua iniciativa produtiva. Os cativos das *plantations* do Caribe inglês plantavam a maior parte de sua comida, costuravam suas poucas roupas e construía os alojamentos onde viviam. As roças escravas eram os lotes de terra (geralmente nas áreas mais periféricas da fazenda) usados para plantar provisões que complementavam a parca dieta oferecida pelos senhores. Nesses lotes, os escravos cultivavam inhame, mandioca, banana, feijão e outros produtos no pouco tempo livre de que dispunham. Na colônia de Barbados, por exemplo, onde os escravos não recebiam nenhum lote, o proprietário era obrigado a oferecer mais comida aos escravos.

O valor de uma roça escrava, entretanto, era possivelmente bem maior que o desejado complemento da dieta alimentar. Apesar do trabalho extra e das longas distâncias percorridas entre o engenho de açúcar e os lotes, os escravos caribenhos (e também os de outras partes da América) viam essas terras como suas. Costumeiramente, proprietários e feitores aceitavam essa situação, inclusive permitindo que os lotes fossem herdados pelas gerações seguintes, de acordo com as regras estabelecidas pela própria comunidade escrava. A elite senhorial, ávida por lucros máximos e desejando conter a animosidade da escravaria, com certeza via alguma vantagem na concessão do usufruto dos lotes aos escravos. Os escravos, certamente, viam bem mais que isso. De acordo com os surpreendentes cálculos de Edward Long – administrador colonial e historiador residente na Jamaica no século XVIII –, cerca de um terço da moeda corrente da Jamaica estava nas mãos dos escravos em 1770. O dado apresentado por Long nos faz pensar até que ponto o sistema de lotes deixava os cativos em condições de comercializar sua produção nos mercados locais e de ganhar acesso a certos círculos da economia monetarizada das ilhas açucareiras.

Enfim, após conhecer alguns traços da vida dos escravos em uma *plantation* açucareira, você pode estar se perguntando sobre a rentabilidade desse negócio. Era uma empresa arriscada e custosa, sobretudo por depender do recurso constante ao tráfico, uma vez que era muito baixo o nível de crescimento natural da população escrava no Caribe. Ainda assim, uma das características das *plantations* britânicas no século XVIII era a capacidade de expansão da produção. As grandes dimensões das terras, os enormes contingentes de escravos e o aperfeiçoamento das variedades de cana cultivadas eram alguns dos fatores que resultavam na expansão da produção. Analisando a contabilidade de uma *plantation* açucareira da colônia britânica de Antígua, Robin Blackburn, referência principal desta nossa aula, observou que as receitas da fazenda superavam as despesas, gerando uma taxa de retorno sobre capital de cerca de 8,5% ao ano. Generalizando um pouco mais os dados, o autor afirma que os lucros dos proprietários ingleses do Caribe superavam a taxa de 10% ao ano, considerando-se os anos bons. Tratava-se, assim, de um negócio de lucros elevados, em plena expansão nos séculos XVII e XVIII.



Atende ao Objetivo 1

1. Nesta atividade, você deve observar atentamente a tabela reproduzida. Os dados se referem aos inventários de 198 fazendeiros jamaicanos que morreram entre 1674 e 1701. Considere, ao observar os dados, que essa foi a fase inicial do desenvolvimento da *plantation* na Jamaica. Após analisar a tabela, responda, por favor, às questões propostas.

Tabela 14.1: Propriedades de 198 fazendeiros jamaicanos (1674-1701)

Tipos de proprietários	Valor médio das propriedades em libras esterlinas
54 produtores de açúcar	1.954
8 rancheiros	656
7 produtores de algodão	356
20 produtores de anil	310
109 produtores não identificados	306

a. Pesquise e redija uma definição para o termo “inventário”.

b. É possível afirmar que as atividades produtivas na Jamaica eram diversificadas no período em questão? Justifique sua resposta.

c. Considerando apenas os produtores cujas atividades foram identificadas nos inventários, qual é o produto mais destacado? Justifique sua resposta.

d. Que informações da tabela permitem indicar qual era a mais valorizada produção na amostra em questão?

Comentário

Nesta atividade, você deve notar, inicialmente, que a fonte histórica utilizada para a construção da tabela foi uma amostra de inventários, que eram as descrições detalhadas dos bens de proprietários jamaicanos falecidos nas últimas décadas do século XVII. Ao analisar a tabela, de acordo com as questões propostas, você deve ter observado que havia uma relativa diversificação produtiva na região considerada, na medida em que os proprietários ocupavam-se do cultivo do açúcar, do anil, do gado e da criação nos ranchos. O cultivo do açúcar, entretanto, era a atividade mais destacada. Como se pode concluir a partir dos dados da tabela, as propriedades açucareiras possuíam um valor médio muito superior àquelas dedicadas a outras atividades, atestando a centralidade dessa produção naquela região e período.



Olaudah Equiano, provavelmente nascido na nação Ibo, região da atual Nigéria, contou sua vida como escravo em um diário que alcançou expressiva circulação na América e na Europa. O diário, intitulado *A interessante narrativa da vida de Olaudah Equiano ou Gustavus Vassa, o Africano*, foi publicado pela primeira vez em 1789, quando Equiano já era um homem livre e envolvido com o movimento antiescravista inglês.

Mas quem era Equiano? Você deve estar se perguntando também sobre Gustavus Vassa, nome que está no título do livro escrito pelo africano no final do século XVIII. Deixe-me explicar, então. Por volta dos onze anos de idade, Equiano foi capturado no interior da África e levado para a América a bordo de um navio negreiro que o conduziu inicialmente para a colônia caribenha de Barbados. De lá, Equiano foi levado para a Virgínia, onde seu novo proprietário, o oficial da Marinha inglesa Michael Pascal, deu-lhe um novo nome: Gustavus Vassa. Durante vários anos, Equiano, ou Vassa, acompanhou Pascal em viagens e batalhas. Foi batizado, aprendeu a ler e a escrever, e, evidentemente, aprendeu a cultivar a expectativa de viver em liberdade.

Mas essa expectativa foi frustrada quando Pascal vendeu seu escravo em Londres para o capitão de um navio que o trouxe de volta para o Caribe inglês. Equiano aportou então na ilha de Montserrat, onde foi mais uma vez vendido. Seu novo proprietário era Robert King, que logo percebeu as habilidades de Equiano, consideradas especiais o suficiente para empregá-lo longe do trabalho direto na *plantation*. Foi pajem, criado, escrevente e também taifeiro a serviço de Robert King em navios que operavam o comércio entre o Caribe e a América do Norte. A posição de criado em navio mercante foi aproveitada de maneira vantajosa por Equiano, que durante as viagens realizava compras e vendas de produtos variados. Ao fim de alguns anos nessa posição, acumulou uma soma suficiente para comprar a própria liberdade: setenta libras.

Nos anos seguintes, já como homem livre, Equiano ocupou-se quase sempre de atividades ligadas ao comércio marítimo, viajando para lugares distantes. Mas durante uma temporada em terra, mais precisamente no ano de 1786, Equiano envolveu-se decididamente nas atividades antiescravistas que então mobilizavam setores da sociedade inglesa em torno da abolição do tráfico. Assim, ao publicar sua autobiografia em 1789, o ex-escravo Equiano assumia uma postura política pública contra o tráfico e a escravidão, que eram, ambas, experiências vividas por ele próprio.

Em 1792, com a provável idade de 47 anos, Equiano, um africano, casou-se com a inglesa Susanna Cullen, com quem teve duas filhas. Embora tenha sobrevivido à morte prematura de sua esposa, Equiano morreu algum tempo depois, em 1797. A extraordinária narrativa de sua vida, entretanto, permanece inspiradora.

CONCLUSÃO

A presença dos ingleses no Caribe a partir do século XVII evidenciou dois processos em curso na Europa naquele momento. O primeiro deles era a contestação dos pretensos direitos espanhóis sobre aquela valorizada região. A divisão do Caribe entre diferentes monarquias europeias atestava que os direitos de posse sobre as áreas coloniais deviam levar em conta o princípio da efetiva ocupação, e não apenas da alegada descoberta. À medida que os espanhóis perdiam terras de seu império americano no Caribe, os ingleses consolidavam ali sociedades baseadas na *plantation* escravista, competindo por posições e lucros em um crescente mercado europeu ávido por artigos tropicais.

Um segundo processo a ser considerado, particularmente inglês, é a ascensão da noção de liberdades políticas ao mesmo tempo que se legitimava a escravidão dos africanos e o tráfico atlântico. Deve-se ressaltar que no final do século XVII os ingleses haviam criado uma monarquia parlamentar, resultado de quase meio século de lutas e debates em torno dos limites do poder real. A Revolução Gloriosa de 1688 afirmava um princípio de liberdade política ao pretender frear o poder real, protegendo idealmente os súditos da tirania representada pelos poderes absolutistas. Alguns anos antes, como vimos, os mesmos ingleses que discutiam as liberdades políticas endossavam a escravidão. Ao criarem a Real Companhia Africana, em 1672, aumentaram extraordinariamente seu envolvimento com o tráfico, atestando que, para a mentalidade daqueles homens, as liberdades políticas podiam conviver com a escravidão.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 1

Como atividade final, proponho que você revise rapidamente o texto da aula, identificando a primeira vez em que foram usados os seguintes termos: *plantation*, *maroons*, Real Companhia Africana e Olaudah Equiano. Em seguida, prepare um pequeno glossário para defini-los. Sugiro que você apresente definições breves, de cerca de três linhas, demonstrando efetiva e sintética apreensão dos conteúdos relativos a esses termos.

Comentário

Nesta atividade você tem a chance de treinar sua capacidade de sintetizar e apresentar conteúdos estudados na aula e relativos a diferentes domínios: um conceito (*plantation*), uma instituição (Real Companhia Africana), um personagem histórico (Olaudah Equiano) e uma denominação (*maroons*). Ao definir esses termos em breves frases, você poderá perceber que o glossário pode ser uma ferramenta útil para seus estudos individuais e também uma atividade interessante para ser usada com seus alunos.

RESUMO

Nesta aula, você conheceu, em linhas gerais, os contornos de uma região americana fortemente marcada pela escravidão e pela origem africana da população. A colonização inglesa no Caribe, marcadamente a partir do século XVII, assentou-se sobre a *plantation* açucareira e beneficiou-se do envolvimento dos ingleses com o tráfico atlântico. Largamente dependente das remessas regulares de africanos para o trabalho em suas *plantations*, o Caribe inglês era um dos pontos do comércio triangular que os ligava à Inglaterra e à costa africana. O aspecto inicialmente enfatizado na aula foi o processo de internacionalização do mar do Caribe, permitindo que você compreendesse como os espanhóis perderam a primazia na região para outras potências europeias. Em seguida, foram apresentados detalhes da organização da economia escravista no Caribe inglês, caracterizada por proprietários ausentes, pela grande presença de escravos africanos, por comunidades *maroons* e pela alta rentabilidade das propriedades dedicadas à produção do açúcar, entre outros aspectos.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai conhecer os traços específicos do Caribe francês, que reunia colônias escravistas de alto desempenho econômico e grande complexidade nas formas de interações sociais entre escravos, brancos e negros livres.

Aula 15

Os relatos
europeus sobre
os índios das
Américas – um
estudo de caso

Larissa Viana

Meta da aula

Fornecer instrumentos teórico-metodológicos para a análise de crônicas produzidas por europeus no contexto da conquista e colonização das Américas.

Objetivo

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. demonstrar habilidades consistentes para a análise de crônicas coloniais através de um estudo de caso.

Pré-requisitos

Para melhor acompanhar o desenvolvimento desta aula, é desejável que você disponha de um dicionário e de acesso à internet ou a uma biblioteca, para consultas bibliográficas.

INTRODUÇÃO

“Tu não tens nada de mim, eu não tenho nada teu. Tu, piniqum. Eu, ropeu.” O engenhoso verso de Luis Fernando Veríssimo sugere um dos aspectos sobre os quais os historiadores da colonização das Américas se debruçam frequentemente: a alteridade. A conquista, a partir do final do século XV, confrontou europeus e índios em um cenário até então desconhecido por aqueles e suscitou a produção de inúmeras crônicas e descrições sobre o Novo Mundo e seus habitantes. Os europeus, como já observou o historiador Leandro Karnal, criaram a abstração indígena através do registro de um equívoco geográfico disseminado pelo navegador Cristóvão Colombo, que acreditava ter chegado às Índias. Hoje sabemos que, além do equívoco geográfico, a expressão “índios” encerra uma diversidade de povos marcados por semelhanças e diferenças. Os europeus da época de Colombo – assim como os de hoje – também eram muito diferentes em suas crenças, atitudes e lealdades políticas.

Dessa forma, a ideia do encontro entre europeus e indígenas representa mais um recurso didático do que uma possibilidade analítica, como também advertiu Leandro Karnal. Não deixamos nem deixaremos de utilizar esses dois termos como recursos didáticos, mas é sempre válido estarmos conscientes da peculiaridade desses referenciais.

Digo isso porque nossa aula trata exatamente da escrita produzida pelos europeus sobre o mundo dos índios. De fato, a maior parte dos textos de que dispomos sobre os índios depois da conquista das Américas foi escrita por navegadores, religiosos, conquistadores, militares, civis e tantos outros europeus envolvidos no processo de colonização. Como lidar com esses testemunhos? Como interrogá-los? Será que eles falam apenas dos europeus e seus preconceitos? Ou descortinam, em certos momentos, detalhes preciosos sobre os índios das Américas?

Nesta aula, você será convidado basicamente a treinar suas habilidades como futuro historiador. Esse aspecto foi contemplado em outras aulas desta disciplina, é verdade. Mas nessa aula, cujo conteúdo em si é bem reduzido, você se sentirá “mais protagonista”, por assim dizer. O objetivo é simples e direto: vou oferecer alguns elementos teóricos sobre a escrita da alteridade na primeira parte da aula e, em seguida, reproduzirei parte substancial de uma crônica redigida por um religioso espanhol, no século XVI, a respeito dos índios da Nova Espanha. A tarefa de analisar esse trecho será sua, para encerrarmos nossa disciplina com um exercício prático do trabalho do historiador.

Escrita e alteridade

O historiador François Hartog publicou na França, em 1980, um livro intitulado *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. A preocupação inicial desse autor, ao estudar diferentes formas de representação sobre “o outro”, foi a de desenvolver uma “retórica da alteridade”, destacando aspectos geralmente presentes em textos que falam sobretudo do “outro”: as narrativas de viagem, as crônicas coloniais ou os diários de conquistadores, por exemplo.

Para Hartog, as narrativas centradas na representação do outro recorrem constantemente ao par *diferença e inversão*. Para usar um exemplo presente nas crônicas sobre os índios da América, podemos lembrar aqui um trecho das cartas do conquistador Hernán Cortéz sobre os mexicas:

As pessoas que habitam esta terra, desde a Ilha de Cozumel até a ponta de Yucatán (...) são de estatura mediana, de corpos e gestos bem proporcionados, diferenciando-se apenas pelos ornamentos que distribuem por seus corpos (...) Algumas (casas) possuem na entrada um amplo pátio onde constróem

os altares e adoratórios para seus ídolos (...) Não começam nenhuma atividade do dia sem antes queimar incenso nas ditas mesquitas, e algumas vezes sacrificam seus próprios corpos (...) Todo o sangue que corre oferecem àqueles ídolos, espalhando-o por todas as partes daqueles oratórios ou elevam-no para o céu (...) (CORTÉZ, 1519).

Além de registrar a diferença entre “as pessoas desta terra” e os europeus, o relato ressalta também os modos e costumes daquela terra, inversos aos praticados pelos europeus e, por isso mesmo, dignos de nota.

Para Hartog, a retórica da alteridade se vale igualmente das *comparações e analogias*, estabelecendo classificações, semelhanças e desvios entre os padrões de vida e comportamento do narrador e os do “outro”. Mais uma vez, a narrativa de Cortéz pode nos oferecer um exemplo,

Os domínios deste povoado se estendem por três ou quatro léguas de casa ao lado de casa (...) Em um monte muito alto está a casa do senhor, com uma fortaleza que se equipara às melhores de Espanha, cercada de muros e covas (CORTÉZ, 1524).

Até meados do século XVI, se consideramos especificamente os relatos produzidos sobre a América, outro dado bastante comum era a descrição das *maravilhas e curiosidades* do Novo Mundo. O maravilhoso, observado sob o ponto de vista de cristãos do século XVI, projetava no Novo Mundo o ideal dos impérios deslumbrantes, dotados de riquezas excepcionais, de natureza abundante e remota. Cristóvão Colombo, o navegador genovês que aportou no Caribe em 1492, escreveu em seus diários várias passagens que remetem à noção do *maravilhoso*. Veja este exemplo:

(...) E assim parti, mais ou menos às dez horas (...) para essa outra ilha, vastíssima, e onde todos esses homens que trago de San Salvador indicam que há verdadeiro esbanjamento de ouro (...) São ilhas verdejantes, férteis e de clima mui brando, e podem conter uma porção de coisas que ignoro (...) (COLOMBO, 1492).

Mas será o referencial do *maravilhoso* uma constante nas narrativas sobre o Novo Mundo? Já em meados do século XVI, percebe-se nessas narrativas uma crescente preocupação com a descrição voltada para as particularidades do continente e de seus povos nativos. O Novo Mundo permanecia exótico, sob o ponto de vista dos europeus, mas o referencial do *maravilhoso* cedia espaço à *experiência*: os europeus condenavam geralmente os costumes e modos de vida dos nativos, mas dedicavam-se a relatar suas particularidades. Entendia-se que o conhecimento era uma espécie de arma para subordinar os nativos em diversas esferas da vida cotidiana. Um cronista que se dedicasse a relatar com pormenores os traços de cultos locais, por exemplo, fazia-o geralmente com grande dose de preconceito. Ao mesmo tempo, alguns ofereciam a seus leitores, totalmente alheios ao contexto ameríndio, detalhes singulares sobre os povos que descreviam. Podemos observar um exemplo dessa conduta nas palavras de Jerónimo de Mendieta, missionário franciscano que viveu na Nova Espanha na segunda metade do século XVI, incumbido de escrever uma história da região, obra que concluiu em 1596. No trecho a seguir, dedicado à maneira de orar dos índios, nota-se um recurso que se tornara disseminado naquele tipo de escrita: o uso de palavras e expressões próprias dos índios para explicar conceitos e práticas estranhos aos europeus:

(...) aquilo que nós chamamos de inferno, que é o lugar dos condenados, eles dizem Mictlán... [que] quer dizer propriamente "lugar dos mortos" (...) que é o lugar dos que para sempre morrem; e à região ou à parte do norte chamam os índios de Mictlampa, que quer dizer "em direção às bandas ou local dos mortos", de onde bem se infere que em direção àquela região eles localizavam o inferno (...) (MENDIETA, 1596).

Para nós, estudiosos da História, é preciso lembrar sempre que tais relatos devem ser analisados com atenção a alguns aspectos, na verdade válidos para qualquer testemunho histórico:

quem escreveu? Em que contexto a narrativa foi produzida? Quais eram as relações entre o cronista e a sociedade que ele pretendia descrever?

Tzvetan Todorov, autor de quem você ouviu falar em diversas aulas desta disciplina, nos oferece uma pista importante para o trabalho com os cronistas da América colonial, em particular. De acordo com esse autor, a conquista da América e dos nativos americanos foi o encontro mais surpreendente de nossa história, pois envolveu um sentimento radical de estranheza. Os europeus mantinham há tempos relações e contatos com a África, a China e a Índia, mas ignoravam a América. Para citar as palavras do próprio Todorov, devemos pensar que “no início do século XVI, os índios da América estão ali, bem presentes, mas deles nada se sabe, ainda que, como é de se esperar, sejam projetadas sobre os seres recentemente descobertos imagens e ideias relacionadas a outras populações distantes”. A pista contida nessas palavras é, na verdade, uma advertência a quem se aventure na interpretação de autores que escreveram sobre os índios na época colonial: muito do que os europeus diziam sobre os índios era fruto de ideias preconcebidas e de noções aplicáveis a outros povos e contextos.

Sendo assim, você deve estar pensando que os relatos coloniais produzidos pelos europeus diziam mais a respeito dos preconceitos europeus do que sobre o mundo dos índios. Mas não é bem assim! Se os relatos europeus forem interrogados com rigor, e comparados a outras fontes – como as crônicas produzidas pelos próprios nativos, por exemplo –, pode-se descobrir neles algo sobre os índios e suas interações com o universo colonial. O historiador Leandro Karnal, já citado no início desta aula, é outro que nos ajuda a pensar nos desafios de analisar aspectos das culturas nativas do Novo Mundo através de narrativas europeias. Para esse autor, é necessário estabelecer “um diálogo entre a revelação integral da alteridade e a opacidade absoluta do passado” no trabalho com esse tipo de relato. Dito de outra forma, a proposta de Karnal compreende dois movimentos: o primeiro é a convicção de que a cultura europeia não

foi tão forte a ponto de apagar todos os traços das culturas indígenas; afinal, milhões de indígenas das Américas continuam hoje falando suas línguas nativas, recriando práticas herdadas de seus ancestrais e adaptando-as, muitas vezes, aos modos ocidentais. Perceber e valorizar esse aspecto é acreditar na possibilidade do outro e diminuir um pouco a onipotência europeia.

O segundo movimento proposto por Leandro Karnal é a desconfiança para com as fontes, que não devem jamais ser tomadas como verdades absolutas. Assim, como afirma o autor, é preciso compreender que “entre cada historiador e seu objeto indígena existe um vidro que não é opaco nem transparente, mas translúcido, que traz um reflexo de quem vê através dele, mas permite a passagem da luz”.

A escrita de Motolinía

Toríbio de Benavente nasceu no final do século XV, e veio para a Nova Espanha como religioso franciscano. Era conhecido como um dos doze apóstolos do México, onde adotou o nome de Motolinía, quando soube que essa palavra significava “o pobre” na língua nativa. Motolinía dedicou sua vida à evangelização dos índios, tarefa que o levou a aprender línguas nativas, a estudar aspectos das culturas da região e a viajar por toda a Nova Espanha. Entre as décadas de 1540 e 1550, enquanto era guardião do convento franciscano de Tlaxcala, ele escreveu a *Historia de los indios de la Nueva España*, que só veio a público no século XIX.

O historiador Leandro Karnal, uma vez mais, é quem nos ajuda a apreender um traço geral desse tipo de relato produzido por Motolinía, ao notar que se trata de uma crônica religiosa. Esta é uma classificação didática, por certo, uma vez que os estilos de escrita eram diversos e complexos, mesmo quando elaborados por autores com formação religiosa e intelectual semelhantes. De modo geral, entretanto, é possível considerar que tais crônicas eram escritas por

religiosos profissionais – geralmente estudiosos de Filosofia e Teologia – e apresentavam um traço etnográfico voltado para um objetivo pragmático: conhecer a cultura dos indígenas facilitaria o trabalho de catequese. Como observa Karnal, é importante “considerar que a maioria dos frades cronistas queria um conhecimento da religião e da sociedade indígena para eliminar a idolatria e outras práticas”: tratava-se de descrever para eliminar ou alterar comportamentos vistos como incorretos ou mesmo demoníacos.

Nas páginas seguintes, reproduzirei uma versão em português – elaborada sob a supervisão do historiador Luiz E. Fernandes – de uma pequena parte desse texto. Peço que você leia com atenção, pois a atividade da aula se refere exatamente a essa fonte.

Tratado primeiro, capítulo VI – Da festa chamada "panquezalizthi", e dos sacrifícios e homicídios que nela se faziam; e como tiravam os corações e os ofereciam, e depois comiam os que sacrificavam.

(...) Naqueles dias dos meses acima ditos, em um deles que se chamava "panquezalizthi", que era o décimo quarto, o qual era dedicado aos deuses do México, principalmente a dois deles que se diziam ser irmãos e deuses da guerra, poderosos para matar e destruir, vencer e sujeitar; pois neste dia, como páscoa ou festa muito importante, se faziam muitos sacrifícios de sangue, tanto das orelhas como da língua, sendo isso muito comum; outros se sacrificavam dos braços e peitos e outras partes do corpo; mas porque nisto de arrancar um pouco de sangue para lançar nos ídolos, como quem derrama água benta com os dedos, ou jogar o sangue em alguns papéis e oferecê-los das orelhas e da língua era comum a todos em todas as partes; mas das outras partes do corpo cada província tinha o seu costume; uns dos braços, outros dos peitos, e através desses sinais se reconhecia de que províncias eram. Além destes e de outros sacrifícios e cerimônias, eles sacrificavam e matavam muitos da maneira que aqui direi.

Tinham uma pedra grande, de uma braçada de comprimento, e quase um palmo e meio de largura, e um bom palmo de grossura ou de espessura. Metade desta pedra estava enterrada na terra, no alto, em cima dos degraus, diante do altar dos ídolos. Nessa pedra estendiam os desventurados de costas, para os sacrificar, com o peito muito tenso, porque tinham atados os pés e as mãos, e o principal sacerdote dos ídolos e seu lugar-tenente, que eram os que mais comumente sacrificavam, e se algumas vezes haviam muitos a serem sacrificados e estes se cansassem, entravam outros que já eram hábeis no sacrifício e, prontamente, com uma pedra de pedernal com que tiram faíscas, desta pedra faz-se uma grande navalha como ferro de lança, não muito afiada; digo isto porque muitos pensam que eram daquelas navalhas de pedra negra, que há nesta terra, e as fazem com o corte tão fino quanto o de uma navalha, e corta tão docemente como navalha, que logo abrem fendas: com aquela cruel navalha grande, como o peito estava tão tenso, com muita força abriam o desventurado e prontamente lhe tiravam o coração, e o oficial desta maldade jogava o coração em cima do umbral do altar na parte de fora, e ali deixava feita uma mancha de sangue; e caído o coração, ele ainda se mexia um pouco na terra, e logo o colocavam em uma tigela diante do altar. Outras vezes, pegavam o coração e levantavam-no em direção ao Sol, e às vezes untavam os lábios dos ídolos com o sangue. Às vezes, os ministros velhos comiam os corações; outras, enterravam-no e logo pegavam o corpo e o jogavam rolando escada abaixo; e chegando embaixo, se o corpo era dos presos de guerra, o que o prendeu, com seus amigos e parentes, levavam-no e preparavam aquela carne humana com outras comidas, e em outro dia faziam festa e o comiam; o mesmo que o prendeu, se tinha como o fazer, dava naquele dia mantos a seus convidados; e se o sacrificado era escravo, não o

jogavam a rodar, mas sim o desciam nos braços, e faziam a mesma festa e convite que ao preso de guerra, ainda que não tanto com o escravo (...) Quanto aos corações dos que sacrificavam, digo: que após tirar o coração do sacrificado, aquele sacerdote do demônio tomava o coração em suas mãos e o levantava como quem o mostra ao Sol, e logo voltava a fazer o mesmo ao ídolo, e o colocava diante de um vaso de madeira pintada, maior que uma tigela, e em outro vaso colhia o sangue e o davam como que de comer ao ídolo principal (...). Em outros dias daqueles já nomeados se sacrificavam muitos, ainda que não tanto como na festa já dita; e ninguém pense que nenhum dos que sacrificavam matando-lhes e tirando-lhes coração, ou qualquer outra morte, que não era de sua própria vontade, mas sim à força, e sentiam muito a morte e sua espantosa dor. Os outros sacrifícios de tirar sangue das orelhas ou língua, ou de outras partes, estes eram voluntários quase sempre. Daqueles que assim sacrificavam, tiravam a pele de alguns, em umas partes, dois ou três, em outras, quatro ou cinco, em outras, dez, e no México até doze ou quinze, e vestiam aqueles couros, que pelas costas e em cima dos ombros, deixavam abertos, e vestido o mais justo que podiam, como quem veste colete e calças, dançavam com aquela cruel e espantosa vestimenta; e como todos os sacrificados ou eram escravos ou prisioneiros de guerra, no México, para este dia, guardavam algum prisioneiro de guerra que fosse senhor ou pessoa importante e, a este, esfolavam para vestir o couro dele no grande senhor do México, o qual, vestido com aquele couro, dançava com muita solenidade, pensando que fazia grande serviço ao demônio que naquele dia honravam; e a isto muitos iam ver com grande maravilha porque nos outros povoados não se vestiam os senhores com os couros dos esfolados, mas outros principais. Outro dia, de outra festa, em cada parte sacrificavam uma mulher, e esfolavam-na, e alguém se

Comentário

É uma pena não estar por perto para ler seu texto! Mas deixo como comentário um roteiro para análise da fonte indicada, lembrando que se trata apenas de uma das possibilidades de análise, pois esta tarefa é bem autoral. Vou dividir o roteiro em três partes:

1. Autor, contexto e texto

- apresentar o autor, destacando aspectos de sua trajetória que ajudem a compreender de que maneira ele se vinculava ao projeto colonial;
- destacar as relações do autor e de sua ordem com a evangelização dos índios;
- indicar o texto de que se extraiu a citação analisada, sua época de produção etc.

2. Conteúdo

- destacar os aspectos do texto que indicam a presença de uma “escrita da alteridade”, tal como formulada na primeira parte da aula;
- apresentar, em síntese, os conteúdos mais relevantes da fonte, de modo que o leitor que não conhece o texto original tenha uma ideia do que se trata nele.

3. Da fonte primária à historiografia

- contrastar o relato de Motolinía com uma visão historiográfica sobre o sacrifício entre os astecas (mexicas) presente no texto de C. Duverger;
 - conclusões.
-

CONCLUSÃO

Em 1577, o rei espanhol Felipe II proibiu a circulação das crônicas coloniais elaboradas pelos religiosos regulares na América. Em tempos de Contrarreforma e de afirmação cada vez mais intensa dos valores católicos, a Coroa desejava evitar a circulação de relatos sobre a religiosidade dos nativos, considerada pagã ou demoníaca.

Desta forma, boa parte das crônicas europeias produzidas sobre os índios americanos só passou a circular a partir do século XIX, quando começaram a ser editadas e estudadas nos países latino-americanos que conquistavam a independência política. Com a edição de texto até então inéditos, historiadores e ilustrados do século XIX iniciaram estudos e pesquisas para recuperar relatos e personagens silenciados por séculos.

Para nós, estudiosos da História da América no século XXI, as crônicas coloniais ainda são uma fonte importante. Munidos de novos métodos, de formação teórica consistente e de habilidade na crítica desses textos, podemos deles extrair questões instigantes para o estudo e a pesquisa na área de história hispano-americana.

RESUMO

A familiaridade com as fontes coloniais produzidas por europeus é uma das condições para o estudo e o ensino da história hispano-americana. A maior parte dos textos de que dispomos sobre os índios depois da conquista das Américas foi escrita por navegadores, religiosos, conquistadores, militares, civis e tantos outros europeus envolvidos no processo de colonização. A esses textos damos o nome de *crônicas* ou *relatos coloniais*, que devem ser analisados de acordo com pressupostos teóricos adequados para o trabalho com escritos elaborados no contexto em questão. Entre esses pressupostos, destacam-se a noção de alteridade, a desconfiança em relação às fontes e a convicção de que a cultura europeia não foi tão forte a ponto de apagar todos os traços das culturas indígenas.

História da América I

Referências

Aula 1

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____.; BERNAND, C. *História do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp, 2001. v. 1.

LAS CASAS, Frei Bartolomé. *O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias*. Porto Alegre. L&PM, 2001.

ROMANO, Ruggiero. *Mecanismos y elementos del sistema económico colonial americano*. México, DF: FCE, 2004.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. Os modos indígenas. In: _____.; _____. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STERN, Steve. *Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant world*. Madison: The University of Winsconcin Press, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. *América 1492: encontro ou desencontro?* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993. p. 29-32.

WACHTEL, N. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1997.

Aula 2

BARTRA, R. Tributo e posse da terra na sociedade asteca. In: GEBRAN, P. *O conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARDOSO, Ciro. *América pré-colombiana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DUVERGER, C. *La flor letal: economía del sacrificio azteca*. México: FCE, 1983.

FERREIRA, Jorge. *Incas e astecas: culturas pré-colombianas*. São Paulo: Ática, 1988.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

MURRA, John. As sociedades andinas anteriores a 1532. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1997. v. 1.

PORTILLA, Miguel L. A Mesoamérica antes de 1519. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1997. v. 1.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Deuses do México indígena*. São Paulo: Palas Athena, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. Os modos indígenas. In: *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WACHTEL, N. Os índios e a conquista espanhola. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1997.

Aula 3

1492: a conquista do paraíso. Direção: Ridley Scott. produção: Alain Goldman e Ridley Scott. Interprètes: Gérard Depardieu, Sigourney Weaver, Armand Assante, Ângela Molina, Fernando Rey, Tcheky Kario. Roteiro: Roselyne Bosch. [S.l.]: Paramount Pictures, 1992.

ALBALADEJO, Pablo Fernández. *Fragments de monarquia*. Madri: Alianza Editorial, 1992.

ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier (Coord.). *Inventando la nacion*. Iberoamérica: siglo XIX. México, DF: FCE, 2003.

ARTOLA, Miguel. *Historia de España*. Madri: Alianza, 1996.

BERNARD, Carmen (Org.). *Descubrimiento, conquista y colonización de America a quinientos años*. México, DF: FCE, 1992.

BERNARD, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *História do novo mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. 2 v.

BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1998.

BRADING, David. *Orbe Indiano: de la monarquia católica a la republica Criolla, 1492-1867*. México, DF: FCE, 1992.

CHAUNU, Pierre; CHAUNU, Huguette. *Séville et l'Atlantique: 1504-1650*. Paris: A. Colin, 1959.

D'ACOSTA, José de. *Historia natural y moral de las Índias*. México, DF: FCE, 1985.

ELLIOTT, J. H. *España imperial: 1469-1716*. Barcelona: Editorial Vicens Vives, 1985.

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Comentarios reales de los incas*. Lima: Editorial Universo, 1967.

_____. *Historia general del Peru*. Madri: La Oficina Real, 1722.

GERBI, Antonello. *La natureza de las Índias nuevas*. [S.l.]: FCE, 1992.

GRUZINSKI, Serge. A guerra das imagens. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992. p. 203-204.

_____. *La colonización de lo imaginário*. México, DF: FCE, 2000.

GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. *Nueva coronica y buen gobierno*. Lima: Fondo de Cultura Econômico, 1993. 3 v.

HAMILTON, Earl. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

HERRERA Y TORDESILLAS, Antonio. *Historia General de los hechos de los catellanos en las islas y tierra firme del mar oceano*. Madri: [s.n.], 1615.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Nacional: Edusp, 1969.

LAFAYE, J. *Quetzlcóatl y Guadalupe: la formación de la conciencia nacional em México*. México, DF: FCE, 1992.

LAS CASAS, Frei Bartolomé de. *Historia de las Indias*. Madri: Imp. de Miguel Ginesta, 1875. 5 v.

_____. *Tratados comprobatorio del império soberano y principado universal que los reyes de Castilla y Leon tienen sobre las Índia*. México, DF: FCE, 1995. 2 v.

LYNCH, John. *La España bajo los Austrias*. Barcelona: Editorial Península, 1975. 2 v.

O'GORMAN, Edmundo. *A invenção da América*. São Paulo: Edusp, 1992.

OVIEDO Y VALDÉS, Gonzalo Fernandez de. *Historia general y natural de las indias: islas y tierra-firme del mar oceano*. Madrid: La Real Academia de la Historia, 1852.

PAGDEN, Anthony. *El imperialismo Español y la imaginación política: estudios sobre teoria social y politica europea e hispanoamericana - 1513-1830*. Barcelona: Planeta, 1991.

_____. *La caída de hombre natural*. Madrid: Alianza, 1988.

PAGDEN, Anthony. *Señores de todo el mundo*. Ideologias del império en España, Inglaterra y Francia en los siglos XVI, XVII y XVII. Barcelona: Península, 1997.

PAZ, Octavio. *Sor Juana Inês de la Cruz o las Trampas de la fe*. México, DF: FCE, 1982.

SAHAGUN, Fray Bernardino de. *Historia general de las cosas de nueva España*. Madri: Alianza Universidad, 1988. v. 2.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOLÒRZANO PEREIRA, Ruan de. *Política Indiana*. Madri: Atlas, 1972.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VAINFAS, Ronaldo (Org.) *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. *Idolatrias e milenarismos: a resistência indígena nas Américas*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, p. 29-43, 1992.

VIVES, J. Vicens. *História de España y América*. Barcelona: Libros Vicens, 1979.

Aula 4

BARTH, Frederick: 2000. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In _____: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (org. Tomke Lask). Rio de Janeiro. ContraCapa, 2000. pp.25-67.

BOCCARA, Guillaume, 2000. *Mundos Nuevos em las Fronteras del Nuevo Mundo*: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación Y Mestizaje em Tiempos de Globalización, Mundo Nuevo Nuevos Mundos, revista eletrônica, Paris (www.ehess.fr/cerma.Revuedebates.htm).

BORNEMANN, Margarita Menegus. *La Nobleza Indígena en la Nueva España*: circunstancias, costumbres y actitudes. In: AISPURU, Pilar Gonzalbo (coord.). *Historia de la vida cotidiana en México*. México. Fondo de Cultura Económica, 2004. pp.501-523.

ELLIOT, J.H. *A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII*. In: BETHEL, Leslie (org.) *História da América Latina*, vol. 1, cap.7. pp.283-337.

GONZALBO, Pablo Escalante e GARCIA, Antonio Rubial. *Los Pueblos, Los Conventos y La Liturgia*. In: AISPURU, Pilar Gonzalbo (coord.). *Historia de la vida cotidiana en México*. México. Fondo de Cultura Económica, 2004. pp.367-390.

GIBSON, Charles. *Los Aztecas Bajo El Dominio Español*. México, Siglo XXI, 2007.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol*. Séculos XVI-XVIII. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

JIMÉNEZ, Pablo Rodríguez. Inventário de Cicatrizes. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº. 75, 2011. pp.40-44.

MINTZ, Sidney W. Cultura: uma visão antropológica. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*. Vol. 14, n. 28, Niterói: EDUFF, 2010.

NAVARRETE, Federico. *Las Relaciones Interétnicas en México*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

POLONI-SIMARD, Jacques. Redes y Mestizaje Propuestas para el Análisis de la Sociedad Colonial. In: Guillaume Boccara & S. Galindo (org.). *Lógica Mestiza en América*. Temuco: Ed. Universidad de La Frontera-Instituto de Estudios Indígenas, 2000, pp.113-137.

TAYLOR, William B. *Cacicazgos coloniales en el Valle de Oaxaca*. Historia Mexicana, vol. XX, núm 1 (1970), pp.1-41.

STERN, Steve. *Los Pueblos Indígenas del Perú y el Desafío de la Conquista*. Madrid, Alianza Editorial, 1986.

Aula 5

BRADING, David. *Orbe indiano*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

ELLIOTT, John. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997, v. I.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____.; BERNAND, Carmen. *História do Novo Mundo*. São Paulo: Editora Edusp, 2001, v. 1 e v.2.

KARNAL, Leandro et al. Dossiê: cronistas da América, Idéias: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Campinas, SP, ano 11, 2004.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevísima relación de la destrucción de las Índias*, Madrid: Cátedr, 1982.

SCHWARTZ, S.B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Aula 6

DIEGO de Landa Calderón. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Diego_de_Landa_Calder%C3%B3n>. Acesso em: 11 abr. 2009.

ELLIOTT, John. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Editora da USP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997, v. I.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____.; BERNAND, Carmen. *História do Novo Mundo*. São Paulo: Editora Edusp, 2001, v. 1 e v. 2.

KARNAL, Leandro et al. Dossiê: cronistas da América, Idéias. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Campinas, SP, ano 11, 2004.

LAFAYE, Jacques. Quetzalcoátl y Guadalupe; la formación de la conciencia nacional en México. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

STERN, Steve. *Resistance, rebellion, and consciousness in the Andean peasant world*. Winsconcin: The University of Winsconcin Press, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. Idolatrias e milenarismos: a resistência indígena nas Américas. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 29-43, 1992.

Aula 7

BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: a América Latina colonial I*. São Paulo: Edusp: Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

Bicalho, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ELLIOTT, John. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Editora da USP, Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1997, v. I.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge; BERNAND, Carmen. *História do Novo Mundo*. São Paulo: Edusp 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PAIVA, Eduardo F.; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver, séculos XVI a XIX*. São Paulo: Annablume, 2002.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ROMERO, José Luis. *América Latina: a cidade e as idéias*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SCHWARTZ, S.B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Aula 8

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BETHELL, Leslie (Org.) *América Latina colonial*. São Paulo: Edusp/Funag, 1998, v.1.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV e XVIII: o jogo das trocas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Pérez. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

ELLIOTT, J. H. *Empire of the Atlantic world*. New Haven: Yale University Press, 2006.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1977.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LAS CASAS, Bartolomé. *O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das índias*. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: LP&M, 1984.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2001.

PINSKY, Jaime (Org.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007, v. 4.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIEMER, Anna Maria Delgado de Carvalho. *História das Américas*. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1975.

ROMANO, Rugiero. *Os mecanismos de conquista colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Vozes, 1986.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Tradução de Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

Aula 9

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BETHELL, Leslie (Org.) *América Latina Colonial*. São Paulo: Edusp/Funag, 1998. v.2 e v.3.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHECCHIA, Cristiane. As terras indígenas e Movimento Comunero: Novo Reino de Granada, 1781. In: ENCONTRO DA ANPHLAC, 4., Salvador, 2000. *Anais eletrônicos...* Salvador, 2000. Disponível em: <<http://www.anphlac.or/periodicos/anais>>.

CLARK, George. *De la guerra de la liga de augsburgo a la guerra de Sucesion Española*. In: BROMLEY, S. *Historia del mundo moderno: el auge de Gran Bretaña y Rusia. (1688-1725)*. Provença/Barcelona: Editorial Ramon Sopena, 1995. v. 6. p. 276-297.

COSTA, Adriane Vidal. *Pablo Neruda: uma poética engajada*. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e Independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 20, 1997.

HUSSEY, Ronald Dennis. *Presiones europeas sobre el imperio español (1688-1715)*. In: BROMLEY, S. *Historia del mundo moderno: el auge de Gran Bretaña y Rusia. (1688-1725)*. Provença/Barcelona: Editorial Ramon Sopena, 1995. v. 6. p. 247-275.

NARO, Nancy. *A formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Atual, 1985.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MAY, Henry; MCMILLEN, Neil R.; SELLERS, Charles. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

PINSKY, Jaime (Org.). *História da América através de textos*. São Paulo: Contexto, 2007. v. 4.

RIEMER, Anna Maria Delgado de Carvalho. *História das Américas*. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1975.

SCHWARTZ, Stuart B.; LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STANLEY, J. S.; STEIN, B. *A herança colonial na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SYRETT, Harold C. (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

TORRE Y LÓPEZ, Arturo Enrique de La. *Guerra y Religión en Juan Santos Atahualpa*. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL HISTORIA DE AMÉRICA, 4., Granada, 1992. Disponível em: <<http://www.Aetorre.com>>.

_____. *Juan Santos Atahualpa*. Lima: PUC Fundo editorial, 2004.

ZARZAR, Alonso: *Apo Capac Huayna, Jesús Sacramentado: mito, utopia y milenarismo em Juan Santos Atahualpa*. Lima: CAAAP, 1989.

Aula 10

BORNEMANN, Margarita Menegus. Mercados y tierras. El impacto de las reformas borbónicas em las comunidades indígenas. In: Brian F. Connaughton (org.). *Historia de America Latina. La Epoca Colonial*. México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2000, v. 1, p. 355-396.

BRADING, David. A Espanha dos Bourbons e seu Império Americano. In: BETHEL, Leslie (org.). *História da América Latina*, vol.1, cap.9. pp.391-445.

CAMPILLO Y COSIO, José de. Nuevo sistema de gobierno económico para la América. *Madrid: Grupo Editorial Asturiano*, 1993 [1743].

ELLIOT, J.H. A Espanha e a América nos Séculos XVI e XVII. In: BETHEL, Leslie (org.) *História da América Latina*, vol.1, cap.7. pp.283-337.

FARAGE, Nadia. *As Murallas do Sertão: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FLORESCANO, Enrique. *Etnia, Estado y Nación: ensayo sobre las identidades coletivas de México*. México: Taurus, 2000. [1996].

GERAB, Kátia e RESENDE, M. Angélica. *A rebelião de Tupac Amaru*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GARCIA, Elisa F. *As Diversas Formas de Ser Índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

KOK, Gloria. *O sertão itinerante – Expedições da capitania de São Paulo no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec/FAPEESP, 2004.

SERULNIKOV, Sergio. Conflictos sociales e insurrección en el mundo colonial andino. *El norte de Potosí en el siglo XVIII*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. e LOCKART, James. *A América Latina na Época Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TERÁN, Marta. *Muera el mal gobierno: las reformas borbónicas en los pueblos michoacanos y el levantamiento indígena de 1810*. Tesis (doctorado) – El Colegio de México, 1995.

WEBER, David J. Bárbaros. *Los Españoles y sus Salvajes En La Era de La Ilustración*. Barcelona: Crítica, 2007.

_____. Borbones y bárbaros: centro y periferia en la reformulación de la política de España hacia los indígenas no sometidos. *Anuário IEHS*, Tandil, n.13, pp. 147-171, 1998.

WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.

Aula 11

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

ARRUDA, José Jobson de A. *Atlas histórico básico*. São Paulo: Ática, 1997.

DELUMEAU, Jean. *La reforma*. Barcelona: Editorial Labor, 1985.

GREENE, Jack. *Pursuits of happiness: the social development of early modern British colonies and the formation of American culture*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1988.

HILL, Christopher. *A revolução inglesa de 1640*. Lisboa: Edições 70, [19-].

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: da colônia à Independência*. São Paulo: Contexto, 1990.

SYRETT, Harold (Org.). *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2001.

Aula 12

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- BUTLER, J. *Becoming America*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.
- GENOVESE, E. *A Terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- GRUZINSKI, Serge. *La red agujerada: identidades étnicas y occidentalización en el México colonial*, *América indígena*, v. XLVI, n. 3, 1986.
- HOLT, Thomas; BROWN, Elsa B. *Major problems in African: american history: from slavery to freedom, 1619-1877*. Boston: Houghton Mifflin Company, 2000.
- MERRELL, J.; MANCALL, Peter. *American encounters: natives and new comers from European contacts to Indian removal (1500-1850)*. Nova York: Routledge, 2000.
- STERN, Steve. *Resistance, rebellion, and consciousness in the Andean peasant world*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1987.
- SYRETT, Harold (Org.) *Documentos históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

Aula 13

- ARENDET, H. *Da revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: Editora UNB, 1990.
- BAYLIN, Bernard. *As origens ideológicas da revolução americana*. Bauru: Edusc, 2003.
- BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- DRIVER, Stephanie Schwartz. *A declaração de independência dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- GREENE, Jack P. The american revolution. *The American Historical Review*, v. 105, n. 1, fev. 2000.
- JUNQUEIRA, Mary A. *4 de julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli, 2007.
- KARNAL, Leandro. *Estados Unidos: a formação da nação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LEMISCH, Jesse. La revolución americana vista desde el fondo. In: _____. *Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos*. Barcelona: Península, 1976.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- MORGAN, Edmund. The paradox of slavery and freedom. In: HOLT, T; BROWN, E. B. *Major problems in african american history: from slavery to freedom*. Boston: Houghton Mifflin Company, 2000.

NASH, Gary. *Forging reedom: the formation of Philadelphia's black community, 1720-1840*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

PAINE, Thomas. *Senso comum*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores.)

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

WIKIMEDIA commons. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page>. Acesso em: 12 maio 2009.

Aula 14

BBC: history. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/history>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

BLACKBURN, Robin. *A construção do escravismo no Novo Mundo: 1492-1800*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp, 1997.

GENOVESE, Eugene. *Afro-American slave revolts in the making of the modern world*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1979.

GOMES, Flávio. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2005.

MINTZ, Sidney; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas/Universidade Cândido Mendes, 2003.

Aula 15

COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

CORTEZ, Hernan. *A conquista do México*. Porto Alegre: L&PM, 1996.

FERNANDES, Luis E. de Oliveira. Motolinía: o choque espiritual no Novo Mundo. *Idéias*: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, ano 11, v. 1, 2004.

GIUCCI, Guillermo. *Viajantes do maravilhoso: o novo mundo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

KARNAL, Leandro. Os textos de fundação da América: a memória da crônica e alteridade. *Idéias*: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, ano 11, v. 1, 2004.

MOTOLINÍA, Frei Toribio. *Historia de los indios de la Nueva España*. México: Editorial Porrúa, 1995.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.